

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ESPECIALIDADE: LITERATURAS PORTUGUESA E LUSO-AFRICANAS
LINHA DE PESQUISA: LITERATURA, IMAGINÁRIO E HISTÓRIA

**O BRASIL E O “BRASILEIRO” EM O *PRIMO BASÍLIO*: ANÁLISE SOBRE
BASÍLIO DE BRITO**

GISÉLLE RAZERA

PORTO ALEGRE

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ESPECIALIDADE: LITERATURAS PORTUGUESA E LUSO-AFRICANAS
LINHA DE PESQUISA: LITERATURA, IMAGINÁRIO E HISTÓRIA
GISÉLLE RAZERA

**O BRASIL E O “BRASILEIRO” EM O *PRIMO BASÍLIO*: ANÁLISE SOBRE
BASÍLIO DE BRITO**

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a REGINA ZILBERMAN

COORIENTADORA: Prof^a Dr^a MARIA APARECIDA RIBEIRO

Tese de doutorado em Literatura Portuguesa,
apresentada como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutora pelo Programa de Pós-
Graduação em Letras desta Universidade.

PORTO ALEGRE

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Razera, Gisélle

O Brasil e o "brasileiro" em "O Primo Basílio":
análise sobre Basílio de Brito / Gisélle Razera. --
2016.

204 f.

Orientadora: Regina Zilberman.

Coorientadora: Maria Aparecida Ribeiro.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-
Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Torna-viagem. 2. "Brasileiro". 3. Escravatura
branca. 4. Eugenie Grandet. 5. Eça de Queirós. I.
Zilberman, Regina, orient. II. Ribeiro, Maria
Aparecida, coorient. III. Título.

“Se aceitarmos a ideia da forma literária como fósseis remanescentes daquilo que certa vez foi um presente vivo e problemático e se recuarmos no tempo, submetendo a forma literária a uma “engenharia reversa” para compreender o problema que lhe coube resolver, então a análise formal pode descerrar (em princípio, ainda que nem sempre na prática) uma dimensão do passado que de outro modo permaneceria oculta.”

Franco Moretti

À memória dos meus pais.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta tese somente foi possível graças ao acesso a acervos de diferentes bibliotecas distribuídas por Portugal. Por isso, agradeço à Capes pelo apoio financeiro entre outubro de 2013 e setembro de 2014, período em que pude pesquisar documentos diversos em várias bibliotecas lusitanas. Também sou grata à Capes pelo auxílio recebido no Brasil entre maio de 2015 e março de 2016, etapa determinante para a conclusão da redação deste trabalho.

Agradeço aos meus irmãos, cunhada e sobrinha pelo suporte emocional de sempre. Agradeço ao Victor por pacientemente ter cuidado de tudo o que é nosso no ano em que estive em Portugal, por ter sido um alicerce presente durante todo o tempo, não permitindo que eu me sentisse só mesmo com toda a distância.

Agradecer a todos os colegas com quem convivi – nomeando-os um a um – no Programa de Pós-Graduação da UFRGS é tarefa difícil, tendo em vista que são muitos os amigos que agreguei à minha história durante os sete anos em que estive vinculada a esta instituição. Porém, seria injusto deixar de manifestar gratidão a um deles de forma particular: agradeço ao Atilio Bergamini Júnior, amigo e professor admirável, por ter sido um interlocutor generoso dos assuntos que envolvem o século XIX desde os tempos em que estávamos no mestrado, por ter sido um leitor paciente até mesmo dos textos mais imaturos que produzi e também por ter sido um conselheiro importante, ajudando a melhorar o conteúdo desta tese, desde quando ela era apenas um projeto.

Agradeço à professora Jane Tutikian pela qualificação do artigo. Agradeço ao professor Homero Vizeu Araújo, que abriu as portas do seu grupo de pesquisa e sempre me recebeu muito bem como aluna em suas disciplinas, possibilitando que eu participasse de debates que ampliaram alguns dos argumentos desta tese.

Agradeço à professora Maria do Rosário Ribeiro Cunha, conhecedora da obra de Eça como poucos, pela sua simpatia, pelo seu acolhimento e por ter me recebido mais de uma vez na Universidade Aberta de Coimbra para reuniões sobre temas queirosianos. As conversas esclarecedoras direcionaram muitas das abordagens que compõem este trabalho.

Agradeço à professora Raquel Bello Vázquez pela avaliação detalhada da tese na banca de qualificação, pelo tratamento sensível e respeitoso ao apontar aspectos que precisavam ser melhorados na redação do texto e pelas sugestões de conteúdo que, indubitavelmente, contribuíram e enriqueceram o texto final que agora apresento.

Agradeço imensamente (e mais uma vez) ao professor Antonio Sanseverino por ter orientado a minha dissertação de mestrado, trabalho do qual me orgulho, de onde germinou a

semente que se transformou nesta tese. Sou grata às suas leituras sempre muito perspicazes, tanto na condição de examinador do projeto de tese quanto como um dos examinadores da banca de qualificação. Com seu olhar atento e solidário, fez apontamentos técnicos preciosos que colaboraram para um melhor aproveitamento desta pesquisa e da pós-graduação de uma forma geral.

Agradeço muitíssimo à professora Maria Aparecida Ribeiro, coorientadora desta tese, brilhante intelectual, responsável pela ampliação do horizonte da pesquisa, observadora atenta da redação de boa parte do texto apresentado, sempre com muito rigor, mas também com muita paciência, respeito, generosidade e bom humor.

Por fim, agradeço à professora Regina Zilberman, orientadora desta tese – que me instigou a ir em busca de respostas para a questão que este trabalho ora responde – por ter aceitado ser a balizadora da pesquisa aqui apresentada. Agradeço pela supervisão dedicada e atenta do trabalho, sempre oferecendo suporte para que a investigação rendesse o melhor resultado possível. Agradeço por todas as indicações de leitura, tanto as realizadas para as disciplinas que cursei como sua aluna quanto as feitas para conduzir a redação deste texto. Agradeço pelo exemplo inspirador de profissionalismo e seriedade que se mostraram presentes em todas as nossas comunicações e, principalmente, pela transformação paradigmática que conviver com uma pesquisadora ímpar, de carreira acadêmica tão sólida, respeitável e consagrada promoveu em mim.

RESUMO

Esta tese é resultado de um estudo sobre *O Primo Basílio* (1978) que estabelece a composição da personagem Basílio de Brito como centro da investigação. A leitura deste romance evidencia uma série de lacunas e, no intuito de preencher as mais ligadas a Basílio, buscou-se resgatar o panorama histórico de onde Eça de Queirós colheu informações para dar movimento à trama em que essa figura atua, efetuando-se, assim, uma engenharia reversa. É premissa deste trabalho que o romance queirosiano de adultério – sem negligenciar o estatuto ficcional – contém informações que comunicam fatos da história de Portugal e do Brasil, as quais estão acomodadas em camada subjacente do texto devido ao afastamento temporal da época em que foi escrito. O ponto de partida das pesquisas aqui apresentadas foi um dado do romance sobre o qual não foram encontrados estudos: Basílio acumulou fortuna no Brasil no mercado de ações ligado aos negócios da borracha do alto Paraguai. A partir dessa informação, foram investigadas as condições econômicas luso-brasileiras da segunda metade do Oitocentos, incluindo um estudo detalhado sobre a emigração portuguesa para o Brasil e também sobre o imaginário de Eldorado associado à antiga América Portuguesa. Objetivou-se discutir as escolhas autorais de Eça de Queirós que o levaram a atribuir caracteres a Basílio não usuais na representação de outros torna-viagem (“brasileiros”) da dramaturgia e da literatura produzida em Portugal no século XIX. Essa discussão evidenciou que Basílio foi criado segundo um modelo de representação francês, uma vez que a abordagem de Eça de Queirós situa os dilemas socioeconômicos portugueses em um contexto mais abrangente, não limitado à histórica inter-relação entre Portugal e Brasil. Além disso, apresenta uma chave de leitura distanciada daquelas que costumam enquadrar a atuação de Basílio apenas como o pivô da ruína de um matrimônio burguês.

Palavras-chave: “Brasileiro”. Torna-viagem. *O Primo Basílio*. Emigração portuguesa. Escravatura branca. *Eugénie Grandet*. Eça de Queirós.

ABSTRACT

This thesis, which is the outcome of a study about the book *O Primo Basílio* (1978), centers its inquiry at the constitution of the character Basílio de Brito. The reading of this novel distinctly shows a series of gaps, and, in order to fill the ones closer to Basílio, it became paramount to research the historical background from which Eça de Queirós gathered the information to move forward the plot in which the character acts, thus, bringing about a reverse engineering. It is the premise of this work that Queirós's novel of adultery – without neglecting the fictional statute - contains information that communicate historical facts about Portugal and Brazil, which are placed at the underlying level of the text, due to the chronological distancing at the time it has been written. The starting point of the presented researches has been a data from the novel about which no studies have been found: Basílio built a fortune in the Brazilian stock market of rubber at the upper Paraguay region. Starting with this information, the economic conditions of Portugal and Brazil during the second half of the 1800s were investigated, including a thorough study about Portuguese emigration to Brazil, and about the imaginary of Eldorado associated to the ancient Portuguese America. The goal was to discuss Eça's writing choices that made him give Basílio unusual traits in the representation of other remainders – “Brazilians” – in Portuguese Drama and Literature of the 19th Century. This discussion made clear that Basílio was created in accordance with a French representation model, since Eça de Queirós's approach places the Portuguese socioeconomic dilemmas in a broader context, not limited to the historical inter-relation between Portugal and Brazil. Besides, it opens a key for reading distanced from the ones that frame Basílio's role solely as the pivot of the ruin of a bourgeois matrimony.

Key words: “Brazilian”. Remainder. *O Primo Basílio*. Portuguese emigration. White slavery. *Eugénie Grandet*. Eça de Queirós.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 Relações com o Brasil: Eça de Queirós, <i>O Primo Basílio</i> e a recepção do romance ...22	
1.1 O Brasil na vida de Eça de Queirós.....	22
1.2 A recepção de <i>O Primo Basílio</i> no Brasil	28
2 Lacunas e estratégias de preenchimento	32
3 Sintomas do romance e realidade luso-brasileira	42
3.1 A emigração e seus motivos.....	43
3.2 Contornos da emigração	50
a) O “brasileiro”, um produto da emigração	50
b) O imaginário do Brasil como árvore das patacas.....	63
4 Práticas lucrativas do Brasil	67
a) Comércio humano	67
b) Monetização do tabaco.....	84
c) Extração do látex e mercado de ações.....	92
d) Comércio de moeda falsa	102
5 A emigração portuguesa no romance e no drama do Oitocentos	109
5.1 América como destino de personagens da literatura	109
5.2 Ingleses e franceses em busca de riqueza sob a linha do Equador.....	112
5.3 O Brasil e o “brasileiro” em narrativas portuguesas	118
a) Camilo Castelo Branco.....	118
b) Julio Dinis	124
5.4 O Brasil e o “brasileiro” no teatro	130
6 A atuação de Basílio de Brito em <i>O Primo Basílio</i> e o Realismo queirosiano	138
6.1 O processo de enriquecimento de Basílio e estratégias ecianas.....	138
6.2 O Basílio, a borracha e o mercado de ações.....	147

6.3 Basílio em meio às críticas a <i>O Primo Basílio</i>	150
6.4 A influência de Charles Grandet em Basílio de Brito.....	155
6.5 O Realismo em <i>O Primo Basílio</i>	167
CONCLUSÃO	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190

INTRODUÇÃO

“[...] uma leitura minuciosa de um texto literário – um romance, poema, ensaio ou drama, digamos – localizará gradativamente o seu tempo como parte de toda uma rede de relações, cujos contornos e influências desempenham um papel formador no texto”. Edward Said

A presente tese se inclui nos estudos que buscam compreender o método de composição de Eça de Queirós, nomeadamente no que se refere a Basílio, de *O Primo Basílio*. Além disso, alia-se às investigações que defendem que a apropriação mais aprofundada de um texto literário somente se realiza quando a obra é considerada como parte do sistema complexo e plural que envolve a sua composição, conforme proposição de Itamar Even-Zohar.

Para Even-Zohar (1990, p. 1), a “concepção de que os modelos de comunicação humana regidos por signos – cultura, linguagem, literatura e sociedade – pode ser entendida de forma mais adequada se for considerada como um sistema”. Segundo ele, a aproximação funcional de dados veio a substituir a coleta positivista de informações e abriu espaço para a análise das relações estabelecidas entre esses dados. Sendo assim, o material de interesse para a argumentação desta tese resulta da análise dessas relações.

Entende-se aqui que o enredo de *O Primo* reflete e é refletido por uma diversidade de assuntos próprios ao seu tempo, os quais dizem respeito a aspectos biográficos do autor e a temas envolvendo a política econômica luso-brasileira. Muito mais do que contar a história de um envolvimento extraconjugal entre jovens primos, a trama contém uma série de informações coincidentes com fatos da história de Portugal e do Brasil, inter-relacionadas com a biografia e com a vocação criadora de Eça de Queirós. Em outras palavras, sem se distanciar do estatuto de texto ficcional, a narrativa comunica dados intimamente ligados ao chão histórico de Portugal e do Brasil e não deve, portanto, ser reduzida a um mero resultado da imaginação ou da inspiração do seu autor.

Carlo Ginzburg (2014, p. 144) comenta o surgimento de um modelo epistemológico no âmbito das ciências humanas no final do século XIX. Conforme o Ginzburg, entre 1874 e 1876, surgiu, na Alemanha, uma série de artigos sobre a pintura italiana assinados por Giovanni Morelli. Estes textos admitem que os museus da Itália estavam repletos de quadros atribuídos a artistas de maneira equivocada. Morelli entendia ser indispensável diferenciar quadros

originais dos forjados, mas reconhecia que arrogar autoria aos pintores verdadeiros não era tarefa fácil, tendo em vista que muitas obras chegavam aos museus em estado de conservação precário, não assinadas e até mesmo repintadas.

Segundo ele, para descobrir os autores legítimos, era fundamental não se basear apenas naqueles sinais mais evidentes (e por isso mais imitáveis) dos quadros. “Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia” (MORELLI apud GINZBURG, 2014, p. 144). Seguindo essa premissa, Morelli descobriu e catalogou traços particulares de pintores, baseando-se em representações que eram recorrentes nos originais e ausentes nas cópias. Essa metodologia ficou conhecida como método morelliano.

Giovanni Morelli foi bastante criticado pela proposição dessa técnica, ao ponto de ser “julgado mecânico, grosseiramente positivista, e caiu em descrédito” (GINZBURG, 2014, p. 144). Porém, o interesse pelo método morelliano ganhou força com Edgar Wind, que viu nele um exemplo típico de postura moderna em relação a uma obra de arte: “atitude que leva a apreciar os pormenores, de preferência à obra em seu conjunto” (GINZBURG, 2014, p. 145).

Em certa medida, a investigação apresentada nesta tese alinha-se ao método morelliano, logicamente sem a intenção de atribuir a autoria de *O Primo Basílio* a um escritor diferente de Eça de Queirós. A pesquisa aqui apresentada se propõe a preencher lacunas do enredo, no esforço de situar em um plano evidente informações implícitas em *O Primo Basílio*, as quais estão acomodadas em camada subjacente do enredo, principalmente devido ao afastamento temporal da produção do romance.

Se o método morelliano permitiu diferenciar réplicas de quadros dos seus originais a partir de sinais, as investigações desta tese permitiram validar uma chave de leitura incomum às conhecidas para o *Primo Basílio*, que tendem, por exemplo, a abordar o livro como a versão portuguesa de *Mme. Bovary*, a reduzir a trama à discussão e à análise da burguesia lusitana ou a analisar, sobretudo com foco na Luísa, a condição da mulher burguesa em Portugal no último quartel do Oitocentos.

Portanto, na esteira dos pressupostos morellianos, os traços mais evidentes de *O Primo Basílio* não foram o centro da investigação nesta tese. A preocupação norteadora deste estudo foi abordar a participação de Basílio na intriga, extrapolando o *locus* reducionista de amante da protagonista, para além de voltar os olhos para questões envolvendo sua atuação no adultério

ou a sua postura perante a condição feminina, tampouco o seu lugar diante do modelo da família burguesa lusitana.

A escolha deste recorte se deve prioritariamente à relação que a personagem estabelece com o Brasil, uma vez que Basílio esteve neste território durante sete anos – espaço de tempo relativamente curto, porém suficiente para que ele enriquecesse antes de retornar à Europa.

O ponto de partida do estudo dessa figura é um pormenor geralmente negligenciado na trama: a informação de que a fortuna de Basílio teve origem no mercado de ações envolvendo negócios da borracha no alto Paraguai. A partir deste dado, trabalhou-se para sintetizar a história do mercado de ações português e brasileiro, bem como a do ciclo da borracha que se deu na região central do Brasil no tempo do romance.

Do cruzamento de informações a respeito desses dois temas, constatou-se que a fonte de enriquecimento de Basílio justificada pelo narrador converge com o discurso histórico que registra a prática da extração do látex no centro do Brasil e também a associação entre esse negócio e o mercado de ações. O paralelismo entre a narração ficcional e a descrição histórica confirma, portanto, o compromisso queirosiano com uma representação verossímil.

Importa ressaltar que toda a argumentação desenvolvida nesta tese dependeu da validação da origem da fortuna de Basílio, ainda que a ameaça de não haver ratificação para a explicação do narrador fosse real e que, em caso de não comprovação, a pertinência desta pesquisa corresse o risco do esvaziamento.

Uma vez comprovada a exequidade de um sujeito afortunar-se de modo semelhante ao atribuído a Basílio, o passo seguinte apontou para a direção de entender o porquê de a personagem ter migrado para o Brasil, entre tantas outras soluções das quais Eça de Queirós poderia ter lançado mão para livrar Basílio da bancarrota. Em paralelo, devido à condição de migrante, foi preciso situar Basílio na história da emigração portuguesa para o Brasil, com recorte na segunda metade do Oitocentos.

Deste estudo, resulta a constatação de que a representação queirosiana ultrapassa a mera figuração de uma faceta da história luso-brasileira: ao migrar para o Brasil em busca de enriquecimento, Basílio passa a fazer parte do plantel de personagens lusas que refletem o vínculo Portugal-Brasil e também se incorpora ao grupo viajantes da literatura ocidental que rumaram às terras sul-americanas por motivos semelhantes aos seus, tendo Robinson Crusóe e Charles Grandet como alguns dos exemplares.

Necessário ressaltar que a presença do Brasil nas narrativas queirosianas é uma constante e não está limitada ao enredo de *O Primo Basílio*. Isso pode ser entendido como um dos reflexos da filiação literária de Eça de Queirós, o Realismo, doutrina que privilegiava a conversão de temas sociais em matéria-prima para a produção ficcional.

Diante dos vínculos estabelecidos cultural e comercialmente entre Portugal e o Brasil, esse não deixava de ser assunto nas conversas quotidianas nem no imaginário do povo português, por isso é compreensível que alusões ao território sul-americano figurassem nas narrativas eicanas. Com o propósito ilustrativo, destacam-se referências ao Brasil feitas em três dos principais romances do escritor.

Em *O Crime do Padre Amaro* (1875), romance inaugural, o Brasil é citado como degredo, refúgio, um local para um autoexílio, e também como um território de escravatura, conforme o comentário de Amélia: “Os escravos trocavam-se, vendiam-se, mas era no Brasil!” (EÇA DE QUEIRÓS, 2008, p. 147).

Em *Os Maias* (1888), o Brasil é referenciado de maneira breve, porém relevante, pois a escravatura volta a ser associada ao lugar, apontado como um dos destinos de cargas de negros. Na passagem em que o narrador, ao expor a genealogia de Maria Eduarda, esclarece a ocupação de seu pai, o negreiro Manuel Monforte, a referência ao lugar na condição de posto da rota do tráfico de escravos é explícita: “Enfim, quando reapareceu à face dos céus, comandava o brigue Nova Linda, e levava cargas de pretos para o Brasil, para Havana e para Nova Orleães” (EÇA DE QUEIRÓS, 2005, p. 33); além disso, não se pode negligenciar que há em *Os Maias* uma personagem brasileira¹: Castro Gomes, figura muito rica, introduzida na trama na posição de marido de Maria Eduarda.

N’A *Ilustre Casa de Ramires* (1900), a menção ao Brasil é feita a partir de um “brasileiro” torna-viagem, arrendatário da propriedade de Gonçalo Ramires, fidalgo protagonista da narrativa. A característica mais evidente desse migrante que regressa é o poderio financeiro (conquistado no Brasil, tal e qual Basílio), tanto que Ramires se arrepende por não tê-lo extorquido mais: “homem abastado, capaz de um adiantamento. [...] Quase se arrependia de não lhe ter arrancado um conto e duzentos” (EÇA DE QUEIRÓS, 2000, p. 108).

¹ O termo brasileiro (incluindo suas variantes de número e gênero) será empregado nesta tese de formas distintas para indicar significados diferentes. Quando na forma brasileiro, referir-se-á àquele indivíduo nascido no Brasil, bem como a tudo que diz respeito ao lugar, na condição de adjetivo pátrio; quando na forma “brasileiro”, indicará uma modalidade particular de migrante português que, tendo vivido durante uma temporada no Brasil, regressa a Portugal. O perfil desse migrante será detalhado no capítulo 3 desta tese.

Nota-se que a abundância financeira do torna-viagem remete ao imaginário de Brasil enquanto árvore das patacas², ainda que de forma discreta.

O primeiro texto não ficcional em que Eça de Queirós trata de assunto diretamente relacionado ao Brasil, ao que tudo indica, é o que circulou nas *Farpas*, em 1872, em referência a uma visita de D. Pedro II à Europa. Os apontamentos sobre a passagem do Monarca pelo Velho Continente reverberaram alguns anos depois, sendo inclusive considerados por alguns como decisivos para o insucesso de um plano de Eça, adiante referido, de viver no Brasil, muito embora as relações do escritor com a América Portuguesa não tenham cessado aí.

Em 1871, D. Pedro II pisou em solo português naquela que foi a sua primeira viagem ao exterior. No mesmo dia da visita do Imperador, Eça de Queirós se apresentava nas Conferências do Casino. Não foi nesse momento que o autor português se manifestou em relação à estada de D. Pedro II em Portugal, mesmo que até os jornais provincianos dedicassem ampla divulgação e destaque ao acontecimento. Para Maria Aparecida Ribeiro (1994/1995, p. 136), essa omissão deve-se ao fato de a visita do Monarca ter ocorrido concomitantemente à realização da sua conferência, compromisso que monopolizou as atenções do escritor.

Contudo, um ano após a passagem do Monarca por Lisboa, “*As Farpas* anotaram a volta de Dom Pedro II ao país, depois de uma visita a outros lugares da Europa. É na série de crônicas dedicadas ao Imperador que surge a figura do brasileiro” (RIBEIRO, 1994/1995, p. 136), um dos principais elementos investigados na presente tese.

As Farpas descrevem a excursão do Imperador do Brasil à Europa como um grotesco espetáculo de circo, caricaturizando tudo o que ele fizera. Diversos detalhes da passagem de D. Pedro II são escarnecidos por Ramalho Ortigão e Eça, desde as vestimentas, passando pela não exigência (chegando à recusa) de receber tratamento digno de um Imperador, culminando no seu hábito de carregar uma mala enxovalhada, o que, para os críticos, só acentuava o tom ridículo da indumentária imperial. A análise cáustica aborda os mais diversos assuntos relacionados a D. Pedro II. Entre os comentários dos autores das *Farpas*, por exemplo, o

² O termo pataca tem origem no árabe – *Bâ tâca* – e está intimamente ligado à concepção de moeda. No Brasil, uma pataca valia 320 réis (Ferreira, 1998, p. 1.280); logo após a transferência da Corte ao Brasil, passou a circular também o *patacão* – e o aumentativo se deve ao fato de esta moeda ter valor três vezes maior do que o da pataca. Ao que tudo indica, o vocábulo se difundiu em outros domínios do Império Português além do Brasil, tendo em vista que a pataca se consagrou como unidade monetária em Macau e também no Timor Leste. Quando na expressão “árvore das patacas”, trata-se de um símbolo da obtenção de dinheiro sem que tenha sido necessário trabalhar para atingir este objetivo. (<http://www.bb.com.br/portallbb/page3,8703,8710,1,0,1,6.bb?codigoMenu=4686&codigoNoticia=5544&codigoRet=4691&bread=2> e www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/patacas, disponíveis em 17/05/2015).

interesse do Monarca pela cultura, sua curiosidade pela língua hebraica e a gula são itens apontados e largamente achincalhados (CAVALCANTI, 1972, p. 39).

Ainda assim, por mais que em uma superfície mais evidente as alfinetadas estejam apontadas para o líder brasileiro, nota-se um ataque subjacente dos autores ao atraso português, em particular à instituição em que se formaram em Direito. “O jaquetão e o chapéu desabado que Dom Pedro II usou na Sala dos Capelos merecem a crítica de Eça, é verdade; mas à velha Universidade de Coimbra e aos seus doutores dirigem-se as farpas mais contundentes” (RIBEIRO, 1994/1995, p. 138).

Entremeadas às diversas críticas apontadas ao Imperador, mas que atingem o atraso português, o que interessa sobretudo a esta tese é a galeria de tipos lisboetas que figuram no texto, visto que Ortigão entendia a tarefa de demonstrar a “fisionomia especial de cada terra” (RAMALHO ORTIGÃO; EÇA DE QUEIRÓS, 1872, p. 17) enquanto uma das missões das *Farpas*, que podia ser tomada principalmente no estudo dos indivíduos e na análise dos costumes. Em meio a essas tantas fisionomias – Imperador, mendigo, empregado público, etc. – descreve-se o “brasileiro”. Compreendido como torna-viagem e diferenciado do nativo do Brasil, o cronista vê o “brasileiro” como uma figura louvável pelo trabalho, mas ridícula pelo comportamento e aparência (RIBEIRO, 1994/1995, p. 136).

Em meio às crônicas das *Farpas*, essa longa e jocosa análise do Imperador do Brasil tem particular importância, pois originou uma celeuma que ficou marcada em Pernambuco, na medida em que foi compreendida como um ataque franco aos brasileiros. Essa análise é sintetizada por Ribeiro:

A farpa divide-se em quatro partes: a primeira recapitula o que fez a literatura da imagem do brasileiro e a repercussão desta figura; a segunda desenvolve a tese de que o brasileiro é o “português desabrochado”, pois as suas extravagâncias seriam as do português se vivesse ao sol; na terceira parte, mostrando que, se o brasileiro tem defeitos, o português não fica atrás, conclui: “E que esta visita do imperador seja traço justificador, sólido e unido – que ligue os dois corações – o coração onde se bate o amor da orelheira e o coração onde pulsa a paixão da tapioca. São dignos um do outro!”. A quarta e última parte desta farpa tenta recompor as relações com o brasileiro, embora reafirme a ambiguidade instaurada: o brasileiro é um objeto de riso e prazer, pelos seus doces e papagaios (o que remete ao brasileiro de origem), mas um objeto útil, pelas divisas que traz (o que remete ao torna-viagem). O último parágrafo parece separar os dois conceitos: o brasileiro (de origem), que “recebe regiamente”, e o brasileiro (torna-viagem), português ávido que explora. (RIBEIRO, 1994/1995, p. 142)

A imagem de Eça de Queirós sobre o Brasil não é muito distante daquela fundada pela tradição: “a terra do solo fértil e gente inculta [...] rica de hábitos exóticos. Em resumo: lugar de pouca civilização e muita natureza” (RIBEIRO, 1994/1995, p. 142). E daí deriva a indefinição de imagem do brasileiro que permeia todo o texto. Para Aparecida Ribeiro, em concordância com o proposto por Lyra (1964, p. 18), a imagem do Brasil desenhada por Eça de Queirós tem muito a ver com a convivência do autor com a madrinha pernambucana, relação a ser detalhada no capítulo 1 desta tese. Sendo assim, pode-se considerar que o Brasil delineado inicialmente no imaginário de Eça parte de uma visão limitada e pouco abrangente.

N’*O Primo Basílio*, o Brasil se faz presente, embora de forma bastante fragmentada e dispersa. Em um plano mais evidente, está Basílio, o migrante português que materializa o sonho de muitos aventureiros que rumaram ao Brasil quando volta rico para a Europa depois de uma breve estada na América do Sul. Em menções mais secundárias, e não menos relevantes, consta uma série de imagens associadas ao local, como a indumentária usada pela personagem enquanto esteve no Brasil, uma rede instalada entre dois coqueiros, papagaios, a ornamentação característica das casas dos “brasileiros” torna-viagem em Portugal, a música (com a modinha), a sensualidade das mulatas, o modo de falar brasileiro e a prática do escravismo, entre outros aspectos.

Portanto, percebem-se em *O Primo Basílio* variadas formas de referência ao Brasil. Entretanto, revendo os estudos existentes sobre Eça de Queirós, observa-se que nenhum deles contempla a importância do lugar no romance em questão, e essa lacuna se repete nas publicações críticas à narrativa, incluindo textos assinados por escritores brasileiros.

Nas críticas de Machado de Assis (1878) diretamente apontadas à narrativa eciana de adultério, é evidente a preocupação do escritor brasileiro com o que considera falhas de execução no projeto composicional, sobretudo apontando incongruências no enredo. Contudo, o crítico de Cosme Velho não tece nenhum comentário que questione o vínculo entre Basílio e o Brasil.

Paulo Cavalcanti (1959), em *Eça de Queiroz: Agitador no Brasil*, apresenta um estudo detalhado sobre a repercussão de textos queirosianos no Brasil, atendo-se àqueles publicados nas *Farpas*, não cedendo espaço à análise da representação vinculada ao local nos escritos ficcionais do autor.

Heitor Lyra (1965), em *O Brasil na vida de Eça de Queirós*, centraliza seu estudo nos acontecimentos relativos aos pontos de contato entre a biografia eciana e o Brasil. Nesse trabalho, Lyra remonta as origens do escritor, desde a passagem de seu avô pelo Brasil, seguindo pelo nascimento do seu pai, também neste lugar, e comenta a convivência de Eça de Queirós com gente brasileira radicada em Portugal.

Arnaldo Faro, em *Eça e o Brasil* (1977), aborda a recepção de *O Primo Basílio* no Rio de Janeiro, apresentando um panorama da cidade com fins de contextualizar o leitor acerca do cenário em que o romance circulou. Além disso, comenta a recepção do romance, inclusive trata da sua adaptação para o teatro, mas não chama a atenção para a presença do Brasil na narrativa.

Maria Aparecida Ribeiro (1994/1995), no artigo comentado, investiga detalhadamente as referências do Brasil e do “brasileiro” apontadas por Eça nas *Farpas*, mas não direciona o seu estudo para compreender de que forma o lugar, o brasileiro e o “brasileiro” figuram nas produções ficcionais do escritor.

João Medina (2000) em *Eça de Queirós antibrasileiro?* atém-se ao estudo dos desdobramentos que os textos ecianos publicados no Brasil geraram perante a comunidade brasileira – da mesma forma que Cavalcanti, com ênfase àqueles publicados nas *Farpas* – sem se dedicar à investigação de como esse território foi representado na ficção queirosiana.

Sofia Gaspar (2005) considera *O Primo Basílio* um instrumento para estudo social. A partir dos resultados da sua investigação, com o foco voltado à compreensão do elo entre a narrativa ficcional e a sociologia, conclui que este romance pode ser concebido como um tipo de conhecimento sobre o mundo português do seu tempo. Para a estudiosa, Eça de Queirós, ao dar movimento a uma narrativa de adultério, lançou mão de um nicho temático de representação recorrente em outros lugares³, unindo-se aos escritores que trataram da infidelidade feminina enquanto fenômeno social suscetível de ser analisado e discutido (GASPAR, 2005, p. 259). Nesse estudo, a pesquisadora investiga a recepção do romance; mas, no que se diz respeito ao Brasil, sua abordagem versa sobre o sucesso da narrativa em termos de vendagem e às críticas

³ Maria Tereza Vilela de Oliveira (1997, p. 45-46), em sua tese de doutorado, apresenta um cotejo entre *O Primo Basílio* e *Effi Briest*. Em seu trabalho, a pesquisadora também volta os olhos para a temática do adultério feminino em narrativas oitocentistas, considerando-a um fenômeno relacionado às alterações do plano social e econômico daquele tempo, reflexo de uma reconfiguração do papel feminino diante do *boom* industrial daquele século.

de Machado de Assis sobre o livro, sem aprofundar demais aspectos que ligam a obra ao Brasil (GASPAR, 2005, p. 303-305).

José Leonardo do Nascimento (2007) reproduz as críticas difundidas na imprensa brasileira nos meses que se seguiram à publicação de *O Primo Basílio* e, tanto nos textos resgatados por Nascimento quanto na análise do estudioso, não há qualquer comentário sobre as alusões ao Brasil entremeadas no enredo posto em marcha por Eça de Queirós.

Cristiane Navarrete Tolomei (2010), em *Eça de Queirós e os brasileiros*, analisa o delineamento da imagem de Eça de Queirós no Brasil, com base nos textos de críticos que se debruçaram sobre o trabalho do autor português. Na sua tese, *O Primo Basílio* assume papel relevante, pois a autora defende que, por ter instigado uma crítica de Machado de Assis, a publicação da narrativa contribuiu para a canonização do escritor português no Brasil. Além disso, a autora comenta a recepção do romance de adultério em terras brasileiras, contudo não chama atenção para o fato de o discurso da ficção conter personagem que viveu e enriqueceu neste lugar.

Por fim, Raquel Trentin Oliveira (2014) explora largamente a configuração do espaço no romance queirosiano, em *O Crime do Padre Amaro*, em *O Primo Basílio* e em *Os Maias*, todavia, o Brasil não é levado em conta em meio aos espaços investigados.

Conforme se nota, com base nessa amostragem, os pesquisadores que se ocuparam da recorrente relação/representação do Brasil no discurso eciano tangenciaram o cerne desta tese e não se voltaram a compreender as lacunas do romance que compõem a aura de Basílio, as quais, uma vez preenchidas, desvelam a funcionalidade da passagem desta figura pelo Brasil.

As pesquisas desta tese foram feitas com base no acervo de bibliotecas de Portugal, sendo elas: Biblioteca Central da Faculdade de Letras, Biblioteca de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras, Biblioteca da Faculdade de Economia e Biblioteca Geral, todas da Universidade de Coimbra. Além disso, contou com documentos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Entretanto, o volume mais significativo de textos pesquisados compõe a coleção da Biblioteca Nacional de Portugal, situada na cidade de Lisboa.

No capítulo 1, apresentam-se estudos sobre o Brasil na vida de Eça de Queirós, bem como sobre a recepção de *O Primo Basílio* no Brasil. Nessa seção, buscou-se abordar o modo

como informações referentes ao território brasileiro circundavam Eça de Queirós, pois se entende que notícias sobre este lugar se entranharam no imaginário de Eça de Queirós desde sua infância. Além disso, comenta-se a recepção da trama de adultério no Brasil, pois acredita-se que essa foi a obra que inseriu o nome de Eça de Queirós no repertório dos leitores brasileiros.

No capítulo 2, são apresentadas as teorias que embasam o procedimento metodológico proposto nesta tese: o preenchimento de lacunas. Nessa seção, expõem-se o processo de formulação do Realismo, bem como as premissas do movimento, além de uma revisão de diferentes teorias que descrevem como a atividade de leitura se realiza, com especial atenção às inferências de leitura e à sua relação com o repertório dos leitores.

No capítulo 3, apresentam-se as passagens relacionadas ao Brasil que integram o enredo de *O Primo Basílio*. Em seguida, abordam-se estudos que observaram a transferência de portugueses para a antiga América Portuguesa em época que engloba o contexto de produção do romance. Nessa seção, textos escritos por intelectuais portugueses interessados na história da emigração lusitana ocupam papel de destaque, e o objetivo é remontar a realidade luso-brasileira com a finalidade de compreender os motivos que atraíram o gentio luso para este lugar. Nessa divisão, unem-se ao debate textos publicados na década de 1850, de autoria de escritores que conheceram o Brasil (ou que se ocuparam com os assuntos associados com a emigração portuguesa). Fechando esse capítulo, trata-se do imaginário de Brasil como a árvore das patacas, para destacar as forças que atraíram milhares de portugueses para as terras brasileiras.

No capítulo 4, em continuidade ao estudo do imaginário do Brasil, são apresentadas algumas das oportunidades de enriquecimento neste território na segunda metade do Oitocentos. Nessa seção, foi trazida uma amostragem de frentes lucrativas que comprovadamente serviram de fonte para opulentas fortunas, contexto em que cidadãos portugueses figuraram em posição de relevo. Nesse segmento, abordam-se o comércio humano, a cultura do tabaco, a extração do látex e a bolsa de valores, e o comércio de moeda falsa brasileira produzida do norte de Portugal.

No capítulo 5, tomando como modelo o encaminhamento metodológico de Thomas Piketty para entender a representação do capital nas literaturas inglesa e francesa (abordagem detalhada na conclusão desta tese) dá-se atenção aos textos literários que contam com personagens que, ao modo de Basílio, migraram da Europa para a América visando ao enriquecimento em terras sul-americanas. Desse estudo, comprova-se que o migrante de *O Primo Basílio* pertence a uma linhagem de personagens que não se restringe ao eixo Portugal-

Brasil. Nessa seção, textos franceses e ingleses incorporam o debate. Ademais, apresenta-se um estudo sobre “brasileiros” de autoria de escritores portugueses contemporâneos a Queirós, como Camilo Castelo Branco e Julio Dinis, além dos torna-viagem que tiveram espaço nos palcos portugueses entre 1850 e 1878.

No capítulo 6 desta tese, situa-se a análise de Basílio propriamente dita. É nessa seção que as informações disponibilizadas pelo narrador do romance sobre a personagem são estudadas a fundo. O primeiro ponto em análise é o processo de enriquecimento de Basílio em solo brasileiro. Em seguida, trata-se dos textos críticos que dão conta da recepção do romance, com abordagem particular reservada a Basílio. Finalmente, debatem-se as escolhas autorais de Eça de Queirós – na tentativa de desvendar o processo de composição queirosiano, as motivações das suas escolhas artísticas e também de compreender se (e de que modo) o autor imprimiu técnicas do Realismo em sua trama.

1 Relações com o Brasil: Eça de Queirós, *O Primo Basílio* e a recepção do romance

1.1 O Brasil na vida de Eça de Queirós

Antes de tratar da ocorrência de temas relacionados ao Brasil em *O Primo Basílio*, é pertinente lembrar estudos que abordam o modo como as informações sobre este local se entranharam no imaginário de Eça.

Uma hipótese passível de ser levantada para explicar o não detalhamento do dia a dia de Basílio no Brasil é o fato de Eça de Queirós jamais ter pisado em solo brasileiro, não tendo, portanto, informações suficientes para subsidiar a composição de passagens dessa natureza. Todavia, o conto *O Mandarin* comprova que, para este autor, conhecer os locais por onde suas personagens transitam, apesar de importante, não era pré-requisito para a sua representação, visto que Eça se nutria de outras fontes, conforme destaca Beatriz Berrini:

Eça de Queirós recria em algumas páginas d'*O Mandarin* uma China que jamais conheceu, ele que privilegiava a observação objetiva e direta da realidade e, preferencialmente, escrevia a respeito daquilo que o impressionara e lhe captara a atenção arguta, e que posteriormente reproduzia à sua maneira. Ora, a sua China não foi vista e examinada com seus próprios olhos, porém imaginada e criada a partir de informações colhidas de textos alheios. (BERRINI, 1992, p. 15)

Portanto, apesar de a hipótese não ser descartada, não se compreende a inexistência de experiência objetiva do autor em terras brasileiras como motivadora da aparente elipse, e buscar-se-á mostrar de que forma o assunto Brasil esteve presente na vida do escritor, e quais foram as possíveis fontes de informação sobre o Brasil às quais o romancista teve acesso.

O laço entre indivíduos nativos de Portugal e do Brasil é bastante comum, refletindo a proximidade estabelecida entre as duas nações, muito em virtude da colonização. Ao longo do tempo, brasileiros e portugueses estabeleceram vínculos dos mais diversos, como senhores e escravos, patrões e empregados, cônjuges, sócios, etc., criando uma rede de intercâmbio para além do comercial nas duas margens do Atlântico. Essa inter-relação também se faz notar na vida de Eça de Queirós, compondo a sua biografia, bem como a dos seus ascendentes.

Arnaldo Faro, em *Eça e o Brasil*, faz um levantamento sobre os estudos e os documentos que registram de que forma o assunto Brasil entranhou-se na vida do escritor, desde os seus antepassados. Já na abertura do trabalho, descreve a história de Joaquim José de Queirós, avô de Eça, a pessoa a quem atribuiu responsabilidade na convivência do neto com brasileiros, estabelecida desde os primeiros momentos de vida do menino, por intermédio da

sua madrinha, uma pernambucana: “A mulher que o recolhe, logo que nasce, que o leva à pia batismal, que lhe serve de madrinha e de ama, e em cuja casa ele vive durante algum tempo, é uma brasileira: – Ana Joaquina Leal de Barros” (FARO, 1977, p. 1).

Heitor Lyra, em *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*, apoiado no estudo de Paulo Cavalcanti, também afirma que Eça de Queirós foi influenciado pela pernambucana: “o certo é que Eça aprendeu a falar português com o sotaque brasileiro, ouvindo nos quatro anos de sua convivência com Ana Joaquina, as canções de ninar e as histórias infantis do Nordeste brasileiro” (LYRA, 1964, p. 18). Essa influência deixou marcas em sua literatura que, em Portugal, deu espaço a inovações no uso da linguagem, representando uma revolução⁴.

De acordo com Faro (1977, p. 3), o avô de Eça de Queirós bacharelou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1804, ingressando na magistratura e exercendo a carreira em diversas comarcas. Passou a viver no Brasil por volta de 1818, onde exercera o cargo de ouvidor, tendo retornado a Portugal provavelmente na mesma época em que a Corte regressou à Europa. Liberal, exilou-se na Inglaterra até 1834 para se safar de uma condenação do governo absolutista miguelino. Mediante a destituição de D. Miguel, voltou à terra natal, retomando a magistratura, tendo sido elevado à presidência da Relação do Porto e reconstruindo sua casa em Verdemilho. Foi nesse lugar que abrigou o neto durante sua primeira infância (FARO, 1977, p. 20).

A propósito das condições do nascimento de Eça de Queirós, há muitas dúvidas e desinformações. Com a série de estudos, eventos e acontecimentos motivados pelo primeiro centenário do seu nascimento, em 1945, ganhou destaque uma figura importante nos primeiros dias de vida do futuro escritor, a aqui referida Ana Joaquina Leal de Barros, a madrinha brasileira natural de Pernambuco.

Em continuidade, a data da morte de Ana Joaquina veio à tona, e este dado teve relevância para os estudos dos biógrafos que se esforçavam para reconstruir o passado do escritor, visto que, em seguida ao desaparecimento da madrinha, Eça fora levado a Verdemilho, à casa do seu avô.

Essa passagem por Verdemilho foi confirmada em 1950, por meio de um depoimento de Antônio d’Eça de Queirós, filho do romancista, referindo-se às lembranças do pai sobre as

⁴ Para Paulo Cavalcanti (1972, p. 19), muitos intelectuais se inspiraram no estilo queirosiano, adotando o seu padrão de linguagem e assumindo o que, à época, consideravam-se barbarismos no uso da linguagem, o que, em tempos de esgotamento do Romantismo, representou um remoçamento na literatura.

“brincadeiras de Verdemilho, das correrias com os garotos da vizinhança” (FARO, 1977, p. 28). A importância destas informações – além de corroborar a relevância da convivência com a madrinha brasileira na biografia de Eça – reside em desvendar quem eram as pessoas com quem o futuro autor se relacionava. Particularmente para esta tese, chama a atenção a relação que Eça mantinha com um homem procedente do Brasil, um escudeiro preto que lhe contava histórias de João Calais e dos Doze Pares da França. Esse criado, escravo que viera do Brasil, morava com a família do desembargador Queirós, em Verdemilho, só aí, portanto, Eça poderia ter com ele convivido. (FARO, 1977, p. 29)

No estudo de Lyra (1964, p. 19), também há menção à ligação de Eça com um casal de negros migrados do Brasil em Verdemilho: Mateus (provavelmente, o escudeiro preto) e Rosa Laureana. Segundo o pesquisador, esse casal povoou a imaginação do pequeno Eça com histórias maravilhosas vividas no Brasil.

Com o falecimento dos avós, por volta de 1855, Eça mudou-se para a cidade do Porto, onde deu seguimento aos estudos, passando a conviver com os pais. A naturalidade do seu pai, Dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queirós, também é rodeada de informações desconhecidas, da mesma forma que os dados da infância e das condições de nascimento de Eça de Queirós.

Um dos motivos que levaram à dúvida sobre a nacionalidade paterna do romancista tem a ver com uma documentação, datada de 1836, submetida à Universidade de Coimbra, quando ele pleiteava uma vaga na Faculdade de Direito: uma certidão de batismo emitida pela Igreja de São Miguel, com data de 20 de setembro de 1820, constando a cidade de Aveiro como seu local de nascimento, em 19 de julho do ano anterior.

Tais informações foram constatadas inverídicas pelo biógrafo Calmon que, ao analisar os registros de batismo daquela igreja, verificou a inexistência de anotações que certificassem os dados informados por José Maria na admissão à Universidade de Coimbra. Ademais, a nacionalidade brasileira do Dr. José Maria comprova-se com uma declaração sua na ocasião do próprio casamento, em que o homem afirmou ser natural da cidade do Rio de Janeiro do Brasil (FARO, 1977, p. 35).

No que se refere ao Brasil, é bem provável que o Dr. Teixeira de Queirós não tivesse lembranças deste lugar, pois foi levado para viver em Portugal por volta dos três anos de idade. Formou-se em 1841, na Universidade de Coimbra, instituição que também serviu de espaço

onde pôde dedicar-se a fazer literatura, do mesmo modo que em décadas futuras o filho repetiria.

De 1861 a 1866, seguindo a mesma trilha que o avô e o pai, Eça de Queirós ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, lugar de onde, apesar do tradicional acolhimento a inúmeros estudantes procedentes do Brasil, não se tem notícias de que o escritor cultivasse vínculos estreitos com alunos brasileiros: “Possivelmente, não teve com eles senão relações de mera camaradagem, dada a vida retraída que levava na Universidade, se excluindo de tudo e de todos” (LYRA, 1964, p. 22). Nos seis anos em que Eça estudou na faculdade de Direito coimbrã, conviveu com três estudantes brasileiros, tendo apenas um deles alcançado notoriedade: Manuel Francisco Machado, o último presidente da província do Amazonas do regime imperial (LYRA, 1964, p. 20).

A informação sobre Eça de Queirós ter ou não estabelecido vínculos estreitos com brasileiros quando ainda era estudante de Direito pode parecer irrelevante à primeira vista. Todavia, Octávio Tarquínio Santos (1945, p. 240-241) chama a atenção para o papel de destaque que os amigos do escritor exerceram em sua vida, e não se pode esquecer que a força e o entendimento de Eça sobre a relação de amizade está ilustrada na sua ficção por meio de fortes parcerias entre personagens, como Jorge e Sebastião, Carlos da Maia e João da Ega, Luísa e Leopoldina, Zé Fernandes e Jacinto, Basílio e Visconde Reinaldo, entre outros exemplos.

Para Tarquínio, Eça compreendia a amizade como o plano mais alto da existência humana e, além daqueles portugueses que reconhecidamente mereceram ocupar este plano – Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Antero de Quental, Batalha Reis, Mariano Pina, Francisco Manuel de Melo Breyner (o conde de Ficalho), Carlos Mayer e Luiz de Magalhães – uniu-se um brasileiro, Eduardo Prado, pessoa que o artista conhecera nos fins da década de 1880 e a quem se atribui peso na forma de o romancista enxergar o Brasil.

Depois de formado em Direito, Eça transferiu residência para Lisboa, onde montou um escritório para advogar. Porém, com o insucesso da empreitada, o seu sustento passou a ser financiado pelo soldo do jornalismo, e ele passou a sobreviver do que recebia para escrever folhetins à *Gazeta de Notícias*.

Logo, a visão de mundo do escritor começou a circular pelo Rio de Janeiro, naquele jornal que, de acordo com Elza Miné, era veículo ágil, vibrante e de baixo custo, o que não descreditava as informações que ele divulgava. Os editores punham às ruas cerca de 18.000

exemplares já em 1878, e contavam com colaboradores brasileiros de primeira linha, como Machado de Assis, Taunay, Artur e Aluísio de Azevedo, além de Ferreira de Araújo e de Henrique Chaves, e os portugueses: Guilherme de Azevedo, Ramalho Ortigão, Batalha Reis, Mariano Pina; essa constelação de autores, por si só, já exige do leitor “uma interpretação crítica de qualidade” (MINÉ, 1994/1995, p. 74-75).

Tendo Eça recebido uma proposta de fundar um jornal em Évora, mais uma vez transferiu sua moradia, suspendendo o envio de textos para a *Gazeta*, em 1866. Em poucos meses, pôs em circulação o *Distrito de Évora*, jornal em que estreou como polemista político (LYRA, 1964, p. 25).

Insatisfeito com a vida que levava em Évora, Eça retornou à capital portuguesa e voltou a escrever para a *Gazeta de Notícias*. Foi nessa época que fez uma viagem que marcaria a sua vida. A convite e em companhia do futuro cunhado, Conde de Resende, rumou ao Oriente, onde ambos testemunharam a inauguração do canal de Suez. O retorno da viagem mostrou um Eça renovado, tanto no temperamento quanto na loquacidade de exposição de ideias e, sobretudo, na “ironia mordaz em que criticava os homens e as coisas do País” (LYRA, 1964, p. 27). Ironia que marca as manifestações do autor, e que Beatriz Berrini (2005, p. 39-40) compreende ser uma atitude fundamental, a base de onde emanaram muitos dos seus recursos expressivos.

Notou-se também uma mudança no vestuário de Eça de Queirós após o retorno dessa viagem: ele começou a aparentar certo dandismo, o que teria escandalizado os burgueses que desfilavam em lugares muito frequentados, como a Brasileira e a Casa Havaneza. Contudo, a melhora das condições financeiras que uma aparência dândi pode fazer supor não passava de imagem enganosa, pois os problemas materiais de Eça estavam longe de ser resolvidos.

Foi nessa época que o escritor entendeu que uma solução para melhorar a condição financeira estava em um cargo diplomático, oferecido em um concurso do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Nesse projeto, o Brasil como um lugar para morar passou a fazer parte do horizonte do autor. Para cumprir exigências do edital do concurso, Eça ocupou cargo público durante seis meses, em Leiria, lugar de onde extraiu anotações sobre a vida tranquila da cidade, e que fazem parte do enredo daquele que foi o seu primeiro romance de autoria individual: *O Crime do Padre Amaro* (LYRA, 1964, p. 28).

Todavia, contrariando expectativas, ter se classificado em primeiro lugar no concurso não garantiu a Eça uma vinda ao Brasil, pois quem ocupou a vaga foi um dos seus concorrentes – Manuel de Saldanha da Gama – o candidato classificado em segundo lugar. Essa decisão do Ministério foi atribuída ao fato de Saldanha da Gama pertencer a uma das mais nobres famílias portuguesas, tendo o seu pai governado a Bahia ainda nos tempos de D. João VI. Mas também circulou a versão que situou na conduta de Eça, bem como nas suas amizades, tidas como revolucionárias, a explicação para a inacessibilidade à vaga de cônsul no Brasil:

Havia, porém, uma outra [história] possivelmente mais verossímil, que atribuía a sua não nomeação à posição revolucionária que ele assumira em Lisboa, depois que voltara de Leiria, de mistura com um grupo de jovens intelectuais, quase todos seus amigos e alguns seus antigos colegas em Coimbra, como Antero de Quental, Teófilo Braga, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Salomão Saragga, Augusto Soromenho e outros. Mas o que havia, sobretudo agravado a situação desse grupo, Eça inclusive, era que, não contentes de espalhar ideias socialistas pelos cafés da pacata Lisboa, tinham tido a audácia de ir exprimi-las, em altas vozes e para uma larga assistência, da tribuna do Casino Lisbonense, numa série de conferências previamente anunciadas e programadas. (LYRA, 1964, p. 31)

O fato de Eça ter estado em meio a agitadores políticos em evento de grande repercussão indispsôs o escritor diante do Ministério dos Negócios Estrangeiros, conforme o próprio autor reconheceu em publicações subsequentes: “Sim, dizia ele, vozes amigas tinham vindo confidenciar-lhe com ares misteriosos: *É... a sua conferência*”. Além disso, relacionada à conferência e à conseqüente nomeação frustrada, “Eça dizia que deixara de ser nomeado cônsul por ser apontado como *chefe do Partido Republicano Português* – com grande espanto, aliás, dele próprio” (LYRA, 1964, p. 32).

A bem da verdade, ele não deixou de ser nomeado cônsul, pois o Ministério enviou-o para Cuba, onde tomou posse da vaga do consulado de Portugal em Havana no ano de 1872, ilha então colônia espanhola. Eça permaneceu no lugar durante aproximadamente um ano, e na ilha escreveu o conto “Singularidades duma rapariga loura”, publicado em forma de livro-brinde oferecido aos assinantes do *Diário de Notícias*.

À época em que Eça de Queirós esteve em Cuba, milhares de chineses chegavam àquela ilha. Esses orientais eram recrutados por engajadores e embarcados em Macau, território então pertencente a Portugal. Essa gente era recrutada para trabalhar no cultivo de cana-de-açúcar, tendo em vista o fim da escravidão africana em território cubano. Os chineses eram levados para Cuba sob contratos de trabalho que duravam oito anos. Na América, enfrentavam

condições de trabalho semelhantes às da escravidão. Em muitos casos, passados oito anos, não tinham condições financeiras para retornar à China (GRAÇA, 2013), ou seja: migravam em condições análogas às enfrentadas por colonos do Portugal insular que aportaram no Brasil, conforme será abordado no capítulo 4 desta tese.

Entre os anos de 1874 e 1878, Eça de Queirós foi cônsul de Portugal na Inglaterra, em Newcastle e em Bristol, e foi nessa época que escreveu *O crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio* e *Os Maias*. Finalmente. No ano de 1888, foi nomeado cônsul em Paris, de onde compôs *A ilustre Casa de Ramires*, falecendo em 1900.

Da produção literária queirosiana, pode-se dizer que *O Primo Basílio* foi o romance que popularizou o autor em terras brasileiras, e os motivos serão abordados nas seções a seguir.

1.2 A recepção de *O Primo Basílio* no Brasil

Representando uma novidade realista em língua portuguesa, *O Primo Basílio* atraiu os leitores e os críticos de ambos os lados do Atlântico, com publicação praticamente simultânea em Portugal e no Brasil. Neste, o texto chegou a protagonizar polêmicas e discussões sobre os rumos da literatura em língua portuguesa. Pelo mesmo motivo, pode-se afirmar que a presença deste romance em terras brasileiras desestabilizou o panorama literário local, agindo como um golpe na literatura romântica que se produzia aqui até então, da mesma forma que em Portugal⁵.

Escritores bem estabelecidos, como Camilo Castelo Branco e Machado de Assis, perante a renovação formal que ganhou força na literatura em sua língua materna, depararam-se com um impasse que foi o imperativo de rearranjar o modo de apresentação da própria arte escrita, mesmo assumindo concepções literárias que se incompatibilizavam com tendências da escola realista.

A propósito da visibilidade de *O Primo Basílio* no Brasil em comparação com o alcance de textos literários brasileiros em Portugal, há estudos, como o de José Leonardo do Nascimento (2007, p. 15), que apontam uma contribuição de Eça de Queirós à cultura letrada brasileira superior àquela atingida por Machado de Assis em relação ao povo português. Nascimento, em análise dos textos polêmicos divulgados na imprensa sobre o romance central

⁵ O Realismo e o Naturalismo não se instalaram por meio de uma infiltração lenta de novos gostos, tendências e ideias em Portugal – tampouco foram precedidos por um período de transição, conforme ocorreu com o Romantismo; foram “inaugurados pela interferência de um pequeno grupo, sob o signo da *fratura* e do *escândalo*” (RIBEIRO, 1994, p. 13).

em estudo nesta tese, estabelece o ano de 1878 como o marco da presença significativa da ficção queirosiana em meio às letras brasileiras, e essa presença repercutiu nos caminhos que as produções locais seguiram depois dela.

Localiza-se opinião semelhante nas palavras de Lúcia Miguel Pereira que, ao comparar o sucesso dos textos queirosianos em relação à literatura machadiana, atribui dois motivos para explicar a ação literária de Eça superior à de Machado, ao menos até a primeira metade do século XX:

Este [Machado de Assis], ainda que não sendo indiferente ao que o cercava, manteve-se sempre solitário, e, desde que se libertou do romantismo, foi em arte, um eclético. Se modelos teve, pilhou-os aqui e ali, mas sem preocupação de atualidade. Observou a sua época, mas sem se lhe amoldar ao feitio. Eça, ao contrário, foi bem um homem do seu tempo; chegou ao Brasil na crista da onda naturalista, que em larga parte por seu intermédio por aqui se espalhou. Vinha com a moda, tinha a sedução da novidade, do último figurino literário de Paris. (PEREIRA, 1945, p. 12)

O fato de *O Primo Basílio* representar uma novidade literária, trajando-se com um figurino parisiense adaptado à língua portuguesa, não se traduziu em opiniões consensuais acerca da narrativa, sobretudo a partir dos críticos que se manifestaram sobre ela, e isso aumentou a evidência do romance – muito do volume da circulação da trama eciana no Brasil pode ser atribuído ao barulho causado pela crítica, que não se posicionou de forma unânime: houve quem refutasse a obra publicamente, ao passo que se podem encontrar exemplos de intelectuais que se pronunciaram favoráveis à renovação do estilo literário que Eça pôs em prática.

Um intenso debate em torno deste romance se estendeu por praticamente os dois meses após o seu lançamento, período em que foram travadas acaloradas discussões a propósito do livro, a maioria delas veiculadas em jornais do Rio de Janeiro, e que levaram *O Primo Basílio* a se tornar o centro da curiosidade popular naquela época. Além disso, o burburinho causado pelas divergentes opiniões funcionou como boa propaganda para outra narrativa queirosiana, visto que a primeira edição de *O Primo* que chegou ao território brasileiro se esgotou rapidamente e, a reboque, popularizou o até então pouco conhecido *O Crime do Padre Amaro* (NASCIMENTO, 2007, p. 21).

Portanto, desde a publicação da crítica de Ramalho Ortigão, que praticamente acompanhou a chegada da trama queirosiana de adultério no Brasil, em 25 de março de 1878, *O Primo Basílio* foi o epicentro da discussão cultural da capital do Império. Debate em que o

renomado Machado de Assis é apenas uma das vozes, sem iniciar tampouco concluir a contenda, manifestando-se acidamente em duas ocasiões nas páginas do *Cruzeiro* em abril de 1878, e, pela última vez, mais comedido, em 1900, em virtude do falecimento do autor português.

Independentemente dos motivos que levaram Machado a hostilizar características de *O Primo Basílio*, não se pode negar que, mesmo antagônico a algumas renovações que Eça operou na literatura em língua portuguesa, o romancista do Cosme Velho enfrentou um conflito perante o sucesso de *O Primo*: era preciso dar outra roupagem ao modo de fazer literatura, a fim de atender uma nova demanda do público que se deliciava com a novidade literária queirosiana.

Um dos resultados do impasse autoral pode ser verificado na análise contrastiva dos escritos machadianos pré e pós-*O Primo Basílio*: o autor de *Iaiá Garcia* que criticou *O Primo Basílio* em 1878 é muito diferente daquele que compôs as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, narrativa reconhecida por muitos como inaugural da literatura realista produzida no Brasil.

Por motivos desta natureza, a difusão de *O Primo Basílio* no Brasil em 1878 pode ser considerada um fato histórico, em grande parte por ter levado intelectuais a produzirem um *corpus* textual que revela sobremaneira as concepções culturais, estéticas e literárias daquele período, mas também porque demonstra que a sociedade nativa não ficou alheia ao romance, considerando as inovações de maneiras diversas: escandalizando-se moralmente com as cenas do Paraíso, mas enaltecendo a renovação cultural intrínseca ao texto, ou escandalizando-se simplesmente, sem ceder aos argumentos dos que reverenciavam a boa qualidade artística impressa na trama (NASCIMENTO, 2007, p. 17). Logo, é possível afirmar que direta ou indiretamente, essa novidade forçou autores bem estabelecidos a reformular o modelo das suas produções literárias, impondo uma mudança de rota à literatura de ficção produzida após *O Primo*.

Mais do que no romance em si, ressalta-se que a luz desta investigação esteve sempre apontada para analisar a trajetória de uma personagem que estabelece estreita ligação com o Brasil: Basílio de Brito. A personagem tem um peso relevante ao enredo, tanto que nomeia o romance; é a partir da notícia do seu retorno a Lisboa (depois de uma temporada no Brasil, de onde volta rico) que a frágil estabilidade do lar burguês, palco central da trama, se quebra.

Do ponto de vista das relações entre personagens lusas e brasileiras, bem como do intercâmbio entre esses povos irmãos, tão comuns no âmbito não ficcional, é pertinente estudar o Basílio, entre outros motivos, porque ele é exemplo de uma figura importante, derivada do movimento migratório português para aquela que um dia foi a América Portuguesa e que chegou a ser popularizada pela literatura, que a consagrou como um tipo. Tendo vivido no Brasil durante sete anos, e tendo deste lugar retornado à Europa, não só livre da ruína financeira, como muito abastado, não se pode deixar de atribuir-lhe a alcunha de “brasileiro” torna-viagem, tema a ser aprofundado no capítulo 3 desta tese.

De acordo com Maurice-Jean Lefebve (1975, p. 13), o objeto literário revela-se sempre como uma interseção entre uma parte real e uma parte do irreal. Admitindo esta ideia, compreende-se o Realismo – doutrina a que Eça de Queirós era declaradamente filiado – como uma das tendências literárias em que evidenciar essa interseção foi preocupação norteadora. Consequentemente, postula-se que a decisão eciana em transportar a sua personagem para o Brasil –, fazendo-a retornar daqui à Europa portando fortuna – não foi aleatória, apontando para um compromisso autoral com a verossimilhança.

Logo, muito mais do que um simples artifício narrativo com vistas a criar um conflito para o romance – com a separação de Luísa e Basílio em um momento que eram jovens e estavam apaixonados, ao modo de *Eugénie Grandet*⁶ – Eça de Queirós pôs em movimento uma figura que comunica muito do Brasil e do imaginário no qual o território brasileiro e o seu povo estavam envolvidos, e que era difundido na antiga Metrópole. Portanto, admite-se que a representação queirosiana está embasada em um chão histórico, com o autor privilegiando ilustrar o que entendia ser o retrato do real.

Contudo, o dia a dia de Basílio no Brasil não é detalhado na trama. No romance, são feitas várias referências diretas ao lugar, para as quais o romancista não disponibiliza muitas informações, apontando caminhos, mas gerando lacunas, as quais se pretende preencher.

⁶ A personagem Julião comenta este nexos, e o assunto será retomado no capítulo 6 desta tese.

2 Lacunas e estratégias de preenchimento

Postula-se que Eça de Queirós, ao não detalhar o quotidiano de Basílio no Brasil, deixou uma lacuna, um espaço vazio. O autor, alinhado com os preceitos difundidos por Zola, no afã realista de não ocultar nada do leitor, imprimiu nos seus romances a técnica do inventário. Para Zola (1995, p. 25), o romancista, ao detalhar os fatos descrevendo as minúcias das cenas representadas, permitiria ao leitor observar as personagens em ação no seu meio e, diante da percepção do encaminhamento lógico da trama, estabelecer contato com o real. Na visão zoliana, a presença da imaginação em textos de ficção possuía pouca importância; a funcionalidade determinante residiria na descrição:

já não descrevemos mais por descrever, por um capricho e um prazer de retóricos. Achamos que o homem não pode ser separado de seu meio, que ele é completado pela sua roupa, por sua casa. Por sua cidade, por sua província; e, dessa forma, não notamos um único fenômeno de seu cérebro, de seu coração sem procurar as causas e consequências no meio. Daí o que se chama nossas eternas descrições. (ZOLA, 1995, p. 43)

Para Zola, a personagem não poderia mais ser considerada uma abstração psicológica, mas um produto do solo, como a planta. Isso explica a importância que Zola atribuía ao detalhamento do contexto da personagem para a compreensão do seu caráter: “Definirei, portanto, a descrição: um estado do meio que determina e completa o homem” (ZOLA, 1995, p. 44).

Wolf Lepenies analisa um debate que cabe ser recuperado nesta tese, principalmente para que se reflita sobre as motivações intelectuais de literatos que precederam e influenciaram Émile Zola. Segundo Lepenies, em texto originalmente publicado em 1985, a partir da segunda metade do século XIX, a sociologia e a literatura protagonizaram uma disputa entre intelectuais que buscavam a primazia na tarefa de conceder uma orientação-chave para a civilização moderna, além de estabelecer uma doutrina de vida apropriada à sociedade industrial. Esse debate teve o seu início na França e na Inglaterra, estendendo-se posteriormente à Alemanha (LEPENIES, 1996, p. 11).

No fim do século XVIII, não era possível fazer distinção clara entre o modo de produção de uma obra literária e o de uma obra científica – tendo em vista que a produção literária estava em plena definição⁷. Muito disso se deve a Buffon, autor da *Histoire naturelle*,

⁷ Nesse contexto, a literatura deixava de ter um significado amplo – aplicado ao universo das Letras, de um modo geral – assumindo um significado mais restrito, ou seja, atribuído à Arte Literária

um cientista que se concebia como um escritor. Os seus textos chamavam a atenção pelo estilo, pois foram escritos por alguém que acreditava que o autor deveria se dedicar à forma tanto quanto ao conteúdo. Àquela altura, essa concepção não causava estranhamento, pois era “considerado natural que um homem da ciência se concebesse como escritor: como alguém para quem não importa somente o que se diz, mas também como diz, como alguém que não somente quer instruir seu público, mas divertir instruindo” (LEPENIES, 1996, p. 13). Porém, próximo ao fim do século XVIII, o esmero com a forma, que constituía fonte de prestígio para Buffon, tornou-se um desastre: do mesmo modo que o cientista um dia foi elogiado pelo tratamento dado ao texto, viu seu prestígio ruir ao ser considerado muito escritor e pouco pesquisador. A partir de então, observa-se uma tendência de distanciamento da ciência em relação à literatura, e os valores literários passam a, paulatinamente, ser excluídos do “cânone do saber aceito” (LEPENIES, 1996, p. 13). Praticamente um século depois da publicação da *Histoire Naturelle*, Honoré de Balzac compôs o prefácio da *Comédie Humaine*. No texto, refere-se a Goethe e enfatiza os estudos de Buffon, um cientista, conforme Balzac, rejeitado por escrever como um literato. Para Lepenies, o interesse de Balzac na *Comédie Humaine* era retratar a cena social, valendo-se de técnicas típicas dos zoólogos. Essa proposta se validaria a partir da análise das espécies sociais que constituíam a sociedade francesa, escrevendo-se assim uma verdadeira história da moral – supostamente preenchendo a lacuna deixada pelos historiadores, mais voltados a registrar a glória e as misérias das conquistas militares e de Estado. A partir dessa tomada de posição, portanto, é possível afirmar que Balzac, além de herdeiro de uma tradição, também foi um criador. “Sua obra vincula-se à velha história natural, mas, ao mesmo tempo, faz concorrência com uma nova disciplina: a ciência social” (LEPENIES, 1996, p. 14).

A seriedade com que Balzac observava a sociedade a fim de reproduzi-la na ficção pode ser percebida na maneira como ele se autodesignava: um *docteur en sciences sociales*. A autodesignação, para Lepenies (1996, p. 15) parece ter sido coerente com a produção literária de Balzac, pois, segundo ele, Marx e Engels chegaram a admitir ter aprendido muito mais sobre a sociedade com os escritos balzaquianos do que com textos produzidos por economistas e historiadores profissionais.

Em seguida a Balzac, Gustave Flaubert destaca-se entre os escritores de vulto do Oitocentos francês, compondo narrativas bastante alinhadas ao modo de representação balzaquiano. Entretanto, de acordo com Lepenies, em Balzac, a representação literária ainda apresentava um tom lúdico, ao passo que, para Flaubert, o que estava em jogo era a seriedade:

segundo o criador de *Madame Bovary*, o escritor deveria buscar uma transposição máxima da sua pesquisa pessoal para a literatura. E a literatura, por sua vez, deveria tornar-se científica para sobreviver. Para Flaubert, o seu ofício de escritor era moralmente superior ao das ciências sociais porque ele, na condição de ficcionista, podia escapar às pressões sociais (LEPENIES, 1996, p. 16).

Na ótica de Lepenies, esse modo de Flaubert encarar os próprios escritos – compreendendo-se livre de vínculos e obrigações sociais – é muito presunçoso. E essa presunção teria sido acentuada em Émile Zola:

Na pretensão de Flaubert de compreender a sociedade e de poder ao mesmo tempo furtar-se a seus vínculos e obrigações, há muita presunção. Em Zola, essa atitude, se é que é possível, acentua-se ainda mais. Sua teoria de romance experimental – que certamente tinha muito pouca relação com a sua atividade de escritor – fundamentava a pretensão científica de um determinado tipo de literatura que se concebia como a melhor sociologia. Quando Zola falava da “*sociologie pratique*” de seus romances, isso também queria dizer que ele praticava a verdadeira sociologia. (LEPENIES, 1996, p. 16-17)

No que diz respeito às inovações formais presentes nas narrativas oitocentistas, Franco Moretti (2003, p. 3), em “O século sério”, dá evidência à formação e à consolidação do estilo sério no romance europeu do século XIX, assunto analisado a fundo por Auerbach, a ser retomado no capítulo 6 desta tese. Segundo o italiano, uma característica marcante das narrativas romanescas oitocentistas, que contribuía para a evolução da narrativa séria, é a presença de encontros: passagens inconcludentes e digressivas em que não ocorrem eventos significativos ao andamento da trama (bifurcações), passagens em que a possibilidade de observar o cotidiano burguês é ofertada ao leitor.

As razões para a aceitação desta característica formal entre os escritores e os leitores estariam fundadas na história moderna da vida privada, ou seja, nos padrões de impessoalidade, de precisão e de regularidade da vida burguesa, em que as necessidades simbólicas seriam satisfeitas no desfrute da narrativa séria.

Embasado no romance de Jane Austen, *Orgulho e preconceito*, Moretti conclui que 97% das passagens daquela trama são de puro enchimento, ao passo que há bifurcações em apenas 3%. Logo: na maior parte do corpo narrativo, considera que a autora se dedicou a descrever a vida cotidiana das personagens.

[...] Numa conversa como tantas, no oitavo capítulo do romance, fala-se da irmã de Darcy, de como é alta, de suas qualidades, das habilidades femininas em geral, da importância da leitura, tudo isso entrelaçado a um jogo de cartas, ao jogo da corte. Pode-se examinar o estilo, as normas da conversação, o perfil cultural das personagens, tudo o que se queira, mas a certa altura se diz: muito bem, mas, em suma, o que aconteceu aqui? Ou melhor: *aconteceu* de fato alguma coisa? E não, não aconteceu nada [...] A teoria narrativa tem uma tese muito simples e elegante a respeito: uma história merece ser contada se uma norma foi violada (uma norma moral ou probabilística, ou as duas coisas juntas), se apresenta um fato “inaudito”, como dizia Goethe. (MORETTI, 2003, p. 9)

Para o estudioso, causa estranhamento essa tendência na narrativa de Austen (e de muitos escritores oitocentistas) de dar grande evidência às matérias tão pré-escritas e tão avessas à narração, deslocando o inaudito para o fundo e posicionando o cotidiano em primeiro plano. Estranho ou não, o fato é que essa fórmula funcionou, tornando-se comum em vários romances do século XIX. “Que virada rápida! Por volta de 1800 o enchimento ainda era uma raridade, e cem anos depois está por toda parte (os Goncourt, Zola, Maupassant, James...)” (MORETTI, 2003, p. 15).

Conforme Moretti, o enchimento (tentativa de racionalizar o romance, trechos com poucas surpresas, menos aventuras e nada de milagres) é a única verdadeira invenção narrativa do século XIX. Uma invenção que se valeu da confluência de dois fatores: ao mesmo tempo em que os leitores sentiam prazer em lê-los, os escritores sentiam prazer em escrevê-los. Além disso, à época oitocentista, a observação do cotidiano se tornou atividade interessante.

O motivo do interesse estaria fora da literatura, na nova configuração doméstica da época: as casas burguesas tomavam nova forma, com peças mais amplas, aposentos diferenciados e, entre eles, a sala de estar – um recinto da vida quotidiana, um lugar onde a classe média, apartada da criadagem, podia usufruir do tempo livre, um local sempre pronto para dar início a uma nova história (MORETTI, 2003, p. 15).

A propósito das descrições, em estudo que trata da recepção de textos ficcionais, Umberto Eco postula que “todo texto é uma máquina preguiçosa pedindo ao leitor que faça parte do seu trabalho” e, sendo assim, os trechos descritivos são aqueles momentos em que o autor possibilita ao leitor realizar “passeios inferenciais”. Tais passeios são uma tendência do leitor de – perante a diminuição da velocidade dos acontecimentos, promovida pelas descrições – voltar a sua experiência ou remeter-se a outras histórias, a fim de prever o desenvolvimento da narrativa em processo de leitura, completando subjetivamente o sentido do texto (ECO, 2010, p. 9).

As reflexões de Eco permitem apontar a seguinte limitação na filosofia proposta por Zola: um escritor que se dedicasse a redigir um texto que não ocultasse nada do seu leitor – supondo ser a descrição (técnica do inventário) uma ferramenta capaz de explicitar tudo – faria da sua obra um texto inacabável: “[...] Que problema seria se um texto tivesse que dizer tudo o que o receptor deve compreender – não terminaria nunca. Se eu ligar para você e disser: ‘Vou pegar a estrada e dentro de uma hora estarei aí’, você não há de esperar que eu acrescento que vou de carro pela estrada (ECO, 2010, p. 9)”.

Conforme Umberto Eco, todo texto literário é elíptico em algum grau e o que determina o quão elíptico cada texto poderá ser é o leitor-alvo. Usando a imagem de um bosque como uma metáfora para o texto literário, Eco afirma que, da mesma forma que uma pessoa, ao entrar em um bosque, tem certa liberdade em decidir as direções que pretende seguir, no processo de leitura de um texto narrativo, o leitor é obrigado a optar o tempo todo, até mesmo no nível da frase individual. “Quando a pessoa que fala está prestes a concluir uma frase, nós, como leitores ou ouvintes, fazemos uma aposta (embora conscientemente): prevemos sua escolha ou nos perguntamos qual será a sua escolha [...]” (ECO, 2010, p. 12).

Em seguida, Umberto Eco define os conceitos de leitor-modelo e de autor-modelo. O leitor-modelo seria “uma espécie de tipo ideal que o texto não só prevê como colaborador, mas ainda procura criar” (ECO, 2010, p. 14). Esse tipo de leitor é diferente do leitor empírico, que seria um tipo de leitor que pode ler o texto de várias formas e que geralmente usa o texto literário como um receptáculo para as suas próprias paixões. O autor, por sua vez, é uma “entidade empírica que escreve a história e decide que leitor-modelo lhe compete construir” (ECO, 2010, p. 14-15), sobre o qual Eco não se dedica a detalhar, passando a explicar sua concepção de autor-modelo, de modo a criar uma simetria com o leitor-modelo.

[...] o autor-modelo é uma voz que nos fala afetosamente (ou imperiosamente, ou dissimuladamente), que nos quer ao seu lado. Essa voz se manifesta como uma estratégia narrativa, um conjunto de instruções que nos são dadas passo a passo e que devemos seguir quando devemos agir como leitor-modelo. (ECO, 2010, p. 21)

Contudo, Eco esclarece que, ao contrário do que é possível imaginar, o conceito de autor-modelo não designa uma voz gloriosa ou uma estratégia de composição sublime, ele se revela até mesmo “nos mais pífios romances pornográficos” (ECO, 2010, p. 23) e diz ao leitor que as descrições que são apresentadas devem funcionar como um estímulo à imaginação.

O italiano cita duas formas de se percorrer um bosque: experimentando um ou vários caminhos, a fim de sair de dentro dele o mais rápido possível, ou de uma forma mais criteriosa, buscando compreender as suas várias trilhas, desvendando o motivo de umas serem mais acessíveis do que outras. Da mesma forma, seria possível percorrer os textos narrativos de duas maneiras: todo texto narrativo se dirige, principalmente, a um leitor-modelo do primeiro nível – aquele que quer saber muito bem o desfecho da história. Além disso, todo texto também se destina a um leitor-modelo do segundo nível, “que se pergunta que tipo de leitor a história deseja que ele se torne e que quer descobrir precisamente como o autor-modelo faz para guiar o leitor” (ECO, 2010, p. 33).

Para saber como uma história termina, basta, em geral, lê-la uma vez. Em contrapartida, é preciso ler o texto muitas vezes para identificar o autor-modelo. Só quando tiverem descoberto o autor-modelo e compreendido (ou começado a compreender) o que o autor queria deles é que os leitores empíricos se tornariam leitores-modelo maduros (ECO, 2010, p. 33).

Outro ponto que Umberto Eco aborda é o conceito de “suspensão da descrença” (expressão cunhada por Coleridge), uma das normas básicas para o leitor lidar com textos de ficção: que quem lê tem em mente que o narrado é uma história imaginária, mas nem por isso pensa que a história trata de uma mentira. “Aceitamos o acordo ficcional e fingimos que o que é narrado de fato aconteceu” (ECO, 2010, 81).

A propósito da verossimilhança, Umberto Eco exemplifica com uma narrativa de Franz Kafka: *Metamorfose*, considerando os mundos ficcionais como parasitas do real. De acordo com Eco, por mais fantástico que seja um enredo no qual o protagonista desperta transformado em um inseto, a trama de Kafka é situada em um ambiente verossímil. E, mesmo que “Gregor encontrasse também um lobo em seu quarto e os dois resolvessem tomar um chá com o Chapeleiro Maluco, a história seria outra (mas teria como pano de fundo muitos elementos do mundo real)” (ECO, 2010, p. 85), pressuposto que não dissona da afirmação de Lefebvre sobre o ficcional estabelecer intersecção com o não ficcional.

O entendimento da leitura, portanto, depende do repertório do leitor, especialmente se for levada em conta a ideia de Eco sobre o texto ser uma máquina preguiçosa que exige que o leitor trabalhe. O leitor, por sua vez, pode inferir dos textos elementos que não estão

representados, preenchendo subjetivamente as suas elipses. Todavia, há um limite⁸: não se pode fazer com que os textos digam algo contrário ao que está escrito nele.

As elipses deixadas pelo autor, ao mesmo tempo em que possibilitam que o leitor projete as próprias experiências naqueles espaços, geram certa indeterminação, o que é o principal elemento de articulação entre o texto e o leitor para Wolfgang Iser.

Para Iser, um texto literário não descreve nem produz objetos, mas detalha reações produzidas por eles; e esse é o motivo pelo qual é possível reconhecer tantos elementos familiares às experiências dos leitores na literatura. No ensaio “La estructura apelativa de los textos”, Iser aponta para a participação do leitor na construção do significado do texto literário. Segundo ele, um texto não produz objetos reais, mas adquire a sua realidade porque o leitor completa as reações esboçadas pelo texto. “[...] Cuando el lector recorre las perspectivas del texto que le son ofrecidas, lo que permanece es su propia experiencia, a la que se atiene para hacer comprobaciones sobre lo que el texto transmite” (ISER, 1979, p. 136).

Caso o conteúdo do texto reaja em contradição com os hábitos do leitor, ele é considerado fantástico. Quando o conteúdo do texto corresponde aos hábitos do leitor, ele é considerado banal. Portanto, a experiência do leitor é posta em jogo no processo de leitura, e a leitura é um processo que sempre se realiza conectado às experiências de quem lê. De acordo com Iser (1979, p. 57), no momento de leitura, o leitor conta com um repertório de ordem social, histórica e cultural, e a interpretação que ele fará de um texto ocorrerá a partir da intercomunicação entre esse repertório e o texto.

Além disso, os textos literários apresentam suas especificidades. Entre elas, Iser destaca o fato de eles não explicitarem nem produzirem objetos reais, ao mesmo tempo em que se distinguem da experiência real do leitor, oferecendo enfoques e abrindo perspectivas nas quais o mundo que o leitor reconhece aparece de outra forma, a partir das suas experiências, de seu repertório. Sendo assim, os textos literários não se ajustam aos objetos reais do mundo vital nem às experiências do leitor, e é essa inadequação que produz certa indeterminação que “ciertamente el lector intenta ‘normalizarla’ en el acto de lectura” (ISER, 1979, p. 137). Essa tentativa de normalização, portanto, seria o esforço que o leitor empreende em neutralizar as

⁸ Esse limite havia sido abordado por Eco em trabalho anterior, *Interpretação e superinterpretação*. Para o estudioso, um texto, depois de separado do seu autor, flutua no vácuo de um leque potencialmente infinito de interpretações possíveis, mas existem critérios para limitar esta interpretação (ECO, 1997, p. 46). O ato interpretativo, portanto, subentende uma aposta do leitor para chegar a uma interpretação possível, obedecendo a esse critério, e os contextos permitem ao leitor tornar essa aposta menos incerta (ECO, 1997, p. 74).

indeterminações do texto, o que o faz, de maneira geral, conectando o texto às suas experiências ou com as suas próprias representações de mundo.

Para analisar a indeterminação textual com a finalidade de descobrir quais condicionamentos formais geram tais indeterminação no texto, Iser aborda os “aspectos esquematizados” (que denomina “perspectivas esquemáticas”), conceito de Ingarden, em que se situam os lugares vazios:

Estos lugares vacios abren un espacio explicativo del modo de relacionarse los aspectos representados en las perspectivas. No deben ser dejados de lado por causa del texto. Por el contrario, cuanto más afina un texto en su retícula expositiva, es decir cuanto mayor sea el numero de “perspectivas esquematicas” que producen el objecto del texto, tanto más aumenta el número de lugares vacios. (ISER, 1979, p. 138)

Segundo Iser, os lugares vazios de um texto não são defeitos na composição, mas um ponto de apoio básico à sua efetividade. Nos lugares vazios está o espaço no qual os leitores exercem seu influxo de leitura, levando-se em conta que os aspectos esquematizados são produzidos continuamente no processo de leitura. “Esto quiere decir que el lector continuamente o bien llena esos espacios vacios o prescinde de ellos” (ISER, 1979, p. 138). Ao deixá-los de lado, o leitor se aproveita do espaço explicativo deixado, estabelecendo as relações entre as perspectivas que não foram formuladas no texto por sua conta.

Esse processo explica o aprofundamento de uma segunda leitura que, não raro, produz uma impressão diferente da alcançada na primeira. Na segunda leitura, quem leu já está munido de uma série de informações sobre o texto – ou seja: depois de leitura inicial, informações novas agregaram-se ao repertório do leitor, e isso interfere na compreensão do material.

Diferentes impressões em leituras sucessivas ocorrem graças à capacidade de o texto literário permitir diversas realizações, que se concretizam na diminuição das indeterminações, ou dos espaços vazios:

[...] Esto seria imposible si no contuviese el texto espacios vacíos que hacen posible el juego interpretativo y la adaptación variable del texto. Con esta estructura, el texto realiza un ofrecimiento de participación a sus lectores. [...] Solo esos lugares vacíos garantizan una participación del lector en la realización y la construcción de sentido de los acontecimientos. (ISER, 1979, p. 139)

Partindo dessas premissas, reforça-se que o interesse desta tese reside em aprofundar o entendimento de *O Primo Basílio* com os olhos voltados sobretudo para as indeterminações que giram em torno de Basílio. Para isso, pretende-se propor um preenchimento para lacuna que diz respeito à sua decisão de migrar para terras brasileiras.

Sem perder de vista que a literatura produzida na segunda metade do século XIX (sobretudo pelos escritores afins às ideias popularizadas por Zola) mantinha um compromisso com a verossimilhança, a intenção primeira é buscar entender de que modo Eça de Queirós esperava que o seu leitor-modelo preenchesse essa lacuna. Nos debates sobre o livro, sobretudo naqueles que questionaram onexo entre o real e o ficcional, não foram localizadas indagações sobre o modo de enriquecimento da personagem na América do Sul – logo, isso sugere que esta informação é passível de comprovação.

Na linha do ideal de representação zoliano, Eça aplica a técnica do inventário, reduzindo a velocidade da narrativa em diversas situações, mantendo o seu leitor no bosque por mais tempo, como postulado de Eco, ou conferindo ao texto um enchimento, de acordo com Moretti. Todavia, a lentidão resultante não agradou nem mesmo o próprio autor⁹, sendo inclusive atacada por Machado de Assis. Em meio às descrições que integram a trama, há algumas bem longas, como a passagem em que, diante de uma grande tensão no romance, estando Sebastião prestes a recuperar os bilhetes que preservariam a boa reputação de Luísa, o narrador suspende abruptamente as informações sobre o resgate dos papeis, passando a descrever pormenores de um espetáculo teatral.

Ainda sobre essas interrupções na trama, a forma de enriquecimento do Basílio no Brasil informada pelo narrador pode aparentar ser apenas um enchimento, com vista a prolongar uma das passagens tensas da narrativa. Entretanto, uma leitura que leve em conta o contexto histórico da matéria narrada aponta para um exemplo de datação do romance, a partir da inserção de conteúdo histórico luso-brasileiro subjacente em camada interna do texto.

É bem provável que o tempo cronológico seja fator que influencia diretamente no julgamento individual sobre uma informação ser relevante ou não, particularmente nos textos literários. Um leitor comum tende a acomodar com mais facilidade um texto ambientado no seu

⁹ Em correspondência a Teófilo Braga, Eça de Queirós assume desagrado com relação ao resultado das descrições de *O Primo Basílio*: “[...] Eu acho no *Primo Basílio* uma superabundância de detalhes, e abafa um pouco a ação; o meu processo precisa simplificar-se, condensar-se, – e estudo isso: o essencial é dar a nota *justa*, um traço justo e sóbrio cria mais que a acumulação de tons e valores – como se diz na pintura” (EÇA DE QUEIRÓS, 1995, p. 303).

tempo, contemporâneo a si, do que uma narrativa situada com afastamento histórico, no século XIX, por exemplo. No conjunto dos materiais repertoriais, uma das possíveis razões está tanto no vocabulário utilizado pelo autor que, de modo geral, é mais compatível com o repertório prévio do leitor comum, como também nos elementos que compõem os cenários em que o enredo ocorre, bem como nos dilemas sociais específicos da época, que variam constantemente.

Portanto, tudo indica que o leitor para quem as narrativas queirosianas se dirigiam, por estarem imersos no tempo que o escritor buscou retratar, na condição de *homem do seu tempo*, atingia um entendimento contextual mais profundo do que um leitor comum do século XXI. Por isso, entende-se que o vão da lacuna para um leitor do século XXI seja maior do que aquele percebido pelo leitor do quarto final do Oitocentos.

Levando isso em conta, o método usado aqui para diminuir esse *gap* consiste no cruzamento de informações históricas com dados ficcionais fornecidos (mas não detalhados) pelo narrador e por personagens de *O Primo Basílio* – na tentativa de se reaproximar de informações que supostamente eram sabidas pela população geral, ou seja, que compunham o repertório do leitor eciano.

As informações sobre o Brasil entremeadas no enredo de *O Primo Basílio* são tratadas aqui como sintomas desta nação, tais como os negócios em evidência no território brasileiro (a extração do látex, o cultivo de tabaco, etc.), o “brasileiro”, o Brasil como a árvore das patacas, como o lugar da prática da escravidão, entre outros.

Dito de outra maneira, o esforço em se reconstruir o panorama histórico em que Eça estabelece as bases de *O Primo Basílio* objetiva aumentar o entendimento do contexto em que a obra circulou, a fim de demonstrar que informações de aparente baixa importância em leitura inicial contêm um arcabouço histórico que comunica muito sobre as relações entre Brasil e Portugal.

3 Sintomas do romance e realidade luso-brasileira

Conforme afirmado na seção introdutória desta tese, no enredo de *O Primo Basílio*, fazem-se várias referências ao Brasil, enumeradas a seguir.

Ao iniciar-se o romance, Luísa toma conhecimento do retorno de seu primo a Lisboa por intermédio de um anúncio de jornal. Segundo dados do anúncio, a estada de Basílio no Brasil durante sete anos foi tempo suficiente para que o rapaz acumulasse fortuna, e essa notícia agrega ao texto a imagem do Brasil como terra de oportunidades, como lugar da árvore das patacas.

Ainda no capítulo I, quando o narrador contextualiza o envolvimento dos jovens primos, menciona a carta que Basílio escrevera da Bahia para romper o relacionamento com Luísa. Nesse texto, além de explicações sobre os motivos para a ruptura, o rapaz reclama do clima local – que julga horrível, dado comum às narrativas oitocentistas portuguesas que referenciaram o Brasil desde a época colonial. O narrador descreve, ainda, uma fotografia remetida por Basílio à prima: na imagem, o rapaz traja-se com calça branca e chapéu panamá, vestimenta seguidamente relacionada aos brasileiros. Essas alusões ao Brasil, portanto, informam o clima hostil segundo a percepção de um europeu, além de anotar uma combinação (calça e chapéu) que é um dos símbolos desta nação.

Nos devaneios de Luísa, que se imagina vivendo em terras brasileiras, encontram-se estereótipos, desta vez, ligados à natureza brasileira e à servidão dos negros: a personagem “via-se no Brasil, entre coqueiros, embalada numa rede, cercada de negrinhos, vendo voar papagaios!” (EÇA DE QUEIRÓS, 2010, p. 22).

Na primeira visita de Basílio à casa da prima (cap. III), ela dá notícias ao rapaz de sua antiga quinta em Sintra. Segundo as suposições da moça, o imóvel fora comprado por um “brasileiro”, tendo em vista o estilo de ornamentação da casa; em casa de Luísa, Basílio canta uma modinha brasileira (cap. IV), contando a história de uma negra que nutre um amor não correspondido pelo seu feitor. Tal fato motiva um diálogo entre Basílio e Acácio sobre a condição dos escravos no Brasil, bem como sobre a posição do Imperador diante da escravatura, além de ter sido registrado nesse episódio um tipo de canção tipicamente brasileiro.

No capítulo VII, Luísa, acompanhada por Juliana, vai à casa de Leopoldina, depois do anoitecer. Não encontrando a amiga, patroa e empregada percorrem a baixa de Lisboa e, nos

arredores do Chiado, são abordadas por um indivíduo brasileiro (ou procedente do Brasil), o que se infere pelo traje que o homem veste e pela sua “voz adocicada”, outro estereótipo relativo ao Brasil que Eça usa, pelo menos por mais uma vez.

Com estes exemplos, evidencia-se que, no romance, há várias imagens do Brasil, normalmente desenhadas por aquelas informações dos torna-viagem, de que Basílio é exemplo. Daí ser necessário analisar-se os assuntos relacionados à emigração.

3.1 A emigração e seus motivos

Cabe lembrar, antes de discutir os seus motivos no século XIX, que a emigração, uma das marcas portuguesas, ocorre em Portugal desde a época dos descobrimentos, levando portugueses aos quatro cantos do mundo, embora mantendo forte ligação à terra de origem (SANTOS, 2000, p. 15). As motivações para a travessia foram “predominantemente de raiz econômica”, razão abrangente, segundo Maria Beatriz Rocha-Trindade (1986, p. 142), para explicar o caso daqueles que viajaram no pós-independência brasileiro, ainda que exista uma multiplicidade de justificativas para a transferência de portugueses para o Brasil.

A partir do século XVIII, a mobilidade das populações passou a ser encarada em Portugal como um direito natural, equivalendo ao direito à sobrevivência. Com a implantação do constitucionalismo liberal, em meados da década 30 do século XIX, a emigração foi proclamada um direito, consagrado na constituição sob a expressão “direito de mudança de domicílio”, o que incluía a autorização para cruzar fronteiras nacionais visando estadias mais duradouras.

A consagração desse direito teve alto alcance social, sobretudo porque transformou sobremaneira o tratamento dispensado aos súditos do reino: o constitucionalismo liberal concedeu ao indivíduo o livre-arbítrio para escolher permanecer ou não no território em que nasceu¹⁰, ao passo que no sistema absolutista era necessário o aval do soberano (que concebia a população como sua propriedade) para se deixar o território¹¹.

¹⁰ “Com a instauração definitiva do liberalismo em Portugal (1834), de acordo com a Carta Constitucional de 1826, passou a vigorar o princípio do pleno exercício da liberdade, nomeadamente das liberdades políticas ou públicas, no âmbito das quais se integrava o direito de o cidadão poder abandonar o País e sair para o estrangeiro munido de respectivo passaporte” (SOUSA, 2009, p. 25).

¹¹ Em 1565, passou a vigorar uma carta régia, de 6 de março, que ordenava às naus destinadas à Índia, e que lá não pudessem chegar, a de modo algum arribarem ao Brasil, devendo voltar a Portugal. Essa medida foi tomada também para impedir que os navegantes fugissem das embarcações, permanecendo no Brasil (PEIXOTO, 1938, p. 3).

As medidas liberais oitocentistas facilitaram o deslocamento dos emigrantes, principalmente mediante a vulgarização do passaporte, o que contrastou com as práticas da Corte no século XVIII, que buscava restringir as partidas para as terras da América Portuguesa. A emissão dos passaportes pelas entidades distritais, ainda que criticada como uma forma de imposto, descentralizou o poder da Corte no século XVIII, tornando o caudal emigratório mais visível, porque mensurável (ALVES, 2007, p. 8).

Importa aqui mostrar a situação de Portugal na conjuntura econômica internacional, para que se possa compreender melhor os motivos da emigração. Os Oitocentos foram tempo de intensa movimentação na história lusitana, a começar pela transferência da Corte, em 1808; esta mudança da capital para o Rio de Janeiro iniciou o seu desligamento da Metrópole¹².

Na década seguinte à proclamação da independência do Brasil, os portugueses atravessaram uma guerra civil, assistiram ao retorno do Absolutismo e passaram por um período de intensa instabilidade político-econômica. A isso acresce o fato de que Portugal estava em descompasso em relação à restante Europa: França e Inglaterra firmavam-se como motores fortes da Revolução Industrial. Com tecelagens instaladas e em franca produção, as indústrias francesas e inglesas contrastavam com as fábricas existentes em território lusitano, responsáveis por uma produção artesanal (SARAIVA, p. 1986, p. 309).

A partir de 1850, porém, um plano de modernização passou a ser posto em prática em terras portuguesas: a construção de estradas de ferro ligando Portugal a outros locais do Velho Mundo¹³ e o advento dos telégrafos e dos correios integraram a nação lusitana numa rede de comunicação, que facilitava a divulgação e a circulação de informações (LEITE, 2000, p. 3).

O projeto de modernização de Portugal também contou com um rearranjo no que diz respeito ao sistema de distribuição agrária, com a individualização de terras, o que se traduziu na instituição da propriedade. Se até pouco tempo a fonte provedora de impostos a Portugal era a terra – explorada em sistema comunal –, da segunda década do Oitocentos em diante, com a instauração da propriedade, os produtos resultantes da agricultura passaram a receber tratamento de itens comerciais, demandando dinheiro para a sua aquisição (SARAIVA, 1986, p. 315-316).

¹² De acordo com Jorge Alves, o comércio do Porto com o Brasil diminuiu drasticamente no século XIX, em um processo de decadência que foi irreversível. O historiador considera os anos de 1808 e 1822 como datas simbólicas com efeitos visíveis na quebra de relações comerciais. “Aos interesses nacionais, afeitos ao exclusivo, veio sobrepor-se a lógica da reordenação contínua da economia-mundo, que relegava Portugal para uma situação de periferia e incluía o Brasil na órbita central dominada pelos interesses britânicos, numa renovação do processo da divisão internacional do trabalho” (ALVES, 1994, p. 53).

¹³ “No meado do século XIX, Portugal não tinha ainda estradas. A única estrada de tipo moderno, isto é, macadamizada, era a que ligava Lisboa a Coimbra; fora construída no tempo de D. Maria I, antes das invasões francesas” (SARAIVA, 1986, p. 309).

Aos portugueses que conseguiram se firmar como proprietários de terras, deu-se o nome de remediados, assim descritos:

O lavrador remediado usa relógio e corrente de ouro (esta funciona como um emblema de classe), chama o médico, serve-se da farmácia, traz os filhos na escola, guarda no pavimento térreo da residência uma provisão de alimentos que o põem a coberto da fome e pode mesmo recorrer ao banco na altura de aperto [...]. (SARAIVA, 1986, p. 36)

Entretanto, a classe remediada estava longe de representar a maioria da população, em que predominava gente pobre, sem acesso a escolas e crédito, nem grandes esperanças de mobilidade social por meio do trabalho no campo. O que lhes restava era abandonar as zonas agrícolas rumo às grandes cidades que, por seu turno, não tinham capacidade de os absorver na totalidade. Como lembra Saraiva,

ser trabalhador do campo é uma condição permanente, ser trabalhador na cidade é uma fase num processo. Os bisavós dos camponeses pobres já foram camponeses pobres e os bisnetos continuarão a sê-lo. Mas os pais dos primeiros operários foram camponeses e eles lutam para que seus filhos já sejam burgueses. (SARAIVA, 1986, p. 317)

A transição do mundo rural para o urbano não era, em geral, fácil. Para as mulheres, a ocupação nas casas burguesas como empregadas domésticas era uma forte possibilidade de trabalho; para os homens, porém, a adaptação era mais difícil: aqueles que não eram aproveitados na construção civil de cidades maiores, como o Porto e Lisboa, deparavam-se com oportunidades de emprego bem mais escassas.

Além disso, Portugal diminuía ainda mais as chances de ocupação profissional para os trabalhadores do campo que chegavam às cidades, mantendo-se como um lugar parcamente industrializado. Com uma indústria débil, que gerava produtos de baixa qualidade, a nação lusa não concorria com os produtos importados, o que reforçava a dificuldade de se criarem vagas de trabalho no setor secundário. Restava, por isso, aos desempregados, exercer o seu direito à mudança de domicílio, buscando condições de sobrevivência mais farta em outras terras, horizonte em que o Brasil ocupava o primeiro plano.

O ano de 1850 marcou em Portugal o início de uma era de modernização, que também foi decisivo na trajetória política do Brasil, pois foi quando se deu a proibição do tráfico negreiro, medida que teve como reflexo imediato a ameaça de falta de mão de obra para o cultivo das vastas áreas de terra em que se praticava prioritariamente a monocultura, bem como a procura de solução das lideranças brasileiras para resolver o problema. Substituir a mão de obra escrava nas plantações tornou imperativa a captação de trabalhadores livres, já que o

Brasil, como Portugal, não desenvolvera política econômica baseada na indústria, mas num grande volume de produção agrícola com o fim de abastecer o mercado externo. Houve então a necessidade de se contratar mão de obra estrangeira, melhor dizendo, europeia, pois, em função das teorias difundidas na Corte brasileira por Gobineau (1855), era necessária uma “injeção” de raça branca para que a população brasileira, degenerada pela mestiçagem com negros e índios (para ele, raças inferiores), não desaparecesse.

Ao relacionar a crise do sistema escravista brasileiro com a importação de mão de obra estrangeira, Renato Pinto Venancio (2012, p. 212-213) ressalta a participação do povo português. Sobre esse mesmo assunto, Joaquim Costa Leite informa que quase a totalidade do contingente de emigrantes que deixou as terras portuguesas depois de 1850, estendendo-se ao século seguinte, teve o Brasil como destino:

De 1855 a 1914, as estatísticas portuguesas registraram um pouco mais de 1,3 milhões de saídas. O Brasil atraiu oitenta e nove por cento desses emigrantes; apenas 200 mil escolheram outros destinos, rumando à América do Norte, Argentina, Guiana Britânica, e Hawai. Se excetuarmos alguns movimentos essencialmente sazonais, podemos dizer que a Europa foi praticamente ignorada, e as colônias portuguesas, apesar de algum apoio oficial, tiveram um poder de atração muito reduzido. Assim, a corrente migratória de Portugal para o Brasil é quase o equivalente à emigração portuguesa dessa época. (LEITE, 2007, p. 177)

O crescimento econômico brasileiro que impulsionou a construção de cidades no seu território, conjugado com uma evolução jurídica e com profundas alterações nas comunicações (envolvendo navegação e o sistema de correios e telégrafos), tornou as condições da emigração lusitana para o Brasil no século XIX mais proveitosas do que as do período colonial (ALVES, 2007, p. 16).

A urbanização gerou um implemento do comércio, tanto o de material para a construção civil quanto o de bens de consumo básicos; o crescimento demográfico brasileiro teve sempre relação com o volume de transações comerciais, fosse quando a atividade era basicamente extrativista, fosse, depois, com a prática da monocultura. Pelo fato de o Brasil ocupar uma posição estratégica na rota mercantil entre Europa-América-Oriente, algumas cidades, especialmente as portuárias, tornaram-se grandes centros de negócios, ainda que embasados numa política prioritariamente agrária¹⁴.

¹⁴ Joaquim Costa Leite (2000, p. 29) afirma que, com o declínio do comércio na Bahia, os setores que passaram a atrair os migrantes portugueses eram ligados ao cultivo do café da Paraíba e de São Paulo e ao surto de extração da borracha na região amazônica.

Costa Leite destaca três acontecimentos, na tentativa de esquematizar os múltiplos fatores que se correlacionam com o grande número de portugueses que se transferiram para o Brasil na segunda metade do século XIX: as novas tecnologias de navegação, o acompanhamento estatístico e a legislação.

No incentivo à emigração, destaca-se a atividade da Royal Mail Steam Packet Company¹⁵, popularmente conhecida como Mala Real, cuja rota era partir de portos de cidades da Inglaterra, passando por Lisboa, Funchal, São Vicente até chegar à Bahia. Por operar navios a vapor, a Royal Mail possibilitava chegadas e partidas regulares, o que era impraticável para os veleiros (meios de transporte predominantemente usados até então). Outros fatores que angariaram a confiança dos viajantes foi o conforto dos paquetes e a redução do tempo na travessia do Atlântico.

A forma de viajar também estimulou a emigração, sendo assim, o Estado, entre 1855 e 1863, estabeleceu regras e documentação para isso: passou a exigir passaportes, a exigir que menores de idade apresentassem autorização dos pais para viajar e que as mulheres migradas casadas comprovassem que partiam com o aval dos maridos; além disso, os funcionários dependiam da aprovação de seus superiores hierárquicos. Foi também nessa época que foram sancionadas e multiplicadas leis que regulamentavam a locação de serviços estrangeiros, assunto a ser abordado de forma particular no capítulo 4 desta tese.

Para Costa Leite, no entanto, o período que compreende 1850 e 1920 pode ser considerado o tempo de maior liberdade migratória da história moderna portuguesa, mesmo que o Estado tenha passado a controlar as emigrações de forma mais contundente (LEITE, 1999, p. 179).

Nesse quadro, o Brasil ocupou papel de destaque, visto que os salários praticados no seu território eram maiores do que os oferecidos em Portugal. Além disso, as diferentes condições demográficas entre o território de origem e o território de destino dos emigrantes se traduziam em oportunidades para os que se aventuravam em terras sul-americanas, sem esquecer que as leis de proibição do tráfico abriram portas para trabalhadores europeus, conforme comentado. Para Leite, “num país atrasado do ponto de vista econômico e demográfico, como Portugal, a emigração marcou tendência crescente” (LEITE, 1999, p. 180).

Leite propõe três modelos para descrever a decisão de os portugueses deixarem sua terra natal: migração como carreira, migração como uma forma de obtenção de rendimentos

¹⁵ “A Royal Mail aportou pela primeira vez em Lisboa em 1851, com destino aos portos do Brasil. [...] Cerca de 25 anos mais tarde todos os emigrantes que partiam para o Brasil viajavam em barcos a vapor estrangeiros e partiam de Lisboa, já que o porto do Douro não oferecia condições de atracagem” (SANTOS, 2000, p. 20).

complementares e migração como uma resposta a uma situação de crise. Para a presente tese, a mais importante é a migração de carreira, feita normalmente

por jovens do sexo masculino, alfabetizados, que partem razoavelmente bem providos de roupa, apoiados por contratos estabelecidos previamente por familiares ou amigos. Para estes imigrantes, que começavam cedo e com alguma preparação e apoio, a decisão de partir era tomada em família, como parte de uma escolha profissional. Emigrar, era, nesse sentido, uma decisão de carreira. (LEITE, 1999, p. 193)

Era grande o número de famílias que desejava ter um filho “brasileiro”. Em muitos casos, esse descendente era encarado como o salvador que velaria pela família em dificuldade na medida em que sua situação econômica evoluísse. Esse auxílio consistia basicamente em apoiar os irmãos mais novos e em amparar os pais na velhice. Por isso, “muitas famílias, como forma de preparar o sucesso, arranjavam com cuidado e antecedência o projeto migratório, propiciando a aquisição de saberes e a inserção em redes” (ALVES, 2004, p. 194), predominantemente centradas nos estabelecimentos comerciais de proprietários portugueses no Brasil.

Para Leite, esse grupo de emigrantes estava bem delimitado desde o século XVIII¹⁶, sendo composto provavelmente pelo contingente mais ambicioso de viajantes, pois o seu objetivo era claro: enriquecer no Brasil. “Teriam razões para isso, dado que os vencimentos que poderiam auferir no Brasil eram muito superiores aos portugueses, e a economia brasileira abria a possibilidade de se estabelecerem por conta própria” (LEITE, 1999, p. 193).

Havia outro tipo de migrantes, constituído principalmente por artesãos: gente adulta, em muitos casos homens casados que chegavam ao Brasil com o propósito de desempenhar seu ofício. Estabeleciam-se naqueles centros urbanos que ofereciam salários mais atrativos, como no Rio de Janeiro, e ficavam na cidade o tempo suficiente para amealhar uma quantia significativa de capital e retornar a Portugal. Esses emigrantes geralmente ganhavam a vida com as mesmas profissões que exerciam em Portugal, como carpinteiros, sapateiros, etc., mas com salários duas a três vezes maiores do que na nação natal; ou arranjavam pequenos negócios no ramo de comércio fixo ou ambulante da grande cidade. Ao final de uns anos de trabalho, “faziam as contas à vida e regressavam a Portugal” (LEITE, 2000, p. 85).

¹⁶ De acordo com Maria Beatriz Rocha-Trindade (1986, p. 139), até o século XVI, os viajantes eram homens que migravam a serviço dos reis. Mas foi naquele século que surgiram outras três modalidades de viajantes: a) os dirigentes, oficiais, feitores e pessoal administrativo, que viajavam na condição de funcionários da Coroa, com a finalidade de constituir o funcionalismo no Brasil; b) os que eram forçados a viajar, como exilados, degredados e os escravos de origem africana; c) e os homens livres que, por vontade própria, buscavam oportunidades de trabalho melhores do que conseguiam na Metrópole, e perseguiam a realização do sonho de enriquecimento rápido, dadas as condições econômicas favoráveis no território brasileiro.

O grupo constituído por emigrantes que viajavam em agrupamentos familiares constituía outro tipo. Decidiam partir impulsionados, em grande parte dos casos, por uma situação econômica insuportável. Eram oriundos predominantemente da zona do Minho¹⁷, conhecida como “*vespeiro* do país, isto é, a região mais densamente povoada e com excedentes populacionais” (SCOTT, 2010, p. 22).

[...] Emigrar tornou-se mesmo ao longo da época Moderna e Contemporânea uma marca indelével da identidade de alguns povos, designadamente os do noroeste da península ibérica, de tal modo que um autor contemporâneo chamou essa região de “a terra dos adeuses”. (SANTOS, 2000, p. 15)

Para Jorge Alves, contudo, é importante relativizar a abordagem ao processo migratório, pois essa mudança domiciliar acontecia em fluxo-contínuo, o que leva a encarar prioritariamente essa movimentação como uma resposta às condições internas¹⁸ de Portugal, mais do que uma força atrativa do estrangeiro (ALVES, 1994, p. 15).

Jorge Alves propõe uma breve tipificação dos emigrantes, embora reconhecendo ser delicado situar essa gente em enquadramentos definitivos, pois a decisão de viajar, em última instância, constituía uma atitude individual e personificada. Três foram as categorias por ele delineadas: a dos mais letrados (que desfrutavam de maiores chances de realização profissional), advogados, jornalistas, padres e médicos; a dos colonos engajados, que se submetiam aos contratos de locação de serviços, muitos deles tornando-se vítimas daquilo que se denominou escravatura branca¹⁹. Essa gente, juntamente com os trabalhadores livres, dividiu espaço na lavoura com os africanos escravizados, assunto a ser retomado no capítulo 4 desta tese; por fim, a dos emigrantes que desenvolviam organizações econômicas relativamente complexas no Brasil, de que são exemplos os que dirigiam instituições bancárias e fábricas e cuja presença se fazia indispensável em solo americano.

¹⁷ “A emigração verificou-se das regiões de pequena propriedade; quase não há alentejanos entre os emigrantes. A explicação reside no fato de que era preciso dinheiro para fazer a longa viagem, e isso só se verificava nas regiões em que a maioria da população rural mantinha ainda alguns vestígios de propriedade: Minho, Douro, Beira Alta, Beira Litoral” (SARAIVA, 1986, p. 319).

¹⁸ Na segunda metade do século XIX, o Porto apresentava um crescimento demográfico anual em torno de 2%. Esse aumento populacional se convertia em falta de habitação e, conseqüentemente, na proliferação de moradias insalubres, popularmente chamadas de “casa de malta” ou “ilhas”. Como resultado das más condições de acomodação, os obituários da região registraram números altos de mortes, tanto de crianças quanto de adultos, em termos absolutos e relativos (ALVES, 2010, p. 27-29).

¹⁹ O termo escravatura branca é empregado nesta tese com base na denominação que a migração portuguesa para o Brasil mediada por contratos recebeu após as denúncias de exploração do gentio luso neste território. Entende-se que se a movimentação de colonos portugueses para o Brasil fosse denominada neste trabalho de forma distinta – no contexto em que se apresenta –, a abordagem perderia fidedignidade. Diante disso, por mais que a nomenclatura sugira um paralelo, é importante destacar que em nenhum momento a autora desta tese entende que a migração lusitana para o Brasil subsidiada por contratos pode ser comparada com a escravatura africana, prática hedionda que submeteu a população negra a viver uma experiência sub-humana durante séculos, sobretudo em terras americanas.

O grupo de torna-viagem não se situava entre os emigrantes de situações extremas, mas representava um tipo de classe com poderio intermediário entre os que partiam:

conforme as regras habituais de emigração, não retornavam os do fundo nem os do topo da escala na pirâmide social dos emigrantes. Este desígnio ficava normalmente para os remediados: os comerciantes que trespassavam o negócio, artistas que ganhando bem voltavam com algum dinheiro ao fim de alguns anos. (ALVES, 1994, p. 194)

Situa-se entre as décadas de 1830-1870 o período mais fecundo de retorno desses “brasileiros” endinheirados, porque essas quatro décadas foram marcadas pela hostilidade aos portugueses no Brasil. Também houve casos de portugueses que, encontrando um sucessor que lhes assegurasse a continuidade do negócio na América, voltaram à Europa e passaram a viver das remessas enviadas e a controlar a empresa à distância (ALVES, 2004, p. 195).

3.2 Contornos da emigração

a) O “brasileiro”, um produto da emigração

A intensa movimentação migratória portuguesa para o Brasil pós-1830 gerou alguns símbolos, e é possível afirmar que um deles é o “brasileiro”. A figura do emigrante torna-viagem gradativamente ganhou espaço na cena social portuguesa, convertendo-se em matéria literária durante décadas e criando mesmo um clichê.

Duas décadas depois da intensificação da migração transatlântica, críticas de literatos portugueses começaram a ser externadas. Nos textos, é possível se ter acesso ao ponto de vista de alguns intelectuais em relação à emigração e ao lugar que esse assunto ocupava no drama e na literatura lusitana.

Entre os textos que servem de exemplo, tem-se o romance *Ouro e Crime, mistérios de uma fortuna ganha no Brasil*, com publicação datada em 1855. De autoria de Eduardo Tavares, o desenrolar da narrativa divide-se em dois tomos, que são acompanhados por textos críticos introdutórios nos dois volumes e por um posfácio no segundo. Somadas à dedicatória e ao prefácio do autor, que integram o primeiro volume, há a crítica de Julio Cesar Machado a apresentar o primeiro tomo, e a de J. E. Almeida Vilhena, compondo a abertura do segundo.

Julio Cesar Machado esclarece o motivo que o fez acreditar que a escrita de *Ouro e Crime* descortinava a realidade da vida no Brasil, em reforço à importância da experiência objetiva de Tavares em terras brasileiras: “Por este romance pode fazer-se uma ideia do que é

a vida no Brasil. Vida estranha, e excepcional, que só compreende bem quem já experimentou as suas desigualdades” (MACHADO, 1855a, p. III).

O texto apreciativo de Machado, mais do que apresentar o romance, prenuncia uma marca que se tornaria comum à literatura produzida em Portugal na segunda metade do século XIX: a presença do Brasil e do “brasileiro”. Na visão do crítico, nas páginas de *Ouro e Crime*, é possível encontrar toda a nudez da “vida estranha” que se levava na antiga América Portuguesa. Opinião apoiada no fato de o autor do romance ter vivido no Brasil e, por isso, escrever sobre um tema que não lhe era hipótese nem adivinhação, mas resultado de uma experiência objetiva: “O autor esteve quatro anos no Rio de Janeiro, e ficou sabendo, creio que até demais, o que são essas terras e o que é essa gente” (MACHADO, 1855a, p. II).

Ouro e Crime parece ser a composição romanesca mais antiga de que se tem notícia em que figura um “brasileiro” com contornos que se popularizaram em diversas produções seguintes, chegando a consagrar esse emigrante ficcionalizado como uma personagem-tipo. A partir dos textos que acompanham a narrativa, vislumbra-se o lugar que o Brasil passou a ocupar na literatura portuguesa depois de duas décadas do avivamento das correntes migratórias para este destino:

O Brasil vai-se tornando para a literatura a mesma fonte inextinguível, que antes se encontrava no amor e no casamento. O campo não é menos vasto, ainda que da mais leve pulsação de um coração que ama formam-se facilmente dois mil romances. Os afetos são tão vastos que as peripécias que eles suscitam, nenhum historiador do sentimento poderia numa longa vida descrevê-las em longas obras. Mas é tão certo que o dinheiro venceu o amor, no nosso século, que até a literatura já não lhe dá cuidado como é que o dinheiro se gasta, e como é que se perde o tempo e a vontade de o alcançar: importa-lhe agora como é que ele se ganha.

Na opinião de muita gente, o Brasil é a *terra prometida* do Senhor. O caso está em lá ir, quem lá vai está rico. Supõem mesmo que no Brasil ninguém é pobre. Por isso, um pai honesto e meditador, destina um de seus filhos para cirurgião, outro para padre e o terceiro para ir ao Brasil. Na opinião da família este último é o que há de ser feliz.

[...]

Eu tenho horror ao Brasil, e desgostam-me as almas acanhadas, e miseravelmente calculistas que empreendem ir e gastar a mais bela idade da vida, a mocidade, a ganhar lenta e asperamente a fortuna para o tempo em que, mortos os desejos, extintas e fanadas as aspirações viçosas da vida, já não poderão fazer uso dessa fortuna que lhe arrancou os dias esplêndidos. Desgosta-me essa gente, e comparo-as a um homem que tendo uma única hora para dormir gastasse cinquenta minutos para fazer a cama muito bem feita, em vez de dormir a hora inteira estirado no chão. (MACHADO, 1855a, p. I-V)

A condenação ressalta não só o fato de a emigração ser um projeto presente no seio das famílias portuguesas (emigração de carreira), como também a presença do Brasil no imaginário lusitano como um local para o enriquecimento fácil.

O texto de Julio Cesar Machado comenta igualmente a imagem de “brasileiro” que começava a ser fixada na literatura. Entende-se que a sua síntese é pioneira, na medida em que resume o perfil de torna-viagem que a literatura vulgarizou:

Digam-me, em verdade, se assim como o inglês se tornou um tipo exótico, e que nos desperta o riso, quer numa comédia, quer pela rua, a pé, ou a cavalo, a comer rosbife, ou a beber cerveja, a alugar um burro, ou a comprar batatas, digam-me se é menos certo que o “brasileiro” é hoje aos nossos olhos um tipo odioso, repulsivo e enfadonho.

Nós rimos dos ingleses, mas não queremos mal os ingleses. Rimo-nos dos brasileiros, e... rimo-nos dos Brasileiros...²⁰

No romance de que nos estamos ocupando há um grande estudo filosófico a observar. O autor põe em relevo na sua obra, por entre os tipos mais salientes daquelas terras excepcionais, sobressaindo ao negociante, sordidamente ambicioso, mas sordidamente materialista, ao comerciante que rouba o tesouro, que passa moeda falsa, que especula viagens dos colonos, e que, para nada lhe faltar, prefere uma negra hedionda a sua própria mulher [...]. (MACHADO, 1855a, p. II)

A vivência brasileira de Eduardo Tavares de fato pesou na composição do romance, e isso fica claro desde a dedicatória que acompanha o livro e é dirigida aos leitores, conjugada à síntese do que ele pretendia demonstrar por meio da narrativa: “Com muito estudo, muito trabalho e alguma experiência, escrevemos este romance onde a ambição e o interesse sórdido, de colo erguido, triunfa por sobre a honra e a virtude rojadas ao chão, calcadas e oprimidas” (TAVARES, 1855a, p. 7).

Em tom de lamento, Tavares afirma ter-se esforçado para demonstrar a vitória do crime sobre o amor, o que afirma ter percebido ao observar sua época, tempo em que o ouro, embora garimpado em “lágrimas de fogo e sangue” (TAVARES, 1855a, p. 7), prevalece sobre a virtude.

No prefácio que segue a essa dedicatória, Tavares desvenda a mola propulsora da escrita do romance: compor uma narrativa em que os seus concidadãos “pudessem ver estampado o positivismo desses crimes abomináveis que a ambição faz praticar” (TAVARES,

²⁰ A falta de padronização no emprego do vocábulo “brasileiro” permeia todo o texto, porém, analisando-se o todo, fica evidente que o autor se refere ao torna-viagem, não fazendo qualquer menção ao nativo do Brasil.

1855a, p. 8), aos quais a imprensa fazia menção esporadicamente. Porém, o artista declara que as descrições das cenas de horror que chegavam às terras lusas, bem como as notícias sobre as condições que os emigrantes suportavam ao viver no Brasil, não eram suficientes para exprimir o que de fato se vivia neste território, uma vez que o “calibre só os olhos podem precisamente medir. O boato está para o fato como um está para mil” (TAVARES, 1855a, p. 8).

Em tom de denúncia, o autor justifica o título como um invólucro literário a “um montão de crimes abomináveis” que constituíam, segundo ele, a base de grande parte do colosso de ouro originário da América do Sul que chegava a Portugal.

Refletindo sobre as mudanças no fazer literário, afirma que o escritor precisava adaptar-se às tendências do seu tempo e esclarece ter aberto mão de escrever unicamente sobre o amor para dar movimento a um enredo “todo assente em fatos, mais ou menos possíveis de provar”, no qual figuram “a luta entre o ouro e a moral, entre a humanidade e a barbárie” (TAVARES, 1855a, p. 9).

Para isso, o romancista dá movimento a uma trama repleta de peripécias, num cenário quase que exclusivamente brasileiro, a pequena Iguazu, “a oito léguas do Rio de Janeiro”²¹; local em que viviam muitos portugueses radicados no Brasil, bem como alguns que se tornariam “brasileiros”. Destes últimos, o mais notório é Timóteo, protagonista da narrativa.

Nascido em Portugal, Timóteo emigra para o Brasil ainda jovem, casando-se com a filha do proprietário do estabelecimento que o contratara como caixeiro. Torna-se negociante e enriquece às custas da prática de crimes diversos, entre os quais, o tráfico humano. Tirano doméstico, submete a sua esposa e filha a uma vida semimiserável. Como agravante, mantém um relacionamento extraconjugal com uma negra, Rosália, a quem agrada com joias, em contraste com o destrato e com a carente vida que proporciona a sua consorte.

²¹ Um dos projetos do livro esteve ancorado no compromisso de descrever o ambiente em que circulavam as personagens calcado no mundo real; portanto, admite-se a hipótese de “Iguassu” ser o município da região metropolitana do Rio de Janeiro atualmente chamado de Nova Iguaçu, tendo em vista a proximidade com a capital (conforme descrito na ficção) e a similitude dos nomes. Além disso, do ponto de vista histórico, o nome da cidade passou por várias mudanças: no início do século XIX, chamava-se Piedade do Iguazu; em 1833, com a criação da Estrada Real do Comércio, a cidade ganhou estrutura para figurar como um importante entreposto comercial da região, visto que esses caminhos foram a primeira via aberta para o escoamento da safra de café colhido no território (e, no enredo do romance, há diversas referências que fazem alusão à circulação de café). Também foi naquele ano que, mediante ordem de D. Pedro, o município passou a se chamar Vila Iguaçu, vivendo do progresso comercial enquanto a escravatura foi vigente no Brasil. Finalmente, em 1919, o município recebeu a denominação vigente até os dias atuais. http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Igua%C3%A7u, disponível em 10/04/2014.

Os traços desse caráter tornar-se-iam comuns à representação de “brasileiros” na literatura portuguesa, tanto no que diz respeito à forma física quanto à indumentária:

O Sr. Timóteo terá pouco mais ou menos de quarenta e cinco anos, é alto, robusto, e possui sobretudo uma enorme obesidade. O seu rosto, acobreado pela ardência do sol dos trópicos, foi branco, porque enfim o Sr. Timóteo é português. Uma suíça clerical cai-lhe em relevo sobre as faces bochechudas, com as quais contrastam otimamente dois olhos mui pequenos e sagazes, e um nariz imenso e arqueado. O nosso herói traja uma calça de cotrim branco de algodão; um colete de ganga amarela, todo desabotoado, deixa ver pela abertura da camisa um peito hirsuto e denegrido; estava, como de costume, em mangas de camisa, e tinha calçados uns grandes tamancos.

O todo físico do Sr. Timóteo era o *fac simile* do materialismo audaz e da ambição desmensurada. (TAVARES, 1855a, p. 19)

No prefácio do segundo tomo de *Ouro e Crime*, J. E. D’Almeida Vilhena anuncia ao leitor um romance original, escrito com o propósito de desvendar a fonte da abastança da aristocracia portuguesa:

Tendo a sua fonte quase sempre no comércio de especiarias, mal poderia ela subsistir se não fosse o tráfico proibido de carne humana. Ali compram-se e vendem-se todos os objetos que possam interessar ao usurário, desde a europeia arrebatada dos braços de família, que, debatendo-se com a fome, ficou fascinada pelo ouro que lhe apresentam esses abutres com formas humanas, até o rosário de missanga, que é um novo preço estipulado entre o pai desnaturado e o homem ávido e sedento dos avultados lucros da sua criminosa especulação. Ilumina-se o abismo, e desse respiradouro do inferno surge um quadro tenebroso de miséria, degradação e crime. Deveres, honra, virtude, pátria, família, e Deus, são esquecidos, desprezados, aviltados pela raça bastarda que cospe na face da humanidade a injúria de Caim. (VILHENA in TAVARES, 1855b, p. VIII)

Na visão contundente de Vilhena, o Brasil brilhava no cenário internacional pela riqueza da produção agrícola, ao passo que, civilizacionalmente, era um exemplo terrível. O crítico, contudo, não poupa sua terra natal nessa dura análise. Para ele, da mesma forma que no Brasil, também em Portugal nasciam especuladores e sujeitos da classe manufatureira mal intencionados.

O Brasil é uma cornucópia de crimes, e um sorvedouro de seres humanos, imolados sem piedade ao capricho e à avareza dos que vivem na opulência cercada de prazeres. Ai! dos que precisam ir receber naquela escola da imortalidade as lições do impudor, e os ferros de um cativo aviltante! A lógica da infâmia é como a lepra, comunica-se. O contato absorve a força

física e moral: o ingresso começa pela matéria, depois apodera-se do espírito. É que o vício, enervando em todas as faculdades, conduz ao mar da perdição.

É este o estado do Brasil. O sol da civilização ainda não raiou naquele hemisfério. Os instintos animais ainda não puderam ser aniquilados pelo princípio vigoroso do nacionalismo.

O Brasil elevado à categoria de nação independente ainda não pode corrigir os defeitos que viciam as suas instituições. As imperfeições do seu código social são proverbiais na Europa. Em trinta e três anos de governo livre tem caminhado pouco. Os focos de infecção moral ainda exalam do seu seio vapores nocivos e perigosos aos espíritos inexpertos e que mais tarde os arrastam ao último grau da desonra. (VILHENA in TAVARES, 1855b, p. IX-X)

Vilhena conclui afirmando que a empresa civilizadora intrínseca às páginas de *Ouro e Crime* é exitosa: a maneira como Eduardo Tavares ficcionaliza práticas comerciais sórdidas no Brasil, com a aquisição de títulos nobiliárquicos na Europa, constitui uma sublime “apreciação filosófica dos fatos”, vinda de um homem a quem a aristocracia brasileira não pôde seduzir.

Deixando de lado os textos ficcionais, ou escritos com o propósito de comentar um texto da ficção, como os extratextos de *Ouro e Crime* mencionados até aqui, cabe abordar o Brasil como matéria de crônicas, como as das *Farpas*.

Em fevereiro de 1872²², o Brasil ganha destaque na pauta das *Farpas* de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. Iniciado por um conjunto de seis crônicas que alfinetaram D. Pedro II, como mencionado, o assunto se estende à análise do torna-viagem.

Em uma abordagem introdutória, o cronista volta-se mais para o emigrante não ficcional do que para aquele representado na arte portuguesa: “Há longos anos o *Brasileiro* (não o brasileiro brasílico nascido no Brasil – mas o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil) é entre nós o tipo de caricatura mais francamente popular” (EÇA DE QUEIRÓS, 1943, p. 107).

Com argumentos semelhantes aos de Julio Machado, Eça chama a atenção para o fato de ser comum às nações criar um tipo para o riso público e, com a participação da arte – que usa sua imagem em comédias, em romances, em desenhos e em canções – transforma-os em “grotesco clássico – que chega a ser motivo de ornato industrial, cinzelado em castiçais,

²² Esta crônica, inicialmente publicada nas *Farpas*, passou por uma revisão quando Eça de Queirós compilou crônicas para publicação em *Uma Campanha Alegre*. Nesta tese, trabalha-se inclusive com a versão revisada, por se compreender que nela o autor se esforçou para suprimir ambiguidades da versão inicial, as quais geravam dúvidas sobre algumas afirmações ecianias serem atribuídas aos “brasileiros” ou aos brasileiros.

aguarelado em caixas de fósforos, torneado em castões de bengala” (EÇA DE QUEIRÓS, 1943, p. 107). E, confirmando o prognóstico de Julio Machado passadas quase duas décadas, Queirós sintetiza a imagem do emigrante que figurava nos romances, nas comédias, no desenho e na anedota daquela época:

Nós temos o Brasileiro: grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colete e grillão de ouro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a vizinha adocicada, o olho desconfiado, e um vício secreto. É o *brasileiro*: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances românticos; o gordalhufo amoroso das comédias salgadas; o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos; o maridão de tamancos, sempre traído, de toda a boa anedota. (EÇA DE QUEIRÓS, 1943, p. 108)

Segundo Eça, não se encontra no “brasileiro” nenhuma qualidade forte ou fina; mesmo as virtudes, quando atribuídas a esse emigrante, transformam-se em motivo para a chacota. O trabalho, por exemplo, atividade dignificadora para tantos, nele é pretexto para a piada.

Contudo, para Eça, trata-se de uma injustiça encarar o “brasileiro” dessa forma, sobretudo porque o português, ao criticar esse emigrante ocasionando o riso, transforma-se a si próprio em piada, opinião coincidente com o pensamento de Vilhena. Na visão de Eça de Queirós, o português que não emigrou guarda em si um “brasileiro” encubado, ou seja: todas as características ridicularizadas no torna-viagem já estariam no português que não residiu em território brasileiro:

O que eles são, expansivamente – nós somo-lo retraindo. As qualidades internadas em nós, estão neles florescentes. Onde nós somos à sorrelfa *ridiculitos*, eles são à larga *ridiculões*. Os nossos defeitos, aqui sob um clima frio, estão retraídos, não aparecem, ficam por dentro: lá, sob um sol fecundante, abrem-se grandes evidências grotescas. Sob o sol do Brasil a bananeira abre-se em fruto e o português rebenta em brasileiro. O Brasileiro é o Português desabrochado. (EÇA DE QUEIRÓS, 1943, p. 110-111)

Na parte final da crônica, a argumentação de Eça sinaliza a incoerência de não serem atribuídas características positivas a esse migrante, mesmo perante o fato de grande parte da movimentação da economia portuguesa estar dependente de remessas financeiras que o torna-viagem injetava em Portugal. “Quando vês o brasileiro chegar dos Brasis, estalas em pilhérias, – e se ele nunca de lá voltasse com o seu bom dinheiro, morrerias de fome!” (EÇA DE QUEIRÓS, 1943, p. 115). Além disso, o cronista aponta para bifrontismo do comportamento dos portugueses que, segundo ele, nos cafés troçam ao “brasileiro”, ao passo que no discurso

ou no sermão glorificam-no; nos bate-papos, tratam-no por macaco e, na imprensa, chamam-no de irmão de além-mar. Sugerindo um caminho para o “brasileiro” ir à forra, conclui:

Brasileiro, amigo, queres tu por teu turno rir do lisboeta? A esse colete verde, que tanto te escarnecem, fecha bem as algibeiras; esse prédio sarapintado de amarelo, que tanto te caricaturam, tranca-lhe bem a porta; esses pés, aos quais tanto se acusam os joanetes e os tamancos primitivos, não os ponhas mais nos hotéis da capital – e poderás rir, rir do carão amarrotado com que então ficará o lisboeta, que tanto ria de ti! (EÇA DE QUEIRÓS, 1943, p. 115)

Tais observações mostram que, afinal, a crítica de Eça não foi propriamente dirigida ao que o torna-viagem trazia consigo do lugar para onde imigrara. Melhor dizendo, sua crítica não se refere ao Brasil e aos brasileiros de origem, mas aos próprios portugueses. E de todos os níveis, como se pode ver no artigo de Maria Aparecida Ribeiro sobre as *Farpas* dirigidas a Pedro II: se o jaquetão e o chapéu desabado que o Imperador usou na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra mereceram do cronista um olhar de troça, a verdadeira crítica foi dirigida à Universidade, aos seus doutores, estudantes e até archeiros, que faziam parecer “incompatíveis com o saber a *toilette*, a higiene e a alegria” (RIBEIRO, 1994/1995, p. 138-139); se a mala do imperador parecia ridícula a Eça, o clero recebeu palavras contundentes na crônica dedicada ao sarau oferecido no Paço a Pedro II; nos jornais portugueses, foi objeto de crítica o excessivo gosto pela erudição e pela originalidade.

Ramalho Ortigão tem o mesmo objeto de crítica nas *farpas* que lança contra Pedro II, como chama também atenção Maria Aparecida Ribeiro: o Imperador é apenas pretexto para o cronista afirmar que a intelectualidade portuguesa não existia e que a população portuguesa era a combinação da orelheira de porco com o feijão branco. Já o torna-viagem recebe do cronista aplauso pelo seu trabalho, mas é ridicularizado pelo seu comportamento e sua aparência (RIBEIRO, 1994/1995, p. 140).

Em 1939, Afrânio Peixoto publica um estudo sobre emigração portuguesa para o Brasil, segundo ele, ainda fortemente presente no horizonte de ambas as nações. Esse texto permite afirmar que, mais de um século depois das intensas correntes migratórias de portugueses para a América do Sul, o estereótipo continuava vivo:

Esses portugueses que tornam são os “brasileiros”. Eram homens rudes, sem eira nem beira, com uma caixa de pinho e uma andaina, ou um fato, que se despediam do amado lar, e foram, em vão, em busca de Fortuna. Um, em cem, a encontra, após a porfiada luta de trabalho sem trégua, trinta anos de penas e

suor, e fadiga, e privações... Como são muitos, foram muitos, milhares se ajuntam. (PEIXOTO, 1938, p. 4)

Em 1969, Guilhermino Cesar dedica-se ao estudo do “brasileiro” na ficção portuguesa. Em seu estudo, trata da evolução do termo “brasileiro” que, em Portugal, recebe acepção intrinsecamente ligada à emigração para o Brasil. Segundo o especialista, os primeiros jesuítas portugueses preferiam usar a forma alatinada – *brasiliense*. E acrescenta: “[...] por motivos não explícitos, que se adivinham, contudo, no sentimento de orgulho que no seu coração despertava a cidadania portuguesa, os padres chamados de brasileiros chegaram a recusar, ofendidos, tal denominação” (CESAR, 1969, p. 16).

O estudioso chama ainda a atenção para o fato que, à época da independência do Brasil, com a necessidade de se distinguir o português continental daquele que vivia no ultramar, usavam-se diferentes termos: empregava-se *brasiliense* para indicar naturalidade e português para indicar nacionalidade. Além disso, “de par com o emprego do vocábulo – brasileiro – para designar o natural do Brasil, em Portugal passou-se a empregá-lo em meados do século XIX, para nomear também o emigrante português enriquecido em sua colônia americana, de retorno à pátria” (CESAR, 1969, p. 18).

No entender de Guilhermino, a ficção portuguesa do século XIX passou a refletir sobre os prós e contras da emigração para o Brasil, especialmente por intermédio do sentimentalismo dos escritores românticos. Em seus textos, começou a figurar o “brasileiro”, que aparecia “ora como comerciante cidadão, ora como fazendeiro, proprietário de terras, ou traficante de escravos. Não há como sair disto” (CESAR, 1969, p. 13). Essas ocupações, porém, referem-se ao emigrante em terras brasileiras. No retorno a Portugal, dada a forte estrutura financeira agregada à figura dos torna-viagem, ele podia viver livre do trabalho, o que não significa dizer que a inatividade profissional se traduza em uma não interferência do migrante em seu meio ou em uma imperceptibilidade; muito antes pelo contrário.

Dentre as diversas ações associadas ao “brasileiro”, destaca-se a reurbanização do seu ambiente de origem, a partir da reforma de sua casa e, em muitos casos, do próprio vilarejo em que vivia antes de migrar.

Para Eugénio dos Santos, o capital que os “brasileiros” levavam a Portugal foi responsável por benfeitorias que vão muito além dos casarões grandiosos dos mais enriquecidos. Muitas casas antigas e arruinadas foram reconstruídas, recuperadas e

modernizadas, e muito dinamismo regional se pôde notar a partir do investimento desses migrantes, principalmente no noroeste da nação (SANTOS, 2000, p. 18). É de sublinhar, no texto queirosiano atrás comentado, a imagem exótica da casa do “brasileiro” traçada pelos portugueses como um prédio sarapintado de amarelo, sendo esta imagem mais um entre os itens que compõem a caricatura deste migrante.

De certa forma, as anotações pejorativas às casas dos “brasileiros”, muito veiculadas nas letras, são uma entre as várias evidências de desconhecimento dos motivos que levaram os torna-viagem a estabelecer uma forma não usual às habitações, pois muitas benfeitorias faziam parte de um conjunto de novas tecnologias levadas a Portugal, e que, por serem implantadas em vilarejos em que as pessoas desconheciam certas novidades, pelo aparente “exotismo”, tornavam-se mais um pretexto para aqueles interessados em denegrir a figura do “brasileiro”.

Adicione-se a isso o fato de os torna-viagem terem agitado o meio social, político e religioso em que se inseriram²³, destacando-se em suas vizinhanças, convertendo-se em alvos de pessoas que analisavam os fenômenos do seu tempo, incluindo os autores de teatro e literatura, que colaboraram na fixação de estereótipos relacionados a essa figura:

A literatura oitocentista portuguesa classificou de brasileiro aquela personagem, típica das décadas finais da centúria, que havia emigrado pobre para a antiga terra de Santa Cruz, lá adquirira hábitos de vida diversas daqueles que levava, enriquecera, regressava a Portugal rodeada de estrépito e curiosidade, exibia um vestuário exótico, ostentava adereços de ouro, pronunciava as palavras de modo adocicado, usando mesmo outras desconhecidas, fumando, em geral, muito. Para além desses traços exteriores visíveis, minguaram nessa figura a modéstia, a cultura ou a simples educação. (SANTOS, 2000, p. 18)

Em síntese, fosse pela aquisição de propriedades, fosse pela ornamentação excessiva e de gosto duvidoso, fosse pelo ouro ostentado “dinheiro – e muito – era o que esses homens exibiam [...]” (SANTOS, 2000, p. 18).

Maria Saraiva de Jesus propõe um nexos entre o enriquecimento e a alcunha “brasileiro”. Tendo como base o romance de Camilo Castelo Branco, *Os brilhantes do*

²³ “Reforça-se a função simbólica dos novos agentes do poder político, vistos como homens livres e iguais perante a lei, nos novos identificadores de hierarquia, associados à instrução, ao vestuário, à arquitetura e decoração das fachadas e no mobiliário, refletindo o trânsito de modelos e a interculturalidade burguesa. Finalmente, valoriza-se a classe dirigente local, que procurava novos sinais de distinção nos novos indicadores de estatuto, legitimadores de uma nova ordem político-administrativa, primeiro liberal e depois republicana, nas quais se destaca a presença dos Brasileiros, dos torna-viagem, e dos seus descendentes” (MONTEIRO, 2000, p. 67).

Brasileiro, a pesquisadora afirma que “a utilização do atributo ‘brasileiro’ se relaciona mais com a riqueza adquirida no Brasil do que com a nacionalidade ou com a experiência emigratória” (JESUS, 1986, p. 171-201). Segundo ela, isso tem a ver com o principal alvo de ataque das críticas camilianas, que não visavam atingir o estatuto da emigração, “mas o tipo do rico inculco e corrupto, a quem a convivência da sociedade proporciona sucessos de todo o tipo” (JESUS, 1986, p. 175).

A pesquisadora ressalta que a composição de “brasileiros” nos textos de Camilo Castelo Branco persegue o ideal de conferir às narrativas maior intensidade de verossimilhança, visto que os protótipos das personagens estavam na sociedade ao redor do escritor. Segundo Maria Saraiva, a sociedade oitocentista lusitana, especialmente a nortenha, oferecia ao artista ampla matéria novelística, particularmente pelo grande volume de casamentos de novos ricos (em geral, velhos torna-viagem) com as jovens burguesas e com aristocratas empobrecidas (JESUS, 1986, p. 176-177). Compreende-se aqui que esse migrante, na condição de matéria-prima para a literatura, não serviu de base apenas a Camilo; há diversos outros exemplos, que serão comentados no capítulo 5.

Em lado extremo oposto, há os torna-viagem que não alcançavam a riqueza e que mereceram as atenções tanto de Guilhermino Cesar quanto de Jorge Fernandes Alves. A propósito da ficção, de acordo com Cesar, o emigrante que regressava a Portugal sem levar bens ou fortuna era chamado de “brasileiro de mão furada” na fraseologia lusitana. Esta expressão deriva de uma peça da picardia portuguesa: *Obras do Diabinho da Mão Furada*, de autoria atribuída a António José da Silva, o Judeu, texto de onde se extrai o dito: “Dinheiro de padre e de brasileiro não chega a terceiro” (CESAR, 1969, p. 18-19).

Para Jorge Alves, as benemerências dos poucos que voltavam afortunados ofuscavam a ação discreta daqueles emigrantes que retornavam sem o atributo da riqueza. Além disso, chegar do Brasil ainda pobre era uma atestação pública de fracasso; por isso, o migrante raramente se dirigia ao local de onde partira, esforçando-se para não encontrar familiares e conhecidos. Essa observação é coincidente com a de Rocha-Trindade quando afirma que o comportamento dos torna-viagem seguia basicamente duas direções (ALVES, 1994, p. 258):

alardear a origem brasileira da sua fortuna aos que a conseguiam, a título de distinção e prestígio pessoal; e esconder essa origem quando o balanço do tempo e do esforço consumidos no Brasil se tivesse saldado negativamente. Assim seriam socialmente aparentes os “brasileiros” a quem a sorte sorria, sendo “invisíveis” todos os outros. (ROCHA-TRINDADE, 1986, p. 146)

Para Jorge Alves, porém, o nível de sucesso era sempre relativizado na sociedade de partida, que concebia parâmetros fora do poder dos emigrados. Para os exitosos, usava-se o termo “brasileiro”, os outros, “com estadias ligeiras e não significativa do ponto de vista econômico” eram ditos abasileirados (ALVES, 1994, p. 258-259).

Ainda de acordo com Jorge Alves, a memória coletiva portuguesa guarda algumas brincadeiras protagonizadas por rapazes da aldeia e seus conterrâneos retornados sem fortuna. De bolsos vazios, mas vestidos com terno branco (o que era incompatível com os hábitos do campo), muitos desses torna-viagem tiveram suas roupas enodoadas pelos processos mais cruéis. A imprensa, por sua vez, não esteve alheia aos abasileirados, manifestando-se em tom mais dramático:

É negativa a riqueza de sete décimas partes dos nossos compatriotas que “abasileirados” saltam quase diariamente nas praias do Tejo, há na memória de todos, as últimas palavras de despedida de seu pai por ocasião de deitar-lhe a última bênção antes da partida (e quase sempre a última da vida) “meu filho, não me venhas envergonhar, ou voltes rico, ou ... não voltes”. (ALVES, 1994, p. 239)

“Brasileiro” e “abasileirado” (ou “brasileiro de mão furada”) sinalizam dois polos da história de um momento da migração portuguesa que passa por uma infinidade de nuances; e é nessa variedade de histórias de vida que reside a impossibilidade de se propor um modelo definitivo para esse produto da emigração.

Acredita-se que aproximadamente a metade dos emigrantes que se transferiram para o Brasil pós-1850 retornaram a Portugal²⁴, e isso não significa dizer que aqueles que não voltaram permaneceram no Brasil em virtude do fracasso, visto que há muitos exemplos de portugueses que se adaptaram tão bem à cultura sul-americana que o retorno a Portugal se traduziria em desvantagem.

Não se desconsidera a importância quantitativa do retorno, mas as configurações qualitativas que, de acordo com Alves, impedem lançar mão de abordagens reducionistas que

²⁴ Entre os que voltaram a Portugal, segundo Joaquim Costa Leite, havia dois grupos para quem o regresso era uma escolha, depois de um período mais ou menos longo de trabalho no Brasil: “O grupo mais visível, tão comum na literatura da época e nos documentos oficiais que se nos tornou familiar, era constituído pelos chamados brasileiros de torna-viagem, ou simplesmente brasileiros [...]. Os outros, que deveriam constituir a maioria dos regressados, seriam os emigrantes de objetivos seguros e modestos, que tinham partido para endireitar as suas vidas, dispostos a pagar dívidas, melhorar a casa e a lavoura, dar um melhor futuro aos filhos” (LEITE, 2000, p. 84).

atribuem ao retorno um “quase nada” e às partidas um “quase tudo” (ALVES, 2007, p. 24-25). Da mesma forma, o “brasileiro” não pode ser enquadrado numa definição fechada que abranja a totalidade dos torna-viagem:

Para nós, a figura do “brasileiro”, enquanto emigrante de retorno, também não pode reduzir-se à caricatura literária que nos ficou dos textos de Camilo Castelo Branco, um labrego do Minho caldeado em adereços tropicalistas e um monte de libras. Sendo o retorno quantitativamente significativo, é preciso reconhecer uma grande diversidade de situações concretas que produziram o retorno, quer no espaço para onde o ex-emigrante volta ou ainda no tempo em que tal se verifica. (ALVES, 2007, p. 25)

Tendo como ponto de partida uma visão mais geral do que se escreveu sobre o “brasileiro”, bem como de que forma foram abordadas as intervenções dos romancistas, entende-se que os muitos estudiosos do assunto chegam à conclusão mais ou menos igual de que a literatura e o drama português do século XIX são forças que colaboraram na fixação de um estereótipo atribuído ao “brasileiro”: homem, geralmente com mais de 40 anos, glutão, pouco asseado, rude, ignorante, perdulário e ridicularmente vestido.

Jane Tutikian, porém, vai adiante, não apenas destacando a incidência desse estereótipo, mas refletindo sobre ele. Amparada nos estudos de Machado e Pageaux (1989), e com base na farpa já referida de Eça de Queirós, a estudiosa traz à tona outra face desse estereótipo, nascido da tensão entre o Eu (português) e o Outro (“brasileiro”) – o português que não emigrou, e o seu entendimento sobre a estratégia argumentativa de Queirós sobre o tema é o seguinte:

Não se pense, entretanto, que Eça de Queirós se restringe a reproduzir o brasileiro do imaginário social português. O que ele faz, corroborando a teoria de Mario de Sacramento (1945), é passar, indiferentemente, da defesa da tese à defesa da antítese, e jogá-lo em oposição a português que fica e, mais especificamente, ao lisboeta que fica. (TUTIKIAN, 2009, p. 137)

Em outras palavras, Tutikian considera que Eça de Queirós se apoiou no estereótipo difundido pela ficção para externar a sua opinião sobre o português não ficcional, o lisboeta – aquele que não emigrou e que preferiu fixar no imaginário nacional uma imagem pejorativa do torna-viagem, desfrutando do capital por este acumulado e estabelecendo uma hierarquia de culturas em que se valorizava em detrimento do retornado.

Esse tipo de abordagem, em que exemplos da ficção são sustentáculos a opiniões sobre assuntos não ficcionais, pode ter sido responsável por uma imagem distorcida, taxativa e

generalizante do torna-viagem no imaginário do português em geral. Sendo assim, é preciso ter em mente que não se pode confundir o “brasileiro” da ficção com o migrante não ficcional, apesar de ambos serem alcunhados da mesma forma. Consonante a essa premissa, considera-se que esse estereótipo vincado pela literatura: “homem de meia idade, gordo e boçal, rico e sedento de reconhecimento social” (LEITE, 2000, p. 85) esconde a diversidade de personagens e o caráter empreendedor de muitos regressados.

Este posicionamento corrobora o de Alves, quando este diz que a representação romântica, usual na composição de torna-viagem na literatura portuguesa, fez do “brasileiro” um clichê, que “condensa indistintamente, no sincretismo da palavra única, a referência a uma pluralidade de imagens e exotismo que o emigrante regressado, o ‘torna-viagem’ arrastava consigo” (ALVES, 2004, p. 193). Em síntese, ser alcunhado “brasileiro” significava ter concluído um processo migratório que se fechava com o regresso²⁵.

b) O imaginário do Brasil como a árvore das patacas

Em investigação sobre as imagens do Brasil na literatura, Regina Zilberman faz uma revisão sistemática em textos que referiram o lugar nas letras portuguesas desde antes do descobrimento, bem como em trabalhos que analisaram o mesmo tema. De acordo com o estudo, a América já constava na imaginação europeia mesmo antes de ser descoberta e, ainda sem ter recebido esse nome, informações sobre o continente tidas como objetivas (retiradas de textos produzidos por cientistas e filósofos) e fantasiosas (estimuladas pela literatura clássica) já circulavam no Velho Continente (ZILBERMAN, 1994, p. 9).

Desde os navegadores que acompanharam Cristóvão Colombo, que comparavam novo continente ao paraíso, passando por viajantes mais pragmáticos, como Américo Vespúcio, e chegando à imprensa, a descrição da América enquanto território edênico foi recorrente: “Natureza e paraíso, fortuna e riqueza rápida, em suma abundância permanentemente colocada, sem grande esforço, ao alcance da mão – eis o retrato da América que circulou entre os fascinados europeus” (ZILBERMAN, 1994, p. 10).

Uma vez conquistado o novo continente, o interesse pela região se refletiu no consumo de livros que dele tratavam. Tanto foi assim que a América se converteu em matéria de muitos *best sellers* que circularam à época. Para Zilberman, na visão de Novo Mundo vigente naquele

²⁵ Rocha-Trindade (1986, p. 143) propôs uma classificação para os possíveis itinerários percorridos pelos emigrantes portugueses: aquele em que o viajante deixou Portugal e não mais retornou chama-se linear, e aquele em que o emigrante deixou o seu território natal, mas retornou, como no caso dos “brasileiros”, chama-se circular.

contexto, eram confluentes duas forças antitéticas: a conquista armada – fruto da ambição imperialista dos novos Estados europeus, que se tornavam mais fortes na medida em que ocupavam e saqueavam riquezas provenientes de territórios conquistados recentemente; e o livro – fruto do desejo transformador de alargamento das fronteiras intelectuais (ZILBERMAN, 1994, p. 10).

O Brasil, como parte integrante desse processo, compartilhou desse universo imaginário, visto que o seu território estava em pleno processo de ocupação. “Cronistas e poetas fizeram uma representação para o espaço brasileiro que se consolidou porque era reconhecida como legítima por seus usuários” (ZILBERMAN, 1994, p. 11).

Essa mitificação do território brasileiro se estendeu durante os séculos que se seguiram ao descobrimento. No século XVIII, com a *História da América Portuguesa* de Rocha Pitta, a imagem associando o Brasil ao Jardim do Éden foi reforçada: “o mito paradisíaco forneceu um paradigma através do qual os portugueses e os seus descendentes reconheciam a terra que os acolhia” (ZILBERMAN, 1994, p. 19).

O objetivo primeiro das obras que retratavam o Brasil a partir de parâmetros herdados da tradição bíblica e medieval não era manifestar deslumbramento, mas sim salientar o valor mercantil dos produtos existentes neste território (ZILBERMAN, 1994, p. 20).

Essa insistência em atribuir ao Brasil a imagem de exuberância e riqueza estabeleceu estreita ligação com a progressão do capitalismo: foram as riquezas saqueadas na América que se transformaram em acumulação de metal em quantidade necessária para fortalecimento desse sistema de gestão da economia (ZILBERMAN, 1994, p. 22).

Jorge Fernandes Alves, em trabalho imbuído em descrever o processo que criou, em Portugal, a imagem do Brasil como Eldorado, atribui ao ciclo de extração do ouro das Minas Gerais no século XVIII importante contribuição; a idealização mítica relacionada ao continente americano era tão intensa, que subvertia o esforço dos soberanos em manter os súditos no território português.

A abundância do metal precioso colaborou para a imagem do lugar como um espaço ermo, com terras virgens e férteis à espera de donos, pejado de riqueza, enfim, o novo paraíso que tinha o muito do “*El Dorado*”. Essa ideia se espalhou por todo o mundo ocidental e, no caso português, o imaginário do Brasil como uma fonte de fortuna gradativamente se alastrou por todo o território nacional (ALVES, 2007, p. 7-8).

O poder de atração derivado deste imaginário era muito forte, tanto que a Corte tentou impedir a fuga desmedida da sua população na corrida para o ouro brasileiro com iniciativas que restringiam as partidas. Como uma força reativa, talvez em proporção de maior grandeza,

criavam-se estratégias para ultrapassar os impedimentos à viagem: uma dessas formas de burla era, por exemplo, os navios deixarem os portos lotados de supostos tripulantes e, no regresso, apresentarem-se vazios.

A emigração era envolta na aura de que bastava chegar ao Brasil para abanar a árvore das patacas e obter a felicidade por inteiro. E esse imaginário, enraizado nos textos dos primeiros viajantes que se dirigiram ao atual território brasileiro desde o século XVI, a partir do Oitocentos passou a ser alimentado por outras fontes que se relacionam com a figura do “brasileiro”.

Entre essas fontes, nesta tese consideram-se os seguintes agentes: o exemplo dos torna-viagem bem-sucedidos; a propaganda dos agentes de viagem; a implementação e o desenvolvimento de novos sistemas de comunicação – imprensa, correios e telégrafos; os produtos artísticos, como peças de teatro, romances, etc.

Talvez a principal fonte que pesava na resolução de os emigrantes partirem para o Brasil tenha sido o exemplo dos torna-viagem que desembarcavam em Portugal com as burras cheias, fundamentalmente por ser aquela em que os candidatos à emigração depositavam maior credibilidade. Em paralelo, havia a contribuição da imprensa, que passou a reservar mais espaço às notícias brasileiras; além disso, os navios a vapor mantiveram a comunicação entre os emigrantes e os seus familiares na terra natal, determinante no reforço da imagem do Brasil como Eldorado. A esse respeito, esclarece Costa Leite:

Com o desenvolvimento da navegação a vapor, e a adesão do Brasil à União Geral dos Correios em 1º de junho de 1877, as comunicações postais ficaram ainda mais facilitadas. Na segunda metade dos anos oitenta a correspondência com a América do Sul movimentava, anualmente, em cada um dos sentidos, entre quatrocentos a oitocentos mil artigos de correio. Considerando apenas cartas e postais, os movimentos envolviam de trezentos a mais de seiscentos mil artigos. A emigração não era objeto exclusivo dessa correspondência, mas seria provavelmente a maior parte dela. Essa correspondência ajudava a manter a corrente migratória, prestando uma importante assistência aos que desejavam emigrar, ajudando-os a ponderar a sua decisão e a escolher o melhor momento para atravessar o oceano. (LEITE, 1999, p. 186)

Se o liberalismo concedeu o poder de decisão ao indivíduo perante o ato de emigrar, a liberdade de trânsito de um grande contingente deixou pessoas vulneráveis a abusos, como a sujeição a contratos de trabalho em condições semelhantes às da escravatura: “Relatos de situações verificadas no engajamento, no transporte e nos lugares de destino ilustravam numerosas situações de ilegalidade e desrespeito, originado na opinião pública a ideia de um movimento de ‘escravatura branca’ em larga escala” (ALVES, 2007, p. 11).

Esse quadro gerou uma tensão entre aqueles que cobravam do Estado providências para que os emigrantes-colonos não fossem logrados e aqueles que, devido ao interesse na manutenção do trânsito de pessoas, defendiam a continuidade da emigração de portugueses dispostos a trabalhar no Brasil:

Polêmicas na imprensa, debates e inquéritos parlamentares, edição de brochuras com diferentes pontos de vista marcaram estes tempos nas décadas de 1840/50/60/70, num movimento de opinião que se traduziu em algumas leis de escassa aplicabilidade, enquanto os movimentos migratórios engrossavam, encontrando diferentes formas para afrontar ou controlar os dispositivos legais. (ALVES, 2007, p. 12)

Há que se dar atenção para o posicionamento da Associação Comercial do Porto, que, na condição de entidade de alto poder nos primeiros tempos liberais, representante dos interesses do Norte de Portugal, via “na emigração uma forma de expandir a sua área de negócios” (ALVES, 2007, p. 12). Portanto, aparentemente, para a Associação eram mais importantes os dividendos que entravam em Portugal em consequência da corrente migratória para a América do Sul do que as condições de vida a que os migrantes estariam sujeitos a partir do momento em que deixassem o cais português.

Em 1842, por exemplo, como resposta a medidas governamentais que visavam coibir os abusos relacionados a uma leva de colonos dos Açores para o Brasil, a Associação se posicionou publicamente em defesa da continuidade do traslado de migrantes, sob o argumento de que a aliciação e o engajamento eram práticas passíveis de punição, mas que não deveriam servir de pretexto para que o “direito constitucional de liberdade de domicílio” fosse tolhido.

Pode-se dizer que os argumentos da Associação Comercial não só colaboraram para a formação de opinião, como agiram na condição de incentivadores da travessia para aqueles que nutriam a intenção de emigrar, juntamente com o chamariz das oportunidades do Brasil, assunto do próximo capítulo desta tese.

4 Práticas lucrativas do Brasil

a) Comércio humano

Uma das marcas da história do Brasil no século XIX é o escravismo, não só por ter sido ele o motor da produção agrícola, mas também pelos debates e movimentos que tal regime gerou e cuja culminância foi a abolição da escravatura. O tema tem servido de matéria-prima para inúmeros pesquisadores, resultando em uma quantidade significativa de trabalhos bem consolidados.

Por outro lado, no que diz respeito à história de Portugal, a escravatura e o tráfico humano são assuntos que, de acordo com Isabel Castro Henriques (2012), pouco ou jamais estiveram sujeitos a estudos sistemáticos, apesar de o sistema escravagista ter sido implantado no Brasil quando o território ainda estava sob a gestão portuguesa.

Em momento inicial, por ter sido o Brasil um dos principais destinos de cargas de negros africanos, pode parecer que a temática não estabelece relação direta com Portugal. Porém, conforme José Capela, foram os recursos financeiros derivados desta prática que financiaram e definiram o sistema econômico português em um dado momento: o capital acumulado no Brasil e nas colônias africanas com o tráfico de escravos “financiou o Liberalismo português, quer na ação bélica que o implantou quer no desenvolvimento capitalista que se seguiu: casas bancárias e seguradoras, caminhos de ferro, companhias marítimas, indústrias, etc.” (CAPELA, 2012, p. 7).

Do lado brasileiro, o lucro derivado da exploração humana foi bem mais evidente: os meios de produção foram alicerçados no escravismo, que era “condição absoluta do desenvolvimento econômico e social indispensável à sobrevivência dessa mesma sociedade” (CAPELA, 2012, p. 31). Sendo assim, a economia agrícola brasileira, mantida pelos braços escravizados, provavelmente rendeu lucros que iam muito além daqueles dos locais em que não mais se praticava a escravidão.

Desde a transferência da Corte para o Brasil, uma série de acordos foi firmada entre Portugal e Inglaterra. Entre eles, iniciativas impeditivas do tráfico de escravos em mares atlânticos. Diante deste contexto, aumentavam os riscos que os armadores enfrentavam para trazer escravos da costa africana e, proporcionalmente, inflacionava-se o preço, avultando ainda mais o lucro dos envolvidos no negócio ilícito.

De outra parte, as medidas proibitivas impostas pelo governo inglês, especialmente a partir da década de 1830, geraram preocupação com a reposição de mão de obra nas lavouras, pois a restrição à entrada de mais africanos para suprir a demanda das plantações do Brasil representava uma ameaça à sustentação do sistema de produção.

Em estudo biográfico de vários negreiros oitocentistas, José Capela conta a história de Joaquim Ferreira dos Santos²⁶, mais conhecido como conde de Ferreira, um português que migrou para o Brasil ainda no período colonial e, ao que tudo indica, manteve-se ligado ao tráfico de escravos mesmo após o ano de 1831, quando proibições mais severas passaram a vigorar com vistas a inibir esse comércio.

O perfil e a trajetória de Joaquim Ferreira eram semelhantes aos de muitos minhotos que rumaram ao Brasil nos Oitocentos: descendente de humildes lavradores, membro de família numerosa, recebera educação escolar básica e, ainda muito jovem, seguiu para a cidade do Porto, onde deu os seus primeiros passos na atividade comercial. Transferiu-se para o Brasil e, no Rio de Janeiro, mediante contatos familiares, continuou a sobreviver do trabalho em atividade comercial, na condição de consignatário (CAPELA, 2012, p. 19-20).

A propósito da rentabilidade do trabalho de Ferreira, Jorge Fernandes Alves assinala que o comércio em sistema de consignação possibilitava ao consignatário angariar lucros derivados de mais de uma fonte: tanto no carregamento de artigos que vinham de Portugal quanto na remessa de produtos coloniais sul-americanos enviados à Metrópole (ALVES, 1992, p. 202). Sendo assim, Joaquim Ferreira era mais um elo da rede comercial que ligava o Porto ao Brasil, estendendo-se a Lisboa e à Argentina²⁷.

Inúmeros riscos circundavam o envio de artigos no trajeto Europa-América; e isso pode explicar o zelo dos comerciantes radicados em Portugal no sentido de preferir que essas negociações fossem intermediadas por gente de sua confiança, o que significa delegar a distribuição de bens de consumo aos seus compatriotas. De outra parte, os consignatários almejavam tornar-se independentes, pois trabalhar para si mesmos multiplicava consideravelmente sua margem de lucro. Portanto, muitos caixeiros ambicionavam trabalhar por iniciativa própria, desvinculando-se dos seus comitentes para se tornarem eles próprios (ALVES, 1992, p. 202), e com Ferreira não foi diferente: após uma década em solo brasileiro, em 1810, já havia conquistado o seu próprio brigue, o *Ativo*.

Foi no continente africano que as bases do negócio que renderam fortuna a Joaquim Ferreira se implantaram, a partir da suas feitorias. Sem desconsiderar as vantagens

²⁶ Além de Joaquim Ferreira dos Santos (conde de Ferreira), Capela aborda a trajetória de outros traficantes. Para esta tese, importa analisar os percursos seguidos pelo conde de Ferreira, especialmente porque há documentos consideráveis sobre ele, que possibilitam visualizar aspectos da malha complexa de relações e atividades envolvendo o transporte de escravos para a América, mesmo depois de haver legislação proibitiva para este tipo de negócio.

²⁷ Joaquim Ferreira casou-se ainda jovem com Severa Lastra, de nacionalidade argentina; vínculo que provavelmente possibilitou a Ferreira estender sua atuação comercial à praça da Argentina (CAPELA, 2012, p. 20).

possibilitadas pelo casamento, Capela é taxativo: “o comércio com a África que terá constituído a fonte principal da fortuna fabulosa que fez. Em que se manteve até ao regresso em Portugal, em 1832. Muito provavelmente para além desta data” (CAPELA, 2012, p. 20).

Joaquim Ferreira regressou a Portugal depois de ter sido acusado e julgado por ter em seus domínios escravos traficados já em tempos de proibição da escravatura. Tendo desembarcado em sua terra natal em meio a uma guerra civil, tirou proveito da sua nacionalidade brasileira²⁸, mantendo inicialmente neutralidade diante do conflito político que desestabilizava Portugal. Além disso, em solo português, não suspendeu o labor comercial: “[No Porto] fixa residência após o termo da guerra civil. Com sede na Rua das Flores, reinicia atividade comercial, nomeadamente como armador, quer do brigue *Ativo*, quer com outros navios em sociedade” (CAPELA, 2012, p. 22).

Além de prosperidade substancial no aspecto financeiro, Joaquim Ferreira dos Santos, de maneira crescente, angariou cargos políticos de grande representatividade. Em 1842, com o governo português sob chefia de Costa Cabral (a quem concedeu apoio monetário), foi nomeado Presidente da Comissão do Tesouro, o que lhe atribuía responsabilidade na manutenção do Exército: “Passa ele próprio a financiar a Comissão e a impor contribuições a instituições oficiais” (CAPELA, 2012, p. 22). Na mesma época, reassumiu a nacionalidade portuguesa, após ter sido nomeado Par do Reino, praticamente em simultâneo à venda de sua embarcação. Para Ferreira, o título era incompatível com a atividade de armador, por isso a sua necessidade de se desfazer do brigue (CAPELA, 2012, p. 23).

Ainda em 1843 surgiram nas páginas de *O Patriota*, questionamentos sobre os deslocamentos de Joaquim Ferreira para a África e, em sentido oposto, uma manifestação em sua defesa, n’*O Periódico dos Pobres no Porto*: o comunicado denunciou a ignorância a que o *Patriota* votara os serviços prestados pelo Visconde à Rainha e à Carta. (“Aliás serviços que constituíam apanágio de grandes negreiros do tempo, não somente do conde de Ferreira”) (CAPELA, 2012, p. 23). Em defesa à suposta origem legal da fortuna de Ferreira, este comunicado afirmava que o grande volume de capital acumulado era fruto de comércio lícito praticado na praça do Rio de Janeiro, louvando a iniciativa do conde em aplicar boa parte dos seus lucros na sua pátria, em benefício da agricultura e do comércio locais (CAPELA, 2012, p. 23).

²⁸ Uma vez que o Brasil se tornou independente de Portugal, Ferreira dos Santos precisou optar entre assumir nacionalidade nova ou permanecer com a nacionalidade de origem; como muitos outros compatriotas seus, decidiu tornar-se brasileiro. Porém, em virtude da nomeação para a Câmara dos Pares em Portugal, anulou tal decisão, em 1842, reassumindo sua nacionalidade portuguesa (CAPELA, 2012, p. 21-23).

Para Capela, essa manifestação em reforço à licitude do comércio é exemplo de uma resposta à reação pública que já existia aos grandes negreiros e às fortunas que eles amealhavam com o tráfico. Visto de outro prisma, a propaganda a favor de Joaquim Ferreira também pode ser admitida como uma estratégia para ofuscar a opinião pública, privilegiando a divulgação dos seus feitos em favor do povo português e do seu solo natal, submetendo os meios de obtenção de capital, bem como os males que foram praticados aos escravizados, a um plano menos evidente.

Na condição de acumulador de capital, o conde de Ferreira, a partir de 1844, tornou-se integrante de um grupo restrito, que passou a dominar grandes companhias então instaladas em Portugal, entre elas a Sociedade dos Contratos do Tabaco, Sabão e Pólvora, sendo ele o caixa-geral. Além disso, era acionista das Companhias das Obras Públicas, do Gás Lisbonense, dos Canais de Azambuja e do Banco de Portugal, o que ilustra e reafirma a amplitude da influência desse homem nas decisões político-econômicas de Portugal em diversificadas e lucrativas frentes.

Tanta era a sua notoriedade que, em 1861, o conde recebeu visita de D. Pedro V que, no Porto, pediu-lhe que financiasse a construção de uma casa para assistência aos doentes mentais. Este pedido foi atendido após a morte de Ferreira, juntamente com inúmeras outras obras filantrópicas patrocinadas pelo capital que ele deixou, em obediência ao seu testamento, cujo conteúdo é revelador²⁹:

De fato, o testamento, tal como o de outros comerciantes negreiros constitui-se em documento do maior significado. Por eles se apura a dimensão que tomaram as acumulações de capital forjadas no tráfico de escravos. Não exclusivamente nesse negócio, mas, e por igual, nos demais que lhes eram laterais, subsidiários e consequentes. (CAPELA, 2012, p. 28)

O que marcava a trajetória do conde de Ferreira era o ofício de comerciante, mesmo após ele ter assumido uma série de ocupações em cargos políticos. Negociando diversos produtos, como vinho, bacalhau, couro e azeite, não rejeitava qualquer oportunidade de negócio,

desde a armação do navio até ao fornecimento eventual de vestes talaes e paramentos litúrgicos a um Prelado. Mas o negócio central, vultoso, foi o de escravos. Feito através da armação, a sós ou em sociedade, de navios negreiros

²⁹ Da fortuna deixada por Ferreira, no seu testamento, determinou-se que fossem construídas 120 casas para escolas primárias de ambos os sexos, no valor de até 1.200\$00; 1.500\$00 deveriam ser usados para ajudar moças pobres; 20.000\$00 estava destinado à construção de uma nova enfermaria de hospital; 20.000\$00 era endereçado à Misericórdia do Porto; além disso, deixava legado à Misericórdia do Rio de Janeiro, dos hospitais do Terço, Misericórdia do Carmo e S. Francisco do Porto; terça parte do restante dos seus bens deveria ser usada na construção de um edifício para um hospital de alienados no Porto (A/D, 1933, p. 9-11).

para o tráfico transatlântico, da agenciamento transitória e fornecimento de grande número de outros armadores, da venda e colocação de consignações de escravos importados da África. Com grande número de praças brasileiras procedeu a trocas comerciais as mais diversas. (CAPELA, 2012, p. 27)

A área de distribuição de mercadorias do conde de Ferreira não se restringia a Portugal, Américas e África, visto que ele manteve relações comerciais na Índia, no Reino Unido, na Alemanha. Especialmente no que diz respeito ao comércio de escravos, Joaquim Ferreira vinculou-se com outros homens envolvidos nesse negócio, entre eles, os mais renomados negreiros da época, conforme sua documentação contabilística. Entretanto, com alguns deles, a relação foi mais alargada: “os que preponderavam na correspondência e na documentação contabilística são Elias Baptista da Silva e Francisco António de Oliveira, em Pernambuco, a quem está intimamente associado Ângelo Francisco Carneiro, estabelecido em Luanda. Todos proprietários e armadores de navios” (CAPELA, 2012, p. 29).

Desses três nomes, importa destacar Ângelo Carneiro, considerado maior negreiro do seu tempo em Luanda, tendo traficado, a partir de Pernambuco, um grande volume de escravos para Cuba. Além disso, Carneiro foi o maior consignatário das mercadorias distribuídas por Ferreira em Angola, mais um dado indicando estreita parceria comercial entre eles. Ademais, há grande probabilidade de a mútua ajuda em seus assuntos comerciais não ter se restringido à exploração de gente africana, tendo se estendido, inclusive, à população portuguesa carente de recursos, especialmente a insular.

Em 1836, Carneiro solicitou, ao já influente Ferreira, carta de recomendação para os Açores, pois pretendia embarcar de 200 a 250 colonos em seu brigue *Orestes* (CAPELA, 2012, p. 29). A transferência de ilhéus, com destino ao Brasil, foi noticiada na imprensa portuguesa como tráfico de escravatura branca, atividade que tinha antigos negreiros radicados em África e no Brasil como agentes principais.

Além do negócio de escravos para Cuba, o Carneiro, uma vez em Pernambuco, aí se terá interessado pelo tráfico de “escravatura branca”. Entre 1818 e 1841 estão-lhe arroladas onze expedições negreiras na qualidade de armador, nas quais utilizou as embarcações *D. Domingos*, *Velha de Dio*, *Feiticeira*, *Viajante Feliz*, *Leão*, *Andorinha*, *Flor do Tejo*, ainda uma inominada. [...] [Carneiro] Consta da lista da polícia brasileira de implicados no tráfico clandestino de escravos, em 1851. O que quer dizer ter ele feito tráfico no período considerado legal, de Angola para o Brasil, depois o tráfico ilegal na mesma direção e, mais tarde, para Cuba, de permeio a “escravatura branca”. Em 1855 detinha quatro ações na Empresa de Navegação Luso-Brasileira formada no Porto com capital predominantemente “brasileiro”. (CAPELA, 2012, p. 29)

Uma análise destas informações de Capela evidencia outros dados subjacentes: a variedade de embarcações a trabalho do tráfico humano; a continuidade do comércio de escravos mesmo na vigência da Lei Eusébio de Queirós³⁰, em 1851; a não exclusividade da África como lugar de captação de gente a ser explorada; o fato de Carneiro, apesar de denunciado pelo comércio ilegal, não ter sofrido punições. Ademais, além da impunidade, ele recebeu titulação nobiliárquica também em 1851, quando passou a ser tratado como visconde de Loures (ENCICLOPÉDIA DA NOBREZA DE PORTUGAL, 1960, p. 699-700).

Sobre o grande número de embarcações para o transporte marítimo, vale relembrar a importância que o implemento da tecnologia de navegação exerceu frente aos movimentos migratórios, especialmente na rota de portugueses rumo à América.

Neste ponto, é preciso refletir sobre o conceito de legalidade. Além disso, é oportuno fazer uma distinção no que se refere às condições de transporte nessas embarcações: ilustrando com o exemplo do visconde de Loures, comentou-se sua atuação no transporte ilegal de escravos de procedência africana para a América. No entanto, cabe apontar que a ilegalidade não residia no ato de se transportar africanos em si, mas no fato de aquela gente ter viajado compulsoriamente, em contexto de escravatura. Ao que tudo indica, não é igual ao modo como ocorria com os engajados portugueses, pois eles partiam, em maioria, mediante contratos de trabalho e segundo o seu arbítrio. Sendo assim, entende-se que o transporte desses portugueses para o Brasil era feito de acordo com leis vigentes, apesar de existirem denúncias, questionamentos e obscuridades no entorno dos contratos que possibilitavam a sua migração.

Ainda relacionado ao transporte, em virtude do aumento da demanda em se conduzir levadas de gente por mares atlânticos, o setor passou por uma série de modernizações, e isso inclui não só novas tecnologias em estaleiros, mas o surgimento dos profissionais agentes de viagem (engajadores), pessoas que, individualmente ou a serviço de agências, a cada dia lucravam mais com esse negócio. Foi na interface entre o candidato à migração, os capitães de navios e fazendeiros fixados no Brasil que esses homens participaram ativamente do traslado de portugueses.

³⁰ A Lei n 581 de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, estabelecia que o tráfico de escravos de origem africana para o território brasileiro passava a ser considerado pirataria, devendo ser punido nos tribunais, aplicando-se penas previstas no Código Criminal desde o ano de 1831. Esta lei determinava que navios que fossem apreendidos transportando escravos, ou que tivessem indícios de ser usados para tal função, deveriam ser apreendidos. Além do mais, entendia como autores do “crime de importação, ou de tentativa dessa importação o dono, o capitão ou mestre, o piloto e o contramestre da embarcação e o sobrecarga. São cúmplices a equipagem, e os que coadjuvarem o desembarque de escravos no território brasileiro, ou que concorrerem para ocultar ao conhecimento da Autoridade, ou para subtrair a apreensão no mar, ou em ato de desembarque, sendo perseguido”. (CASA CIVIL, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm – disponível em 15/03/2015).

Os agentes recrutavam e incentivavam a gente interessada em trabalhar na América, servindo, muitas vezes, como a principal ponte entre os colonos e os seus futuros patrões. O motivo era de raiz econômica: com a intensificação de correntes migratórias portuguesas, a organização de excursões ao Eldorado tornou-se negócio lucrativo³¹, atraindo interessados a essa frente de trabalho.

Sobre esse nicho de mercado, Fernando José de Sousa e Maria José Ferraria apresentam investigação sobre a trajetória da Agência Abreu, “a mais antiga agência de viagens portuguesa, uma das mais antigas do mundo, e que, nas mãos da mesma família, veio até os nossos dias” (SOUSA; FERRARIA, 2009, p. 14).

A agência foi fundada por Bernardo Luís Vieira de Abreu, nascido no Minho, em 1801, um “brasileiro” que emigrou ainda muito jovem para o Brasil, estabelecendo-se na Bahia. Ao que tudo indica, inicialmente ele trabalhou no comércio, atividade provavelmente arranjada por familiar estabelecido na região de Salvador, e permaneceu naquele ofício o tempo suficiente para amear capital e se instalar por conta própria.

De acordo com Sousa e Ferraria, por volta de 1838, com as sucessivas manifestações lusófonas em terras brasileiras, o negociante³² regressou a Portugal “arrastado por uma onda de pânico que varreu a cidade e sobretudo, a comunidade lusitana” (SOUSA; FERRARIA, 2009, p. 29). Depois do retorno, fixou-se no Porto, engrossando a comunidade de “brasileiros” daquela localidade.

Contudo, o conhecimento adquirido sobre a atividade econômica da Bahia e as relações de amizade que manteve com gente dessa região brasileira serviram de base para que Abreu passasse a atuar em negócios, de natureza não totalmente esclarecida, envolvendo o Porto, a Bahia e o Rio de Janeiro:

Não sabemos qual a natureza de tais negócios, mas sabemos que Bernardo de Abreu manteve estreitas ligações com o Brasil, aparecendo como abonador de emigrantes para a concessão de passaportes; como vendedor dos bilhetes de passagem para o Brasil; e provavelmente desenvolvendo outras atividades comerciais. (SOUSA; FERRARIA, 2009, p. 31)

³¹ “Na verdade, como já foi estudado por Costa Leite, o negócio da emigração, em Portugal, movimentou muitas pessoas que integradas em agências de navegação e de emigração ou agindo por conta própria, souberam ganhar dinheiro, na segunda metade do Oitocentos e nas primeiras décadas do Novecentos, aproveitando os claros e escuros de uma legislação complexa. Agindo a coberto da lei ou fora dela, os engajadores eram tidos como os maus de uma fita que muitos assistiam impotentes para lhe fazer frente, tornando-se alvo fácil dos que tinham uma visão redutora da emigração. Outros havia, entre os quais, como vimos, os funcionários dos governos civis responsáveis pela emissão de passaportes” (MONTEIRO, 2011, p. 123).

³² Segundo palavras de José Ferreira Borges, o termo negociante, de acordo com o *Código Comercial Português* de 1833, era sinônimo de comerciante. Porém, em sentido restrito, referia-se ao “indivíduo que professa comércio externo, ou seja, designava um comissário mercantil.” (SOUSA; FERRARIA, 2009, p. 29).

A empresa longeva comprovou alto potencial de lucratividade, ao menos até o desaparecimento do seu fundador: Abreu esteve à frente da sua agência até falecer, na cidade do Porto, em 1878. Sabe-se que deixou considerável fortuna, contando com bens acumulados, 16 contos de réis em inscrições do tesouro e a inexistência de dívidas.

O período próximo à fundação da Agência Abreu, bem como as décadas que seguiram à consolidação da empresa, de 1840 a 1870, coincide com uma série de iniciativas legais que foram adotadas pelo governo lusitano para coibir a exploração de seus trabalhadores quando nas terras do Brasil. Entre 1835 e 1836, o poder político luso dispensou maior atenção à emigração, principalmente em virtude de dois fatos: a corrente migratória açoriana e madeirense para o Brasil, que se traduzia em mão de obra barata destinada a substituir o trabalho escravo nas plantações; e a legislação proibitiva do comércio de escravos provindos da África.

A propósito da migração insular, em 1836, o governo lusitano, atendendo aos apelos daqueles que consideravam graves o êxodo dos ilhéus portugueses para o Brasil, emitiu portaria regulamentado o processo migratório. Entre as determinações, estabelecia-se: que não se deveria conceder passaporte a mancebos das ilhas que ainda estivessem sujeitos ao recrutamento; que os governadores civis deveriam verificar se as condições oferecidas nos navios eram ideais para o transporte humano, mediante inspeção; que o comandante do navio era obrigado a permitir que seus passageiros desembarcassem nos portos de destino, garantindo que os agentes consulares fossem avisados das chegadas de imigrantes lusitanos, assistindo-lhes diante dos contratos de recrutamento ofertados, a fim de evitar abusos (SOUSA; FERRARIA, 2009, p. 32).

Sobre a legislação proibitiva da escravatura, o decreto Sá da Bandeira, em 1836, determinou que a exportação e a importação de escravos estava inteiramente abolida nos domínios portugueses, sem exceções. Todavia, essa lei não impediu o comércio de escravos, visto que Portugal não tinha condições de fazer valer a determinação, ao passo que a burguesia ligada ao tráfico dava continuidade ao comércio humano, ignorando as medidas proibitivas.

Paralelamente, transportar o gentio português com destino ao Brasil para exercer as mesmas funções que os escravos (sob contratos que, aparentemente, só beneficiavam os agentes, comandantes e fazendeiros contratantes) poderia ser tão lucrativo quanto a escravatura africana, e largamente menos arriscado, tendo em vista que este transporte se fazia, geralmente, sob os ditames da lei.

Nesse cenário, em “1836-1837, Passos Manuel e Costa Cabral vão denunciar a sordidez dos contratos que moldavam a emigração dos açorianos, o ‘tráfico da escravatura dos

brancos’ quando se preocupava em acabar com o ‘tráfico da escravatura dos negros’” (SOUSA; FERRARIA, 2009, p. 24).

A escravatura branca foi assunto recorrente no parlamento português: em 1839, Almeida Garrett, na condição de deputado pelos Açores, denunciou o comércio de escravatura branca; em 1840, Sá Nogueira, em nomeação de uma comissão parlamentar, referiu-se à escravidão dos cidadãos portugueses. Dois anos depois, outro parlamentar apresentou projeto de lei para dar fim à emigração e ao tráfico que se estava praticando no Reino e nas províncias insulares, não obtendo êxito:

António Bernardo da Costa Cabral, sendo ministro do Reino, em portaria de 19 de Agosto de 1842, tendo em mente o projeto de Sá da Bandeira, vai procurar dificultar a “escravatura branca” a que, segundo ele, se reduzia a emigração para o Brasil. Mas os protestos levantados contra a mesma, nomeadamente pela Associação Comercial do Porto, levaram a que, ainda no mesmo ano, por portaria de 9 de Dezembro, as restrições e exigências mais penalizadoras fossem anuladas. (SOUSA, 2009, p. 34)

Alternativas foram pensadas para diminuir os males da emigração para o Brasil: colônias africanas, especialmente Angola, passaram a fazer parte do horizonte dos projetos portugueses. Com o plano de desenvolver a então possessão portuguesa para competir com o Brasil, tentou-se direcionar os migrantes para a África, o que não resultou em sucesso. Paralelamente, ilhéus foram transferidos para Portugal continental, no intuito de povoar o ermo Alentejo, o que tampouco se traduziu em iniciativa de êxito.

Em 1843, um episódio relacionado à emigração açoriana para o Brasil desencadeou mais uma medida legal que, ao modo das anteriores, resultou em fracasso.

Numa carta de Pernambuco, subscrita por Manuel José Coelho de Freitas, datada de 15 de Dezembro de 1842, dirigida ao governador civil do distrito de Angra do Heroísmo, mas só publicada no *Diário do Governo* em 15 de Abril de 1843, dava conta de dois navios entretanto chegados ao Recife, provenientes dos Açores, carregados de emigrantes, os quais teriam sido vendidos “como aí se vende o gado, e aqui os escravos”, dando até os exemplos de cinco portugueses comprados por um senhor de engenho a 160.000 réis “para satisfazerem os apetites brutais e lascivos dos seus infames compradores”, tendo sido posta à venda uma moça virgem por 300.000 réis, que acabou por não ser vendida uma vez que não houve compradores para ela. Criticava ainda o cônsul em só pensar em emolumentos e nada ver. (SOUSA, 2009, p. 35)

Diante dessa denúncia, o conde do Lavradio convocou o ministro dos Negócios Estrangeiros a dar explicações a respeito do tráfico de escravos brancos que supostamente se estava fazendo nas ilhas, especialmente nos Açores. Em resposta, o ministro afirmou não

entender a expressão escravos brancos, classificando como um exagero a abordagem de Lavradio (SOUSA, 2009, p. 35).

A esse diálogo, seguiu debate em que, de um lado manifestavam-se os favoráveis à emigração, geralmente sob o argumento de que o governo tomava sucessivas providências para impedir que os insulares fossem tratados desumanamente em terras sul-americanas, e, de outra parte, aqueles que não se convenciam dos argumentos pró-manutenção da migração para o Brasil, tentando encontrar alternativas para inibir a atuação dos engajadores que se aproveitavam dos viajantes.

Daí derivaram projetos, como o da Comissão do Ultramar da Câmara dos Pares que, tendo Sá da Bandeira como relator, defendeu que o governo deveria garantir transporte gratuito para os madeirenses e açorianos rumo a Portugal continental e aos territórios de domínio lusitano em África. Sá da Bandeira esclareceu que a iniciativa não visava impedir a emigração, mas oferecer segurança aos migrantes, principalmente ilhéus, que eram levados às colônias britânicas e ao Brasil, onde eram vendidos como escravos, trabalhando nas roças e nos engenhos como os negros (SOUSA, 2009, p. 36).

Esse projeto de lei promoveu uma luta entre forças opostas – em que de um lado estavam os parlamentares que queriam pôr fim à escravatura velada, forjada na emigração, e os que, de outra parte, entendiam que a emigração não era uma doença, mas um remédio – tendo como vitoriosos os que militavam para que leis restritivas à migração não entrassem em vigor (SOUSA, 2009, p. 37).

Em relação à documentação registrando este tipo de comércio, existem relatórios de governadores civis e consultas em Juntas Gerais dos Açores e da Madeira que não deixam dúvidas sobre a existência de um comércio de escravos brancos com destino ao Brasil, pois foram essas ilhas que deram corpo ao “tráfico da escravatura branca”, apesar de alguns dirigentes lusos recusarem-se a admitir tal afirmação (SOUSA, 2009, p. 37).

Um exemplo desses documentos é o texto “A escravatura branca, do cônsul português em Pernambuco, Joaquim Baptista Moreira”, publicado em 1854. O texto tem propósito denunciativo e é assinado por Francisco José de Magalhães Basto e Francisco Fernandes Thomaz. Segundo os autores, o agente consular e o seu vice-cônsul não deveriam mais ocupar o cargo de representantes da Corte portuguesa em Pernambuco, pois eram inimigos, e essa inimizade lhes tirava a força política necessária para sustentar a dignidade do governo, bem como para proteger seus compatriotas. Além disso, eles seriam responsáveis pelas desventuras que maltratavam os portugueses estabelecidos naquela região do Brasil (BASTO; THOMAZ, 1854, p. 5).

No documento, Basto e Thomaz denunciavam um esquema de corrupção envolvendo os dois cônsules que, na condição de herdeiros legais dos bens deixados por portugueses falecidos no Brasil (sem testamento ou herdeiros presentes), forjavam documentos para se apoderarem de propriedades que não lhes cabiam de fato.

Nesse mesmo relatório, narraram um desembarque de colonos procedentes de Portugal insular sob as seguintes condições:

Chegando a Pernambuco no dia 27 de dezembro do ano passado o patacho português *Arrogante*, vindo da ilha de São Miguel deu fundo no Lameirão, e o seu capitão João dos Santos, português filho de Algarve, veio à terra no mesmo dia, e entendeu-se com o cônsul e consignatário, e isto feito voltou para bordo.

No seguinte dia 28 do mesmo mês vogou, e foi geralmente sabido, que o referido patacho trazia a seu bordo mais de 400 colonos de ambos os sexos, e que estes vinham todos no porão maltratados sendo que para chegarem a Pernambuco mister fora alijar logo no começo da viagem mãos de 100 caixas pertencentes aos desgraçados! (BASTO; THOMAZ, 1854, p. 9)

O documento aponta, ainda, para a clandestinidade no transporte dos ilhéus, uma vez que com “o decorrer do dia 28 mais se soube, que no número de passageiros vinham muitos ou quase todos sem passaportes” (BASTO; THOMAZ, 1854, p. 9).

De acordo com Basto e Thomaz, as tentativas para contornar a situação de ilegalidade e para fazer com que os responsáveis pelo tratamento desumano dispensado aos colonos eram inúteis, pois havia uma distorção na aplicação dos castigos, uma vez que se puniam denunciadores e inocentavam-se os criminosos. Essa situação foi ilustrada com o caso de um compatriota, Sebastião Botelho Sampaio de Arruda, que teve sua prisão decretada pelo cônsul depois de denunciar o capitão do patacho *Arrogante* (BASTO; THOMAZ, 1854, p. 10).

Além desses exemplos, há relatos de trabalhadores vendidos como se fossem mercadorias que não partiram apenas de madeirenses e açorianos, mas também de emigrantes minhotos, entre eles, o romancista e dramaturgo “brasileiro” Francisco Gomes de Amorim, que teve a trajetória sintetizada por Maria Aparecida Ribeiro desta forma:

Com apenas 10 anos, Francisco Gomes de Amorim, que nascera em A-Ver-O-Mar, seguiu numa dessas levas de emigrantes. [...] Depois de uma viagem em que não faltaram “a fome, a sede, as calmas e as tormentas” (AMORIM, 1958:VI), a criança viu-se no cais da Alfândega de Belém do Pará, onde, rodeado “de uma multidão de gente de todas as cores”, era avaliado como mercadoria por homens brancos, de branco vestidos, em meio a brincadeiras de negros escravos (AMORIM, 1858:VII). Recusado como “refugo” por uns, olhado com piedade por outros, o menino Francisco Gomes de Amorim encontrou finalmente quem o acariciasse e escolhesse para trabalhar consigo.

Seguindo este padrão, um “excelente e honrado homem” (AMORIM, 1858:XIII), ele iniciaria um percurso de que lhe ficariam na memória variadíssimas e ricas imagens do Brasil. (RIBEIRO, 2000, p. X)

Gomes de Amorim expôs suas impressões sobre a forma como aconteciam algumas transferências de migrantes portugueses para o Brasil por meio da dramaturgia. No prefácio que acompanha a publicação da peça *Aleijões Sociais*³³, em 1870, o dramaturgo comenta um incidente que ocorrera na década anterior: um navio com capacidade para 200 passageiros aportou no Brasil contendo mais de 400 pessoas. Ao ser visitado por agentes da saúde brasileira, relataram-se mais de 40 mortes entre os passageiros devido a sede, fome ou moléstias, bem como maus tratos praticados pelo comandante. Esse episódio gerou uma comoção da comunidade portuguesa já estabelecida no Brasil, a qual exigiu que o cônsul tomasse providências. Da sua parte, o representante do governo português não fez outra coisa além denunciar os colonos que lhe cobraram o cumprimento dos deveres como desordeiros, conforme narrado por Amorim (AMORIM, 1870, p. 10).

O acontecimento resultou no retorno do comandante do navio, acusado por mais de 40 mortes, a Portugal; diante de um tribunal, o homem recebeu sentença de absolvição, pois a sua alegação de que os mortos sucumbiram a doenças foi aceita. Em represália, o cônsul português solicitou que os compatriotas que lhe reclamaram providências fossem deportados para o território natal, sob a denúncia de coação de autoridade: “A ordem concedeu-se e os que haviam seguido mais o impulso do coração do que o do interesse, foram embarcados no primeiro navio para Lisboa, deixando famílias, casas e negócios, para entrarem em seu país como criminosos” (AMORIM, 1870, p. 11).

Esse acontecimento incentivou a escrita de *Aleijões Sociais*. Para Amorim, a emigração para o Brasil era uma corrente impetuosa que nenhuma força poderia impedir. Partindo da premissa de que a riqueza nem sempre estava à espera do emigrante nas terras brasileiras, no prefácio de *Aleijões*, ele questiona se valeria mesmo a pena a aventura de ser um entre os 400 ou 500 que voltam ricos, em meio aos 40.000 que expiravam pobres longe de casa.

Para Amorim, a ideia de que compensava trocar os anos produtivos de vida em Portugal por uma aposta de um futuro mais rico no Brasil seria reformulada se os que almejavam a aventura conhecessem o que ele testemunhara quando andou pelos sertões do Amazonas e tivessem sofrido os tormentos que experimentara:

Aos maus tratos e privações durante a viagem, sucedem-se as doenças própria do clima do Brasil, os rigores dos amos ou fatores bárbaros, os maus

³³ *Aleijões Sociais* foi representada sob o título: *A Escravatura Branca* (CESAR, 1969, p. 9).

alimentos, os trabalhos ásperos e rudes sob um sol ardentíssimo, as palavras injuriosas com que nos acolhem muitos dos naturais, a fome às vezes, e não raro a morte mais miserável. Isto acontece aos milhares que vão ao Brasil procurar fortuna, ao passo que em Portugal desfalece a agricultura à míngua de braços e deixam muitos quilômetros de terra inculta! (AMORIM, 1870, p. 12)

Julgando que “as leis promulgadas, com o fim de regularizar a emigração, têm sido até hoje infrutíferas” (AMORIM, 1870, p. 13), o dramaturgo defende que deveriam ser tomadas medidas que divulgassem as condições a que esses viajantes estariam submetidos ao chegar à terra de destino, ao invés de se tentar coibir o trânsito de portugueses para o Brasil, aliás, um dos propósitos de *Aleijões Sociais*. Em sua argumentação, o exemplo de “brasileiros” que voltaram a Portugal enriquecidos como incentivo àqueles que sonhavam com a fortuna torna-se claro, quando ele afirma que os migrantes resolviam se expatriar diante de um patrício que retornara rico, sem no entanto refletir que muitos outros, que eles também conheciam, não regressavam, morrendo sós e míseros em “triste e doloroso desterro” (AMORIM, 1870, p. 13).

No entendimento de Amorim, essa desproporção precisava ser difundida na imprensa e na tribuna, para que as informações chegassem ao conhecimento de todos, pois ele acreditava que essa atitude de denúncia supriria as fragilidades das leis. Ele não deixa de reconhecer a importância da entrada de capital em Portugal que se dava por meio de mãos dos “brasileiros”, mas entende que notificações na imprensa sobre abusos praticados com os migrantes lusos no Brasil assemelhavam-se a “declamações poéticas e cânticos patrióticos” (AMORIM, 1870, p. 14), sendo dever dos amantes da pátria-mãe descortinar os abusos e os desmandos de que os lusitanos mais ingênuos eram vítimas.

À época da publicação de *Aleijões Sociais*, por volta de 1872, Alexandre Herculano posicionou-se sobre o assunto, motivado por uma iniciativa do governo do Brasil de instituir lei para inibir a exploração de trabalhadores estrangeiros denunciada em seu território. Para Herculano, a existência da lei, por si só, evidenciava que, de fato, a colonização das terras brasileiras estava imersa em uma aura de vexames, envolvendo pessoas do Brasil e de Portugal.

Na ótica do autor de *O bobo*, por ser o Brasil uma nação de dimensões territoriais grandiosas, o que contrastava com população escassa, governantes brasileiros estavam imbuídos da tarefa de atrair trabalhadores estrangeiros para os seus domínios, visando a um projeto de prosperidade para o lugar. Essa iniciativa resultou na criação do que Herculano denomina associações colonizadoras, organizações mediadoras da transferência de portugueses para o Brasil, que se valiam do imaginário de riqueza do território sul-americano como argumento de persuasão. Na sua abordagem, Herculano entende que os agentes de viagem

incentivavam os jovens a buscar na América o que poderia ser conquistado em Portugal, aproveitando-se do imaginário do lugar de destino enquanto Eldorado. Além disso, esses agentes propagandeavam os vultosos salários ofertados no Brasil, mas omitiam que o montante aparentemente alto tinha pouco valor, uma vez que alto mesmo era o custo de vida brasileiro (HERCULANO, 1983, p. 129-130).

O romancista considerava desleal essa estratégia de atração de trabalhadores. Ademais, além de não ser generosa, transformava-se em dano para o Brasil, pois a propaganda, que enaltecia o Brasil como um território de riqueza, atraía prioritariamente gente mal intencionada, “[é] assim que o Brasil por cada indivíduo útil que recebe no seu seio, acolhe dois ou três danosos, ou pelo menos inúteis” (HERCULANO, 1983, p. 130).

Na ótica de Alexandre Herculano, os colonos portugueses não seriam protegidos por meio de dispositivos legais instituídos no Brasil, e, sim, caso os contratos de trabalho fossem firmados em Portugal. Do mesmo modo, era necessário que os recrutadores fossem severos na escolha dos candidatos à emigração. Em seu entendimento, os abusos praticados contra os viajantes se deviam também à essência daquela emigração objetivando o enriquecimento, pois ela atraía homens de braços inúteis, mais interessados na fortuna do que no trabalho.

As leis são nada, ou muito pouco, onde falta a moralidade. Apesar do castigo os colonos devassos e preguiçosos continuarão a sê-lo; haverá culpados em abundância, os tribunais terão mais que julgar, mas as coisas não irão muito melhor; pode o temor do castigo conter alguém, mas a maioria desprezará. É justamente da classe que na Europa despreza mais as leis que se tira grande porção de colonos para o Brasil; e não cremos que a passagem da linha mude a índole desses desgraçados. (HERCULANO, 1983, p. 130)

Herculano esteve imbuído, portanto, mais em combater o caráter duvidoso e a má índole que ele atribuía aos colonos aventureiros do que as denúncias de uma suposta exploração vil que os vitimava. Particularmente em relação às denúncias de escravatura branca. No texto, o romancista as classifica como ocorrências isoladas e, por isso, não compreende como positiva a generalização induzindo a pensar que todos os colonos transferidos para o Brasil seguiram em condições semelhantes às dos escravos africanos; além disso, legitima a prática de o custeio do transporte ser pago com a força do trabalho do migrante na ausência de recursos monetários (HERCULANO, 1983, p. 130-131).

Alexandre Herculano era partidário da utopia da colonização das áreas despovoadas de Portugal em detrimento do incentivo à emigração para o Brasil. Esta concepção foi defendida tanto no discurso político quanto na literatura oitocentista portuguesa. Além disso, sustentou, até o final de sua vida, a ideia de que pouco valia o governo tentar travar a saída de emigrantes

para a América do Sul, enquanto Portugal não lhes oferecesse incentivos para permanecer em solo natal, visto que o êxodo era uma aposta em direção contrária à certeza da miséria a que estavam fadados nas terras portuguesas (SOUSA, 2009, p. 34).

Em dezembro de 1872, o assunto emigração foi matéria central de texto publicado nas *Farpas*, sob o título “O Brasil visto a voo de sabiá – A natureza – A civilização – O emigrado”, assinado por Ramalho Ortigão. De forma taxativa, o tema é introduzido mediante a seguinte afirmação: “O Brasil, no estado em que atualmente se acha a civilização no continente colombiano, não é um país de colonos; é um país de escravos” (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 51). Segundo ele, isso era consequência de três séculos em um percurso civilizador que gerou uma sociedade viciada desde a origem, “porque proveio da conquista e porque se baseou na escravidão” (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 53).

Em sua análise, a configuração econômica brasileira desde o início da ocupação europeia gerou um quadro difícil de reverter, uma vez que a manutenção desta exploração era lucrativa aos detentores do poder:

No Brasil, a constituição feudal da propriedade entregou metade do país aos senhores de escravos. Estes poderosos fazendeiros, cujos domínios vastíssimos são indecisaamente limitados pelos rios, pelas florestas ou pelas montanhas, predominam fatalmente na administração e na política, e governam em seu próprio interesse os destinos do grande e fertilíssimo país brasileiro. (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 61)

Para Ortigão, porém, de todos os emigrados europeus que povoavam o Brasil, o mais desprotegido e detestado era o de origem portuguesa, pesando sobre o estrangeiro lusitano o ódio de raça (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 62). Ademais, ao colono português não eram concedidos nem os direitos dos nativos, nem os privilégios reservados a outros estrangeiros (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 63).

Nesse artigo, a abordagem de Ortigão coincide com o que se afirmava sobre a migração portuguesa mediada pelos engajadores. No desenrolar da sua argumentação, Ortigão refere-se aos jovens escolhidos entre a mocidade mais vigorosa das províncias do Minho e de Trás-os-Montes eram levados para o Brasil “quase sempre por um senhor esquivo, desconfiado, que vê nele um capital seu exposto aos riscos da deserção ou da fuga” (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 64). Esses jovens têm a trajetória desde a partida da Europa até o contato com a realidade brasileira sintetizada deste modo:

O *engajado* por sua parte entra na colônia esmagado por uma dívida assustadora – o preço da sua viagem, o passaporte, a folha corrida, o enxoval, a passagem, os alimentos, os remédios, as visitas do médico, as custas da

instalação, etc. – outras tantas quantias abonadas pelo senhor, a quem tem que pagar o capital, amortização, juro de 6 por cento. Ele, com a sua inteligência e sua atividade é, portanto, desde então, uma coisa que está pertencendo a outrem. Mete pela primeira vez a sua enxada na terra do exílio com a amargurada consciência de quem já não trabalha nem tão cedo tornará mais a trabalhar para si. Neste momento ou se revolta e é criminoso, ou se submete e é escravo. (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 64-65)

Para Ramalho, a maioria dos emigrados portugueses rendia-se ao se dar conta de que lutavam contra uma força diante da qual não tinham chances de vitória, na medida em que eram impotentes “contra o poder imenso, exclusivo, absoluto, dominante em toda a organização do Brasil – a coligação irresistível dos fazendeiros” (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 66).

O autor das *Farpas* compreendia a roça no Brasil tal e qual os bancos em Portugal:

É ela que faz a lei, a justiça e o direito. Com uma diferença nos resultados desta influência de capital e da propriedade no Brasil e em Portugal: é que em Portugal ela é contrastada pelas benéficas resistências de alguns milhares de cidadãos que mantêm a liberdade por meio da independência facultada pelo trabalho; no Brasil não, porque no Brasil quem trabalha é escravo, e quantidade chamada povo não existe. (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 66)

Ao ser tratado como escravo, segundo abordagem de Ortigão, o *engajado* perdia a sua qualidade de indivíduo e passava a ser tratado como coisa. Segundo ele, uma vez que eram considerados propriedade dos donos das terras em que trabalhavam, eram sublocados a outros fazendeiros, passando de “mão em mão como uma coisa alugada ou vendida” (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 69). Além disso, quando optavam por tentar a sorte no Brasil, muitos desses *engajados* contraíam uma dívida da qual jamais se livravam, e morriam na gleba, deixando seus filhos herdeiros da servidão paterna (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 69).

Segundo Ortigão, havia ainda condição tão ou mais difícil do que a do colono que conseguia uma ocupação em trabalho agrícola: a dos portugueses refugados logo que chegavam ao Rio de Janeiro. Diante de poucas chances de encontrar trabalho nas lavouras, a solução era viver em cortiços:

No Rio de Janeiro, à noite, essa multidão infecta, andrajosa e faminta, recolhe-se no cortiço sem distinção, em uma aglomeração completamente bestial. Dormem a esmo pelo chão numa promiscuidade torpe. A falta de higiene, o excesso de trabalho, a fadiga, a insuficiência de alimento produzem naturalmente nessa população quase nômade as viciações do sangue, as escrúfulas e a tísica. (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 71)

Para Ortigão, o que lhe parecia inexplicável, contudo, era o fato de a única oposição feita à emigração portuguesa para o Brasil ter partido desta nação. Nesse texto, refere-se à

legislação comentada por Alexandre Herculano e esclarece que uma das motivações de tal assunto ser tema das *Farpas* era se posicionar contrário ao ponto de vista do historiador.

Contrariamente ao posicionamento de Herculano, Ortigão entendia que os capitais captados no Brasil e injetados na economia portuguesa não aumentavam a prosperidade nem a riqueza daquela nação:

O dinheiro brasileiro não circula aqui senão em permutações. Para que o dinheiro do Brasil se transformasse em riqueza pública seria preciso que ele viesse a aumentar a população em vez de a diminuir, cultivar a terra, espalhar o trabalho. Não é isso que acontece. (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 87)

Segundo Ramalho, o torna-viagem não retornava a Portugal para produzir, mas para descansar. Ironicamente tratando Herculano por sábio, o autor da *farpa* afirma que o historiador havia divagado no lirismo ao compreender que o “brasileiro” investia o ouro juntado no Brasil na indústria, na cultura e no comércio de Portugal. Para Ortigão, era de conhecimento de muitos que a emigração não dava à nação lusitana o retorno que muitos, a exemplo de Herculano, apoiavam.

No entendimento de Ortigão, o português só chegava a ser denominado “brasileiro” quando retornava a Portugal de posse da sua ociosidade e dos juros do seu dinheiro, quase nunca dos capitais. O seu comércio, a sua indústria, sua influência civilizadora, bem como a sua força de trabalho eram deixados no Brasil, à gerência de outrem, como um sócio ou um primo caixeiro (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 87).

Para Ramalho Ortigão, era tempo de o povo português parar de viver da exploração de povos e de territórios estrangeiros, sendo proveitoso a Portugal não mais apelar para suprimentos do acaso. A solução para isso, residiria em a nação reorganizar-se pela instrução, pela renovação econômica e pelo trabalho (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 87).

Em novembro de 1874, novamente o assunto emigração portuguesa para o Brasil foi mote de um texto nas *Farpas*. Sob o título: “A questão do Pará – O colono português e o indígena brasileiro – Sua irreconciliação – Causas desse fenômeno”, a argumentação de Ortigão leva em conta outra estirpe de emigrantes, não se limitando aos engajados: “Onde estão os nossos mais empreendedores industriais, os nossos mais hábeis mercadores, os nossos mais ricos negociantes, os nossos capitalistas, os nossos banqueiros, os nossos trabalhadores, os nossos soldados? No Brasil” (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 91).

Para Ramalho, ocorreria uma catástrofe ao império brasileiro se todos esses portugueses que viviam no Brasil retornassem a Portugal, ao passo que esse retorno significaria

para a nação lusitana um aumento na força de trabalho com poder suficiente para situar Portugal entre as nações mais próspera das civilizadas (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 93).

Nesta crônica, o crítico manifesta novamente desacordo com a concepção de que a emigração compensava a Portugal sob o argumento de que esse trânsito atraía divisas à nação lusitana. Para ele, pouco adiantava que capitais fossem extraídos no mercado brasileiro e levados à Europa se, de fato, o montante permanecia acumulado em poucas mãos portuguesas: “a riqueza de um país não está de nenhum modo no dinheiro que existe nas algibeiras de uma pequeníssima parte dos seus habitantes. A riqueza de um povo consiste na abundância geral proveniente da produção, da atividade, do trabalho, da economia” (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 94).

Na ótica de Ramalho, o efeito da emigração era contrário ao propagandeado por muitos: ao invés de diminuir a pobreza da população, aumentava-a, sendo, portanto, uma pura calamidade: “Assim o Brasil é-nos duas vezes nocivo: nocivo pelos braços que nos leva, e nocivo pelo dinheiro que nos manda” (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 94).

b) Monetização do tabaco

O tabaco é um produto que ganhou mais evidência no século XIX. Originário da América Latina, chegou à Europa depois do contato de viajantes do Velho Continente com nativos que o utilizavam das mais diferentes maneiras. Inicialmente apreciado na forma de rapé, foi com o francês James Nicot, no século XVI, que seu consumo começou a ser popularizado, especialmente porque se acreditava que ele tivesse propriedades analgésicas para casos de enxaqueca, por exemplo³⁴.

Em continuidade ao uso de caráter medicinal, surgiu o ato de fumar tabaco como forma de ostentação, a partir da Espanha, que desenvolveu e ampliou o mercado de charutos. Data de 1717 a construção da primeira fábrica de charuto de exportação, em Sevilha, com matéria-prima procedente de Cuba: Na segunda metade do século XVIII, uma manufatura para produção de charutos e rapé foi fundada na América do Norte, com o intermédio de Pierre Lorillard. Na mesma época, depois de uma expedição a Cuba, Israel Putnan, coronel britânico, levou o hábito de fumar charutos às colônias inglesas. Durante o Setecentos, o produto foi sendo difundido em diversos locais, tanto nas metrópoles quanto nas colônias³⁵.

Em 1817, um século depois da criação da primeira fábrica de charutos em Sevilha, Fernando VII encerrou o monopólio da indústria do tabaco, permitindo a investidores privados

³⁴ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tabaco>, disponível em 16/07/2014.

³⁵ http://www.charutos.com.br/artigos/art_charutos15.htm

plantar a matéria-prima, vendê-la, e manufaturá-la. Essa decisão contribuiu para a explosão de consumo que se verificou nas décadas seguintes.

Para que se tenha ideia, estima-se que a Inglaterra importou da Espanha, em 1826, uma média de 26 mil libras/ano de derivados do tabaco; em 1830, a importação atingiu algo em torno de 250 mil libras/ano. Sem levar em conta um lugar em particular, para se ter uma perspectiva mais geral, em 1836, o montante de charutos cubanos exportados chegou a 407 mil unidades, ao passo que essa quantidade teria chegado a 5 milhões de unidades uma década depois.

A crescente demanda no consumo era atendida por um também crescente número de fábricas, que atingiu um total aproximado de 310 na ilha de Cuba. O ano de 1855 marcou o recorde de exportações da indústria tabaqueira cubana: se em 1840 haviam sido exportadas 141,6 milhões de unidades desse item, 15 anos depois, 356,6 milhões de charutos foram despejados no mercado internacional.

Paralelamente, no que diz respeito a Portugal, o capital gerado pela indústria fumageira foi bastante significativo³⁶. Descrevendo a íntima relação entre o tabaco e o poder, Maria Filomena Mónica apresenta análise de documentos que registraram a evolução do sistema de comércio desse item no contexto lusitano, constatando que o setor de tabacos era de controle exclusivo da Coroa, que delegava a gestão do negócio aos seus apadrinhados.

A pesquisadora afirma que “os tabacos representavam um dos mais seguros meios de acumular fortuna em Portugal” (MÓNICA, 1992, p. 462). Porém, poucos tinham a chance de usufruir desse mercado, que se restringia aos nomes determinados pela Corte. Para exemplificar, nos finais do século XVIII, a exclusividade no cultivo, na importação, no fabrico e na venda do tabaco estava condensada nas mãos de três famílias burguesas: Sobrais, Braamcamps e Quintelas (MÓNICA, 1992, p. 7).

O direito de explorar a indústria tabaqueira gerou polêmicas que não se limitavam a questionar o alto volume financeiro que a atividade revertia aos titulares dos contratos do tabaco, mas atacavam as regalias que as famílias que exploravam a substância recebiam juntamente com as concessões. Entre as regalias, estavam a isenção do serviço militar, o direito de aplicar multas a quaisquer cidadãos que portassem fumo contrabandeado, podendo inclusive violar seu o domicílio para a verificação da ocorrência.

³⁶ A Casa Havaneza, a mais antiga tabacaria de Lisboa, registra 1864 como o ano oficial de sua fundação. Contudo, há anúncios que indicam o início de atividades do estabelecimento datados em 1855 e 1861, época que coincide com o período do ápice das exportações espanholas daquele século. <http://www.casahavaneza.com/>, disponível em 17/07/2014.

Os contratos que davam direitos aos gestores não eram claros, o que alimentava controvérsias em torno do assunto:

Uma vez que a escolha dos “caixas” dependia do poder político, a tentação para o influenciar era grande. Há poucas provas dos misteriosos caminhos que conduziam à celebração dos contratos, mas jamais se assinou um sem que, na imprensa, se verificassem campanhas ardentes insinuando toda a espécie de tropelias. Em Agosto de 1856, poucas semanas após a queda do ministério de Saldanha, António Rodrigues Sampaio declarava que o governo regenerador, que ele apoiara, não conseguira abolir o odiado monopólio, devido às pressões dos capitalistas ligados ao contrato. (MÓNICA, 1992, p. 463)

Os recursos advindos dos contratos do tabaco (criados pelo Absolutismo) foram importantes à Revolução Liberal, da mesma forma que o capital oriundo da escravatura foi preponderante na implantação do Liberalismo em Portugal, e isso ilustra o quanto o patrimônio levantado com a indústria do tabaco exerceu poder na esfera política nacional.

No que tange ao período colonial, em investigação sobre o sistema de produção das lavouras fumageiras no território brasileiro, Gustavo Acioli Lopes (2004, p. 1) afirma que o tabaco contribuiu com o segundo maior montante de exportação procedente do Brasil no século das minerações, com volume de negócios inferior apenas ao do açúcar.

Segundo os estudos de Lopes, o sistema de produção da lavoura tabaqueira era diferente do praticado em plantações de açúcar, pois a planta não necessitava de muitos braços para o seu cultivo. Além disso, o plantio não exigia grandes extensões de terra, e isso atraía predominantemente pequenos produtores. Ademais, Lopes afirma haver indícios de que o grupo de produtores de tabaco não era formado prioritariamente por gente rica, ao menos no que diz respeito aos cultivadores da área que compreende o Recôncavo Baiano, o que ele considera possível supor mesmo com a pouca documentação disponível sobre o período que vai até meados do Setecentos.

A partir de meados do XVIII, há dados mais abundantes, permitindo reconhecer o regime de mão de obra e de terras na lavoura do tabaco. Esses dados evidenciam que as plantações de tabaco apresentavam um perfil diferente do das propriedades açucareiras: eram cultivadas por homens livres, sendo “cerca de 30%, e arrendatários, quase 55%, com pequenas propriedades, em média com 4,2 tarefas, ou seja, menos de 2 hectares de terra” (LOPES, 2004, p. 5).

Com o pequeno número de escravos a seu serviço, os fumulcutores estavam entre aqueles agricultores com os menores plantéis, tendo condições melhores apenas do que os agregados e os proprietários de roças de mandioca. As regiões em que se produzia o tabaco, por sua vez, eram menos densas do que as produtoras de açúcar, e isso pode ser explicado por essa

não exigência de um grande número de braços no processo que compreendia desde o plantio até o beneficiamento das folhas, sendo um incentivo aos produtores domésticos. Ademais, a mão de obra empregada na lavoura não estava restrita aos escravos, pois os proprietários e seus familiares se envolviam no processo de produção, formando um grupo de mais ou menos 12 pessoas em média, em cada propriedade, mesmo em unidades escravistas (LOPES, 2004, p. 6).

Lopes divide em dois os destinos para o escoamento da produção tabaqueira do Brasil no período colonial: a Metrópole (que reexportava a maioria do tabaco recebido para outros territórios da Europa e para a Índia, em forma de rapé) e a costa da África (com vistas ao comércio); no caso de Salvador, à Costa da Mina.

Em estudo que descreve o trabalho dos negreiros na costa africana, Alberto da Costa e Silva dá ênfase à história de Francisco Félix de Sousa – um traficante de escravos nascido em 1754, em Salvador, que se mudou para a costa da África entre 1779 e 1788. A data da sua chegada não é clara, tampouco são claros os motivos que o levaram a atravessar o oceano. Há suposições de que ele tenha ido como foragido ou proscrito, desertor do exército, que tenha viajado como forma de se livrar da punição por crime político, por ser falsificador de moedas, ou, simplesmente, por ter agido como um “labrego a aventurar-se mundo à fora” (COSTA e SILVA, 1994, p. 13).

Por outro lado, também há registros indicando que ele se teria mudado para a África na condição de funcionário da Coroa, mas em cargo de pouca responsabilidade – guarda-livros, almoxarife ou escrivão. O mais provável é que ele tenha ido em condição de foragido e, uma vez na costa africana, tenha sido arregimentado pela Corte, especialmente porque o número de homens dispostos a trabalhar para a Coroa naquela região era escasso (COSTA e SILVA, 2004, p. 15).

Entre as desinformações e contradições que envolvem sua biografia, há consenso em um ponto: ele ter deixado o Brasil desprovido de posses e, em pouco tempo, ter acumulado grande fortuna na África, particularmente na Costa da Mina. A fonte da sua riqueza se assentou no comércio de escravos, o que, em seu tempo, não era atividade ilegal. Contudo, o fato de ele não ter recursos financeiros antes de deixar a América levanta dúvidas em relação ao modo como se tornou mercador, uma vez que:

Não se adquiriam cativos sem ouro ou um bom suprimento de cauris, a moeda de melhor curso naquela parte do litoral, e tecidos de algodão, e veludos, e damascos, e lãs, e sedas, e *tabaco baiano*, e aguardentes, e armas de fogo, e pólvora, e contaria, e facas, e catanas, e manilha, e vasilhame de cobre e de latão, produtos que, na maioria dos casos, não custavam barato em sua origem

e viam o preço aumentado pelos riscos e as distâncias do transporte até o golfo do Benim. (COSTA e SILVA, 2004, p. 32, *grifos nossos*)

Uma das hipóteses de Costa e Silva para que Francisco Félix tivesse acesso a escravos, mesmo desprovido de capital, tem a ver com os vínculos formados com a família da nativa africana com quem se casou, o que lhe oportunizou ter escravos para vender em nome de outrem. Portanto, o capital inicial do negreiro seria resultado da sua atuação enquanto intermediário, recebendo comissões por escravos negociados que não eram seus. Mais relevante do que compreender os artifícios usados por Félix no comércio negreiro, importa assinalar um item que valia tal e qual moeda nesta atividade, o tabaco baiano:

Em algum momento da segunda metade do Seiscentos, das cargas dos barcos provenientes da Bahia passou a constar um novo produto, que pronto ganhou uma aceitação tão ampla que não se começaria o novo século sem que se tornasse mercadoria indispensável para fechar negócios na Costa de Escravos: o tabaco. Não qualquer tabaco: o tabaco em rolo feito na Bahia. (COSTA e SILVA, 2004, p. 43)

Ao tabaco que saía da Bahia com destino à Costa da Mina, agregava-se uma estratégia de comerciantes do Brasil para contornar empecilhos ditados pela Corte, transformando-os em vantagens: o fumo que chegava à África era considerado de terceira categoria, ou refugo, em Portugal. Por isso, era vedada a sua exportação para a Metrópole. A alternativa encontrada pelos comerciantes baianos foi dedicar às folhas rejeitadas um novo tratamento, fazendo delas grandes rolos, que eram embebidos em melaço e armazenados em invólucros de couro, para serem enviados ao golfo de Benim.

Esse produto teve grande aceitação de reis, da nobreza e da plebe; e o tabaco, de terceira para os portugueses, era considerado de primeira naquela região. Sendo assim, os comerciantes estabelecidos na Bahia, além de se livrarem de folhas sem valor comercial ao mercado europeu, garantiam não só bons preços na praça africana, mas também a preferência frente ao fumo que lá chegava procedente de Pernambuco, Paraíba e Alagoas (COSTA e SILVA, 2004, p. 42). E, talvez, o mais importante: livravam-se de pagar os impostos que eram exigidos pela Metrópole, uma vez que o fumo que comercializavam era rechaçado em Portugal.

Sobre o valor do tabaco no golfo de Benim, seu preço inflacionava-se na travessia, bem como o dos demais artigos que eram exportados àquela costa. Entretanto, no caso do fumo baiano, a sobrevalorização atingia níveis ainda mais altos, multiplicando o seu poder de compra e chegando a ser mesmo moeda indispensável ao mercado de escravos, para negreiros de nacionalidades que não só a portuguesa:

Nos pacotes de bens que se pagavam as compras feitas aos africanos podia, contudo, faltar ouro; o que não podia faltar era o tabaco. Por isso, para se ter êxito em seu comércio no golfo do Benim, franceses e ingleses viram-se também obrigados a comprar rolos de fumo baiano às embarcações de bandeira portuguesa.

Ao tabaco e ao ouro deveu-se o predomínio que os navios negreiros do Brasil passaram a ter naquela parte do litoral africano. Ao longo do Setecentos, o Recôncavo Baiano manteve-se como o principal destino dos escravos exportados pelo golfo de Benim. E entre 1791 e 1830, chegaram a ser endereçados à Bahia 75% dos embarques. (COSTA e SILVA, 2004, p. 44)

Ainda sobre as relações entre tabaco e poder em Portugal, cabe aqui explicar alguns dos motivos que faziam desse fumo ser fonte generosa de recursos financeiros: uma vez que a indústria fumageira não dependia ou interferia em nenhuma outra, os seus produtos podiam ser pesadamente onerados, e isso não se refletiria em outros setores; a carga tributária incidente sobre os produtos derivados do tabaco, por sua vez, era legitimada porque o ato de fumar era um vício, logo, convencionou-se que não resultaria em injustiça sobretaxá-lo (MÓNICA, 1992, p. 5).

No que diz respeito ao Estado, o peso da receita recolhida na tributação do tabaco variava conforme as nações que o negociavam, sendo mais significativo naquelas que eram pobres, como Portugal. Em uma comparação, pode-se dizer que, em 1864, o capital que entrava nos cofres procedente dos tributos ao tabaco representava 1/8 do orçamento português; 1/12 no orçamento da Inglaterra e 1/13 no da França (MÓNICA, 1992, p. 5).

Diferentemente do modelo espanhol, que liberou a exploração do tabaco à iniciativa privada nas primeiras décadas do Oitocentos, o controle do setor tabaqueiro foi tradicionalmente da Coroa portuguesa, conforme comentado; e isso ocorreu independentemente do regime de gestão do Estado, quer fosse Absolutismo ou Monarquia Constitucional, tendo sido liberado apenas em meados da década de 1860.

A parceria firmada com privilegiadas famílias, de modo geral, consistia na exploração do mercado por triênios prorrogáveis, em troca de prestação anual fixa que os contratadores revertiam ao Estado. Em 1817, o contrato de exclusividade para exploração do tabaco deixou de pertencer aos Sobrais, Braamcamps e Quintelas, passando para José Ferreira Pinto Basto (o conde de Farrobo) até o ano de 1829, quando D. Miguel subiu ao trono. O monopólio foi então transferido a João Paulo Cordeiro, segundo a vontade do novo soberano. Com o fim da guerra civil, D. Pedro IV anulou todos os contratos firmados pelo rei deposto, e o monopólio voltou às mãos do conde de Farrobo, que usufruiu da indústria fumageira por mais 12 anos, quando, mais uma vez, um grupo assumiu os contratos do tabaco, no período que compreendeu os anos de 1846 a 1858 (MÓNICA, 1992, p. 8).

Desse grupo destacam-se alguns nomes: José Isidoro Guedes (futuro conde de Valmor), José Maria Eugénio de Almeida e, finalmente, Joaquim Ferreira dos Santos, o conde de Ferreira, o nome que aqui foi tomado como exemplar, pois a sua trajetória aglutina vários assuntos debatidos nesta tese: é “brasileiro” torna-viagem bem-sucedido, distinguido pela Corte depois de amealhar fortuna, integrou cartéis que lhe possibilitaram multiplicar ainda mais o seu patrimônio e foi imortalizado em Portugal pelos títulos adquiridos e pelos atos filantrópicos ostentados.

Entretanto, em termos biográficos, há certa obscuridade sobre os meios que permitiram que ele acumulasse a fabulosa fortuna, cabendo sublinhar que essa obscuridade acompanha também uma variedade de “brasileiros” da ficção.

Os registros de notícias de Ferreira ter se tornado um grande comerciante, particularmente no ramo do comércio negreiro, e das suas frequentes viagens ao continente africano na condição de armador, são datados em 1815. Do ponto de vista legal, é bem verdade que atuar no comércio de escravos não representava crime até 1830. Porém, o motivo que o teria levado novamente a Portugal é um processo em que fora acusado e penalizado por haver em seus domínios escravos traficados já em tempos de proibição, o que é forte indício de que Ferreira tenha atuado como negreiro mesmo quando a atividade já era considerada ilegal.

Esta falta de transparência na atividade de negreiros depois da proibição do comércio de escravos nas costas atlânticas integra um conjunto de informações que não são dadas nos estudos biográficos de muitos portugueses donos de fortuna do Oitocentos, dois quais, além de Ferreira, foram citados ilustrativamente aqui: Bernardo Abreu e Ângelo Carneiro.

No que diz respeito ao comércio de escravos pós-1830, verificando as listagens disponibilizadas no estudo de Capela, constata-se que há, pelo menos, duas embarcações que navegaram a serviço do conde de Ferreira – *Leão e Velha de Dio* – e que integram a lista de navios apreendidos por transporte de escravos da costa africana para Pernambuco e de Pernambuco para Cuba, no processo em que Carneiro foi réu no Brasil.

Ferreira e Carneiro mantinham estreita ligação comercial, especialmente no que diz respeito à escravatura africana e ao comércio lateral a esta atividade, portanto, não é de se descartar a hipótese de que ambos se interessassem inclusive pela denominada escravatura branca. Afinal, não é redundante lembrar o pedido de intervenção de Carneiro a Ferreira (em 1836) para transportar centenas de açorianos no calor das denúncias sobre o tratamento que se dava a esses emigrantes assim que deixavam os portos lusitanos.

Há um terceiro ponto que não pode ser ignorado e que faz referência à íntima relação entre o tráfico de escravos da Costa da Mina e o tabaco produzido no Recôncavo Baiano.

Conforme foi abordado, o fumo enviado para a costa da África não tinha valor comercial no mercado europeu. Contudo, uma técnica transformou o refugo em artigo de primeira para os consumidores da Costa da Mina. E tanto foi assim que, em um dado momento, ele passou a ser moeda indispensável às negociações no comércio daquela região. Todavia, o lucro deste tabaco não ficava na mão dos produtores baianos, que plantavam e cultivavam o fumo a partir de um número reduzido de trabalhadores, não sendo possível situá-los em meio aos mais ricos agricultores do Brasil.

Por outro lado, o alto poder de compra do tabaco baiano diante do mercado de escravos na Costa da Mina fez da Bahia a região que mais recebeu africanos após a proibição deste comércio. Isso aponta para uma provável redistribuição desses negros que chegavam ao Brasil trocados por fumo, uma vez que a lavoura fumageira não exigia numeroso plantel de escravos. Sendo assim, não é absurdo admitir que esses escravos fossem direcionados para as lavouras de açúcar e algodão, ou para a ilha de Cuba, por exemplo, lugar que, conforme demonstrado, foi o carro-chefe que popularizou o consumo do tabaco, entre outros produtos, bem como destino de negros para lá conduzidos por Carneiro.

José Rivero Muñiz, em estudo sobre a história do tabaco na ilha de Cuba, descreve o processo de modernização em métodos de manufatura da indústria fumageira iniciado na década de 1840. De acordo com o pesquisador, duas causas motivaram o crescimento dos negócios do tabaco naquela ilha: o surgimento de um inseto que destruía as plantações – “guagua” – e a passagem de um furacão que assolou o lugar (MUÑIZ, 1965, p. 269).

Como resposta à crise, produtores adotaram a estratégia de aumentar os postos de trabalho no preparo do tabaco para o consumo, o que, conseqüentemente, se reverteu em aumento das plantações de fumo: “El número de cigarrerías y tabaquerías era cada día mayor, señal indubitable de que los productos elaborados en unas y en otras obtenían incesante consumo” (MUÑIZ, 1965, p. 270).

A fim de dar conta de produção suficiente para atender a demanda do mercado internacional, foi necessário ampliar o número de trabalhadores nas tabacarias, uma vez que o fabrico do charuto era manual. Nesse contexto, “trabajavam hombro con hombro y frente a frente, esclavos y hombres libres bajo la vigilancia de capataces y encargados” (MUÑIZ, 1965, p. 271).

No fim da década de 1850, o êxito financeiro de alguns proprietários tornou-se evidente. Homens que em 10 ou 15 anos antes eram proprietários de pequenas oficinas e habitavam casas simples na mesma região em que viviam os seus operários passaram a morar

em casas amplas e cômodas, afastados dos seus trabalhadores, demonstrando que os benefícios conquistados por meio do comércio do tabaco eram vultosos (MUÑIZ, 1965, p. 287).

Para Muñiz (1965, p. 287), essa mudança pode ser explicada pela manutenção do trabalho escravo junto ao trabalhador livre naquela ilha, situação anômala que ninguém se atrevia a afrontar, não parecendo absurdo supor que os escravos africanos que foram deslocados àquela ilha estavam integrados em um arranjo comercial que incluía o Brasil.

c) **Extração do látex e mercado de ações**

Entre os diferentes ciclos do extrativismo no Brasil, um dos que mais rendeu divisas ao território se deu na região norte, especificamente na floresta amazônica e arredores, no chamado ciclo da borracha. Esta atividade esteve diretamente integrada à expansão do capitalismo ocidental, com um *boom* na segunda metade do século XIX.

As práticas de exploração e as técnicas de manufatura da borracha antecedem a chegada dos europeus às terras sul-americanas. Os primeiros viajantes que passaram pela América noticiaram o uso de uma substância com aspecto leitoso entre os ameríndios, extraída de algumas espécies de vegetais. Algumas formas de uso desse material se davam em calçados, mantas, bolas para recreação, tochas para a iluminação e até mesmo como medicamento.

Segundo Nilson Santos, por volta de 1750, Portugal já enviava botas e mochilas do seu exército para o Brasil, a fim de que esses acessórios fossem impermeabilizados com o látex. Porém, o uso do material em larga escala ocorreria um século depois (SANTOS, 2002, p. 10). Manoel Pereira de Andrade defende que as transformações da borracha devem ser consideradas no contexto do desenvolvimento capitalista europeu, estadunidense e brasileiro, pois foi

nesse processo que a borracha silvestre da Amazônia teve preponderância na pauta das exportações brasileiras, na viragem do século XIX para o século XX, e se constitui numa importante matéria-prima para a indústria nacional nascente, em meados do século passado, até a perda de sua hegemonia para as produções de cultivo dos seringais do Sudeste asiático. (ANDRADE, 2004, p. 31)

Na fase inicial do século XIX, era forte o interesse no estudo e na aplicação da goma elástica, por isso muitas técnicas de manufatura foram desenvolvidas, o que possibilitou que o látex fosse usado como impermeabilizante de tecidos, calçados, tubos, mangueiras e rolhas, por exemplo. Todavia, o produto ainda era muito instável e, ao ser exposto a baixas temperaturas,

tornava-se quebradiço; exposto a altas temperaturas, tornava-se viscoso e exalava odor desagradável.

A liberação de forte odor, como um efeito causado pelas variações de temperatura na borracha, teve fim por volta de 1839, com a descoberta de um processo técnico desenvolvido por Charles Goodyear: a vulcanização. A técnica alargou sobremaneira a qualidade/durabilidade/aplicabilidade da borracha, eliminando os inconvenientes limitadores a sua produção em escala industrial:

O sucesso da vulcanização assegurou, definitivamente, o êxito da aplicação da goma elástica como importante matéria-prima para a indústria moderna, em pleno processo de expansão. Em 1868 empregavam-se cintas de borracha maciça em rodas de velocípedes. Vinte anos depois, em 1888, foi a vez do patenteamento do pneumático pelo irlandês John Dunlop, que conseguiu, baseado nos trabalhos do londrino Robert Thompson, construir o primeiro pneumático. Este invento, a disseminação da utilização da bicicleta e o aparecimento, na década de 90 do século XIX, do automóvel, foram os precursores do aumento brutal da procura e do preço da borracha natural. (SOARES apud ANDRADE, 2004, p. 36-37)

Sabe-se que a extração do látex no Brasil centralizou-se na região que atualmente compreende os estados Amazonas e Pará, particularmente nas cidades de Óbidos, Santarém, Alenquer e Monte Alegre, e era por meio da malha fluvial que o produto chegava de outros destinos:

As margens do Madeira povoaram-se rapidamente com os migrantes da Província do Pará, a partir da implantação da Província do Amazonas. Sabe-se que este rio já havia sido navegado no período colonial. Era através dele que se fazia a comunicação entre a Capitania de Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão. No entanto, foi no decurso do extrativismo que ocorreu a sua definitiva exploração. (ANDRADE, 2004, p. 41-42)

Na segunda metade do século XIX, ano a ano, a extração da goma ganhava mais relevo e, por isso, crescia também a extensão das áreas exploradas. Com a chegada dos seringueiros aos arredores dos rios Purus e Juruá, a produção da borracha amazônica atingiu mais destaque.

Até por volta do ano 1872, o látex extraído da Amazônia brasileira provinha de seringais das duas províncias de território totalmente amazônico. Os registros do início das exportações de borracha extraída nas florestas da Amazônia mato-grossense, nas proximidades da cidade de Cuiabá, e nos primeiros seringais em territórios do atual Estado do Acre, são de anos posteriores (ANDRADE, 2004, p. 44):

Ainda na década de 1870 deu-se início à intensificação da exploração dos seringais do vale do Juruá e nos seringais mato-grossenses, localizados nas cabeceiras dos afluentes dos rios Tapajós e Madeira, próximos às cidades de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade. (ANDRADE, 2004, p. 45)

Logo, a atividade de coleta da goma expandia-se para aquela região à época em que o narrador de *O Primo Basílio* informa que Basílio enriquecera com negócios da borracha no alto Paraguai³⁷, assunto a ser retomado no capítulo 6.

A colonização da região do alto Paraguai teria começado por volta de 1728, quando os primeiros homens brancos lá chegaram, onde descobriram minerais preciosos, como o ouro e o diamante. O garimpo desses minerais foi predominante durante o século XVIII, mas, em virtude do seu declínio, outros produtos passaram a ser retirados da natureza no século seguinte:

Com a decadência da mineração, os exploradores buscaram outras fontes de riquezas no sertão, e a partir da segunda metade do século XIX, entrou na pauta econômica de Mato Grosso a poaia (*Cephaelis pecacuanha*), planta da família das rubiáceas e a borracha extraída da seringueira (*Hevea brasiliensis*), planta da família das euforbiáceas, que passou a ser explorada, principalmente na bacia do Paraguai. A borracha pouco representou na economia do Estado, porque a maior parte da borracha extraída em Diamantino, município que está localizado na área de divisor das bacias hidrográficas, amazônica e paraguaia, era vendida em Belém-PA como se fosse produção daquele Estado. Por ser a borracha produto de exportação, a maior parte do látex produzido em Diamantino fora vendida para exportadores de Belém. (BORGES apud CASARIN, 2007, p. 57)

Uma das explicações para a crescente demanda de látex amazônico se apoia em uma combinação de fatores. Além da vulcanização, o surgimento de tecnologias, como a navegação a vapor, foi condicionante de peso para garantir não só que a matéria-prima fosse extraída, mas que chegasse às indústrias da Europa. Além disso, em virtude de novas modalidades de transporte, como a bicicleta e o automóvel, que demandavam quantidade crescente de produção de pneumáticos, a indústria da borracha registrava crescimento anual, e o Brasil era responsável por grande parte da produção mundial:

Com a consolidação do invento do pneumático, em finais da década de 1880, e a entrada em funcionamento da indústria automobilística, na década seguinte, aumentou ainda mais a procura da borracha, provocando uma constante elevação do preço desta matéria-prima. Em pouco mais de seis décadas, o seu preço cresceu acima de uma dezena de vezes. Neste momento crescente de utilização da borracha, a Amazônia se constituía no principal

³⁷ A região do alto Paraguai compreende a bacia do Rio Paraguai, e sua abrangência está dividida entre dois estados brasileiros – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – e duas nações fronteiriças com o Brasil – Bolívia e Paraguai. http://www.riosvivos.org.br/arquivos/site_noticias_96644902.pdf disponível em 15/9/2014.

centro produtor, tendo alcançado, em inícios de 1890, mais de 60% da produção mundial de borracha bruta natural. (ANDRADE, 2004, p. 114)

Una-se a esses fatores a liberalização do tráfego no rio Paraguai, em 1870, e a consequente ampliação do território de coleta da goma, além da abertura de um novo caminho para o escoamento da produção, que não mais dependia da bacia amazônica, passando a contar com os rios da bacia Paraguai e com a bacia do Prata (ANDRADE, 2004, p. 113).

Como consequência da alta procura por látex no mercado internacional, foi preciso multiplicar o número de trabalhadores na região, o que atraiu muitos homens para os seringais, catalisando o desenvolvimento das cidades e, conseqüentemente, do comércio de abastecimento local.

Estima-se que entre os anos de 1870-1880, aproximadamente 500 mil nordestinos se transferiram para áreas de coleta da borracha. Essa migração deveu-se sobretudo à confluência entre uma forte seca que assolou a região nordestina naquele período com a necessidade de mão de obra para a produção da borracha, fazendo o governo do Brasil estimular a mudança de trabalhadores (principalmente do Ceará) para a floresta:

Esse sistema teve um caráter disciplinador da produção, estabeleceu a propriedade latifundiária e o cerceamento do acesso às terras livres. O produtor direto de borracha passou a se dedicar exclusivamente à sua extração, obrigando-se a obter meios de subsistência e de trabalho na empresa seringalista, à qual estava subordinado. Houve um aceleração na expansão das áreas de exploração, com a instalação das mesmas nos Estados de Mato Grosso e Acre, e uma disseminação dos estabelecimentos comerciais pelos principais centros urbanos da região amazônica. (ANDRADE, 2004, p. 115)

Cristina Donza Cancela também assinala o ano de 1870 como um período de transformações significativas nesse cenário. Seu estudo é centrado na cidade de Belém do Pará, mas provavelmente descreve transformações ocorridas de forma semelhante em regiões de extração do látex, como a do alto Paraguai. Segundo Cancela, a partir de 1870, houve uma intensificação e uma diversificação no comércio de Belém, demandando uma redefinição de relações sociais, remodeladas a partir da formação e rearranjo dos grupos sociais:

[...] Famílias de proprietários de terra enraizados na província ainda no período colonial tiveram que flexibilizar suas atividades para fazer frente às novas demandas do mercado e aos indivíduos recém-chegados, sem tradição, mas com fortunas centradas no negócio da borracha ou às atividades incrementadas a partir da expansão gomífera. Com o estabelecimento de

novos signos de riqueza, as famílias da elite local, cujo patrimônio e o prestígio estavam pautados preferencialmente na propriedade de engenhos, criação de gado, ocupação de cargos administrativos, funções militares e, por vezes, firmas comerciais, tiveram de restabelecer seus investimentos em novas bases, iniciando e/ou associando-se a novos negócios e grupos de comerciantes. Seringais, casas de aviação, firmas comerciais, *ações* e imóveis urbanos passaram a estar cada vez mais presentes nos legados das famílias da elite, redimensionando o perfil de suas fortunas. (CANCELA, 2006, p. 48, *grifo nosso*)

A partir das afirmações de Andrade e de Cancela, percebe-se que, ao mesmo tempo em que as regiões seringueiras produziram muita riqueza, elas também atraíram capitais estrangeiros, que chegavam ao Brasil pelas mãos de imigrantes, os quais investiam parte do patrimônio em negócio relacionado à goma, multiplicando esse capital em escala geométrica. Além disso, a região atraía um plantel significativo de braços nativos destinados à coleta do látex. Neste contexto, o comércio das casas aviadoras destacava-se como uma das fontes de lucratividade.

O ganho desses estabelecimentos chegava por mais de uma via: por um lado, essas casas supriam as necessidades básicas dos seringueiros com o instrumental necessário para sobreviver na mata, bem como o alimento para a subsistência daqueles trabalhadores da extração, muitas vezes, com preços superfaturados. Por outro lado, os comerciantes lucravam na venda da “moeda” – borracha – que, recebida como pagamento das dívidas dos seringueiros, era comercializada no mercado de exportação. Este tipo de comércio é sintetizado por Cancela com estas palavras:

Casas aviadoras eram os estabelecimentos comerciais que abasteciam os seringais de mercadorias gerais, como alimentos, roupas, utensílios, recebendo em troca o pagamento em espécie, mais propriamente em borracha. O dono da casa aviadora intermediava a venda da borracha para a casa exportadora, ou mesmo a uma segunda casa de aviação, maior que a sua, da qual ele próprio era aviado. O preço alto cobrado pelas mercadorias aos seringueiros e o baixo preço pago na hora de comprar a produção da borracha eram reclamações constantes desses trabalhadores, que dificilmente conseguiam saldar suas dívidas com a casa aviadora à qual estavam ligados. (CANCELA, 2006, p. 62)

Sendo assim, diante da alta lucratividade das casas de aviação, parte da comunidade de comerciantes lusitanos direcionou as atenções a esse negócio, repassando a borracha para comerciantes ingleses e norte-americanos e participando ativamente da exportação do produto.

Em muitos casos, a prática dos proprietários das casas de aviação era extorsiva, na medida em que, diante dos altos preços cobrados pela sua mercadoria em contraste com os baixos preços que atribuíam à borracha, submetiam os coletores de goma a uma condição de semiescavidão, porque era preciso permanecer mais tempo na mata a fim de juntar a importância para quitar a dívida, ao passo que maior estada na floresta gerava mais despesas.

Sendo assim, foram muitos os exemplos de seringueiros que dedicaram vários anos à extração do látex com o objetivo de subsistir e de sanar as dívidas, tendo deixado os seringais tão ou mais pobres do que quando neles ingressaram.

Além disso, Cancela se refere à diversificação de formas de investimento financeiro a que as elites precisaram se adequar diante de uma nova configuração econômica mundial, com menção ao mercado de ações na condição de alternativa que ganhou força entre os investidores.

Sobre a movimentação do mercado financeiro, no terceiro quartel do século XIX, cabe trazer um estudo sobre a Bolsa de Valores de Lisboa, de David Justino, que descreve a relação entre a Guerra do Paraguai e o incremento dessa vertente de investimentos em Portugal. Segundo o autor, foi o conflito entre o Brasil e o seu vizinho que despertou a atenção dos portugueses para a “importância dos fluxos monetários entre aquela antiga colônia e o Continente do Reino” (JUSTINO, 1994, p. 109).

Na década de 1860, sobretudo na segunda metade, a bolsa de valores portuguesa passou por uma quebra, reflexo do efeito da guerra, que provocou a deterioração da relação cambial entre as praças de Portugal e a do Rio de Janeiro. O enfraquecimento da bolsa³⁸ portuguesa evidenciou o quanto o mercado financeiro lusitano era dependente do afluxo de remessas da América e o quanto o lugar sentia o peso do endividamento externo, particularmente na praça de Londres³⁹.

³⁸ Entre os anos de 1863-1865, em uma época de dinamismo econômico, houve um surto de criação de bancos em Portugal, tendo essas instituições entrado em decadência a partir de 1865. A quase totalidade dos fundadores das instituições bancárias era formada por “brasileiros” e entre os principais objetivos estava o de canalizar as remessas que chegavam do Brasil. Informação confirmada a partir de textos da imprensa (ALVES, 1994, p. 276). No dia 07/02/1863, o *Distrito de Braga* trazia a seguinte notícia: “O Banco do Comércio e Indústria fechou ontem a subscrição em 3.000 contos. Ficaram muitos pretendentes de fora, já não chegaram a tempo! O Banco *Industrial do Porto* também, segundo se diz, tem completa a subscrição. Se tanta abundância de dinheiro é real, damos parabéns ao Porto pelas riquezas que encerra... Já se fala em outro banco para acomodar os capitais que não puderam entrar para os dois novos bancos que ocupam a atenção da nossa praça. Chamar-se-á Banco Colonial, cuja missão será prestar capitais para o desenvolvimento comercial e agrícola das nossas ricas, mas abandonadas colônias” (*DISTRITO DE BRAGA*, nº 15, 07/02/1863).

³⁹ “A crise do Brasil colocou Portugal em má posição para saldar as suas contas internacionais. A Inglaterra era um país a quem enviávamos letras que recebíamos d’além mar. Fazíamos como nas ‘clearing-houses’, e tínhamos

A proximidade entre os efeitos da Guerra do Paraguai e o mercado de ações foi marcante, tanto que, ao se investigar as notícias que circulavam à época do conflito, percebe-se que, ao pé de matérias de jornais portugueses com notícias sobre a guerra, como as transcritas a seguir, forneciam-se a variação cambial das praças brasileira, inglesa e francesa, denotando a inter-relação entre a flutuação do valor das ações e o conflito:

Notícias do Brasil – As últimas notícias deste império vindas pelo paquete *Oneida* são pouco satisfatórias.

A guerra do Paraguai está no mesmo estado.

Os aliados pouco ou nada têm adiantado, tendo-lhes custado bastantes perdas algumas evoluções que têm feito.

Em virtude de ter enchido demasiadamente o rio Paraguai, foi adiado o ataque geral que se devia efetuar no dia 19 de novembro.

Os câmbios no Rio de Janeiro na data de saída do paquete contavam sobre Londres a 16 7/8, 17, 17 1/8. Sobre Paris de 540 a 550. (*O País*, nº 283, ano IV, 05/01/1869)

*

Paquete do Brasil – Entrou o paquete francês *Guienne*, vindo dos portos do Brasil.

As notícias da guerra nada adiantam ao que já se sabia.

Não se sabe onde para Lopes.

O câmbio sobre Londres ficava a 8 ½ e 18 3/3; sobre Paris de 500 a 515. (*O País*, nº 300, ano IV, 05/03/1869)

Com o término da guerra, a relação comercial triangular Inglaterra-Portugal-Brasil adquiriu outra configuração, o que foi decisivo para a economia portuguesa, especialmente depois de 1870:

[...] o ano de 1870 marcou o ponto de viragem na conjuntura recessiva. O final da guerra trouxe consigo o restabelecimento de frouxos capitais, só que, recuperada a paridade cambial, esses fluxos regulares transformaram-se numa autêntica invasão de capitais nas praças financeiras portuguesas, nomeadamente Lisboa e Porto. (JUSTINO, 1994, p. 109)

João Carlos Antunes comenta a relação entre o fim da Guerra do Paraguai e a fundação de inúmeros bancos em Portugal⁴⁰. Segundo ele, no ano de 1872, a nação lusitana contava com

a vantagem de recebermos muitas letras, já para as mesadas que o amor de família, já para a transferência de fundos de pessoas que voltavam ao berço pátrio. Extintos esses meios e alterado o sistema de comércio, vimos e estamos vendo o câmbio desvantajoso, e o dinheiro indo barra forte para o norte” (“Elevação da taxa de juro”, C.P. de 22 de agosto de 1865 apud ALVES, 1994, p. 276).

⁴⁰ Conforme Jorge Alves (1994, p. 277), essa renovação do entusiasmo na economia que retomou a fundação de bancos, principalmente no norte de Portugal, tem relação com a subida de câmbio no Brasil e com um surto de expansão do lugar no fornecimento de algodão, visto o contexto de guerra civil americana.

13 bancos; em 1873, esse número subiu para 19; em 1874, para 30, chegando a somar 52 instituições bancárias em 1875. Esse aumento significativo teve relação com o que ele denominou “núcleos duros” de capitalistas do norte português, oriundos do Brasil, que participaram ativamente na criação de bancos e de outras companhias por ações. Para isso “em muito contribuiu a abundância de capital brasileiro, no período imediato ao termo da guerra com o Paraguai pelo regresso do câmbio favorável” (ANTUNES, 2013, p. 20).

As remessas financeiras do Brasil foram importantes na redução do déficit da balança comercial portuguesa, mas a redução não significou uma mudança de *status*, visto que os resultados seguiam negativos. Portugal não pôde conter o endividamento nos cinco anos em que a Guerra do Paraguai durou, mas o fim do conflito inaugurou uma nova era na antiga Metrópole:

[...] os primeiros cinco anos da década de 70 coincidem precisamente com uma das fases de bem-estar e de aparente prosperidade. As mais recentes estimativas do PNB real por habitante para a época revelam-nos este período como um dos de rápido crescimento econômico. O ritmo de fundação de novas sociedades acelera-se, com especial destaque para o triênio 1873-1875 e para as sociedades bancárias que envolvem o grosso capital social registrado: a febre bancária, como então se aludia, apresentava-se como o expoente dos tempos do progresso prometido e anunciado pelo fontismo. A oferta monetária crescia a ritmos até então desconhecidos. (JUSTINO, 1994, p. 110)

De acordo com Joaquim Pinto Coelho, o ano de 1873 foi marcado pela opulência, pois o tesouro público dispunha de dinheiro abundante. Ademais, deu-se movimento a uma sucessão de obras públicas que visavam à melhoria da qualidade de vida dos portugueses: “os teatros são numerosos, os folguedos sem conta, as publicações literárias assombram pela quantidade, e as edificações em cada rua atestam, senão sempre o bom gosto, ao menos a riqueza, e muitas vezes a vaidade” (COELHO apud JUSTINO, p. 111).

A entrada de dinheiro ao território português aparentava uma recuperação, mas também mascarava as condições reais do lugar, pois a ostentação se apoiava na base incerta que eram os empréstimos do Tesouro e a dependência das remessas de capital que chegavam do Brasil: a “euforia bolsista que, mais tarde vai gerar tantos ressentimentos, não se tinha afirmado pelo alargamento do mercado, antes pela multiplicação das operações, pelo avolumar das transações, e, acima de tudo, pelo que na altura se designava por *pernicioso jogo de bolsa*” (JUSTINO, 1994, p. 111).

Logo, apesar da maré de otimismo no mercado financeiro na primeira metade da década de 1870, o Estado não conseguia resolver o problema da economia nacional deficitária, com o agravante de a agricultura lusitana ter atingido baixos resultados no período entre 1874 e 1876, o que prejudicou a exportação, forçando a entrada de produtos estrangeiros e acelerando ainda mais o declínio:

Uma das consequências do desequilíbrio externo terá sido a baixa do câmbio de Londres, com a inevitável saída de numerário. Entretanto, também a relação cambial com a praça do Rio de Janeiro se tornava desfavorável, com parte dos habituais fluxos a procurar preferencialmente Londres, em vez de Lisboa ou Porto. A esta situação associou-se a dificuldade de colocação das mercadorias portuguesas no mercado brasileiro, com o empate de capitais a embarçar o setor exportador. Num curto período, todos os fatores que alimentaram a prosperidade se invertiam, criando dificuldades crescentes à economia portuguesa em geral, e ao setor financeiro em particular. (JUSTINO, 1994, p. 112)

Este cenário resultou na falência de muitas casas comerciais do norte de Portugal. Como consequência, o temor da bancarrota fez com que muitos investidores se apressassem a resgatar seus títulos. Os bancos, por seu turno, não suportaram atender ao elevado número de pedidos de resgate monetário, gerando um caos.

Os primeiros indícios de dificuldade no setor bancário datam de maio de 1876, ocasião em que o Banco de Portugal fez alguns suprimentos às instituições financeiras, com a finalidade de garantir o retorno do investimento aos credores. Porém, à época de vencimento dos empréstimos do Banco de Portugal em socorro às instituições do norte, a crise reavivou-se, já que as dívidas não foram honradas (ANTUNES, 2013, p. 21). “Em 18 de agosto de 1876, o Banco de Portugal foi obrigado a fechar as portas, por ser excessiva a sua exposição ao risco como banqueiro de outros bancos. Não havia condições de enfrentar a procura anormal de dinheiro pelo público [...]” (CAETANO apud ANTUNES, 2013, p. 22).

De acordo com Antunes, a crise bancária de 1876 foi responsável pela falência de 1/5 das instituições financeiras da nação portuguesa, além de uma série de fusões entre os estabelecimentos que só unidos conseguiram se manter, destacando-se dois motivadores para explicar a bolha especulativa que gerou a derrocada de alguns bancos e a turbulência para todo

o setor financeiro português: o primeiro tem relação com a crise com as finanças espanholas⁴¹; o segundo liga-se ao Brasil:

[...] em consequência da crise brasileira de 1875 e o regresso do câmbio desfavorável, as remessas de emigrantes diminuíram substancialmente – estas tinham financiado durante muitos anos a economia portuguesa (através de indústrias mineiras de manufaturas e serviços) e contribuíam para equilibrar a balança comercial cronicamente deficitária. (CAETANO apud ANTUNES, 2013, p. 23)

A posição do governo, expressa por meio do ministro das Finanças, assemelhou-se à posição do Banco de Portugal. Segundo o ministro, Portugal foi vítima de uma febre – a proliferação de sociedades anônimas, sobretudo bancárias –, e a população, na ânsia do ganho fácil, estimulada pelos exemplos de acionistas que lucraram muito em virtude da especulação, adquiriu ações espanholas, ignorando que os papéis já estavam desvalorizados, pois acreditou na promessa de avultados lucros. Diante deste panorama, o Banco de Portugal consagrou o princípio da liberalização do mercado de valores, o que possibilitou a concorrência entre diversas bolsas, em 1878, tirando a exclusividade desse tipo de transação das casas que monopolizavam o setor (JUSTINO, 1994, p. 113-118).

Em uma conferência sobre a reorganização do Banco de Portugal, Oliveira Martins posicionou-se favorável às regras que o banco impôs aos bancos privados no gerenciamento das finanças. Essas regras redistribuíam o direito de comercializar ações que estava em mãos de poucas instituições bancárias, democratizando a prática e visavam inibir especulações.

Para Oliveira Martins, a manifestação geral contrária ao controle do Banco de Portugal observada nas ruas não era legítima, pois o grande número de pessoas antagônicas às iniciativas do governo não era diretamente afetado pelas mudanças. Para ele, as pessoas serviam de massa de manobra à defesa dos interesses dos poucos bancos privados que se julgavam lesados, sendo por isso hostis à reorganização do Banco de Portugal. Com essa iniciativa, o governo atacava pela base a liberdade de agiotagem:

O projeto do governo separa o crédito, que é uma função necessária e útil, do jogo, que é um pernicioso vício. E os bancos, para quem os descontos de letras comerciais eram o ponto de partida para as especulações da bolsa, perderão os descontos, por não poderem concorrer com o Banco de Portugal; ficando-lhes

⁴¹ A baixa dos fundos espanhóis foi responsável pelo primeiro abalo nas praças de Lisboa e do Porto. Esses fundos foram objetos de especulação em larga escala, jogada financeira que logrou até mesmo alguns bancos (OLIVEIRA MARTINS, 1956, p. 48-49).

o jogo, se o governo não levar às câmaras um projeto de reforma da lei das sociedades anônimas, para pôr cobro aos desvarios que à sombra delas se cometem. (OLIVEIRA MARTINS, 1956, p. 42)

Conforme Justino, corroborando as palavras de Oliveira Martins, quando se fazia referência aos aspectos especulativos da Bolsa de Lisboa, usualmente usava-se a palavra *jogo*. Para o estudioso, com base no relatório do Banco de Portugal, verifica-se que esse jogo envolvia transações que iam muito além da compra e venda de títulos, ou seja, eram externas ao mercado de aplicações, mas não deixavam de ser interligadas a ele, consistindo em “vendas e promessas de vendas e à liquidação de operações realizadas ‘fora da bolsa’” (JUSTINO, 1994, p. 51). De acordo com Rodrigues de Freitas: “o jogo arruinou a maioria dos jogadores, arruinou-os pelos juros que pagaram, pelas despesas que fizeram, julgando-se ricos pelo tempo que perderam, e até pelos prêmios que tantos deram comprando títulos, mais tarde assaz depreciados” (FREITAS apud JUSTINO, 1994, p. 51). Em termos ficcionais, cabe lembrar que Basílio operou no mercado de ações, conforme será detalhado no capítulo 6 desta tese.

d) Comércio de moeda falsa

Amado Luiz Cervo, em pesquisa sobre as relações estabelecidas entre Brasil e Portugal, no período que compreende os anos de 1825 a 1889, destaca assunto que aparece com certa frequência nos textos literários portugueses desse período: a massiva falsificação de dinheiro brasileiro na cidade do Porto⁴².

Conforme Cervo, esse fato se estendeu durante décadas, chegando a perturbar o relacionamento entre Portugal e Brasil após 1840. O crime foi descoberto em 1842, quando a polícia parisiense encontrou um montante de notas em poder de falsificadores, além de bilhetes do Banco do Brasil. Mediante a confissão dos falsários, soube-se da existência de estabelecimentos que produziam notas falsas, e a notícia chegou ao conhecimento das autoridades portuguesas e das brasileiras.

As chancelarias foram avisadas, mas poucas providências foram tomadas para liquidar com tais estabelecimentos, e o saldo final não foi além de um somatório de reclamações ineficazes partindo do governo brasileiro para o português.

⁴² Em 2015, a *Revista XIX*, da UnB publicou um artigo sobre o tema desta seção intitulado: “A novidade realista-naturalista e a solução para o impasse camiliano: estudo de uma *Novela do Minho*”. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/revistaXIX/article/view/16590>.

Em 1855, perante a irresolução do problema, representantes brasileiros em Lisboa solicitaram alteração no Código Penal português, objetivando inibir a prática dos falsificadores, “com vistas na qualificação e na punição dos infratores. Foi-lhes negado esse pedido, mas em seu lugar, dispôs-se o Governo luso a firmar uma convenção em que viessem consignadas as penas para tais delitos e a extradição dos criminosos” (CERVO, 2000, p. 195).

A repressão à falsificação de moeda brasileira no Porto foi iniciativa inócua, tendo em vista que a convenção não mudou o Código Penal lusitano. Tanto o crime quanto a ineficiência da legislação portuguesa para reprimi-lo prolongaram-se por vários anos, e essa postura negligente por parte do governo lusitano se refletiu em abalo às finanças do Brasil: “A introdução de notas no Império por navios portugueses avolumou-se tanto que pôs em desequilíbrio o meio circulante [...]” (CERVO, 2000, p. 196).

O legislativo português somente deu satisfação às exigências brasileiras no ano de 1859: naquele ano, o crime de falsificação de dinheiro foi declarado inafiançável, entre outras medidas para pôr fim à reprodução de moeda brasileira forjada; ademais, estava permitida a prisão de réus sem culpa comprovada, bastando existir suspeitas da prática do crime. Todavia, a medida não gerou efeitos, pois, ao passo que o Código Penal português passou por alterações, “tornava menos grave a falsificação de moedas brasileiras em Portugal desde o início dos anos 1860” (CERVO, 2000, p. 198).

Ao que tudo indica, essas iniciativas não passaram de resoluções de aparência. Na mesma época em que se noticiava a eficiência da repressão aos falsificadores, um jornal de Lisboa denunciou o Ministério de Justiça português e os representantes brasileiros naquela capital e na cidade do Porto de se acumpliciarem com tal crime. Essas denúncias confirmaram suspeitas do governo brasileiro de haver autoridades enredadas no esquema de falsificação:

Os arquivos diplomáticos brasileiros conservam documentos que levantam bem fundadas suspeitas sobre o envolvimento ou pelo menos a conivência de autoridades portuguesas, locais e nacionais, no Ministério da Justiça, por exemplo, com a fabricação e o tráfico. (CERVO, 2000, p. 196)

Perante a denúncia do jornal lisboeta, novo regulamento foi criado, afastando magistrados e autoridades suspeitas de participação no crime, ao passo que novos encarregados da justiça passaram a condenar os forjadores, aplicando medidas legislativas reformuladas. Todavia, o ciclo de produção de moeda falsa apenas chegou ao fim em meados de 1872, devido

a um tratado luso-brasileiro que estabeleceu a imediata extradição dos falsificadores portugueses para o Brasil.

No que diz respeito às narrativas ficcionais, essa modalidade de falsificação foi tema de *O cego de Landim*⁴³, novela que integra a série das *Novelas do Minho*, de Camilo Castelo Branco. Nessa trama, o autor concedeu a esse crime um plano privilegiado.

O momento em que a série camiliana foi posta em circulação não pode ser desconsiderado. Publicadas entre 1875 e 1877, a época de publicação das novelas remete a um contexto de inestimável importância, porque essas narrativas foram a público juntamente à emergência da Geração de 70, e o início da circulação de *Gracejos que matam*⁴⁴ coincide com o surgimento dos primeiros capítulos de *O Crime do Padre Amaro* (BAPTISTA, 2012, p. 193).

Sendo assim, em contexto de composição diferente do da trilogia camiliana a ser abordada nesta tese, a série de *Novelas do Minho* sintetiza um momento de crise na produção do romancista que – resistente à ideia de se enquadrar em um estilo que ditasse as regras do que ele deveria escrever – não pôde conter as forças impostas pela onda realista. Desta forma, Camilo deu movimento a textos mais ricos em pormenores concretos, concedendo mais espaço à descrição de aspectos instintivos e grosseiros da condição humana, utilizando-se, para isso, inclusive de linguagem tida como mais popular (BAPTISTA, 2012, p. 202).

Além de tratar da falsificação monetária, o estudo dessa novela importa por nela estarem imbricados outros temas trazidos ao debate nesta tese, tais quais a emigração portuguesa para o Brasil, o imaginário de fácil enriquecimento neste território, o “brasileiro” de torna-viagem, entre outros.

Nessa novela, o protagonista é Antônio José Pinto Monteiro (alinhado Cego de Landim). A particularidade desta personagem – entre os “brasileiros” da ficção estudados nesta tese – consiste em ela ter sido a que mais vezes emigrou para o Brasil em busca de enriquecimento: no total, Antônio Monteiro cruzou o Atlântico rumo ao sul da América três vezes, retornando rico à Europa em todas as oportunidades, reforçando a imagem de Brasil como Eldorado.

⁴³ A falsificação de moedas brasileiras foi assunto comentado na literatura e na dramaturgia portuguesa, fazendo parte do enredo de narrativas, como: *Ouro e Crime*, e de peças como *Aleijões sociais*, entre outros.

⁴⁴ *Gracejos que matam* foi a primeira novela da série *Novelas do Minho* publicada.

Outra particularidade na composição de Pinto Monteiro é o fato de o narrador descrever o seu dia a dia enquanto esteve em terras brasileiras, característica pouco comum em textos camilianos em que figuram “brasileiros”.

O leitor tem acesso a dados sobre Antônio Pinto Monteiro a partir de um encontro entre ele e o narrador, em 1863⁴⁵, em São Miguel de Seide. No capítulo introdutório da narrativa, o tempo histórico da ficção (o momento da escrita do texto, em 1876) e o objetivo da exposição dos fatos são elucidados: o plano do narrador é relembrar a trajetória biográfica do cego e desmentir aqueles que “reputam Portugal como um lugar em que só existem romancistas ocupados exclusivamente de amóricos de aldeia” (CASTELO BRANCO, 1991, p. 70).

Em seguida à contextualização temporal, o narrador expõe a vida da personagem desde o seu nascimento (em 1808) até a sua morte (em 1868), incluindo o detalhamento das circunstâncias do seu vaivém entre Portugal e Brasil.

Fiel ao anunciado pelo narrador, o enredo da novela não está centrado em submeter o leitor a assistir o desenrolar de amores mal resolvidos, de romances proibidos, de triângulos amorosos ou a testemunhar um desfile de cenas passionais. A trama acompanha a trajetória do Cego de Landim, podendo ser sintetizada como “a incrível história de um cego que servia ao mesmo tempo a dois senhores: a lei e o crime” (CASTRO ALVES, 1999, p. 233).

Entre os crimes praticados pelo cego, o envolvimento com a falsificação de moeda brasileira no Porto é o mais evidente, coincidindo com o episódio verídico de adulteração monetária que se passou: o ano de 1840 assinala o primeiro regresso de Pinto Monteiro a Portugal, sendo muito próximo à data da referida descoberta dos falsificadores pelos policiais parisienses. No enredo, a relação entre a personagem e os criminosos aparece de forma clara:

Pinto Monteiro passava temporadas no Porto com Amaro Faial. Era ali que ele cumpria a mensagem a que fora enviado pelo chefe de polícia fluminense. Viera sob condições estipuladas, relacionar-se com os exportadores de moeda falsa, e estatuir, de harmonia com os interessados, bases orgânicas e auspiciosas para negócio menos precário. (CASTELO BRANCO, 1991, p. 87)

Conforme sintetizado por Castro Alves, a personagem servia a dois senhores: a lei e o crime. Na primeira vez no Brasil – Pinto Monteiro, em seguida ao episódio que o cega, em

⁴⁵ Camilo Castelo Branco – da mesma forma que a personagem desta novela – foi vítima da cegueira. Porém, diferentemente do que se passou com Antônio Pinto Monteiro na ficção, a perda da visão do romancista ocorreu de forma gradual, e esse processo teria iniciado por volta do ano de 1863.

1830, ainda na enfermaria – conhece Amaro Faial, jovem “brasileiro” com quem estabelece parceria e quem passa a ser *os seus olhos* pelas ruas fluminenses. Inicialmente, a maneira encontrada pelo cego para sobreviver neste lugar é cantarolar em frente a igrejas, onde, fragilizado pela cegueira, convence as pessoas a lhe dar esmolas generosas, iludidas de que o dinheiro seria usado para o seu retorno a Portugal.

A vida nas ruas aproxima Monteiro e seu comparsa de vários pequenos criminosos. Engenhoso, o cego tem a ideia de *profissionalizar* o crime, organizando as ações. Para isso, funda uma associação para o delito, é eleito o seu presidente e nomeia Faial seu secretário principal. Em troca da gerência do crime, ambos passam a receber comissões sobre os lucros dos furtos e das trapagens que os delinquentes associados consumavam. Além disso, na intenção de expandir o ramo de atuação, Pinto Monteiro associa-se a Fortunato de Brito – o então chefe de polícia local. Firmam assim um acordo: em troca da delação de alguns criminosos, o cego recebe comissões; diante desta sociedade, o cego lucrava, ao passo que a polícia se tornava mais eficiente aos olhos da opinião pública.

No que diz respeito à falsificação de moeda, Pinto Monteiro não atuava de forma direta na forja em si, mas mediando o esquema de compra e venda de dinheiro falso tanto em Portugal quanto no Brasil. Do mesmo modo que era comissionado ao denunciar infratores no Rio de Janeiro, as intermediações envolvendo moeda falsa também lhe rendem dividendos. Vale lembrar que um dos motivos de ele permanecer em contato com forjadores era também o de cumprir tarefas para as quais era designado pelo chefe de polícia fluminense, sendo assim, “como agente secreto de polícia recebia dos cofres do Estado, mas como acumpliciado dos criminosos recebia a sua choruda parte, ao que juntava ainda o estipêndio de espião” (CASTRO ALVES, 1999, p. 234).

Em 1841, logo após ter sido roubado pela mulher, uma açoriana que conhecera no Brasil e que levava de regresso a Portugal, a solução que Monteiro encontra para se livrar da ruína é voltar ao Rio de Janeiro, com a finalidade de juntar dinheiro suficiente para voltar novamente rico à Europa. Para a segunda estada no Brasil, além de Faial, viaja acompanhado pelo Brasileiro da Maia, que carregava consigo 200 contos falsos (adquiridos no Porto sob a facilitação do Cego de Landim).

Para o próprio desgosto, o portador das moedas brasileiras falsas é preso assim que desembarca no Brasil, ignorando ter sido denunciado pelo Pinto Monteiro. Este recebe a

comissão que lhe cabe pela delação do companheiro de viagem, ao passo que Da Maia morre no degredo.

À gratificação pela denúncia do amigo, Pinto Monteiro soma o que juntara com a venda de bens usurpados da esposa de Da Maia, acumulando, desta forma, quantia necessária para regressar à Europa afortunado mais uma vez. Além disso, o retorno do Cego ao hemisfério norte tem influência de outro fator: o ponto final da sua associação com o chefe de polícia do Rio de Janeiro. Em época próxima ao seu retorno, o conchavo entre ele e Fortunato de Brito é desvendado, desdobrando-se na demissão do representante da lei.

Novamente em Portugal, Pinto Monteiro vive perdulariamente durante alguns anos: passa a oferecer banquetes a muita gente e a ser enganado por vários compatriotas falsos amigos seus – que dele se aproximavam apenas pelo interesse financeiro.

Previendo a bancarrota, o Cego de Landim investe as sobras do dinheiro amealhado na segunda passagem pelo Brasil em um empreendimento: abre um café em Famalicão, ao modo parisiense. A partir dessa empreitada, ele tem acesso a mais uma fortuna: ao atender um “brasileiro” rico e doente terminal em sua cafeteria, logo conquista sua amizade, recebendo sua esposa, a Dona Tecla, em confiança.

Com a morte do “brasileiro”, o Cego casa-se com a Dona Tecla, e esse matrimônio motiva a terceira partida de Pinto Monteiro para o Brasil. Dessa vez, o objetivo principal é vender as propriedades da esposa – e esta viagem dura justo o tempo da conversão dos imóveis em mais uma fortuna que é levada a Portugal. No ano de 1861, Dona Tecla expira em seus braços, e ele tem o mesmo destino em 1868, deixando a vida como um homem pobre e sozinho.

Pinto Monteiro é um exemplo de “brasileiro” que não segue a fórmula mais comum às representações de Camilo Castelo Branco, visto que não era gordo, nem mal educado, tampouco mal vestido. Ao contrário, as características com as quais fora composto denotam altivez:

Tinha cinquenta e cinco anos, rijos como raros homens de vida contrariada se gabam aos quarenta. Ressumbrava-lhe no semblante anafado a paz e a saúde da consciência. Tinha as espáduas largas; cabia-lhe muito ar no peito; o coração e pulmões aviventavam-se na amplidão da pleura elástica [...]. Trajava de preto, a sobrecasaca abotoada, a calça justa, a bota lustrosa; apertava na mão esquerda as luvas amarrotadas e apoiava a direita no castão de prata de uma bengala. (CASTELO BRANCO, 1991, p. 66)

Essa quebra de regra à própria lógica de representação de “brasileiro” é mais um indicativo de que a narrativa não obedece caminhos corriqueiramente traçados pelos tornaviagem camilianos. O posicionamento autoral fica evidente por meio de uma das interlocuções do narrador, especificamente a partir da justificativa irônica para explicar a opção de dar movimento a uma novela que não estava centralizada em um episódio romântico.

O leitor vai descobrindo que eu não estou escrevendo um romance. Consta-me que no Rio, os homens que já o eram trinta anos, recordam estes fatos com algumas miudezas que não pude obter nem já agora inventarei que eu não quisera omitir.

Aqui me contam eles os amores da morena filha de Landim com o chefe de polícia. Este episódio poderia ser o esmalte do meu livrinho, se em um chefe de polícia coubessem cenas de um amor brasileiro, mórbidas e sonolentas, como tão languidamente as derrete o sr. J. D’Alencar [...] (CASTELO BRANCO, 1991, p. 94)

As *Novelas do Minho* foram escritas em um momento de tensão entre escritores românticos e realistas. Ao se levar isso em conta, percebe-se a polêmica entre esses dois movimentos que está embutida nas palavras do narrador de *O Cego de Landim*.

Quando o narrador camiliano nega estar escrevendo um romance, como no trecho destacado, ele pode estar sinalizando a tentativa de estabelecer um nexos entre o seu enredo e o material histórico. Porém, a hipótese mais provável é a de que, por intermédio da ironia, o narrador esteja a serviço de ilustrar a tese de Camilo Castelo Branco, que considerava ineficazes os poderes que os realistas atribuíam à literatura que produziam. A seu ver, não era o modelo antigo que fazia da ficção romântica algo fútil, mas a gênese da ficção, que era veículo para entretenimento, não para a moralização (BAPTISTA, 2012, p. 213).

Contudo, as *Novelas do Minho* chegaram a ser rotuladas como tipicamente naturalistas, e é inegável que Camilo Castelo Branco lançou mão de alguns recursos preconizados por essa escola para dar movimento às narrativas dessa série – o que pode ser considerado uma forma de criticar o movimento. Ainda assim, mesmo que a motivação primeira fosse apontar o que julgava inconsistência na tendência literária que ganhava espaço nas letras portuguesas, o autor parte da observação de um aspecto da cena social como inspiração para o encadeamento narrativo, registrando na ficção um episódio que comunica muito da tensão que permeou relações entre Portugal e Brasil nas décadas que seguiram a independência do território sul-americano.

5 A emigração portuguesa segundo o olhar do romance e do drama do Oitocentos

5.1 América como destino de personagens da literatura

Nos primeiros séculos da colonização europeia na América, houve intensa exploração de recursos e de riquezas naturais, sob a forma de saque, além da ocupação de territórios. Esse processo contou com violenta marginalização dos nativos ameríndios e com a escravização de africanos (GOMES, 1994, p. 24). O capital, produto dos saques, financiou o desenvolvimento de algumas nações da Europa, principalmente entre os séculos XVI e XVIII. E, recordando a informação destacada por Zilberman (1994, p. 22), existe uma relação direta entre o assalto à América e a progressão do capitalismo.

Em conjunto com as expedições exploratórias, as atividades às margens do Oceano Atlântico fortaleceram o mercantilismo, atividade importante para a consolidação do capitalismo, sistema econômico que evoluiu da superação da simples acumulação de capitais para as grandes concentrações de riqueza (GOMES, 1994, p. 24).

Como efeito do capitalismo, diferentes Estados precisaram estabelecer relações comerciais entre si, visando à expansão de seus mercados, e isso refletia e ajudava a difundir as ideias e práticas liberais, as quais incentivavam a livre circulação de mercadorias e defendiam a queda de barreiras econômicas e alfandegárias (GOMES, 1994, p. 25).

A exploração/colonização do continente americano não aconteceu de modo uniforme: nos Estados Unidos, sob domínio dos ingleses, a acumulação foi mais lenta e embasada prioritariamente no trabalho em pequenas propriedades. Na América Latina, ocorreu o oposto. A dinâmica colonial teve caráter exploratório, especialmente nos territórios dominados por Portugal e Espanha, refletindo as políticas econômicas praticadas naqueles lugares. As nações ibéricas buscaram a acumulação de capital prioritariamente mediante expedições colonizadoras (GOMES, 1994, p. 26), o modo encontrado por elas para sobreviver à Revolução Industrial sem industrializar o próprio território. Portanto, na América Latina:

a construção do “desenvolvimento” foi fruto do conluio entre as monarquias espanhola e portuguesa e as elites do poder local. Elas buscaram o enriquecimento fácil por meio da prática da violência, do roubo, do saque, da grilagem, enfim, do espólio traduzido em apropriação ilícita dos recursos e riquezas do continente latino. (GOMES, 1994, p. 25)

No caso do Brasil, a exploração se deu por meio das capitânicas hereditárias, que foram seguidas pelas sesmarias e extintas no século XIX, com o surgimento do colonato e das grandes propriedades, onde se praticava principalmente a monocultura.

A história econômica do Brasil esteve atrelada à de Portugal durante muito tempo, devido ao elo metrópole-colônia que uniu as duas nações. Esse vínculo começou a se fragilizar já no início do século XIX, com a mudança da sede do Império para a América do Sul. A transferência da Corte para o Brasil resultou em enfraquecimento da Coroa portuguesa, que gradativamente perdeu o controle do mercado brasileiro, o qual, em contrapartida, se fortalecia.

Em parte, a perda do controle do Brasil pode ser explicada pelo comprometimento que a Coroa lusitana assumiu com a Inglaterra pelo suporte à mudança da sede do Império: em troca do apoio inglês, Portugal se submeteu a contratos, permitindo aos britânicos explorar o mercado brasileiro, o que significou o fim monopólio português e, conseqüentemente, o fim do Pacto Colonial.

Diante desse quadro, o domínio do mercado atlântico passou a ser inglês, e o Brasil tornou-se uma espécie de colônia britânica na América. Da sua parte, a Inglaterra atravessava um momento em que as próprias formas de acumulação estavam em transformação: a política econômica inglesa fazia a transição do capital comercial em capital industrial, levando antigas estruturas monopolistas a ruir, ao passo que a ideologia liberal tomava conta do pensamento econômico europeu. Na condição de periferia em relação à Europa, o Brasil adotou o liberalismo como base ideológica econômica, e foram as ideias liberais que impulsionaram a queda do império no fim do século XIX (PRADO Jr., 2006, p. 124).

A abertura dos portos brasileiros fomentou o comércio nessa região. Além disso, a Corte portuguesa atraiu parcela significativa da elite portuguesa para o Brasil, fazendo com que mais produtos fossem trazidos da Europa para atender a esse público diferenciado, incrementando os negócios de importação brasileiros.

Diante desse quadro, a partir de 1850 (mesmo ano que assinala período de modernização em Portugal), implantaram-se atividades de caráter industrial no Brasil, acelerando a urbanização dos principais centros comerciais. Nessa expansão, surgiram fábricas, bancos e companhias de navegação. A renovação do cenário brasileiro foi bancada principalmente pelos cafeicultores e pelo mercado financeiro internacional. O Brasil deu saltos desenvolvimentistas com vistas à consolidação do capitalismo em seus domínios, mas a sua

economia ainda era bastante submissa ao mercado externo. Ademais, o que se produzia neste território eram bens de consumo voltados para o mercado interno, e o restante era importando da Inglaterra, prioritariamente (CATANI, 1984, p. 113).

De acordo com Prado Júnior (2006), o período que compreende a segunda metade do século XIX até o fim do império pode ser classificado como a época da aurora burguesa. O renascimento agrícola, também impulsionado pela abertura dos portos e pela emancipação política, contribuiu para a fixação das ideias liberais na nação. Como numa espécie de gangorra, as forças políticas nordestinas decaíram diante da crise do açúcar, ao passo que as forças do sudeste ascenderam com o sucesso das plantações de café. Diante deste quadro, cafeicultores geraram pressão pela abolição da escravatura e pelo recrutamento de imigrantes, já referido neste tese, para substituir a força escrava nas lavouras.

A pressão inglesa pela abolição da escravatura tinha motivações de natureza financeira. Conforme destaca Maria Aparecida Ribeiro, o tráfico de escravos para o Brasil foi proibido em 1831. Em 1836, Sá da Bandeira firmou um decreto de igual teor, mas essas decisões não foram atos de benemerência de Pedro I, ou fruto de um exame de consciência dos brasileiros: “Ambas as proibições inscreviam-se, isso sim, num abolicionismo de motivação econômica e propaganda inglesas” (RIBEIRO, 2000, p. IX). O fim da escravatura, portanto, associa-se diretamente a interesses britânicos de escoar sua produção industrial, expandindo seu mercado consumidor.

As intervenções para a extinção do tráfico de escravos africanos para o Brasil aconteceram em datas próximas ao período de intensificação da migração de portugueses para o território brasileiro. Porém, esse trânsito não refletia apenas a comentada tendência histórica da gente lusitana em se aventurar em territórios estrangeiros, mas reflete uma faceta da participação luso-brasileira na consolidação do capitalismo ocidental. E, à sua maneira, a literatura portuguesa da segunda metade do século XIX registrou esse movimento.

Compreende-se nesta tese que a migração europeia visando acúmulo de capital em terras americanas não se limita à história luso-brasileira, mas integra um contexto maior, em que o gentio de outras nacionalidades, como a inglesa e a francesa, atravessou o Oceano Atlântico em expedições de aventura.

De acordo com Edward Said (2011), encontram-se alusões aos fatos imperiais em quase todas as partes da cultura inglesa e francesa do século XIX e começo do XX. Do mesmo

modo que esta tendência não foi ignorada por parte de alguns escritores portugueses, literatos de outras origens deram movimento a personagens que seguiram essa trajetória, conforme será abordado na próxima seção.

5.2 Ingleses e franceses em busca de riqueza sob a linha do Equador

Romance do século XVIII, em *As aventuras de Robinson Crusóe* (1719), Daniel Defoe conta a história de um jovem inglês que se torna marinheiro. Nascido em 1632, com pouco menos de 20 anos, Robinson deixa a Inglaterra para viajar pelos mares, sem o apoio dos pais. A força que o move inicialmente é o desejo de experimentar uma aventura. Porém, aos poucos, Crusóe sente-se invadido pela “ideia desvairada de fazer fortuna” (DEFOE, 2008, p. 22). Em sua primeira viagem, Robinson segue em direção à costa da África, “com dinheiro no bolso e boas roupas no corpo, na condição de cavalheiro” (DEFOE, 2008, p. 23).

Crusóe viaja a convite do capitão da embarcação que seguia para a África, livre de despesas com o traslado. Antes de partir, Robinson adquire “quinze quilos de bugigangas e quinquilharias” (DEFOE, 2008, p. 23) para comercializar na costa africana, seguindo o conselho do capitão. Esses produtos rendem-lhe dois quilos de ouro em pó na costa africana. De volta a Londres, Crusóe converte o metal precioso em trezentas libras esterlinas, e essa experiência faz do jovem viajante um mercador.

Robinson, entusiasmado com os resultados da sua primeira viagem, decide retornar à África, seguindo a mesma rota. Porém, o sucesso da primeira experiência não se repete na segunda viagem: seu amigo capitão falece e Crusóe, forçado a assumir a condição de comandante da travessia atlântica, é capturado pelos mouros, que o escravizam.

Habilidoso, desvencilha-se dos mouros e foge em uma pequena embarcação, dirigindo-se à região que compreende o arquipélago de Cabo Verde e as Ilhas Canárias. A razão da escolha desse destino é clara: Robinson sabia “que todos os navios vindos da Europa, com destino à costa da Guiné, Brasil ou Índias Orientais davam no Cabo ou nessas ilhas” (DEFOE, 2008, p. 36).

O seu plano é exitoso, e Crusóe é resgatado por um navio capitaneado por um português. O Brasil é o destino da embarcação e, em pouco mais de 20 dias, Robinson desembarca na Baía de Todos os Santos, lugar em que rapidamente se estabelece: conhece um lisbonense, proprietário de engenho, que lhe ensina a manufaturar cana-de-açúcar.

“Vendo como os plantadores viviam bem e enriqueciam” (DEFOE, 2008, p. 41), Robinson decide se fixar no Brasil, adquire terras e torna-se plantador de cana-de-açúcar também. Além disso, passa a comercializar mercadorias inglesas no território brasileiro, e isso engrandece seu faturamento:

Quando chegou o carregamento, pensei que minha fortuna estava feita, tamanha foi a alegria ao vê-lo. [...] como todas as mercadorias eram de fabricação inglesa, tais como roupas, tecidos, baetas e outras coisas particularmente valiosas e desejadas na região, pude vendê-las de forma muito vantajosa. Posso assegurar que quadruplei o valor de meu carregamento inicial. (DEFOE, 2008, p. 44)

Uma das marcas desta personagem, além da habilidade para multiplicar capitais, é a inquietação, característica que o impulsiona a voltar à costa da África quatro anos depois de estar fixado no Brasil.

A motivação da terceira ida para o continente africano é de natureza diferente das razões que o fizeram viajar nas oportunidades anteriores, pois Robinson Crusó se lança ao mar em virtude de uma proposta dos amigos plantadores:

Depois de me recomendarem segredo, disseram que pretendiam aparelhar um barco para ir à Guiné, pois tinham plantações como eu e nada os limitava mais que a falta de braços. Como se tratava de um comércio no qual não se poderia persistir, já que a venda pública de escravos estava proibida, desejavam fazer apenas uma viagem, descarregar discretamente os negros numa praia e dividi-los entre suas próprias plantações. Em suma, queriam saber se aceitaria ir como comissário de bordo para dirigir os negócios na costa da Guiné. (DEFOE, 2008, p. 47).

O projeto de buscar negros africanos para trabalhar como escravos em plantações brasileiras não é bem-sucedido, pois a embarcação que leva Robinson naufraga, forçando-o a viver vinte e oito anos em uma remota ilha tropical.

O retorno de Robinson Crusó à Europa se dá quase três décadas depois do naufrágio e só é possível graças à chegada de um barco europeu à ilha que ele habitava. De volta à Inglaterra, trinta e cinco anos depois, Crusó já não mais encontra sua família. Naquele lugar, é “tão desconhecido como se jamais houvesse vivido lá” (DEFOE, 2008, p. 291). Porém, o navegador ainda mantinha amigos no continente europeu. Em viagem a Lisboa, encontra-se com o capitão que o resgatou na viagem que o levou para o Brasil e fica sabendo que o

patrimônio do seu sócio no Brasil aumentou muito, apenas com o usufruto de metade da propriedade brasileira que lhe pertencia.

O capitão trata de comunicar o reaparecimento de Robinson Crusóé no Brasil. Como resposta, Crusóé recebe relatórios detalhados das atividades praticadas no seu engenho, descobrindo-se em situação financeiramente confortável: “Possuía agora, repentinamente, mais de cinco mil libras esterlinas em dinheiro e uma propriedade no Brasil que rendia mais de mil libras por ano, tão segura quanto se estivesse na Inglaterra” (DEFOE, 2008, p. 298).

Conforme se pode observar, no enredo de *As aventuras de Robinson Crusóé*, as marcas da expansão comercial inglesa são evidentes. A comercialização de produtos industrializados em território britânico tanto nas Índias Ocidentais quanto no Brasil enquanto ilustração da ampliação do mercado inglês está bem caracterizada.

Além disso, a presença do viajante/migrante português, seja na condição de capitão de embarcação, seja na condição de proprietário de engenho no Brasil, também compõe a trama. Outro aspecto ilustrado no romance é a escassez de mão de obra para o trabalho nas lavouras brasileiras, o que, por muito tempo, foi justificativa para o tráfico de escravos africanos. Sobre a escravatura, há uma informação em destaque: a proibição da venda pública de escravos, ou seja, a pressão inglesa para o fim da prática mais de um século antes de a Lei Eusébio de Queirós entrar em vigor está registrada no discurso da ficção.

Interessante observar que o Brasil não é cenário principal do desenrolar narrativo do romance, considerando que Robinson Crusóé passou apenas quatro anos neste território, contrastando com os vinte e oito anos vividos na ilha. Ainda assim, a breve fixação em terras brasileiras garante um retorno financeiro significativo ao inglês, fruto de uma propriedade tão segura quanto se estivesse na Inglaterra, segundo suas palavras, remetendo ao imaginário de Brasil como um lugar propício para o enriquecimento.

Outro romance inglês, *Mansfield Park*, de Jane Austen, publicado em 1814, a exploração de território americano para o sustento de uma mansão inglesa – a Mansfield Park – é pano de fundo do desenrolar narrativo. Neste romance, Thomas Bertram é proprietário de uma fazenda escravagista em Antígua, ilha americana, e o lucro gerado com o cultivo de produtos tropicais é fundamental para o equilíbrio e a beleza da propriedade da família de Bertram (SAID, 2011).

A América como fonte de riqueza é ilustrada também na literatura francesa. Nas primeiras décadas do século XIX, a arte literária da França conta com o retrato do europeu que rumo à América para amealhar fortuna. De Honoré de Balzac⁴⁶, tem-se um exemplo em *Eugénie Grandet* (1833), romance que se passa por volta de 1820.

Nessa narrativa, a personagem que migra é Charles Grandet, primo da protagonista que nomeia a trama. Após o suicídio do pai, em decorrência da ruína financeira, o rapaz decide viajar como uma forma de se livrar da condição financeira difícil devida à bancarrota do pai. Na condição de mercador, Charles atinge esse objetivo:

Charles fazia fortuna nas Índias. Sua pacotilha já de início foi muito bem vendida. Imediatamente juntou uma soma de seis mil dólares. Com o batismo do Equador, perdeu muitos preconceitos; percebeu que o melhor modo de ficar rico nas regiões intertropicais, assim como na Europa, era comprar e vender homens. Foi então para as costas da África e traficou negros, juntando a seu comércio de homens o comércio de mercadorias que podiam ser trocadas com mais lucro nos diversos mercados para os quais os interesses levassem sua vida. Sua atividade nos negócios não lhe deixava nenhum momento de folga. Era dominado pela ideia de reaparecer em Paris cercado do esplendor de uma grande fortuna e de recobrar posição mais brilhante do que aquela de onde caíra.

À força de girar entre homens e países diferentes, de observar seus costumes contrários, suas ideias se modificaram, e ele se tornou cético. Deixou de ter noções fixas sobre o justo e o injusto, ao ver tachado de crime num país aquilo que era virtude em outro. Em contato perpétuo com interesses, seu coração esfriou, contraiu-se, secou. O sangue dos Grandets não renegou o seu destino. Charles tornou-se duro, ganancioso. Vendeu chineses, negros, ninhos de andorinhas, crianças, artistas; praticou a usura com grande estilo. O hábito de fraudar os direitos alfandegários tornou-o menos escrupuloso quanto aos direitos humanos. Ia a Saint Thomas comprar por preço vil as mercadorias roubadas pelos piratas e as levava para os locais onde faltavam. (BALZAC, 2006, p. 198-199)

Na sequência do trecho destacado, o narrador comenta a conduta promíscua do rapaz nos diversos lugares por onde passou e refere a lembrança de Charles em relação à prima: “Eugénie não ocupava seu coração nem seus pensamentos, ocupava lugar em seus negócios, como credora de seis mil francos” (BALZAC, 2006, p. 199). Logo, o pensamento que une Charles a Eugénia é de ordem financeira.

⁴⁶ Em *O Pai Goriot* (1835), a personagem Vautrin expressa seu projeto de viver no sul dos Estados Unidos, onde pretende ser agricultor, ter escravos, vender bois, tabaco e viver como um soberano (BALZAC, 2011, p. 125).

Como estratégia para não comprometer seu nome, mantendo-o desassociado de atividades ilegais ou estigmatizantes (como o envolvimento direto com a escravidão), Charles Grandet adota um pseudônimo, Carl Sepherd. Assim: “podia aparecer sem perigo em todos os lugares, incansável, audacioso, ávido como homem que, resolvido a fazer fortuna *quibuscumque viis*, apressa-se a livrar-se logo da infâmia para viver como homem honesto durante o restante dos seus dias” (BALZAC, 2006, p. 199-200).

O retorno de Charles à França acontece sete anos após ele ter deixado a Europa. A bordo do navio em regresso ao Velho Continente, conhece a *mademoiselle* Aubiron, com quem se casa. O enlace envolve interesses além do amor romântico, de ambas as partes. Do lado de Charles, o consórcio é vantajoso na medida em que lhe dá acesso a um título de nobreza, conforme o *status* da *mademoiselle*; da parte da família Aubiron, a união garante-lhe a salvação da ruína financeira, uma vez que Charles investe parte de sua fortuna na quitação das dívidas dos novos parentes.

O trecho citado abre a perspectiva para algumas reflexões. A passagem em que o narrador afirma que o jovem deixou de ter muitos preconceitos depois de ser batizado no Equador chama a atenção. Essa informação permite considerar que Grandet, ao chegar ao hemisfério sul, deparou-se com um panorama em que vigoravam valores morais diferentes dos seus, forçando-o a reavaliar alguns conceitos. Provavelmente, essa afirmação faz referência ao tráfico de escravos do qual Charles participa, atividade que demanda uma insensibilidade que ele não demonstra antes de deixar o solo francês.

A escravidão na América retratada na literatura é encontrada em outro romance de autoria britânica, publicado na segunda metade do XIX: *Os negreiros da Jamaica* (s/d), de Mayne Reid⁴⁷. Conforme o título sugere, a história é situada na Jamaica, ilha relativamente próxima aos Estados Unidos, território de vastas plantações de cana-de-açúcar, mantidas pela força do trabalho escravo.

⁴⁷ Thomas Maine-Reid (1818-1883) nasceu na Irlanda. Por volta de 1840, mudou-se para os Estados Unidos, onde lutou, junto às forças norte-americanas, na guerra contra o México. Nos EUA, trabalhou como balconista, condutor de escravos, tutor escolar e até como artista mambembe. Amigo de Edgar Allan Poe, Reid publicou mais de 75 romances de aventura e uma série de contos. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/jamaica.html>. Acesso em 09/07/2015. Mayne-Reid conheceu de perto o universo dos mercadores, pois atuou nessa condição, chegando a viajar em embarcações que transportavam escravos.

A forma como os negros eram negociados no mercado escravo, desde a sua captura no continente africano até o modo como supostamente eram distribuídos nas regiões escravagistas, está ilustrada no enredo.

O protagonista do romance é Herberto Vaughan, jovem inglês que, semelhante a Charles Grandet migra para terras distantes em decorrência da morte do pai. Na Jamaica, inicialmente, ocupa-se como guarda-livros de um mercador judeu. Vaughan não é ganancioso, tampouco manifesta desejo de enriquecer, mas adquire fortuna fortuitamente, ao herdar o patrimônio de um tio.

Jane Eyre (1847), de Charlotte Brontë, é mais uma narrativa inglesa que contém personagem europeia enriquecida mediante negócios entre a América e o Oriente. A protagonista, que narra e nomeia o romance, é uma órfã forçada a viver com uma tia que a rejeita. Diante da hostilidade da família, Jane é levada para viver em um orfanato, onde se torna professora.

Decidida a mudar de vida, Jane muda-se para a propriedade do Sr. Rochester, onde exerce função de preceptora de sua filha, Adele. Rochester é homem abastado, contudo a origem da sua riqueza não é explicitada no enredo. Todavia, pode ser inferida a partir de passagem em que ele hospeda um amigo, o Sr. Mason:

Agora, eu podia me concentrar no grupo junto à lareira, e descobri que o novo hóspede se chamava Sr. Mason. Soube então que acabara de chegar à Inglaterra, vindo de algum país de clima quente. Era por isso, sem dúvida, que seu rosto estava tão amarelado e ele sentava tão perto da lareira, além de usar capote dentro de casa. A certa altura, a palavra Jamaica foi usada, assim como Kingston Spanish Town e outras, indicando que ele vivera nas Índias Ocidentais. E não foi sem surpresa que fiquei sabendo que foi justamente lá que conhecera o Sr. Rochester. Ele comentou que seu amigo detestava o calor, os furacões, as temporadas de chuva naquela região. Eu sabia que o Sr. Rochester fora um grande viajante. A Sra. Fairfax me tinha dito isso. Mas pensei que ele tivesse se atido ao continente europeu e que não viajara para paisagens tão distantes. (BRONTË, 2011, p. 224)

Algumas hipóteses podem ser levantadas a partir dos dados do trecho destacado: ao que tudo indica, Mason estava na Inglaterra apenas de passagem, tendo em vista a sua desconforto com os hábitos e com o frio europeu. Provavelmente, hospedou-se na casa de Rochester por manter relações comerciais com o anfitrião. O fato de Rochester ter sido um “grande viajante” indica provável atuação sua como mercador, sobretudo se a região em que

ele conheceu Mason for levada em conta: Jamaica, zona que, conforme mencionado, foi importante na produção de açúcar, e que era ponto de comercialização de escravos.

Além do mais, da mesma forma como se passa em *Mansfield Park*, é bem provável que a Jamaica seja a fonte de onde o Sr. Rochester retira os fundos que lhe permitem sustentar o luxo da grandiosa propriedade em que vive.

A partir das personagens dessa amostragem, nota-se que é consistente certa massa de europeus que trabalhava nos mares (ou em regiões americanas que eram palco da escravidão). Ao observar Robinson Crusóé, Thomas Bertram, Charles Grandet, Herberto Vaughan e Sr. Rochester, percebe-se que a figuração de europeus enriquecidos na América obedece a uma forma mais ou menos regular: as personagens são sempre laterais, não têm origem nas classes populares e, à exceção de Vaughan, enriquecem por meio de atividade diretamente relacionada à ilegalidade, especialmente com a escravatura. Essa regularidade de representação não se verifica na literatura produzida em Portugal, particularmente naquela da segunda metade do século XIX, em que esse tipo de migrante assume formas mais plurais, conforme será abordado nas seções a seguir.

5.3 O Brasil e o “brasileiro” em narrativas portuguesas

a) Camilo Castelo Branco

Entre os autores de narrativas escritas em Portugal, foram escolhidos dois nomes: Camilo Castelo Branco – com fragmentos da trilogia: *Onde está a Felicidade?* (1856), *Um Homem de Brios* (1856) e *Memórias de Guilherme do Amaral* (1863) – e Júlio Dinis – com excertos dos romances *Uma Família Inglesa* (1868), *A Morgadinha dos Canaviais* (1868) e da novela *O Espólio do Sr. Cipriano* (s/a).

Em meio aos escritores portugueses, talvez Camilo Castelo Branco tenha sido o que criou a mais extensa galeria de personagens “brasileiros”. Da sua profícua produção, a trilogia, publicada entre 1856 e 1863, composta por *Onde está a Felicidade?*, *Um Homem de Brios* e *Memórias de Guilherme do Amaral*, contém exemplos pertinentes às análises desta tese.

Os principais motivos da escolha desses títulos camilianos são bem claros: a variedade de facetas do assunto Brasil que consta nas histórias e a época em que os romances foram escritos.

A trilogia confere maior destaque a três personagens: Guilherme do Amaral, seu amigo jornalista⁴⁸ e Augusta. Na maior parte do romance, Guilherme e Augusta vivem um relacionamento amoroso, sendo acompanhados pelo jornalista, confidente do casal.

No prólogo de *Onde Está a Felicidade?*, o narrador recupera a história de João Antunes da Motta, antigo morador da casa em que Augusta habita. De acordo com o narrador, João Antunes, ao modo de muitos meninos portugueses, é levado à cidade do Porto por um tio, com o objetivo de partir para o Brasil.

A sua viagem, contudo, não se realiza, pois, ainda no cais da Ribeira, tio e sobrinho são abordados por “um homem gordo, de jaqueta de ganga amarela, e chinelos de ouro” (CASTELO BRANCO, 1856, p. 7). Esse homem se diz proprietário de duas lojas de mercearia na Fonte Taurina, manifestando interesse em encontrar um rapaz disposto a cuidar de uma delas. Por isso, propõe ao tio que deixe João sob seus cuidados, completando: “O Brasil é em toda a parte. Tenha ele cabeça, e boa aquela para o negócio, que o mais em toda a parte se arranja dinheiro” (CASTELO BRANCO, 1856, 7.).

Da pobreza à riqueza, o percurso de João Antunes é similar ao de outras personagens que migraram para o Brasil, ilustradas na literatura portuguesa: depois de alguns anos de trabalho nas mercearias do “gordo de jaqueta de ganga”, torna-se caixeiro; em seguida, genro do seu patrão; como consequência esperável, seu herdeiro. A principal diferença, porém, reside em ele não ter precisado atravessar o oceano para amealhar fortuna, tampouco ter sido necessário deixar Portugal para multiplicar seu capital mediante especulação financeira. Na condição de viúvo e sem dependentes, o homem se desfaz dos negócios e torna-se usurário, multiplicando significativamente o próprio espólio.

Sob ameaça da invasão francesa, Antunes protege o seu ouro em um baú, enterrando-o ao pé da escada do porão da sua casa, à Rua Armênia, e morre em seguida, vitimado por um acidente. Com a morte de João Antunes, encerra-se o prólogo, e o enredo de *Onde está a felicidade?* começa a se desenvolver.

O protagonista da trilogia, Guilherme do Amaral, recebe esta descrição:

Este moço, de vinte e tantos anos, é da província da Beira Alta. Nasceu e viveu até os dezoito anos na aldeia de seus pais. Aos quinze foi a Coimbra estudar preparatórios para formar-se em qualquer faculdade. Voltando a férias, viu

⁴⁸ Além de jornalista, o narrador usou os termos poeta e literato para se referir a esta personagem.

morrer sua mãe, e, como já não tinha pai, emancipou-se aos dezoito. A sua casa rende doze mil cruzados. Guilherme do Amaral considera-se livre e rico. (CASTELO BRANCO, 1856, p. 46)

De Lisboa, o rapaz muda-se para a cidade do Porto, onde conhece Augusta, filha de uma costureira, moradora da casa em que jazia a fortuna de João Antunes. Ambos passam a viver amasiados, por recusa do rapaz em assumir uma união oficial, devido à humilde origem da moça – e essa não oficialização, caracterizando fuga à responsabilidade, e outros traços da personagem ajudam a compor o perfil inescrupuloso de Guilherme.

Além dessas duas personagens, tanto Guilherme quanto Augusta mantêm relações estreitas com outras duas figuras: o jornalista, confidente de ambos, e Francisco, primo da moça, rapaz que alimenta um discreto amor por ela.

Depois de um ano e meio, o relacionamento sofre ruptura. Por intermédio do jornalista, Augusta descobre que Guilherme abandonou Portugal para se casar com sua prima, Leonor. Diante da atitude de Amaral, a moça volta a viver à casa da Rua Armênia, retomando não só a antiga morada, mas também a vida simplória do início da narrativa. Além disso, reestabelece o convívio com Francisco.

Após ter sido abandonada por Guilherme, Augusta descobre-se grávida. Porém, seu filho não resiste ao parto. O episódio da perda do bebê promove uma reviravolta no andamento da trama, estabelecendo o nexos entre o prólogo do romance e a narrativa propriamente dita: decidido a sepultar o filho de Augusta no porão, Francisco encontra casualmente o tesouro de João Antunes:

Foi buscar o formão, entalou-o no friso formado entre a tábua da tampa falsa, e outra que se abria à maneira de alçapão. A fechadura estalou. Viram seis gavetas fechadas. Abriu a primeira eram rolos em papel amarelado pelo tempo.

– Dinheiro! – exclamou ele, desembrulhando o primeiro sofregamente.

[...]

– São peças... outra também de peças... dinheiro em papel... outras peças...

Faltava abrir duas. Eram brilhantes soltos, adereços completos, anéis, pentes, cruces, pulseiras, cadeados, fivelas, medalhas, colares. (CASTELO BRANCO, 1856, p. 338)

Concluída esta passagem, a narrativa dá um salto de cinco anos. De acordo com as informações do narrador, durante este período, o jornalista tem poucas notícias de Guilherme do Amaral:

Correram, pois, cinco anos. O jornalista não obtivera direta nem indiretamente informações de Amaral. Soubera, apenas, dum provinciano vindo ao Porto, que o seu amigo, pouco depois que saíra de Portugal com o seu tio, fizera vender a um brasileiro a sua melhor quinta na Beira-Alta por quarenta mil cruzados. (CASTELO BRANCO, 1856, p. 340)

Após receber uma carta de Guilherme informando o seu retorno à capital portuguesa, o jornalista vai ao seu encontro em Lisboa. Na cidade, para sua surpresa, depara-se com o amigo ainda solteiro, financeiramente abalado e em busca de casamento vantajoso.

A conversa entre os dois rapazes ocorre no mesmo lugar em que em poucas horas aconteceria um baile, ao qual compareceriam. Entre os convidados que chegavam, uma moça chama a atenção de Guilherme: Augusta, titulada baronesa d’Amares, casada com seu primo Francisco. Esse episódio praticamente encerra a narrativa.

Em *Um Homem de Brios*, Guilherme do Amaral ainda ocupa posição de destaque. O suspense reservado ao leitor, por sua vez, centraliza-se na iminência do reencontro entre ele e Augusta.

Tendo como remota a reaproximação com a baronesa, Guilherme mantém seu projeto de encontrar uma mulher financeiramente abastada para se casar. Entre as candidatas, destaca-se Eulália:

A órfã brasileira [...] entrara às onze horas, porque o cabeleireiro só a essa hora lhe fizera o penteado. Entrou na sala conduzida pelo barão de Bouças, seu tutor. O literato foi o primeiro, entre todos os do cortejo, a saudá-la. Guilherme do Amaral atraído pelas atenções dos outros, foi contemplar cento e cinquenta contos líquidos, simbolizados numa mulher de meia estatura, mal feita, mal sentada, mal adornada de ricas bagatelas, como se quisesse neutralizar com os brilhantes a impressão da fisionomia, o desaire do corpo, e a rudeza do espírito.

Amaral pensou em tudo isto e fez muitas outras observações que o poeta interrompeu, convidando-o a conhecer a rainha do baile.

– Para que, se eu não estou disposto a reconhecê-la rainha!? – disse Guilherme.

– Pois em que hás tu de gastar o tempo? A única novidade do baile é a africana. – Africana ou brasileira? (CASTELO BRANCO, 1869, p. 98-99)

A hipótese de enlace com Eulália permite que outra faceta de Guilherme do Amaral venha à tona. Nota-se uma mudança no caráter do rapaz, que deixa de ser o sujeito frio e ambicioso do primeiro romance e se mostra como um “homem de brios”. Em outras palavras: Guilherme estava em busca de uma mulher bem estabelecida financeiramente para se casar.

Mesmo assim, ele não corresponde ao interesse de Eulália, demonstrando que o dinheiro dela, por si só, não lhe seduzia.

Há um detalhe sobre Eulália que vale a pena ser destacado: a imprecisão do adjetivo pátrio atribuído à moça, “– Africana ou brasileira” (CASTELO BRANCO, 1869, p. 99). Esta dúvida é esclarecida alguns capítulos adiante no romance, em passagem na qual o jornalista conta a Amaral o que sabe sobre a origem da riqueza da moça, herdada do pai:

– Eu sei cá! arranhou trezentos contos, que é um pouco melhor. Quem é que pergunta hoje como se arranja o dinheiro? A questão é tê-lo; e está provado que Eulália tem cento e cinquenta contos... O que eu posso dizer-te é o que este homem foi antes de ser comendador da ordem de Cristo, fidalgo da casa real... e não sei que mais. (CASTELO BRANCO, 1869, p. 140)

Conforme informado pelo jornalista, o pai de Eulália chamava-se João da tia Brígida Soqueira. Carvoeiro, cometera um assassinato e foi penalizado com o exílio em Angola: “João vai cumprir sentença, e, trinta anos depois, não sei por que serviços prestados no presídio de Luanda, consegue do governo perdão da sentença e volta a Portugal com trezentos contos. Metade repartiu-a pelos parentes: a outra testou-a à filha” (CASTELO BRANCO, 1869, p. 141).

Por fim, em *Memórias de Guilherme do Amaral*, as principais personagens das narrativas anteriores retornam por meio de cartas escritas por Guilherme do Amaral. Deste volume, interessa um fragmento retirado da introdução, reproduzindo pontos de uma conversa entre o narrador e o jornalista:

O jornalista voltou do império brasileiro, onde estanciou dez anos. Não diz que vem rico; mas os três meninos, que ele abraça no regaço de sua esposa, são tesouros de que ele tira a cada hora doçuras de incomparável felicidade. A mãe destes anjos é brasileira. Está nos seus florentíssimos trinta e dois anos. Descende das raças fortes indígenas do clima ardente. (CASTELO BRANCO, 1966, p. 6)

Em meio à descrição dos fatos que desencadearam o seu casamento, o jornalista relembra sua amizade com um vizinho, patrício, e o relato do modo como aquele homem enriquecera no Brasil:

Ninguém me conhecia, ninguém pensava em mim, exceto um guarda-livros de casa inglesa, um lisboeta que vivia estreitamente com o conto de réis do seu ordenado, e cismava em casar-se com uma viúva abastada. Este meu vizinho de trapeira contava-me os pormenores da sua atravessada existência,

e fazia-me rir, quando me lia volumes de papel acetinado em que ele repetia mensalmente à sua amada a mesma história com lindíssima letra inglesa, e frase não de todo despiciendas. Não sei se a viúva casou com ele por amor, se por comiseração. A ele dizia eu jocosamente que a viúva, decerto, preferia recebê-lo como esposo à obrigação de lê-lo mensalmente em volume, afora as cartas diárias, que deviam ser páginas soltas do volume. O certo é que eles casaram, e o meu vizinho, bem que rico e chamado a outra esfera das relações, conservou-se meu amigo [...]. (CASTELO BRANCO, 1966, p. 9-11)

Os trechos destacados dos três romances que compõem a trilogia permitem apontar para uma diversidade de informações atreladas ao “brasileiro” e à representação do Brasil na literatura. Conforme informado pelo narrador em *Onde está a felicidade?* durante os cinco anos em que Guilherme não manteve contato com o jornalista, Amaral teria vendido a “sua melhor quinta” a um “brasileiro”. Desta informação, subentende-se que, à época, a movimentação de retorno de “brasileiros” endinheirados já se fazia presente. Além disso, esses migrantes eram os capitalistas que gozavam de liquidez suficiente para fazer investimentos de vulto, adquirindo propriedades de alto valor, por exemplo.

No que diz respeito à Eulália, já em *Um Homem de Brios*, o enriquecimento súbito da moça pode ser inferido por meio da notável contradição entre a sua postura desajeitada e a fortuna que ostentava por meio de joias. Ademais, permite supor que a sua riqueza era derivada de negócios do pai envolvendo o tráfico de escravos africanos, considerando a dúvida sobre com qual adjetivo ela devia ser tratada – “Africana ou brasileira” (CASTELO BRANCO, 1869, p. 99).

Esta imprecisão descortina uma acepção para o termo brasileiro usual na costa da África (região em que seu pai enriqueceu) nos Oitocentos: “no século XIX, os brasileiros dominavam o tráfico na área, e brasileiro era quase sinônimo de mercador de escravos” (COSTA e SILVA, 2004, p. 21). Isso explica o fato de ela ser alcunhada “brasileira” mesmo sem ter estado no Brasil, e talvez colabore para justificar o rechaço de Amaral em relação à moça.

Em *Memórias de Guilherme do Amaral*, quando o narrador recupera lembranças do jornalista, em seguida à informação do retorno do poeta depois de viver uma década no Brasil, prontamente sinaliza para o leitor que ele não voltou rico. Essa associação entre o retorno do Brasil e a condição financeira do retornando é dado comum em textos que tratam de “brasileiros”, ilustrando a expectativa de uma quase obrigatoriedade de alteração no *status* financeiro dos torna-viagem presente no imaginário daqueles portugueses que não migraram. Portanto, isso

pode ser concebido como a ficcionalização da cobrança inaudita que a sociedade fazia sobre os torna-viagem.

Ao se referir à esposa, o jornalista a descreve como uma indígena nativa de um lugar de clima ardente. Referindo-se à mulher como pessoa de pouca instrução, incapaz de compreender os seus poemas. De certa forma, no discurso desta personagem, encontra-se uma faceta da imagem dos brasileiros fundada na tradição, como sintetizou Ribeiro (1994/1995, p. 142): a “terra do solo fértil e gente inculta”.

Constata-se que Camilo Castelo Branco tangenciou assuntos comumente relacionados ao Brasil nas menções feitas ao lugar e ao “brasileiro” nesta trilogia. Temas como a emigração portuguesa para o Brasil com fins de enriquecimento, a associação do termo brasileiro com o tráfico de escravos africanos e o território enquanto lugar do solo fértil e da gente com pouca cultura são marcas percebidas nas três narrativas. A trama que encerra a trilogia, por sua vez, conta com a figura do torna-viagem, porém, apresentando traços diferentes do estereótipo do “brasileiro”: homem afortunado, perdulário, gordo e mal educado, que seria recorrente nos romances camilianos da década de 1970, tais quais *Eusébio Macário*, *A Corja*, *Os Brilhantes do Brasileiro*, entre outros, e que se assemelha a Eusébio Seabra, de Julio Dinis, objeto de análise da próxima seção.

b) Júlio Dinis

Júlio Dinis, da mesma forma que Camilo Castelo Branco, conta com vasta produção literária, e é possível encontrar uma variedade de alusões ao Brasil em suas histórias. Sendo assim, tanto as personagens escolhidas como exemplares nesta tese quanto os aspectos destacados para investigação não esgotam o estudo da representação do “brasileiro” dinisiano, mas nem por isso deixam de condensar uma diversidade de aspectos sobre o Brasil relevantes a esta tese.

Em *Uma Família Inglesa* (1868), o tema Brasil não surge entranhado em uma personagem, mas em uma área bem demarcada da cidade do Porto, à qual o narrador faz menção. O romance se inicia em uma noite de carnaval do ano de 1855, com passagem em que o leitor acompanha a primeira cena de flerte entre Carlos e Cecília, o assunto de maior relevo no enredo. Em meio aos capítulos introdutórios da história, o narrador contextualiza o leitor sobre uma divisão da cidade do Porto:

Esta nossa cidade – seja dito para aquelas pessoas que porventura a conhecem menos – divide-se naturalmente em três regiões, distintas por fisionomias particulares.

A região oriental, a central e a ocidental.

O bairro central é o portuense propriamente dito; o oriental, o brasileiro; o ocidental, o inglês. (DINIS, 1977, p. 43)

Uma Família Inglesa concede plano privilegiado a um grupo familiar de origem britânica, formado por três pessoas: o patriarca (viúvo), Mr. Richard Whitestone e seus filhos, Carlos e Jenny. A dinâmica da família se divide entre a dimensão doméstica – em que Jenny assume protagonismo, e a dimensão comercial/pública – em que se destaca Carlos, na condição de continuador dos negócios do pai.

Em parágrafos que explicam a divisão regional do Porto, o narrador expõe características de três áreas:

O bairro oriental é principalmente brasileiro, por mais procurado pelos capitalistas, que recolhem da América. Predominam neste umas enormes moles graníticas, a que chamam palacetes, o portal largo, as paredes de azulejo – azul, verde ou amarelo, liso ou de relevo; o telhado de beiral azul; as varandas azuis e douradas; os jardins, cuja planta se descreve com termos geométricos e se mede a compasso e escala, adornados de estatuetas de louça, representando as quatro estações; portões de ferro, com o nome do proprietário e a era de edificação em letras também douradas; abunda a casa com janelas góticas e portas retangulares, e a de janelas retangulares e portas góticas, algumas com ameias, e o mirante chinês. As ruas são mais sujeitas à poeira. Pelas janelas quase sempre um capitalista ocioso. (DINIS, 1977, p. 43-44)

Nota-se que certa peculiaridade nos estilos de ornamentação e arquitetônico comumente associada às residências dos brasileiros são retratadas. Além de serem conhecidos pelas suas casas grandiosas, não é raro encontrar descrições de palacetes de “brasileiros” misturando estilos aparentemente inconciliáveis – como o traço retangular, o estilo gótico e o chinês em uma única edificação – como forma de ostentação interpretada como mau gosto. Além disso, outra característica de “brasileiros” comumente representada na literatura é sua associação com os termos capitalismo e ócio, conforme o excerto destacado.

A região oriental é apresentada juntamente com a tipicamente portuense (central) e a inglesa⁴⁹ (ocidental), estabelecendo contrastes. Segundo a descrição do narrador, na região central:

[...] predominam a loja, o balcão, o escritório, a casa de muitas janelas e de extensas varandas, as crueldades arquitetônicas, a que se sujeitavam velhos casarões com o intento de os modernizar; o saguão, a viela independente das posturas municipais e à absoluta disposição dos moradores das vizinhanças; a rua estreita, muito vigiada de polícias; as ruas, em cujas esquinas estacionam galegos armados de pau e corda e os cadeirinhas com o capote clássico; as ruas ameaçadas de procissões, e as mais propensas de lama; aquelas onde mais se compra e vende; onde mais se trabalha de dia, onde mais se dorme de noite. Há ainda neste bairro muitos ares de velho burgo do Bispo, não obstante as aparências modernas que revestiu. (DINIS, 1977, p. 43)

O bairro oriental é ilustrado como dinâmico, de intensa atividade comercial, lugar em que predomina o trabalho diurno, sem haver espaço para a boêmia noturna, em oposição à ociosidade atribuída ao bairro “brasileiro”.

Ademais, o narrador acrescenta um dado relevante para os estudos que envolvem as migrações, reforçando a concepção de que Júlio Dinis convertia o discurso histórico em matéria literária.

De acordo com Alves, Ferreira e Monteiro, a cidade do Porto era “palco de intensa mobilidade geográfica” (1992, p. 215). Da mesma forma que de lá partiram muitos emigrantes com destino ao Brasil, a grande cidade portuária portuguesa – devido ao seu dinamismo econômico e à sua contínua expansão urbana e social – era zona de atração populacional, acolhendo pessoas de outras regiões, inclusive de diferentes nacionalidades. Nesse contexto, “o galego representava a comunidade estrangeira de maior volume demográfico: contavam-se vários numa presença massiva, em renovação constante” (ALVES; FERREIRA; MONTEIRO, 1992, p. 216).

O bairro ocidental é o inglês, por ser especialmente aí o *habitat* destes nossos hóspedes. Predomina a casa pintada de verde-escuro, de roxo-terra, de cor de café, de cinzento, de preto... até de preto. Arquitetura despretensiosa, mas

⁴⁹ “Em forma de sinédoque, a designação popular de ‘ingleses’ na cidade do Porto é mais abrangente do que no seu sentido denotativo. Por ‘ingleses’ os portuenses designavam os nórdicos, em geral, que habitavam na Cidade e se dedicavam, em especial, ao vinho do Porto e outros negócios rentáveis: nessa designação popular cabiam então os dinamarqueses, alemães, suecos, noruegueses, embora os ingleses fossem claramente majoritários. Afinidades religiosas, culturais, econômicas e sociais, de que a prática de casamentos entre estas famílias nórdicas é um exemplo, conjugadas com a prioridade e o caráter majoritário dos ingleses, estão na base do reducionismo verificado na designação popular” (ALVES; FERREIRA; MONTEIRO, 1992, p. 216).

elegante; janelas retangulares; o peitoril mais usado do que a sacada. – Já uma manifestação de um viver mais recolhido, mais íntimo, porque o peitoril tem muito menos de indiscreto do que a varanda. Algumas casas ao fundo dos jardins; jardins assombrados de acácias, tílias e magnólias e cortados de avenidas tortuosas; as portas da rua sempre fechadas. Chaminés fumegando quase constantemente. Persianas e transparentes de fazerem despertar curiosidades. Ninguém pelas janelas. Nas ruas, encontram-se com frequência uma inglesa de cachos e um bando de crianças de cabelos loiros e de baberos brancos. (DINIS, 1977, p. 44)

Por fim, a descrição do bairro em que predominavam os moradores de origem inglesa ilustra o lugar como o mais sereno entre os três – onde reinava a sobriedade, desde a aparência das casas, pintadas com cores neutras. Além disso, deixa subentendido um antiexibicionismo dos moradores que, ao optarem pelo peitoril, assumiam postura mais reservada do que a dos que preferiam a varanda (“brasileiros”).

Considerando apenas a forma como essas três regiões foram ilustradas, percebem-se concepções autorais acerca dos moradores daquelas áreas. De acordo com Alves, Ferreira e Monteiro (1992, p. 216), a microcomunidade inglesa, hermética e influente, contrasta com os a comunidade de “brasileiros”, gente de comportamento exuberante.

Já em *A Morgadinha dos Canaviais*, o Brasil não figura apenas como o lugar de residência e convivência de um tipo de migrante vivendo aglomerado em uma região da cidade do Porto, mas condensado na figura do “brasileiro” Eusébio Seabra. Nesse romance, o enredo não é situado na cidade do Porto, localizando-se nos “extremos do Minho” (DINIS, 1977, p. 7), nomeadamente no povoado de Alvapenha.

Ao mesclar a cena social à representação literária, a dinamização econômica da segunda metade do século XIX fica registrada no texto dinisiano, simbolizada principalmente pela expansão das estradas no interior de Portugal. Retratada de maneira coerente com o que descreveriam alguns historiadores no século seguinte, a multiplicação das estradas não foi aceita de forma unânime entre os portugueses, e, no enredo da *Morgadinha dos Canaviais*, motiva desavenças envolvendo o “brasileiro” do romance, personagem composta desta forma:

Era um homem de cinquenta anos; bem figurado e sisudo, de falar compassado e com seus quês de oráculo, frases sentenciosas e ares de proteção a todo o mundo.

Saíra criança da aldeia e fora tentar fortuna ao Brasil. Por lá estive quarenta anos, e voltou o homem grave que vemos e rico. O como enriqueceu não sei, e ninguém na terra o sabia. Veio edificar uma casa no sítio em que nascera,

uma casa grande, de cantaria e azulejo, com três andares e varanda, jardim com estátuas de louça e alegretes pintados de verde e amarelo, o qual jardim tinha mais fama naquelas aldeias vizinhas do que os jardins suspensos da Babilônia. Trouxera um papagaio e uma arara, igualmente famosos, e uma botica homeopática, que ele próprio manipulava.

As ambições de Eusébio Seabra limitavam-se a vir a ser a primeira personagem de influência na aldeia. Para isso principiou por fazer alguns reparos na igreja paroquial, presenteou com vestidos novos todos os santos dos altares e mandou renovar um sino que havia doze anos tocava rachado. Fez à sua custa a festa do orago, chegando a mandar vir fogo preso da cidade e um aeróstato que ardeu a pouca altura do chão.

[...] Usava sempre suíça irrepreensivelmente talhada em volta do queixo; camisa muito lavada, peitos abertos e três grandes botões de brilhantes; no traje, combinavam-se as variegadas cores de uma ave da América; e o ouro, distribuído com profusão por todos os acessórios da sua pessoa, atestava os bons resultados dos seus quarenta anos de Brasil. Passeava pela aldeia de chinelos de marroquim verde ou sapatos de tapete, e era tal nele a delicadeza no andar, que voltava à casa sem que uma mancha enodoasse a alvura de suas meias de algodão fino. Aos domingos e dias de festa indignava a relva dos caminhos, calcando-a com botas de polimento. (DINIS, 1977, p. 106-107)

A apresentação de Eusébio Seabra operada por Dinis, de modo geral, ilustra detalhes recorrentes na imagem dos torna-viagem da literatura. Seabra migra ainda criança para o Brasil, regressando a Portugal depois de décadas, ostentando o ouro amealhado na América do Sul até no vestuário. Além disso, a origem do seu enriquecimento é desconhecida até mesmo pelo narrador, que se autodeclara ignorante em relação a esse assunto.

Elementos da natureza brasileira – como papagaios e araras – também recebem atenção do narrador, sendo lembrados quando o assunto trata das cores das roupas do “brasileiro”. Além disso, em jantar oferecido por Seabra, os exageros na decoração interna do seu palacete são comentados: havia vários elementos originários do Brasil, como arcos feitos de cana com trepadeiras entrelaçadas, um pequeno modelo de fragata brasileira a flutuar em um cesto circular. A mobília da sala, apesar de rica, é vulgar. Nas paredes, haviam penduradas litografias coloridas de molduras douradas, além de diversos diplomas de sócio de diferentes sociedades brasileiras (DINIS, 1977, p. 172).

À margem da ação principal, Seabra protagoniza passagens ligadas ao seu objetivo: ser a pessoa de maior influência na sua aldeia. Para isso, ele lança mão de intrigas e manobras, usando o seu poderio financeiro para ganhar uma disputa eleitoral em que o principal concorrente é o pai da protagonista da trama.

Independentemente do modo como Seabra se articula para tentar adentrar à vida pública, a personagem, como muitos “brasileiros” da história de Portugal, depois de atingir condição financeira confortável, planeja ser representante político da região em que nascera. Ou seja, provavelmente era sonho de Seabra ocupar cargo de poder que lhe possibilitasse multiplicar o próprio patrimônio, gerando notoriedade e, quiçá, possibilitando-lhe a aquisição de um título de nobreza.

Por fim, na novela *O Espólio do Senhor Cipriano*, há Agostinho, mais um torna-viagem. Conforme o título da narrativa sugere, Cipriano é personagem central da trama, um velho solitário e avaro, a quem a população atribui vultosa fortuna, dissimulada em uma aparência miserável.

Com a morte do velho, dá-se uma corrida em busca do tesouro de Cipriano, resultando em frustração, pois inicialmente nada é encontrado. Maquelina, irmã de Cipriano, herda os poucos objetos do avaro, e é por intermédio dela que Agostinho ganha espaço no enredo:

Uma manhã, pois, quando Maquelina estava meditando em não sei que medida de economia doméstica, importantíssima para a melhor direção das suas mesquinhas finanças, entrou-lhe pela porta dentro um rapaz magro, espigado, de fisionomia denunciadora de sofrimentos, o qual lhe estendia as mãos dizendo:

– Bons dias, madrinha, então não me conhece? (DINIS, s/a, p. 146-147)

A recepção do rapaz pela madrinha é bastante calorosa, o que pode estar relacionado ao pensamento da mulher: “o rapaz vinha do Brasil... e o Brasil é sempre o Brasil” (DINIS, s/a, p. 147), denotando interesse financeiro, ao invés de uma genuína demonstração de amor familiar.

Quando questionado sobre as condições financeiras do retorno, a resposta de Agostinho é a seguinte: “– Vim para não morrer de fome”; “– Embarquei como moço de navio por não ter dinheiro para a passagem [...] E agora venho pedir-lhe que me receba em casa até... até... arranjar modo de vida” (DINIS, s/a, p. 147).

No contexto de Agostinho, percebe-se a já referida expectativa que os portugueses que não migraram alimentavam em relação àqueles que se decidiam pela aventura na América, o que fica nítido nas palavras do narrador: “[Agostinho] voltou do Brasil e, contra o que era de esperar, vinha como partira, isto é, com a riqueza de Job na desgraça” (DINIS, s/a, p. 146).

Além disso, o narrador comenta pensamentos de Maquelina sobre o rapaz, passados alguns meses, perante o fracassado plano de arranjar um emprego:

Emprego não pôde ele obter. Naquela cidade, como em muitas outras terras do reino, não se veem com bons olhos os infelizes que voltam do Brasil pobres. Lá parece uma prova de pouco espírito e da nenhuma aptidão a essa boa gente semelhante sucesso. O Brasil é, para ela, como um campo de batalha. Ou volta-se de lá vitorioso, ou morre-se combatendo. Fugir é de covardes. (DINIS, s/a, p. 148)

O trecho destacado ilustra o maniqueísmo comumente associado às migrações para o Brasil: “ou volta-se vitorioso, ou morre-se combatendo” – e isso está relacionado tanto às grandes fortunas adquiridas mediante negócios no território sul-americano (como no caso do conde Ferreira, Bernardo Abreu, entre outros) quanto aos relatos dos engajados que, quando conseguiam retornar a Portugal, chegavam quase tão pobres do que antes de viver no Brasil.

Nessas três obras de Julio Dinis, percebem-se três aspectos associados ao “brasileiro” ainda não exemplificados com figuras ficcionais nesta tese. No caso da *Morgadinha dos Canaviais*, o migrante é aludido na condição de integrante de uma microcomunidade, com características bem demarcadas, em uma cidade que era polo financeiro português. Na condição de capitalistas, ociosos e exibicionistas, não é nesse romance que os traços do “brasileiro” estão particularizados em uma personagem.

O estereótipo do “brasileiro” aparece em *Uma Família Inglesa*, com Eusébio Seabra: gordo, mal vestido, mal educado e morador de uma casa decorada com mau gosto, demonstra ganância e falta de escrúpulos, ao lançar mão de artifícios escusos para levar a cabo o plano de ser o homem mais influente da sua aldeia.

Por fim, em *O Espólio*, a faceta do torna-viagem fracassado no Brasil ganha espaço, juntamente com a moral subjacente que faz dele homem afortunado depois do retorno a Portugal, sugerindo que não era necessário atravessar o oceano para se chegar à glória financeira.

5.4 O Brasil e o “brasileiro” no teatro

Das peças teatrais em que figuram torna-viagem, destacam-se: *O tio André que vem do Brasil*, de José da Silva Mendes Leal Júnior, encenada pela primeira vez em 1856, e *Paulo*

e Maria (ou *A escravatura Branca*), de 1858, assinada por F. J. da Costa Braga e *Aleijões sociais*, de Francisco Gomes de Amorim, encenada na década de 1850 e publicada em 1870.

O tio André que vem do Brasil (1856) foi escrita por José da Silva Mendes Leal Júnior a pedido do Ginásio e publicada em 1857. A ação trata de alguns aspectos relacionados ao “brasileiro”, especialmente do casamento com motivações financeiras, tendo como alvo André, um torna-viagem.

No início do primeiro ato, a peça ilustra a movimentação da família de André assim que recebe a notícia de seu retorno a Portugal, após vinte anos trabalhando no Brasil. Além de André, figuram na peça: Francisco, Antônio, Timóteo, Dona Ana e Maria, entre personagens com menos destaque. A história é situada no noroeste português, nomeadamente em Vila Nova de Famalicão.

A carta que André remete à família informa apenas a sua intenção de regressar à terra natal, sob o pretexto de fugir da febre amarela. Portanto, o migrante não comunica a condição econômica de retorno. Porém, o aviso do regresso é suficiente para que seus familiares passem a traçar planos visando gastar a fortuna que pressupõem que ele levaria a Portugal.

Na certeza da fortuna de André, Antonio, seu cunhado, providencia um jantar de recepção ao torna-viagem, contando com regalias incompatíveis com o padrão simples da vida que a família levava. A descrição do torna-viagem no momento da chegada à casa dos parentes indica a condição simplória do viajante: “quarenta a cinquenta anos, fisionomia comum mas inteligente: homem de comércio, chão de maneiras, modesto de vestuário” (LEAL Jr., 1857, p. 17).

Em paralelo aos preparativos para a recepção de André, dá-se o flerte entre Maria, filha de Timóteo, e Francisco (sobrinho de André); além disso, desenvolve-se uma conversa entre Antonio, Timóteo e Dona Ana, em que o interesse dessas pessoas em criar estratégias para desfrutar da fortuna que creditavam a André fica evidente.

Mediante diálogo com o sobrinho, André descobre que sua família o julga milionário e compreende que, por detrás do zelo das boas vindas, o interesse dos seus parentes está calcado no desejo de colocar as mãos na fortuna que atribuem a ele. Essa revelação motiva André a dar uma lição nos interesseiros.

Com a intenção de se adonar de parte do suposto dinheiro de André, Timóteo oferece-lhe a mão de sua filha em casamento. Ciente do real objetivo do homem, o torna-viagem aceita a proposta, passando a se divertir com o tratamento especial recebido daqueles que o julgavam afortunado.

Próximo ao desfecho da peça, André abandona o tom jocoso e verbaliza o julgamento moral que faz da situação vivenciada, e isso diz respeito à emigração portuguesa para o Brasil:

– Sabem o que querem? Sabem o que desejam? Porque se tem feito algumas fortunas?... E quantos vão que não voltam! *A aliciação dos brancos não é menos condenável do que a escravatura dos negros. A sedução promove o dolo e a fraude para aumentar a exportação desse rebanho de reses humanas. São muitos os emigrados espontâneos mais são ainda mais os que o engano atrai, a cilada acolhe, e a cobiça desvaria. – Pobres desertores da pátria, que a privam de seus braços para se privarem a si até da consolação de morrerem nela! – Não será a sorte de todos, mas de um grande número.

[...]

Não. No Brasil, como aqui, como em toda a parte, há bom e mau. – A terra é propícia e hospitaleira; a gente é boa e generosa. As realidades porém nem sempre correspondem às ilusões, e as perspectivas que oferecem o angariador trocam-se muita vez em duras provações. Dizem que vai melhorando a sorte dos expatriados; e é de crer, porque nisso está o interesse das duas nações. As paixões têm também exagerado os fatos; é o costume. Excepcionais que fossem, houve todavia horrores que estremecem a humanidade. O Brasil quer colonos e tem razão. Mas a de Portugal não é menor quando se dói de ver fugir-lhe a população, que falta aos seus trabalhos, e míngua nos seus campos. Quantos, podendo grangear aqui as terras que ficam por desbravar, vão lá acabar na desesperação, regando com o suor e com as lágrimas o solo estrangeiro, escurecido de saudades sem esperança! Que homem de alma deixará de penar e sentir assim por seu povo?

[...]

Tomo calor, tomo, porque são duas nações irmãs, criadas do mesmo sangue, filhas da mesma glória... e a fraternidade deve ser a lei de ambas. – Não façam caso. Suponham que foi um acesso. Passou.* (LEAL Jr., 1857, p. 54).

O viés moralizante do discurso de André se alinha ao posicionamento do autor da peça, esclarecido no prefácio que acompanha a publicação. No texto introdutório, Mendes Leal Júnior explica que a ideia central da peça era assunto de inúmeras discussões na imprensa política, e por isso motivadora da sua produção.

Segundo Leal Jr., alguns exemplos de imensas fortunas juntadas no Brasil eram responsáveis pela promoção de “ilusões fatais”, além de “indiretamente [ter] auxiliado e facilitado a praga da aliciação, com o descrédito dos dois países, e sem o proveito real senão para os agentes desse imoralíssimo tráfico” (LEAL Jr., 1857, p. 3).

Declaradamente desinteressado em discutir a questão econômica envolvendo o engajamento, Mendes Leal Jr. afirma que o modo como aconteciam as transferências de portugueses para o Brasil “não adquire verdadeiros colonos, apenas recruta escravos” (Leal Jr., 1857, p. 3). Taxativo, conclui: “A escravatura branca é pois, para Portugal, uma vergonha, e, para o Brasil, uma indecorosa inutilidade!” (LEAL Jr., 1857, p. 3).

Nota-se que a peça tem o propósito de alertar as pessoas em relação ao perigo das falsas imagens de riqueza fácil existentes em torno do incentivo à migração para o Brasil tanto na fala da personagem quanto no discurso do autor. Todavia, chama a atenção o fato de o trecho da fala transcrita contido entre os dois asteriscos compor somente a versão impressa da peça, sendo acompanhado de uma nota do autor, na qual Leal Jr. sugere a supressão do excerto na dramatização.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de as artimanhas da aliciação não estarem descritas na peça, nem mesmo comentadas no prefácio que acompanha o texto publicado. O que não se repete em drama encenado em data muito próxima a *O tio André, Paulo e Maria*, o qual foi levado a público abordando o processo de sedução que levava muitos jovens para a América.

Paulo e Maria (ou *A Escravatura Branca*) é um drama de costume em dois atos que ilustra o aliciamento de rapazes portugueses para migrar para o Brasil. O primeiro ato da peça é situado em Lisboa, em uma taverna do Bairro Alto. No estabelecimento comercial decadente, Paulo e Maria conversam sobre as dificuldades financeiras pelas quais estavam passando e sobre a conseqüente vida de privação à que ele, vadio, estava submetido na capital portuguesa.

Em paralelo, Gonçalo (aliciador) e seu amigo Timóteo conversam. No diálogo, Gonçalo descreve o processo de aliciamento ao seu interlocutor:

– Vê aquele [apontando para Paulo] ando-lhe com a vista em cima. Já lhe dei a primeira abordagem... mas nada... [...] Que lhe parece? Há de fazer um serviço bem bom! Vale aos olhos fechados, bem à vontade, dez negros...

– Mas como demônios vocês lá os fazem escravos... gente branca! [Exclama Timóteo]

– E os pretos não são homens!... Estes dão mais que fazer... eu lhe conto: Eu ganho 30 mil réis em cada um que arranjo contanto que sejam bons e são como uns *perros*. Meto-me de gorra com eles... lábia para aqui, cantiga para acolá... Brasil a contos... e depois dá-lhe a gente meia dúzia de cartas para pessoas que lá não existem. Ora, o capitão do navio leva-os a título de lá lhe ser paga a viagem fazendo aqui uma obrigação... O capitão é cá da coisa... compreende? Chegam lá e nem vintém, o capitão apoquento-os... ameaça-os com prisão...

depois aparece um sujeito que os arranja nas roças a fim de pagar o capitão... passado o tempo o colono quer safar-se mas deve o dinheiro do sustento... o falo... e por fim está lá toda a vida sempre a dever, compreende? (BRAGA, 1859, p. 14-15)

Em cena a seguir, Paulo (agora na companhia de Palhetas) é abordado por Gonçalo, que lança mão do imaginário de enriquecimento fácil do Brasil para convencer o jovem a migrar para este território: com uma história aparentemente inventada, o aliciador diz conhecer um homem que, depois de cometer crimes em Portugal, em 1820, foi deportado para a então colônia portuguesa na América, onde se tornou muito rico “e já tem umas sete roças” (Braga, 1859, p. 24). Referindo-se a Lisboa como “terra ingrata” (BRAGA, 1859, p. 24), Gonçalo dissimula, e afirma que partiria para o Brasil caso fosse tão jovem quanto os seus interlocutores:

[...] o Brasil... aquela bem aventurada terra! Aquilo é que é uma mina para rapazes espertos como os senhores... Eu tenho lá imensa gente conhecida. Ora!... outro dia... que digo eu... há quatro anos mandei eu daqui um rapazola que me escreveu, e que já tem juntado uns bons patacos... agora está ele para casar com a filha do patrão! [...] Ah, porque não vão os senhores para lá... porque não se tiram desta miséria?... (BRAGA, 1859, p. 24-25)

Diante de poucas esperanças de viver um futuro melhor em Lisboa, Paulo e Palhetas se rendem à conversa do aliciador e seguem viagem para o Brasil.

O segundo ato da peça é situado no Brasil, especificamente em uma fazenda do Rio Grande do Sul, depois de quatro meses do encontro entre Paulo, Palhetas e Gonçalo na taverna do Bairro Alto. Após essa passagem de tempo, tem-se contato com um Paulo ainda mais desiludido com o futuro do que quando estava em Lisboa, sentindo muitas saudades da terra natal, queixando-se da vida no Brasil, julgando-se em condição semelhante à dos escravos.

No discurso queixoso de Paulo, o rapaz responsabiliza Portugal pela desagradável situação a que os portugueses aliciados estavam entregues em terras brasileiras: “Portugal que assim deixa escravizar sem pejo, os seus filhos em uma terra onde já deram leis. Possam o brado de todos que sofrem aqui nesta terra de bárbaros, chegar até o trono do meu rei” (BRAGA, 1859, p. 35).

No teatro de Gomes de Amorim, a chamada escravatura branca é alvo de críticas mais contundentes. No drama *Aleijões sociais*, o propósito denunciador, evidenciado desde o prefácio da publicação (abordado no capítulo 2 desta tese), percorre toda a peça.

O drama divide-se em cinco atos. O primeiro é situado em uma aldeia minhota, o segundo, a bordo do navio e os três restantes têm o Rio de Janeiro como cenário. Essa diversidade de ambientes possibilita a Amorim tratar de vários assuntos envolvendo a migração portuguesa, tais como o tráfico de famílias do Portugal insular para o Brasil, o exemplo dos “brasileiros” como argumento persuasivo dos engajadores para convencer jovens candidatos a imigrantes, o casamento como forma de enriquecimento rápido, o preconceito em relação aos “brasileiros” mão-furada, a escravatura branca como consequência das medidas proibitivas à escravatura negra, as más condições que os migrantes enfrentavam na travessia oceânica, os navios de passageiros como veículo para o transporte de moedas falsas, a prática da escravatura após sua criminalização, tendo Cuba como destino dos escravos africanos, entre outros.

Além disso, Amorim converte o episódio de dezenas de mortes em consequência da superlotação de uma embarcação referido no capítulo 4 desta tese em matéria literária.

A história é centralizada em Domingos, jovem que, seduzido pelo engajador Dionísio, migra para o Brasil. Os mecanismos de aliciação são descritos amiúde, repetindo o que, como em *Paulo e Maria*, a literatura havia ilustrado: o aliciador escolhia homens jovens, aproveitava-se do exemplo de “brasileiros” bem-sucedidos para argumentar em favor da transferência dos colonos para o Brasil, subsidiava os custos com a viagem e, desta forma, prendia-os em uma rede da qual era difícil se desvencilhar.

Em relação aos textos aqui analisados, o que Gomes de Amorim acrescenta é o casamento financeiramente vantajoso como meta, sendo esse recurso uma forma de enriquecer sem que isso aconteça necessariamente por meio do trabalho:

Ali quase não se trabalha, negocia-se. Vocês vão aprender a negociar, a girar, a combinar certos segredos para juntar capitais. O mais que farão, às vezes, é arranjar uns canteiros de terra, que é mole como papas e que não se precisa de estrume para criar tudo o quanto se lhe semeia. A maior parte dos portugueses que para lá vão, empregam-se no comércio, casam-se com as filhas dos patrões e herdaram-lhe a riqueza. Assim, Deus me ajude em como isso é verdade; se assim não o fosse, também não seria capitão Dionísio quem viria aqui aliciar gente. (AMORIM, 1870, p. 28)

Pouco antes da partida do navio que levaria os portugueses ao Brasil, padre Manuel define o transporte de colonos para o Brasil como uma escravatura dissimulada. Além disso, o pároco emite uma acusação subjacente à conivência do governo português com essa prática:

Se eu governasse ou se este desgraçado país tivesse tido sempre governos patrióticos e generosos, nenhum português seria vendido como animal de carga. (Ao povo) Eu não tenho medo de dizer a verdade; estes homens são aliciadores; e o seu cinismo é tanto, que nem sequer tratam de o encobrir; as riquezas de que vos falam, são falso engodo para vos atrair à rede, que vos armam; por cada um de vós que eles aliciarem, receberão uma quantia, que outros lhe darão. Se vós fiais neles, serão vendidos como escravos para onde cuidais de ir buscar fortuna [...]. (AMORIM, 1870, p. 42-43)

No segundo ato, que compreende o tempo da travessia, há uma sucessão de cenas agressivas, como uso da força para a contenção dos colonos revoltados com as péssimas condições de transporte. Ademais, são referidas dezenas de mortes a bordo por falta de alimento, sendo ilustrado também o transporte de moeda brasileira falsificada.

Na abertura do terceiro ato, Domingos recebe uma carta de sua mãe, comunicando-lhe a morte do seu pai. Haviam-se passado sete anos, e o rapaz trabalhava como caixeiro a essa altura. A perda do pai reforça o seu lamento por estar longe de Portugal, e o faz desejar o regresso. Porém, ele se lembra da falta de recursos para quitar o endividamento contraído com Dinoísio, em decorrência das despesas com subsistência na propriedade do patrão.

Diante da falta de recursos, Domingos entende que voltar à Europa é projeto inviável, e conclui que suas condições de vida são piores do que a dos escravos: “Você bem sabe que desejo pagar-lhe, a fim de voltar para o meu país; mas estou há cinco anos em sua casa, e devo-lhe sempre! (AMORIM, 1870, p. 105) [...] Vivo aqui pior do que os escravos! esses, ao menos, veste-os e sustenta-os o senhor!...” (AMORIM, 1870, p. 107).

Em conversa com seu amigo Matias, Domingos deixa transparecer o que pensa sobre a ineficácia das leis em proteger os migrantes portugueses:

[...] No meu país, onde as autoridades não têm força nem as leis autoridade para coibir o tráfico de portugueses, não se pergunta aos aliciadores que fim levam os milhares de desgraçados, que eles mandam todos os dias iludidos para longe da pátria. Apenas algumas almas generosas, a quem chamam de utopistas, gritam contra o vergonhoso comércio de carne humana; as disposições regressivas são letra morta, arremessadas ao limbo pelos compadres dos traficantes. Ninguém examina se de cada mil portugueses que vêm ao Brasil, morrem novecentos e noventa; e aos três ou quatro que para lá voltam ricos de repente, não se lhes pergunta como nem de onde houveram a riqueza! (AMORIM, 1870, p. 124)

A fala de Domingos evidencia um dado que, não raro, está presente quando se trata de “brasileiro” e que envolve um pacto de silêncio em torno da origem das suas fortunas: os ricos não contam e os demais não questionam.

Afora a não exigência em se explicar de onde saíram as fortunas, alguns dos caminhos que os torna-viagem percorriam facilitavam que essa informação não viesse à tona. Em *Aleijões Sociais*, por exemplo, Dionísio passa a recusar ser chamado de capitão depois de deixar a atividade, preferindo termo com sentido ainda não tão comprometido semanticamente com negócios ilícitos: “Capitão?... já não sou, fui, há muitos anos... agora sou negociante; e já tenho pedido, que me não recorde o tempo das minhas viagens” (AMORIM, 1870, p. 117).

Além da recusa de ser tratado por termo associado a atividades ilegais ou mal vistas, outras estratégias adotadas por “brasileiros” que enriqueceram mediante atividade ilícita no Brasil facilitavam o apagamento de um passado estigmatizante, como, por exemplo, a substituição do nome de batismo por um título, como no caso do visconde de Loures (Ângelo Carneiro). Na ficção, vale lembrar um artifício usado por Charles Grandet: a adoção de pseudônimo.

6 A atuação de Basílio de Brito em *O Primo Basílio*

6.1 O processo de enriquecimento de Basílio e estratégias queirosianas

A relação de Basílio de Brito com o Brasil surge com a falência de João de Brito, seu pai. Arruinado, João se desfaz de suas propriedades portuguesas e o filho migra para a América do Sul. Pouco antes de viajar, Basílio de Brito vive um romance com sua prima Luísa, namorico que dura em torno de seis meses, divididos entre o verão de Sintra e o inverno de Lisboa.

Basílio retorna a Portugal oito anos depois de ter deixado aquele local. Assim que chega a Lisboa, vai ao encontro da prima, já casada com Jorge, um engenheiro de minas que, na ocasião, está em missão profissional no Alentejo.

Em poucos dias, os primos reavivam o relacionamento do passado, o que impõe a Luísa o estigma do adultério. A suspeita dessa condição é alvo da opinião pública. Por isso, Basílio providencia um local para os encontros do casal, o Paraíso, onde passam a conviver durante tardes inteiras distantes dos olhos da vizinhança da moça.

Para marcar encontros no Paraíso, os primos usam bilhetes. Essa troca de mensagens gera o conflito central do romance: Juliana, a empregada de dentro da casa de Luísa, furta alguns desses papéis, e passa a usá-los como objeto de chantagem no seu plano de extorquir dinheiro do casal e, desta forma, desfrutar do que ela nomeia de aposentadoria na velhice.

Luísa fica desesperada com a revelação de Juliana sobre a posse das cartas, e o medo da repercussão negativa do adultério a motiva a planejar fugir para Paris com Basílio:

Tudo descoberto! E representaram-se-lhe logo no espírito, com a intensidade de desenhos negros sobre um muro branco, o furor de Jorge, o espanto dos seus amigos, a indignação duns, o escárnio dos outros; e estas imagens caindo com ruído na sua alma, como combustível numa fogueira, ateavam-lhe desesperadamente o terror.

Que restava? – Fugir com Basílio! (EÇA DE QUEIRÓS, 1998, p. 225)

Esta passagem pode ser considerada como uma das mais tensas do enredo. A declaração de Juliana sobre a posse das cartas acontece no final do capítulo VII, sendo o capítulo VIII dedicado a ilustrar os desenlaces da atitude da empregada.

Luísa procura pelo primo no Hotel Central no dia seguinte à revelação da empregada e não o encontra, ao passo que Juliana consegue se reunir com a inculcadeira. A conversa entre

Juliana e sua conselheira reafirma o plano da empregada de fazer das cartas roubadas a fonte da aposentadoria na velhice, em contraste com a iniciativa frustrada de Luísa.

O encontro entre Luísa e Basílio após a revelação de Juliana acontece no Paraíso. Na ocasião, Luísa porta um saco de marroquim como bagagem, certa de que abandonar o marido é a melhor solução. A prima conta a Basílio tudo o que havia se passado entre ela e Juliana na noite anterior, propondo-lhe viver em Paris em sua companhia: “— O que me resta é fugir. Aqui estou. Leva-me. Tu disseste que podias, tens-lo dito muitas vezes. Estou pronta. Trouxe aquele saco, com o necessário, lenços, luvas... hein?” (EÇA DE QUEIRÓS, 1998, p. 237).

A reação de Basílio, todavia, é diferente da idealizada por Luísa; ele a faz desistir do plano de fuga e ordena que volte para casa, dissimulando o desinteresse de fazer da relação de ambos algo além do que já viviam, com o argumento de que a fuga seria escândalo maior do que a traição em si.

Basílio saiu do Paraíso muito agitado. As pretensões de Luísa, os seus terrores burgueses, a trivialidade reles do caso irritavam-no tanto, que tinha quase vontade de não voltar ao Paraíso, calar-se, e *deixar correr o marfim!* Mas tinha pena dela, coitada! E depois, sem a amar apetecia-a: era tão bem-feita, tão amorosa, as revelações do vício davam-lhe um delírio tão adorável! Um conchegozinho tão picante quando estivesse em Lisboa... Maldita complicação! (EÇA DE QUEIRÓS, 1998, p. 241)

Em seguida à recusa de Basílio à proposta de Luísa, o narrador põe a cena em suspenso e explica a origem da fortuna que Basílio juntou no Brasil:

A sua fortuna tinha sido feita com negócio de borracha, no alto Paraguai; a grandeza da especulação trouxera a formação duma companhia, com capitais brasileiros; mas Basílio e alguns engenheiros franceses queriam resgatar as ações brasileiras, “que eram um *empecilho*”, formar em Paris uma outra companhia, e dar ao negócio um movimento mais ousado. Basílio partira para Lisboa entender-se com alguns brasileiros, e comprara as ações habilmente. A prolongação daquele incidente amoroso tornava-se uma perturbação na sua vida prática... E, agora que a aventura tomava um aspecto secante, convinha passar o pé! (EÇA DE QUEIRÓS, 1998, p. 242)

Na sequência, Basílio, já no Hotel Central, encontra-se com Visconde Reinaldo (seu amigo e confidente) e conta-lhe do roubo das cartas, refletindo sobre os incômodos aos quais estavam sujeitos em caso de revelação do adultério. Por isso, ambos deixam Lisboa rapidamente.

Em relação aos comentários do narrador sobre a origem do enriquecimento de Basílio no Brasil, há apontamentos a fazer. O primeiro diz respeito ao momento do romance em que a fonte é esclarecida: nos capítulos iniciais, quando Basílio tem parte de sua trajetória reconstruída ao ser introduzido na trama, essas informações poderiam ter sido expressas, o que não ocorre. Aparentemente, os dados vêm à tona de forma descontextualizada, visto que são comentados em momento de tensão no romance, mostrando-se aparentemente acessórios diante da movimentação da cena que os antecede.

O segundo apontamento diz respeito ao lugar em que Basílio enriquece no Brasil – alto Paraguai. Trata-se de uma região que não era citada nem mesmo em romances brasileiros. Por isso, é curioso que essa menção tenha partido de um autor estrangeiro. Seria menos pitoresco ao enredo que personagem enriquecida com negócios da borracha tivesse capitalizado em região na qual o desenvolvimento comercial se deu diretamente ligado à extração do látex, como Belém do Pará, por exemplo. No entanto, além de Basílio ter se fixado na Bahia, sua riqueza foi amealhada no alto Paraguai.

Cabe neste ponto trazer uma análise de Carlos Reis sobre uma passagem de *Os Maias* na qual se podem destacar marcas simbólicas do texto. Tais marcas funcionam como aportes, que sinalizam presenças extratextuais, além de frequentemente datarem a narração. A abordagem de Reis leva em conta a interrupção de um episódio tenso na trama por um comentário do narrador, que acrescenta uma informação aparentemente descontextualizada ao leitor. Na cena de *Os Maias* pinçada por Reis,

Afonso da Maia toma conhecimento pelas notícias que Vilaça lhe traz do casamento de Pedro da Maia com Maria Monforte. O momento é, sabe-se bem, de surda e calada angústia, pela recente partida de um filho único que, como sinal derradeiro mas sintomático da sua extinta presença na casa paterna, deixa ainda, sobre a mesa pronta para o almoço, um número da “Grinalda”, marca simbólica de uma outra presença: a do imaginário ultrarromântico, em que vida e vontade do jovem Maia lentamente se vão dissolvendo. (REIS, 1994/1995, p. 45)

Com a análise da cena em progressão, Reis cita o diálogo entre Afonso da Maia e Vilaça, em que Afonso questiona a demissão do duque de Saldanha: “— Então, Vilaça, o Saldanha lá foi demitido do Paço?...”. Para o especialista, o que pode parecer mera suspensão da ação ficcional – uma conversa que é posta entre parênteses pelo destaque que o fato recebe momentaneamente – comunica um dado histórico: “a demissão do egocêntrico e instável Duque de Saldanha, em 1849” (EÇA DE QUEIRÓS apud REIS, 1994/1995, p. 45). A informação

histórica que se interpõe ao enredo ilustra como Eça de Queirós relacionava o discurso da História ao texto ficcional.

Noutros termos, a História encontra-se efetivamente representada, não como substituto ou intruso, antes como marca convincente de uma ausência, assim habilmente posta em evidência (fala-se de outra coisa para calar o que devia ser dito, mas este não-dito não pode realmente ser abolido), vem chamar a atenção para a relevância de uma articulação que, provindo das mais remotas origens da narrativa, ganha peculiares significados ideológico no romance oitocentista e, em particular na ficção queirosiana: a articulação entre a História e ficção ou, se se preferir, a representação, num discurso ficcional, de eventos históricos, funcional e estrategicamente submetidos à dinâmica da ficção. (REIS, 1994/1995, p. 46)

Eça de Queirós não foi indiferente nem à figura de Alexandre Herculano no que diz respeito ao trabalho com o discurso da História, nem à funcionalidade desse discurso em meio a textos fictícios. Nas Conferências do Casino, aponta Reis, Eça não foi tão agressivo em relação a Herculano quanto alguns dos seus colegas, preferindo referenciar o autor de *O bobo* com declarações sutis e ambíguas, contudo não menos corrosivas. E isso repercute no enredo de *Os Maias*, quando o autor situa Carlos da Maia em Coimbra à mesma época em que a geração de Eça e Antero viveu na velha cidade, ironizando um relacionamento adúltero da personagem com exemplos retirados da narrativa de Herculano: “a história acaba por se saldar na mofa dos amigos que, tendo descoberto na senhora ‘o nome bárbaro de Hermengarda’, passaram a chamar Carlos ‘Eurico, o presbítero’” (EÇA DE QUEIRÓS apud REIS, 1994/1995, p. 47).

Afora o posicionamento de Eça em relação a Alexandre Herculano, cabe ressaltar que o criador de *Os Maias* defendia um projeto de promover uma reforma de costumes e mentalidades, o que supostamente seria posto em prática com a produção e a difusão de sua ficção narrativa. “É sabido que Eça de Queirós chegou a projetar e estruturar umas ‘Cenas da Vida Real’ propostas ao editor Chardron em 1877, como conjunto de novelas capazes de retratarem a vida contemporânea e os seus tipos mais destacados, com um claro propósito reformista” (REIS, 1994/1995, p. 49).

Em data muito próxima à proposição desse plano, Oliveira Martins, interlocutor de Eça por mais de 25 anos, concebe a estrutura de sua Biblioteca das Ciências Sociais, com o declarado propósito de vulgarizar conhecimentos essenciais, a fim de servir de alicerce para uma sólida instrução de seu povo, generalizando uma ordem de conhecimento que por ventura esse povo pudesse ignorar.

[...] partindo da noção de que a História é “mestra da vida”, uma tal filosofia não é obviamente estranha, em Oliveira Martins, a uma concepção pedagógica do labor historiográfico, nem à propensão para investir no trabalho do historiador uma tendência efabuladora, de recorte fortemente imaginativo, resultado evidente da lição de Michelet. Mais: a historiografia de Oliveira Martins é tributária dessa tendência orgânica que enforma os projetos de análise global e finalística das sociedades, como desejava um tempo ideológico já de crise liberal, de orientação racionalista e, mais diretamente, também moralista; um pouco, diga-se de passagem, como propunham as grandes séries romanescas à Zola. À História cabia, deste modo, colaborar na transformação material e mental das sociedades; e o historiador era o profeta, o líder intelectual desta missão regeneradora. (REIS, 1994/1995, p. 50)

A intensa amizade entre Queirós e Oliveira Martins é verificável por meio de grande volume de cartas que registram a comunicação duradoura entre ambos, bem como da alta variedade de temas tratados nesse diálogo epistolar, como assuntos de cunho pessoal, reflexões políticas, propostas literárias, parcerias em publicações periodísticas, etc. Desta comunicação, evidencia-se uma afinidade de concepções estéticas e políticas, bem como um elo consistente.

Em ensaio com foco n’*Os Maias*, de Alan Freeland, o método composicional de Eça nesse romance novamente torna-se centro de análise, e mais uma vez as interrupções do enredo e as aparentes discontinuidades do encadeamento dos fatos fictícios são debatidas. A argumentação de Freeland parte da crítica e da reflexão de pesquisadores que se debruçaram no romance eciano com o intuito de destacar a unidade na trama, como Jacinto Prado Coelho, António Coimbra Martins, Carlos Reis e Alexandre Coleman.

Freeland, nesta revisão de ensaios sobre *Os Maias* publicados entre a metade da década de 60 e a década de 80, conclui que o esforço dos críticos era voltado a entender os elementos de coesão que caracterizariam o enredo como um todo orgânico. Muito da sensação dos críticos de descontinuidade narrativa estaria embasada em sensações de leitura como a de António Coimbra, quando compreende haver gratuidade na relação incestuosa dos irmãos Maia. Essa mesma questão é retomada por Alexandre Coleman, que não percebe umnexo entre a grandiosidade compositiva de algumas cenas – como uma excursão a Sintra, como uma corrida de cavalos – com o cariz acidental do incesto. Para Freeland, a explicação para a impressão de descontinuidade está na mudança de método compositivo de Eça, pois, segundo o estudioso, nas narrativas anteriores aos *Maias* – *O crime do padre Amaro* e *O Primo Basílio* – pode-se observar uma “concatenação fortemente linear dos acontecimentos” (Freeland, 1989, p. 13). Concordando com João Gaspar Simões, Freeland compreende que *Os Maias* conta com cenas

“frouxamente ligadas, muitas das quais podiam ser omitidas, sem que com isso fosse prejudicada a verossimilhança da história” (FREELAND, 1989, p. 13-14).

Além disso, Freeland aponta para uma tendência de os críticos perceberem o romance como uma história contada em planos diversos, a fim de demonstrar uma unidade em *Os Maias*: João Gaspar Simões o entende como um entrecruzamento entre um plano psicológico e um plano de costumes. Alberto Machado da Rosa, como a combinação de elementos da tragédia clássica com o drama do Século de Ouro espanhol. Este crítico entende que o romance pode ser lido como uma tragédia em três planos descendentes, em que Afonso da Maia representa o clássico, Maria Eduarda, o romântico, e Carlos da Maia, o realista. “No plano ínfimo, ao nível da sociedade portuguesa, são uma antitragédia, ou uma tragédia virada ao avesso” (ROSA apud FREELAND, 1989, p. 14). Coimbra Martins propõe uma unidade simbólica, em que o incesto representa o narcisismo e a esterilidade social – centrando-se na figura de Carlos da Maia na condição de um representante da classe responsável pelo estado decadente de Portugal. Prado Coelho chama a atenção para a passagem do tempo, a continuidade da ação principal e um equilíbrio estrutural, que se sustentaria na oposição entre personagens e temas contrastantes.

Para Freeland, essa exigência dos estudiosos, reivindicando uma unidade em *Os Maias*, pode ser atribuída a sua importância na teoria literária desde o Romantismo, e sobretudo no “New Criticism”, movimento ainda muito influente no período em que as críticas foram escritas. Entretanto, segundo ele, estudos passaram a dar uma nova abordagem a essas descontinuidades, referidas também como lacunas:

Embora Carlos Reis ainda declare, no prefácio à sua *Introdução à Leitura de “Os Maias”*, respeitar a unidade orgânica do romance, a sua aproximação está mais aberta à importância de certas descontinuidades no texto. Assim, observa-se que certas lacunas nos capítulos iniciais são colmatadas, para o final do romance [...]. (FREELAND, 1989, p. 15)

Carlos Reis exemplifica esta afirmação com a carta em que o parentesco entre Carlos e Maria Eduarda é revelado, já próximo ao desfecho do romance: “só agora estão ligados todos os fios que vêm do passado” (REIS apud FREELAND, 1989, p. 15). Porém, mesmo atribuindo uma nova perspectiva à leitura das descontinuidades, também para Reis há certa dissonância entre a história de Carlos e o “pano de fundo social” em que ela se desenrola.

Importa ressaltar que, no que se refere à definição de lacuna admitida por Reis, a sua acepção se aproxima do sentido de *gap*, ou seja, as informações essenciais à compreensão da

matéria narrada são dadas, seja pelo narrador ou por personagens, mas de forma fragmentada, gerando os espaços. Dito de outra forma, essa lacuna assume característica de descontinuidade no fornecimento de dados, e não de elipse, o que Freeland atribuiu a uma particularidade da técnica de composição queirosiana, visando dar certa imprevisibilidade ao encadeamento dos fatos. Portanto, o postulado de Reis diferencia-se das definições de lacunas dos outros teóricos trazidos à discussão, pois elas são tratadas como elipses, passíveis de serem preenchidas com inferências de leitura.

Levando em conta que o romance analisado neste trabalho é *O Primo Basílio* e tomando o devido cuidado de não desviar o foco para uma análise de *Os Maias*, não cabe aqui estender as explicações de Reis para compreensão das dissonâncias na narrativa da família do Ramalhete, sobretudo porque elas se referem de modo muito específico àquele romance. Todavia, é pertinente trazer mais algumas conclusões de Alan Freeland sobre o método composicional de Eça em *Os Maias*, pois importam ao estudo de *O Primo*.

Freeland dá um passo adiante nas análises dos críticos que estudou quando considera o romance em interlocução com o público e chama a atenção para a importância do leitor não só no ato da compreensão do texto, mas também no ato da sua composição, tendo em vista o seu entendimento de que Eça de Queirós escrevia de acordo com a expectativa das reações que provocaria no público:

Se o texto como um todo constitui um discurso que o autor dirige ao leitor, podem distinguir-se dentro do texto outros níveis de discurso. O mais extenso é o da narrativa na terceira pessoa, que o autor veicula o ponto de vista de determinadas personagens, em particular Carlos. Esta voz na terceira pessoa tem sido atribuída a um narrador onisciente que, de tempos a tempos, adota a perspectiva de personagens específicas. Mas no contexto de *Os Maias*, o conceito de narrador onisciente é pouco adequado, visto que a terceira pessoa por vezes apenas reflete aquilo que as personagens creem ser a verdade. (FREELAND, 1989, p. 18)

O estudioso compreende a narração em terceira pessoa em *Os Maias* como “um segundo nível de discurso, um dos mecanismos empregues pelo autor para transmitir o seu próprio discurso mais amplo”. Outro artifício empregado por Eça “é o uso frequente de personagens enquanto narradores e audiência”, que contam e interpretam histórias, do qual se podem discernir níveis ulteriores de discurso (FREELAND, 1989, p. 18).

Na visão do ensaísta, a forma como Eça articula a narração em terceira pessoa e o uso de personagens na condição de narradores coadjuvantes são partes da sua estratégia para

desorientar o leitor na parte inicial do romance, ao passo que deixam rastros para que ele, aos poucos, retifique um possível engano inicial.

Argumentar que uma parte importante do processo narrativo de *Os Maias* envolve a desorientação do leitor poderá parecer basear-se no pressuposto de que o leitor é “inocente”, que não tem consciência de que o romance trata do incesto, que está pronto a deixar-se apanhar nas armadilhas que lhe são postas pelo autor. Tais leitores “inocentes” devem ser uma espécie rara, dadas as instituições da literatura. Por exemplo, no caso do leitor contemporâneo de Eça, o enredo é “revelado” pelas recensões coevas; o leitor moderno da tradução inglesa é informado, numa nota introdutória, que, “por terrível coincidência, Carlos Eduardo apaixonou-se pela sua própria irmã [...]”. (FREELAND, 1989, p. 19)

O crítico não questiona a obviedade de existirem diferentes impressões de leitura: uma para aquele indivíduo desavisado em relação ao amor incestuoso da trama e outra para aquele leitor consciente deste conflito no enredo. Entretanto Freeland entende que as expectativas do público de *Os Maias* estão em consonância com os romances queirosianos anteriores a ele: *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*. Em outras palavras, concebe que este leitor confia na voz narrativa, acredita que encontrará os elementos significativos da história narrados em ordem cronológica, deparar-se-á com personagens determinadas pelo ambiente e pela educação, e confia que a aparência das personagens, ainda que enganadora aos olhos das outras, indica sua natureza com fidedignidade (FREELAND, 1989, p. 20).

Em um cotejo entre *Os Maias*, *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*, Freeland observa uma transformação no método composicional de *Os Maias*, considerando que entre 1878 e 1888 o autor se desvencilhou gradativamente de algumas convicções acerca do Naturalismo. Um dos argumentos para embasar tal conclusão é retirado da análise de Carlos Reis, referindo-se aos ajustes que Eça fez em *O Crime do Padre Amaro* até o romance chegar à versão definitiva, em que Reis demonstra existir sinais muito claros de desvalorização da estética naturalista, sem, no entanto, dissociar a narrativa e a doutrina.

Freeland afirma que, em *Os Maias*, Eça de Queirós, contando com a participação e a repercussão do romance no seu público, lança mão de técnicas para manipular o entendimento do leitor, demonstrando essa afirmação com base em breve análise de um romance que extrapola o cotejo: *O Mistério da Estrada de Sintra*. Para o estudioso, como o enredo desta narrativa está centralizado em um mistério – um assassinato – Eça articula o discurso de seis

personagens diferentes, com distintas ligações com o caso, e eles “narram o que sabem, ou pelo menos o que estão dispostas a revelar” (FREELAND, 1989, p. 36).

Para Freeland, o narrador de *Os Maias* e o d’*O Mistério da Estrada de Sintra* se difere do estilo de narração de *O Crime do Padre Amaro* e de *O Primo Basílio*, pois a voz narrativa “descreve completamente o local, as personagens e as suas relações mútuas” (FREELAND, 1989, p. 36). Porém, ao direcionar a atenção a *O Primo Basílio*, com atenção particular ao tratamento que o narrador dá a Basílio, constata-se que essa concepção é refutável.

Conforme mencionado no início desta seção, estabelece-se um *gap* entre o momento em que o primo passa a fazer parte da história e aquele em que o narrador revela a origem de sua fortuna acumulada no Brasil. Para um leitor do primeiro nível, segundo a definição de Umberto Eco, provavelmente este dado assume pouca importância, visto que a fonte da riqueza do rapaz não interfere no entendimento global da trama. Sendo assim, é possível considerar, portanto, que o encadeamento dos fatos independe desta informação. Mas para um leitor do segundo nível, aquele que busca desvendar o autor-modelo, tanto a informação sobre ele ter enriquecido com negócios da borracha quanto a razão de este dado ser esclarecido somente no oitavo capítulo impõem uma análise mais apurada.

Entende-se nesta tese que esta particularidade do enredo de *O Primo Basílio* encaixa-se parcialmente na definição de lacuna explicada por Reis, ou seja, o dado consta no texto, o narrador não opera uma elipse. Todavia, ao não ser disponibilizado no momento inicial, contraria a afirmação de Freeland sobre o acesso total dos leitores aos detalhes das personagens em *O Crime* e em *O Primo*, ao menos no caso deste segundo romance, especificamente em relação a Basílio.

Além disso, no que diz respeito à técnica queirosiana de orientar e desorientar o seu leitor para manter a tensão da trama, cabe assinalar que não só em *O Mistério da Estrada de Sintra* o escritor lança mão de um narrador em terceira pessoa que cede a voz narrativa às personagens, o que fica muito evidente no caso do anúncio do regresso de Basílio:

“Deve chegar por estes dias a Lisboa, vindo de Bordéus, o senhor Basílio de Brito, bem conhecido da nossa sociedade. S. Ex^a. que, como é sabido, tinha partido para o Brasil, onde se diz, reconstituíra a sua fortuna com um honrado trabalho, anda viajando pela Europa desde o começo do ano passado. A sua volta à capital é um verdadeiro júbilo para os amigos de S. Ex^a. que são numerosos”. (EÇA DE QUEIRÓS, 1996, p. 14)

Em analogia ao destacado por Freeland sobre a voz narrativa de *O Mistério*, quando o narrador de *O Primo Basílio* cede espaço para que outra voz anuncie a chegada do Basílio, sob a expressão “reconstituíra a sua fortuna com um honrado trabalho”, ele sugere que a origem da riqueza estaria explicada, quando na verdade ocorre um mascaramento: o narrador (por trás do anúncio do jornal) deixa uma lacuna sobre a natureza deste “honrado trabalho”, para a qual inicialmente não alude.

Do mesmo modo que foi exemplificado nesta tese em referência à origem de enriquecimento de Basílio, um leitor de primeiro nível provavelmente nem percebe a existência da lacuna (a natureza do honrado trabalho), satisfazendo-se com o dado do jornal, visto que se trata de uma voz supostamente isenta, que informa: “Basílio enriqueceu por meio de honrada ocupação”; e essa manobra pode ser compreendida como uma característica do método compositivo de Eça na busca de esconder o jogo do seu leitor, criando incertezas, dissimuladas por trás de uma voz narrativa confiável.

Por outro lado, por mais que a informação sobre a origem da fortuna da personagem tenha sido inicialmente usada como uma forma de desorientar o leitor e, no capítulo VIII do romance o narrador a tenha esclarecido, permanecem lacunas, já não mais no sentido de descontinuidade, mas de elipses, para as quais as hipóteses de preenchimento serão abordadas a seguir.

6.2 O Basílio, a borracha e o mercado de ações

A justificativa para o enriquecimento de Basílio no Brasil segundo o narrador – que pode aparentar desconexão com a trama e anacronia em relação ao tempo da História – estabelece nexos com o chão histórico.

Postula-se nesta tese que a falência de João de Brito acontece na segunda metade dos anos 1860, em consequência à Guerra do Paraguai. Vale lembrar que Portugal atravessou uma crise financeira na época do conflito sul-americano, ocasionada principalmente pelo despreparo da nação para resistir à escassez de entrada de capitais estrangeiros no seu território, repercutindo a recessão provocada pela guerra.

Sendo assim, Basílio chegou à América do Sul a tempo de testemunhar o fim da Guerra do Paraguai, favorecendo-se de negócio relacionado à expansão das áreas de extração da borracha no alto Paraguai, à grande procura do produto e ao seu preço no mercado internacional.

O fato de Basílio ter lucrado mediante “a grandeza da especulação” sugere a confluência de informações: da mesma forma que nas regiões gomíferas circulava volume alto de capitais, na ânsia de diversificar as possibilidades de investimento, investidores apostavam no mercado de ações, em ambos os lados do Atlântico. Essa prática, conforme as palavras de Oliveira Martins e de seus contemporâneos, tinha forte cunho de jogo, tanto que Basílio e seus sócios pretendiam dar ao ofício um “caráter mais ousado” na França, reforçando a hipótese de o narrador referir-se à prática especulativa.

O narrador afirma ainda que Basílio formou uma companhia com capitais brasileiros. Esse dado coincide com os compilados por Antunes, quando aponta a proliferação de bancos e de companhias que se deu no norte de Portugal em seguida ao fim da Guerra do Paraguai. Além disso, reforça a informação de que os capitais provenientes do Brasil movimentavam sobremaneira a economia portuguesa, pois o equilíbrio da balança comercial dependia das remessas que chegavam do estrangeiro, e que não eram poucas.

Por fim, presume-se que a passagem de Basílio por Lisboa ocorre no verão de 1876, pois o narrador contextualiza a trama da seguinte forma: “Era em julho, um domingo: fazia grande calor [...]” (EÇA DE QUEIRÓS, 1998, p. 11). Tendo em vista que Basílio chegou à capital nessa época, é coerente admitir que ele teria se aproveitado da aparente melhora do mercado – ocorrida entre maio e agosto de 1876 – para se livrar daquelas ações “que eram um empecilho”. Além disso, o advérbio habilmente permite inferir que a negociação teve antes características de jogo do que de uma transação comercial convencional, e que os papéis eram empecilhos porque estavam em vias de significativa desvalorização, o que de fato ocorreu.

No que diz respeito à autoria, o que reforça a viabilidade desta interpretação é outra combinação de fatores já comentados aqui. Conforme apontado por Octávio Tarquínio de Sousa, Eça de Queirós tinha nos seus vínculos de amizade fontes da sua matéria literária. No caso específico da movimentação no mercado de ações no último quartel do século XIX, particularmente em relação à crise de 1876, não se pode fazer vista grossa ao fato de Oliveira Martins (amigo com quem o romancista estabeleceu interlocução duradora) ter se manifestado publicamente favorável às iniciativas do Banco de Portugal, na tentativa de coibir a prática da

especulação financeira que se dava por meio de transações bancárias, sobretudo no comércio de ações.

Ora, se Eça e Oliveira Martins cultivavam um projeto de moralização da sociedade, e ambos assumiam um compromisso com o discurso da História, não se pode ignorar a hipótese de que Eça de Queirós teria escolhido o *jogo das ações* entre as possíveis fontes de enriquecimento de Basílio como uma forma de fazer intervenção social, sobretudo porque esse era um assunto do calor da hora.

Acrescente-se a isso um dado levantado por Jorge Alves em estudo sobre as oscilações do mercado financeiro de Portugal e do Brasil: o estudioso afirma que se encontram nas listas de acionistas e de corpos sociais de várias companhias nomes de “brasileiros” com muita frequência, o que chegou a ser alvo de críticas. Segundo Alves, a sociedade questionava que jovens humildes que partiram muito cedo para o Brasil voltassem a Portugal na condição de negociantes ou de capitalistas (com alguns sendo acobertados por títulos de nobreza), destacando-se em um mercado financeiro que pouco dominavam:

O jogo bolsista em períodos de euforia, a inclinação para as obrigações da dívida pública em períodos de maior circunspeção, são os seus focos de atração. Embora investisse em bens de raiz, o emigrante de retorno, em idade madura ou avançada, preferia o investimento em bens mobiliários, que, em caso de necessidade, fossem de fácil realização e sujeitos a um juro que dava mais garantias de lucro do que o investimento na área produtiva. (ALVES, 1994, p. 278)

Levando em conta que em *O Primo Basílio* não se informa se Basílio tinha prática na lida do mercado de ações, a personagem se enquadra na maioria das características enumeradas por Jorge Alves. Relativamente jovem e tendo passado alguns anos no Brasil, o primo retorna a Portugal na condição de negociante do mercado financeiro, em época de relativa efervecência do mercado de ações português. Além do mais, tanto a forma como o autor insere essas informações no enredo quanto a presença do discurso da História entremeado à ficção são coerentes com os modelos descritos por especialistas, como Carlos Reis e Alan Freeland, para explicar a lógica composicional queirosiana.

6.3 Basílio em meio às críticas ao *Primo Basílio*

Em meio às críticas a *O Primo Basílio*, Basílio não rendeu tantos comentários quanto Luísa. Ainda assim, o primo é assunto de destaque na primeira análise crítica que circulou sobre o romance, assinada por Ramalho Ortigão⁵⁰.

Ortigão ressalta sua estreita amizade com Eça de Queirós na parte inicial da agumentação. Em seguida, enumera as características que compreende como qualidades do romance de adultério escrito pelo amigo. Em continuidade, pontua os aspectos nos quais entende que Queirós equivocara-se, a começar pela composição de Basílio: “O tipo do Primo Basílio, que dá nome ao romance, é falso, ao meu ver” (RAMALHO ORTIGÃO in NASCIMENTO, 2007, p. 160).

Conforme Ortigão, a composição de Basílio tem traços incompatíveis com o perfil de um trabalhador:

Um homem que vem de trabalhar sete anos na América do Sul, na Bahia e no Paraguai, que está ainda nos negócios, que vem a Lisboa precisamente para tratar deles, não tem nunca a ideia de ir desencaminhar uma prima com os atrativos de sua *toilette*, da sua perfumaria e da sua crônica elegante, como frequentador do *boulevard*.

A ação do trabalho sobre quem a exerce é de tal maneira moralizadora que marca no caráter uma gravidade indelével. Pode vir a um trabalhador o amor sincero, a paixão, os simples apetites dos sentidos ou a exigência tumultuosa e bestial da animalidade. Mas procede por meios diversos dos do primo Basílio para chegar ao seu fim: ou se arremessa de chofre como um digno e sincero bruto respeitável; ou propõe honradamente justa paga e retira-se. Não tem tempo nem disposição de espírito para sustentar o assédio bombardeando a praça a tiros de petisqueiro e de futilidade. Este derradeiro método, aliás, mais seguro e mais eficaz, é privativo dos ociosos e dos vadios.

Queirós, atribuindo a um trabalhador valoroso a mórbida corrupção peculiar da luxúria imaginativa, sutilizadora, estafada, um tanto físico, dos homens de prazer, confundiu e obscureceu um pouco o enunciado do seu interessante problema. (RAMALHO ORTIGÃO in NASCIMENTO, 2007, p. 161)

A leitura inicial de Ortigão acata a referência ao honrado trabalho de Basílio retirada do anúncio de jornal que divulga o retorno da personagem a Lisboa. Portanto, ao que tudo indica, Ramalho Ortigão negligencia informações do narrador sobre Basílio ter enriquecido no Brasil mediante especulação financeira em um primeiro momento. Ademais, assume mesma

⁵⁰ O texto de Ortigão foi publicado em Portugal em 22/02/1878 – no dia seguinte à chegada de *O Primo Basílio* às livrarias portuguesas – e republicado na *Gazeta de Notícias* no dia 25/03/1878.

postura em relação à fala de Sebastião, quando a personagem afirma não acreditar que o rapaz teria se dedicado ao trabalho no Brasil, nem mesmo enfrentando dificuldades.

Eça de Queirós, em carta endereçada a Teófilo Braga em 12/03/1878, manifesta-se aliviado com a aceitação do livro pelo amigo. Define Basílio como um “maroto, sem paixão nem a justificação da sua tirania, que o que pretende é a vaidadezinha de uma aventura, e o amor grátis” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 302).

Após esclarecer detalhes sobre o alvo da crítica implícita no enredo do romance: “ataco a família lisboeta” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 302), Eça admite-se lisonjeado com o interesse de Teófilo em escrever sobre a narrativa, pois, segundo ele, a opinião do amigo tornada pública daria ao seu “pobre romance uma autoridade imprevista” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 302).

Além disso, Eça de Queirós demonstra satisfação pela conclusão de leitura de Teófilo em relação a Basílio, aparentemente alcançando o efeito que o romancista visava causar no leitor:

Como você viu bem o caráter de Basílio! Está claro que a fortuna nunca o poderia ter moralizado; a sua fortuna, como você diz, foi um bambúrrio, era pulha antes, um pulha pobre – depois tornou-se um pulha rico. Pessoas amigas escrevem-me dizendo que parece incrível que um homem que trabalhou no Brasil com valor seja no fundo um canalha! Estranha opinião! A Bahia considerada como a Fonte Santa da Purificação... (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 303)

Como se pode observar, provavelmente Eça de Queirós faz alusão ao texto do colega das *Farpas*, tendo em vista a semelhança entre a interpretação equivocada referida e a crítica de Ramalho Ortigão. Esse comprometimento interpretativo evidente das palavras de Ortigão não foi percebido apenas por Queirós.

Pouco tempo depois da circulação da primeira resenha de Ortigão, foi a público no *Jornal do Comércio* de 27/03/1878 um texto em que Carlos de Laet discorda da suposta incompatibilidade entre a conduta de Basílio e o perfil de homem trabalhador:

Pelo que respeita ao tempo, de que em geral dispõe um negociante para as empresas amorosas, diremos apenas que conhecemos não um, mas muitos que, apesar dos seus múltiplos afazeres, são capazes de fazer a corte a duas primas, e mesmo a três, se tanto for preciso. (LAET in NASCIMENTO, 2007, p. 168)

Levando em conta que Ramalho Ortigão “não só tem talento como talento viajado” (LAET in NASCIMENTO, 2007, p. 167), Laet não admite a concepção de Ortigão sobre Basílio. Para Laet, instrução, elegância e libertinagem não são características restritas a uma camada social específica e podem “viver de camaradagem com todas as profissões, artes e ofícios” (LAET in NASCIMENTO, 2007, p. 167).

Basílio volta a ser referido nas páginas do *Cruzeiro*, em 16/04/1878, em menção menos extensa. Desta vez, por meio das palavras de Eleazar, pseudônimo de Machado de Assis. Em sua análise, Machado associa personagem e composição e aponta para o reuso de recurso narrativo de *O Crime do Padre Amaro*:

Uma das passagens que maior impressão fizeram, n’*O Crime do Padre Amaro*, foi à palavra de calculado cinismo, dita pelo herói. O herói d’*O Primo Basílio* remata o livro com um dito análogo; e, se no primeiro romance é ele característico e novo, no segundo já é rebuscado, tem um ar de *clichê*; enfastia. (MACHADO DE ASSIS in NASCIMENTO, 2007, p. 189)

A seguir, Machado faz um breve cotejo entre a ideia geral dos enredos de *Eugénie Grandet* e de *O Primo Basílio*, retomando o episódio em que Sebastião confidencia a Julião detalhes sobre o relacionamento amoroso da juventude de Luísa.

O Sr. Eça de Queirós incumbiu-se de nos dar o fio da sua concepção. Disse talvez consigo: – Balzac separa os dois primos, depois de um beijo (aliás, o mais casto dos beijos). Carlos vai para a América; a outra fica, e fica solteira. Se casássemos com outro, qual seria o resultado do encontro dos dois na Europa? Se tal foi a reflexão do autor, devo dizer, desde já, que de nenhum modo plagiou os personagens de Balzac. (MACHADO DE ASSIS in NASCIMENTO, 2007, p. 189)

Grande parte da abordagem de Machado de Assis aos textos de Eça de Queirós é permeada pela tese do autor brasileiro, a qual considera que Queirós teria incorporado em suas narrativas elementos de romances alheios, ao ponto de o brasileiro fazer uma errônea aproximação entre *O Crime do Padre Amaro* e *La faut de l’abbé Mouret*, sugerindo que o *Crime* é uma cópia de *La faut*.

Contudo, Machado de Assis conclui que “[Eça de Queirós] de nenhum modo plagiou os personagens de Balzac” em *O Primo Basílio* (MACHADO DE ASSIS in NASCIMENTO, 2007, p. 189). Porém, chama a atenção para uma chave de leitura fornecida por Queirós, a qual

denomina fio da concepção do romance. Seguindo nessa direção, Machado compara Luísa e Eugénie Grandet, com abordagem elogiosa à protagonista francesa e pejorativa à lusitana. A linha argumentativa machadiana associa a composição do romance ao caráter da heroína (considerada um títere), permitindo entender que a base das incongruências do romance eciano calca-se na inanidade do caráter de Luísa.

O romance queirosiano de adultério volta a ser assunto de Ramalho Ortigão em texto das *Farpas*. Sob o título “*O Primo Basílio – Fisiologia do adultério burguês – O Donjuanismo em Lisboa, suas origens, sua evolução e seu pelintrismo*”, Basílio é analisado enquanto figura complementar ao caráter de Luísa.

Para Ramalho, o romance acusa uma doença: a dissolução dos costumes burgueses, e ele postula a falta de educação burguesa como o mais marcante sintoma desse mal. Para Ortigão, a educação burguesa mantinha as mulheres mesquinhas e reles (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 245). Além disso, a burguesia lisbonense denotava um descompasso, “um contraste assombroso de desequilíbrio entre a representação da vida exterior e o sistema de vida íntima” (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 252). Por motivos dessa ordem, o dândi era o homem superior na ótica da mulher burguesa que, fútil, preferia uma “cabeça bem penteada, de cabelos espessos, anelados, separados nitidamente por uma fina risca cor de rosa” (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 255) a um homem de nobres pensamentos.

[...] O seu homem superior, o seu homem irresistível, o seu homem fatal será aquele que usar no seu banho a mais fina perfumaria, o que houver jantado nos mais célebres restaurantes do boulevard, o que se vestir e calçar nos primeiros fornecedores da Europa, o que mais se estiver desgastado de músculo e de cérebro nos altos vícios, o que mais segredos tiver para contar das suas intimidades no mundo especial cujas mulheres consomem, segundo lhe disseram, cem, duzentos luíses em foie gras, em Champagne e em colcreame. (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 255)

A abordagem assume um tom genérico, mas os traços apontados por Ramalho Ortigão se ajustam muito ao perfil e às ações de Basílio. De acordo com o crítico: “A moral desse livro não está em que a prima de Basílio morre depois da queda: está em que ela não podia deixar de cair” (RAMALHO ORTIGÃO, 1971, p. 259). Portanto, para Ramalho, Basílio é a tipificação de um dândi com afetações parisienses, sujeito que condensa características fúteis irresistíveis à mesquinhez da burguesa lisboeta, personificada em Luísa.

Em texto de 2005, John Gledson recupera as críticas de Machado de Assis ao *Primo*. No ensaio, Gledson retoma a afirmação de Machado que sugere ser *O Crime do Padre Amaro* uma cópia de *La faute de l'abbé Mouret*.

De acordo com Gledson, a ideia fundamental das acusações de plágio que permeiam os textos de Machado de Assis não foram compreendidas corretamente pelos que rebateram a opinião do romancista do Cosme Velho. Gledson defende que Machado não queria dizer que Eça de Queirós copiou detalhes do romance de Zola, mas sim que ele se aproveitou da situação básica da narrativa, o que se repete em *O Primo Basílio*:

Mais tarde, de novo ele acusa Eça de utilizar a situação central de um famoso romance de Balzac, *Eugénie Grandet*, em *O primo Basílio*: neste caso, é a situação do ex-amante que vai para as Américas e volta anos mais tarde. Machado usa a palavra forte, plágio, e talvez daí surja o mal-entendido. Ele está dizendo que, na sua base, na própria concepção do romance, Eça lança mão dos modelos franceses. (GLEDSON in BERRINI, 2005, p. 118)

Em primeiro lugar, como o próprio Eça de Queirós destaca no prefácio da edição revisada de *O Crime do Padre Amaro*, para comprovar a insustentabilidade da tese de *O Crime do Padre Amaro* ser cópia de *La faute*, basta confrontar a data de publicação dos textos e perceber que o romance português começou a circular anteriormente à publicação da narrativa francesa.

No que diz respeito ao elo entre *Eugénie Grandet* e *O Primo Basílio*, uma suposta acusação de Machado sobre Eça ter criado Luísa à sombra de Eugénie não é premissa desta tese. Entretanto, considera-se que *Eugénie Grandet* é uma das fontes de onde Eça de Queirós retirou algumas ideias para a composição de passagens do enredo de *O Primo Basílio*, as quais repercutem no caráter de Basílio.

O diálogo entre Sebastião e Julião – ponto de partida de análises das protagonistas femininas de *O Primo Basílio* e *Eugénie Grandet* (como a de Machado de Assis), assinala de forma incontestável que Eça de Queirós contava com a trama de Balzac entre os seus referenciais ao escrever seu romance de adultério. Com base nesse pressuposto, um cotejo entre Charles Grandet e Basílio de Brito dá luz a dados valorosos para uma compreensão mais aprofundada de Basílio.

6.4 A influência de Charles Grandet em Basílio de Brito

A principal semelhança entre Charles e Basílio é a ruína financeira do pai, o motivo que leva ambos a deixar a Europa em busca de recuperação patrimonial. Além disso, os dois tiveram um breve namoro com as primas pouco antes de partir para o hemisfério sul. Da mesma forma, o tempo de permanência deles longe do Velho Continente é equivalente: sete anos.

Do ponto de vista da apresentação pessoal, Charles Grandet importa-se muito com a moda, e por isso veste-se de forma luxuosa, trajando-se para se impor como superior aos demais: por exemplo, ao ser avisado pelo pai que passaria uma temporada na casa de um tio na província, logo se apressa para preparar suas bagagens, escolhe os artigos mais requintados que possui: Charles “teve a ideia de se mostrar com a superioridade de um jovem da moda, de abafar os circundantes com o seu luxo, marcar época, importar as novidades da vida parisiense” (BALZAC, 2006, p. 53).

O parisiense chega à propriedade dos parentes provincianos vestindo sobrecasaca, roupas de tecidos finos e paramentado com acessórios de ouro. Na passagem em que se dá o primeiro encontro entre o dândi e os moradores do interior, o narrador descreve o mútuo impacto do confronto entre as duas realidades discrepantes:

Agora, quem quiser entender bem a surpresa recíproca da gente de Saumur e do jovem parisiense [...] que tente imaginar os Cruchots. Os três cheiravam rapé e, havia muito, já não pensavam em evitar o defluxo nasal nem os salpicos pretos disseminados nos peitinhos das camisas surradas, de colarinho amarrotado e dobras amareladas. As gravatas moles que usavam enrolavam-se como corda tão logo amarradas ao pescoço. [...] Havia neles perfeito acordo da falta de graça e senilidade. Os rostos, desbotados como suas casacas puídas, enrugados como suas calças, pareciam deteriorados, ressequidos, e careteavam. (BALZAC, 2006, p. 55)

Charles demonstra estranhamento, leva certo tempo para compreender a realidade dos parentes, mas nem por isso se comporta de forma arrogante ou desrespeitosa diante deles. Eugénie Grandet, por sua vez, olha para o primo com fascínio:

Gostaria de poder tocar a pele branca daquelas luvas belas e finas. Invejava as mãos pequenas de Charles, sua tez, o frescor e a delicadeza de seus traços. Enfim, se uma imagem pode resumir as impressões que o jovem elegante causou numa moça ignorante, que passara a vida a consertar meias, a remendar o guarda-roupa do pai, vida que se escoara debaixo daqueles papéis imundos, sem ver naquela rua silenciosa mais do que um transeunte por hora, diremos que a imagem do primo fez nascer em seu coração as emoções da sutil volúpia

causada nos jovens pelas fantásticas figuras de mulheres desenhadas por Westall nos *keepsake* ingleses e gravadas pelos Finden com um buril tão hábil, que tememos, soprando o velino, fazer aquelas aparições celestes alçar voo. (BALZAC, 2006, p. 56)

O contato com o primo recém-chegado de Paris revela a Eugénie a existência de um modo de viver diferente do que ela conhece, e isso faz aflorar sua vaidade. No dia seguinte ao primeiro encontro com Charles, obedecendo a sua rotina, a moça levanta-se muito cedo. Porém, depois da costumeira oração da manhã, percebe que algo diferente se passa, pois ela havia enfim encontrado um sentido para sua toalete matutina.

Sendo assim, a jovem traja-se com suas melhores roupas e observa o próprio corpo de modo não usual: “Pôs meias novas e os sapatos mais bonitos. Amarrou bem o espartilho, sem deixar escapar nenhum ilhó. Por fim, desejando pela primeira vez na vida parecer bonita, percebeu a felicidade de ter um vestido novo, bem-feito e que a tornasse atraente” (BALZAC, 2006, p. 73).

A moça descobre o amor romântico, e esse sentimento a leva a transgredir regras domésticas. Eugénie comete pequenos delitos visando ao bem-estar de Charles, eventos que evoluem da inofensiva compra de velas de cera às escondidas do pai, passam pelo ato de esconder cubos de açúcar além da porção diária determinada pelo velho Grandet para o primo, e culminam na doação de todas as suas moedas valiosas para financiar a viagem do rapaz com destino ao hemisfério sul.

Em *Eugénie Grandet* e em *O Primo Basílio*, Charles e Basílio ocupam o *locus* de forasteiro, Charles enquanto parisiense encarado como estrangeiro aos olhos provincianos, o que não é muito diferente com Basílio, tendo em vista que ele jamais aparece no enredo sem que sua imagem esteja associada a uma influência de culturas externas a Portugal: ora ele acaba de chegar da Inglaterra (e como inglês se traja), ora ele chega da França (e como francês se veste).

Além disso, os dois primos desestruturam a rotina das casas em que adentram, fazendo as primas inexperientes sentirem-se encorajadas a trair a confiança de seus próximos. Isso não quer dizer que as transgressões das moças são motivadas por razões semelhantes. No caso de Eugénie, as ações contrárias à vontade do pai são impulsionadas pelo sentimento genuíno de

possibilitar que seu primo realize seus projetos, ao passo que Luísa transgride regras do casamento em razão de ilusões sentimentais⁵¹.

Para além da análise das heroínas dos romances, é principalmente o cotejo entre Charles e Basílio o que interessa a esta tese. Em uma comparação entre os primos, as diferenças entre as duas personagens são mais significantes do que as similitudes, sobretudo no que se refere aos seus perfis.

A participação de Charles Grandet em *Eugénie Grandet* pode ser sintetizada da seguinte maneira: parisiense rico, o jovem Grandet é enviado pelo pai para a casa de um tio no interior da França. No destino, sabe da ruína financeira e do suicídio do pai.

O rapaz sente impacto quando se depara com o ambiente precário da propriedade rústica em que os parentes do interior viviam, pois foi acostumado aos requintes da vida luxuosa da capital. Além disso, enfrenta uma crise pessoal em virtude da notícia da morte do seu pai e da realidade dura de miséria monetária que se impuseram em seu destino. Diante desse contexto, Charles entende que seguir para uma aventura pelos mares afora em busca do patrimônio perdido é solução promissora e também uma aposta para não sofrer com rebaixamento do padrão de vida de forma definitiva.

Antes de partir, Charles providencia a venda dos poucos objetos que lhe restaram e, com o dinheiro da venda, deixa a França livre de dívidas:

Não estou devendo nada em Paris, todos os meus pertences foram bem vendidos; na carta [Alphonse] disse que seguiu os conselhos de um capitão de navio mercante e empregou os três mil francos que sobraram numa pacotilha composta de curiosidades europeias que são excelentes lucros nas Índias. Expediu o material para Nantes, onde está um navio de carga que vai para Java. Daqui a cinco dias, Eugénie, precisamos dizer adeus para sempre. Ou talvez pelo menos por muito tempo. Minha pacotilha e dez mil francos que dois amigos me mandaram são um começo bem modesto. Não posso pensar em voltar antes de vários anos. Querida prima, não faça a sua vida depender da minha vida, eu posso morrer, talvez lhe apareça um casamento rico... (BALZAC, 2006, p. 150)

⁵¹ Para Sérgio Mariani, “os motivos que levam Luísa ao adultério não são de natureza racional ou meramente consciente, representam, em larga escala, uma tentativa de autorreconhecimento por intermédio do próprio corpo” (MARIANI, 2010, p. 84). Além disso, no modo de vida que a portuguesa leva (limitada à rotina de dona de casa em um lar burguês), o adultério é uma das poucas formas que lhe permitiriam viver uma aventura propriamente sua.

Desse trecho, extraem-se algumas diferenças importantes entre Charles e Basílio perante situações similares. Inicialmente, Charles quita suas dívidas antes de deixar a Europa, ao passo que com Basílio ocorre de forma oposta. A viagem do português é também uma forma encontrada para fugir dos credores, segundo Sebastião.

Ademais, Charles não tinha qualquer experiência em atividade que lhe garantisse o próprio sustento, porém o projeto de enriquecimento do jovem segue um plano bem definido: ele investe os poucos recursos que lhe sobram em artigos europeus para comercialização, inicialmente. E esse não parece ser o caso de Basílio.

A atitude de Charles no relacionamento com Eugénie não é impulsionada por intenções obscuras ou escusas. Ao se envolver com a prima, o rapaz não faz ideia do pequeno tesouro que ela guardava, portanto tudo indica que não havia intenção financeira subjacente no afeto demonstrado pela moça.

Charles se despede de Eugénie mediante a promessa de que estariam juntos para sempre, o que não se cumpre. Ainda assim, nem mesmo esta atitude é dissimulada: “Nenhuma promessa do mundo poderia ser mais pura: o condor de Eugénie santificara temporariamente os sentimentos de Charles” (BALZAC, 2006, p. 152), muito embora ele tenha retornado a França sete anos depois do enlace com a prima já de casamento marcado com outra mulher.

Da parte do romance português, o nome de Basílio passa a fazer parte do enredo de *O Primo Basílio* pela voz de Luísa, que “toda admirada para o jornal, sorrindo” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 17) anuncia ao marido: “– É o primo Basílio que chega!” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 17). Em seguida, sem que fosse necessário pedir, Jorge conhece o conteúdo do anúncio pela voz de sua esposa.

Em passagem seguinte, o leitor toma conhecimento do envolvimento dos primos, a partir de dados de lembranças de Luísa e de afirmações do narrador. Basílio foi o primeiro namorado de Luísa, e o envolvimento deles aconteceu quando ela estava com 18 anos. Segundo convicções da moça, o episódio era desconhecido de todos, e Luísa entendia que a experiência que teve com o primo fora uma criancice, embora a notícia da chegada do primo a tenha deixado ansiosa.

No terceiro capítulo do romance, dá-se o reencontro entre Luísa e Basílio, situação em que Luísa observa o primo com fascínio (da mesma forma que aconteceu com Eugénie Grandet). A conclusão a que a prima chega ao confrontar o homem que estava diante de si com

o jovem que a deixou para viver a aventura na América é a de que ele estava mais varonil, mais trigueiro e que a Bahia não o vulgarizara. Da sua parte, o primo trajava roupas finas, ornamentava-se com pedras e metais preciosos, tal como na época em que havia recém chegado de uma temporada na Inglaterra.

Na primeira conversa entre ambos, a referência de Basílio ao Brasil resume-se a taxar a nação como um lugar de “degrado” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 51). Contudo, o lugar não monopoliza o diálogo, tendo em vista que o rapaz aproveita para narrar as suas andanças por diferentes nações: “Estivera em Constantinopla, na Terra Santa, em Roma” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 51), tendo passado o último ano em Paris, cidade à qual se refere, ironicamente, como uma aldeola.

Basílio conta suas “intimidades ilustres” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 53) a Luísa, exibindo-se enquanto sedutor, e narra os perigos enfrentados em terras distantes, como uma tempestade no deserto de Petra, além de enumerar os diferentes lugares visitados. Além disso, o primo relata experiências improváveis a Luísa, tais como um encontro com o papa em Roma, viagem que rendeu à prima uma suposta relíquia: um rosário que teria sido benzido pelo primeiro patriarca de Jerusalém (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 54).

Nota-se um desdém a tudo que faz referência a Portugal no tom da fala de Basílio, desde sua primeira intervenção no enredo do romance. Os comentários tampouco são elogiosos quando o assunto em questão é o Brasil.

Nesse primeiro encontro, Luísa informa a Basílio sobre a quinta de Sintra, ex-propriedade de seu pai, pertencer a um “brasileiro”. Nessa passagem, o exotismo da ornamentação da propriedade ganha espaço. Conforme o narrador: “Luísa ouvira dizer que a quinta pertencia agora a um brasileiro; sobre a estrada havia um mirante com um teto chinês, ornado de bolas de vidro; e a velha casa morgada fora reconstruída e mobiliada pelo Gardé” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 52).

A vocação predadora de Basílio vem à tona e encerra a cena de reencontro entre os primos. Sozinho, instantes depois de ter se despedido da prima, já com encontro marcado para o dia seguinte, Basílio pensa: “– E eu, pedaço de asno, que estava quase decidido a não a vir ver! Está de apetite! Está muito melhor! [...] – A ela, como S. Tiago aos mouros!” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 56).

A intenção de Basílio de impressionar sua prima é bem-sucedida. Os pensamentos de Luísa são de profunda admiração diante das improváveis aventuras narradas pelo primo. Depois da conversa, a moça compreende sua existência sob uma nova perspectiva:

– Que vida interessante a do primo Basílio! – pensava. – O que ele tinha visto! Se ela pudesse também fazer as suas malas, partir, admirar aspectos novos e desconhecidos, a neve nos montes, cascatas reluzentes! Como desejaria visitar os países que conhecia nos romances – a Escócia e os seus lagos taciturnos, Veneza e os seus palácios trágicos; aportar às baías, onde um mar luminoso e faiscante morre na areia fulva; e das cabanas de pescadores, de teto chato, onde vivem as Grazielas, ver azularem-se ao longe as ilhas de nomes sonoros! E ir a Paris! Paris sobretudo! Mas, qual! Nunca viajaria decerto; eram pobres; Jorge era caseiro, tão lisboeta! (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 57)

A interação entre Luísa e Basílio acontece fora de ambiente doméstico apenas no capítulo IV, em um encontro casual, no Passeio. Nessa passagem, o narrador permite ao leitor acompanhar uma diversidade de pessoas circulando no espaço público da capital portuguesa:

Toda a burguesia domingueira viera amontoar-se na rua do meio, no corredor formado pelas filas cerradas das cadeiras do asilo; e ali se movia entalada, com a lentidão espessa de uma massa mal derretida, arrastando os pés, raspando o macadame, num amarfanamento plebeu, garganta seca, os braços moles, a palavra rara. Iam, vinham, incessantemente, para cima e para baixo, com um bamboleamento relaxado e um rumor grosso, sem alegria e sem bonomia, no arrebanhamento passivo que agrada às raças mandrionas; no meio da abundância das luzes e das festividades da música, um tédio morno circulava, penetrava como uma névoa; a poeirada fina envolvia as figuras, dava-lhes um tom neutro; e nos rostos que passavam sob candeeiros, nas zonas mais diretas de luz, viam-se desconsoações de fadiga e aborrecimento de dia santo. (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 75)

O cenário descrito retrata parte da burguesia portuguesa enquanto classe de pessoas que age de forma monótona e irracional. Essas figuras são apresentadas com pompa pseudoaristocrática, como vítimas de uma decadência que não reflete uma derrocada financeira. Segundo Sérgio Mariani: “Eça retrata uma burguesia que se move tal qual fosse um rebanho, que se aperta num empoeiramento macadame, movendo-se com a ‘lentidão espessa de uma massa mal derretida’” (MARIANI, 2010, p. 33). Tal cenário contrasta com as lembranças de Basílio recuperadas adiante na narrativa, quando confronta a movimentação popular a sua frente com a imagem parisiense que carrega na memória, o que lhe causa mal-estar.

Calado, Basílio pensa: “Que horror de cidade! [...] Que tristeza!” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 76). A cena de Paris fixada na mente de Basílio é a antítese do quadro apresentado de

Lisboa. Na capital portuguesa, imperam o tédio, o mau gosto e o desconforto, ao passo que na capital francesa a agitação, a alegria e o luxo são normas:

[Basílio] subia, à noite, no seu faéton, os Campos Elísios devagar; centenas de vitórias descem, sobem rapidamente, com um trote discreto e alegre; e as lanternas fazem em toda a avenida um movimento jovial de pontos de luz; vultos brancos e mimosos de mulheres reclinam-se nas almofadas, balançadas nas molas macias; o ar em redor tem uma doçura aveludada, e os castanheiros espalham um aroma sutil. Dos dois lados, dentre os arvoredos, saltam as claridades violentas dos cafés cantantes, cheios dos *brouhaha* das multidões alegres, dos *brios* impulsivos das orquestras, os restaurantes flamejam; há uma intensidade de vida amorosa e feliz; e, para além, sai das janelas dos palacetes, através dos estores de seda, a luz sóbria e velada das existências ricas. (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 76)

Mais uma vez, impõe-se a Basílio situação em que ele é forçado a interagir com gente sem o refinamento que presumia merecer. No dia seguinte ao encontro no Passeio, em visita a Luísa, depara-se com Julião, médico de carreira medíocre, primo de Jorge, vestido com pouco afeito: “de colarinho enxovalhado e com um velho casaco de pano preto malfeito” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 79).

Luísa tampouco é indiferente ao ver diante de si duas pessoas com características tão opostas. Ao receber Julião e Basílio ao mesmo tempo, sente-se envergonhada, como se o vínculo com aquele desleixado parente do marido tirasse um pouco do “seu *chic*” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 79). Basílio, por sua vez, o hostiliza. Esta passagem dá luz a uma mudança no comportamento de Luísa que, mediante a convivência com o seu primo, incorpora alguns dos seus preconceitos, como a presunção de superioridade.

Em continuidade a esse episódio, ocorre o primeiro contato entre Basílio e o conselheiro Acácio – antigo amigo da família de Jorge. A interação entre ambos é mais empática do que a estabelecida entre Basílio e Julião. Isso pode ser explicado por uma afinidade dos dois no modo de encarar a burguesia portuguesa, o que fica explícito na justificativa do conselheiro Acácio para não ir ao Passeio:

Nunca ia ao Passeio, ao domingo – declarou. – Reconhecia que era muito agradável, mas a multidão entontecia-o. [...] tinha notado que muita gente, num local, causa vertigens aos homens de estudo. [...] Além disso, havia a questão dos preços... Ah! tinha estudado muito o assunto! Os preços diminutos favoreciam a aglomeração das classes subalternas. (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 82)

Basílio e Acácio nutrem sentimentos opostos no que diz respeito a Lisboa. Porém, comungam de um sentimento de superioridade em relação à burguesia lisboeta. Esta identificação provavelmente é o que possibilita que a conversa entre os dois flua, ao ponto de Basílio sentir-se à vontade para cantarolar para Acácio embalado pelo som do piano de Luísa.

Nessa passagem, o assunto Brasil volta ao ambiente por meio da cultura brasileira – Basílio entoava uma modinha brasileira ao som de “uma melodia muito balanceada, de um embalado tropical” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 84) que “fazia furor nas reuniões da Bahia” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 84).

Essa melodia é a deixa para que outro tema comumente relacionado ao Brasil – a escravidão – integre a conversa. O conselheiro lamenta “a propósito da cantiga a condição dos escravos” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 85), mas se conforta logo, pois os negros seriam muito bem tratados no Brasil, segundo lhe informaram seus amigos.

Na sequência desse capítulo, a narração se desloca da sala da casa de Luísa e focaliza em Sebastião. Conforme o narrador, as ocasiões em que Sebastião tenta visitar Luísa em sua casa coincidem com Basílio já lá estar. Desencorajado a se apresentar ao primo da moça, o homem desiste da empreitada por mais de uma vez, e a situação gera-lhe inquietação:

Sebastião não conhecia Basílio pessoalmente, mas sabia a crônica da sua mocidade. Não havia nela certamente, nem escândalo excepcional, nem romance pungente. Basílio tinha sido apenas um *pândego* e, como tal, passara metodicamente por todos os episódios clássicos da estroinice lisboeta: partidas de monte até a madrugada com ricaços do Alentejo; uma tipoia despedaçada num sábado de touros; ceias repetidas com alguma velha Lola e uma antiga salada de lagosta; algumas *pegas* aplaudidas em Salvaterra ou na Alhandra; noitadas de bacalhau e Colares nas tabernas fadistas, muita gritaria; socos bem jogados à face atônita de um polícia; e uma profusão de gemas de ovos nas glórias do entrudo. As únicas mulheres mesmo que aparecem na sua história, além das Lolas e Carmens usuais, eram a Pistelli, uma dançarina alemã cujas pernas tinham uma musculatura de atleta, e a condessinha de Alvim, uma doida, grande cavaleira, que se separara de seu marido depois de o ter chicoteado, e que se vestia de homem para bater ela mesma em trem de praça do Rocio ao Dafundo. Mas isto bastava para que Sebastião o achasse um *debochado*, um *perdido*; ouvira que ele tinha ido para o Brasil para fugir de credores; que enriquecera por acaso, numa especulação, no Paraguai; que mesmo na Bahia, com a corda na garganta, nunca fora um trabalhador; e supunha que a posse da fortuna para ele, seria apenas o desenvolvimento dos vícios. E este homem vinha ver a Luisinha todos os dias, estava horas e horas, seguia-a ao Passeio... (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 89-90)

O trecho permite acesso a informações sobre Basílio que ainda não haviam sido expostas no enredo. Essa passagem é a que aponta para a possibilidade de ele não ter seguido para o Brasil apenas para recuperar a fortuna perdida, mas também como uma estratégia para escapular dos credores – em oposição à atitude de Charles Grandet diante de conflito similar, conforme assinalado. Além do mais, é este o pensamento de Sebastião também referido que contradiz a informação veiculada no jornal que anuncia a chegada de Basílio [“reconstituíra sua fortuna com um honrado trabalho” (1997, p. 18)], sugerindo que o rapaz não fora trabalhador no Brasil.

Ainda no capítulo IV, Sebastião é abordado pelo Cunha, vizinho de Luísa, interessado em saber afinal quem é o rapaz que frequenta o endereço da moça regularmente. O diálogo entre Sebastião e Cunha revela que, ao contrário das certezas de Luísa, o namorico do passado não era segredo à vizinhança, sabedora de dados precisos do episódio romântico:

– O meu quarto é para rua, e todos os dias, como eu estou quase sempre pela janela para espairecer... tenho visto aquele rapaz, a modo estrangeirado, entrar para lá... todos os dias! Este é o Basílio de Brito! disse eu. Mas minha mulher que não! que não!... Que diabo, homem! Eu tinha quase a certeza... não conheço eu outra coisa! Até ele esteve para casar com a D. Luísa. Oh! Eu sei essa história na ponta dos dedos... Morava ela na Rua da Madalena!... (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 96-97)

No dia seguinte, Sebastião é novamente questionado sobre as visitas sucessivas que Luísa vinha recebendo. Sua tia Joana fala-lhe sobre uma conversa com sua amiga Gertrudes, na tarde do dia anterior, e dos comentários maliciosos sobre a recorrente presença de Basílio na residência de Jorge, sinalizando a Sebastião que o falatório difundia-se rapidamente.

Preocupado com os rumos que o reencontro entre Luísa e Basílio tomavam perante a opinião pública, Sebastião busca a ajuda de Julião:

– Tu sabes que ele [Basílio] foi namoro de Luísa? – disse Sebastião, baixo como assustado da gravidade da confidência.

E respondendo logo ao olhar surpreendido de Julião:

– Sim. Ninguém o sabe. Nem Jorge. Eu soube-o há pouco, há meses. Foi. Estiveram para casar. Depois o pai faliu, ele foi para o Brasil, e de lá escreveu a romper o casamento.

Julião sorriu, e encostando a cabeça na parede:

– Mas isso é o enredo de *Eugênia Grandet*, Sebastião! Estás-me a contar o romance de Balzac! Isso é a *Eugênia Grandet*! (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 103)

Embora o fiel amigo de Jorge não esclareça de que forma tomou conhecimento do episódio amoroso ocorrido entre os primos, pelo teor das revelações feitas a Julião, nota-se que ele não apenas conhece a história, mas que tem ciência de detalhes.

No capítulo V, as investidas de Basílio para seduzir Luísa se tornam mais contundentes. Tirando-a de casa e conduzindo-a em um *coupé* até o Campo Grande, o enredamento de Luísa acontece por meio de falsas promessas. Nesse passeio, Basílio faz juras de amor à prima, simula interesse em permanecer em Lisboa para estar perto dela, e chega ao ponto de lhe propor uma fuga da capital: “– Foge comigo, vem, levo-te! Vamos para o fim do mundo!” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 113).

Em seguida, de volta ao Hotel Central, Basílio encontra-se com visconde Reinaldo, de quem ouve um questionamento seguido de um aconselhamento: “– E então essa questão da prima, vai ou não vai? Isto está horrível, menino! Eu morro! Preciso o Norte! Preciso a Escócia! Vamos embora! Acaba com essa prima. Viola-a. Se ela resiste, mata-a!” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 114).

As afirmações do visconde antecipam uma informação confirmada capítulos adiante no romance: os motivos que levam Basílio a estender sua temporada em Lisboa não são da ordem dos negócios, mas estão ligados ao seu plano de seduzir Luísa.

No capítulo VI, indica-se o fim do mês de agosto, o que aponta para a passagem de aproximadamente um mês entre a chegada de Basílio e a consumação do adultério. Nesse capítulo, a troca de cartas e de bilhetes entre Basílio e Luísa se intensifica, e é por meio de uma carta que a moça sabe do Paraíso:

“Meu amor – dizia Basílio – por um feliz acaso descobri o que precisávamos: um ninho discreto para nos vermos...” E indicava a rua, o número, os sinais, o caminho mais perto. “...Quando vens, meu amor? Vem amanhã? Batizei a casa com o nome de *Paraíso*; para mim, minha adorada, é com efeito o paraíso. Eu espero-te lá desde o meio-dia. Logo que te aviste, desço.” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 141)

Com a inserção do Paraíso enquanto cenário, o romance entre os primos adquire características novas, e eles continuam a se encontrar quase diariamente, porém longe da

vizinhança da moça. Entretanto, as insinuações sobre ela estar cometendo adultério não cessam. No âmbito doméstico, as saídas diárias da moça para os encontros amorosos com o primo deixam-na ainda mais vulnerável. Tanto é desta forma que Juliana tem tempo suficiente para vasculhar os pertences de Luísa em uma de suas longas ausências do seu lar, e consegue subtrair algumas das cartas comprometedoras trocadas entre os primos.

Juliana, em contrapartida, sente sua carga de trabalho aumentar, tendo em vista que Luísa passa a sujar um volume maior de roupas nas reuniões com Basílio. Diante disso, a hostilidade da empregada em relação à patroa cresce na mesma proporção em que aumenta a alegria da serviçal com a suposta aproximação da realização do seu projeto de vingança.

No capítulo VII, a relação extraconjugal de Luísa já não gera a emoção da novidade de outrora, e o adultério assume rotina semelhante à que ela vivia no casamento. Em consequência desse esfriamento, Luísa não comparece a um encontro com o primo no Paraíso pela primeira vez, e essa atitude faz emergir a face orgulhosa de Basílio:

Na véspera, Basílio, quando viu que ela faltava, teve um grande despeito e um medo maior; a sua concupiscência receou perder aquele lindo corpo de rapariga, e o seu orgulho escandalizou-se de ver libertar-se aquela escravazinha dócil. Resolveu portanto, a todo custo, “chamá-la ao rego”. Escreveu-lhe; e mostrando-se submisso para a atrair, decidiu ser severo para a castigar. (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 168)

No trecho destacado, nota-se labilidade no comportamento de Basílio, oscilando entre traiçoeiro e sádico. Aliás, os sentimentos do rapaz perante diversas situações com as quais se depara no romance corroboram seu caráter dissimulado e predominantemente egoísta. É também no sétimo capítulo que a hostilidade mútua entre Juliana e Luísa chega ao ponto crítico, o que culmina na discussão em que a empregada confessa estar de posse das cartas remetidas por Basílio.

No capítulo VIII, no encontro em que Basílio dissuade a prima da ideia de fugir para Paris, o primo argumenta que a solução do problema era dar dinheiro à empregada:

– E o dinheiro, onde o tenho eu?

– Está claro que o dinheiro tenho-o eu! – E depois de uma pausa: – Não muito, estou mesmo um pouco atrapalhado, mas enfim... – Hesitou, disse: – se a criatura quiser duzentos mil-réis, dão-se-lhe! (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 191)

Luísa então lhe pede que a poupe de um confronto com a empregada e trate de fazer o pagamento a Juliana. Esquivo, Basílio exime-se da responsabilidade, sob o pretexto de que a serviçal “pediria a sua pele” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 191). Diante de mais esta frustração, Luísa rompe o relacionamento.

Esses acontecimentos fazem com que Basílio deixe o *Paraíso* muito agitado e motivam os seguintes pensamentos:

E soprando o fumo do charuto, começou a considerar, com horror, a “situação”! Não lhe faltava mais nada senão partir para Paris, com aquele trambolhozinho! Trazer uma pessoa, havia sete anos, a sua vida tão arranjadinha, e patatrás! Embrulhar tudo, porque à menina lhe apanharam a carta de namoro e tem medo do esposo! Ora o descarro! No fim, toda aquela aventura desde o começo fora um erro! Tinha sido uma ideia de burguês inflamado ir desinquietar a prima da Patriarcal. Viera a Lisboa para os seus negócios; era tratá-los, aturar o calor e o *bœf à la mode* do Hotel Central, tomar o pacote e mandar a pátria ao inferno!... Mas, não, idiota! Os seus negócios tinham-se concluído, – e ele, burro, ficara ali a torrar em Lisboa, a gastar uma fortuna em tipoias para o Largo de Santa Bárbara para quê? Para uma daquelas! Antes ter trazido a Alphonsine!

Que, verdade, verdade, enquanto estivesse em Lisboa o romance era agradável, muito excitante; porque era muito completo! Havia o adulteriozinho, o incestozinho. Mas aquele episódio agora estragava tudo! Não, realmente, o mais razoável era safar-se! (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 192-193)

Logo, nota-se que além do amor grátis, o que excita Basílio é a transgressão à ordem familiar. Todavia, para ele, tais transgressões deveriam ser vividas em Lisboa, não existindo qualquer vontade de sua parte em estender tal aventura. Essa passagem, portanto, explicita o quanto as falsas promessas feitas por Basílio à prima – de viverem juntos fora de Portugal – não passavam de sinais de um caráter vil.

Basílio forja uma urgente necessidade de voltar a Paris para se safar da embaraçosa situação, seguindo o conselho do visconde Reinaldo. Sendo assim, ambos abandonam Portugal no dia seguinte. Dissimuladamente, o primo dirige-se à casa de Luísa antes de partir, mostra-lhe um falso telegrama justificando o retorno à capital francesa, e essa é a cena do último encontro entre os primos.

Nova participação de Basílio na trama, de forma a interferir no enredo, só acontece no capítulo XIV, próximo ao desfecho da narrativa, mediante correspondência. Com a doença da

esposa bastante adiantada, Jorge sabe da traição da qual foi vítima ao ler a carta de Basílio subscrita à Luísa, revelando o adultério.

No capítulo final, Basílio retorna a Lisboa com a companhia do visconde Reinaldo. Mais uma vez, a motivação do regresso a Portugal é da ordem dos negócios: “Reinaldo vinha vender a última propriedade, e acompanhara Basílio que voltava a terminar ‘o secante negócio da borracha’” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 323). Com o diálogo dessas duas personagens, já cientes da morte de Luísa, encerra-se a narrativa.

6.5 O Realismo em *O Primo Basílio*

Em *Mimesis*, Auerbach delimita visão específica de cada autor sobre a realidade, destacando os recursos utilizados por eles para representá-la. No ensaio “La mansão de La Mole”, a inserção de conteúdo histórico na trama ficcional como estratégia para retratar a realidade é abordada a partir de concepções que são pertinentes a esta tese.

De *O vermelho e o negro* (1830), romance de Stendhal, Auerbach extrai a cena em que Matilde, filha do marquês de La Mole, sente nascer um interesse pelo *domestique* de seu pai, Julien, protagonista do romance. O valor da passagem escolhida por Auerbach vai além de ter sido o momento inicial do envolvimento afetivo que muda o encadeamento narrativo, mas o fato de a cena ser “quase completamente incompreensível sem o conhecimento mais exato e detalhado da situação política, da estratificação social e das condições econômicas de um momento histórico muito definido” (AUERBACH, 1971, p. 396).

Para Auerbach, em *O vermelho e o negro*, os caracteres, as atitudes e as relações das personagens são estreitamente ligados às circunstâncias históricas da sua época: “condições políticas e sociais da história contemporânea estão enredadas na ação de uma forma tão exata e real, como nunca antes fora caso em nenhum romance, aliás, em nenhuma obra literária em geral” (AUERBACH, 1971, p. 398). Segundo o estudioso, o elemento perspectivo temporal permeia toda a representação de *O vermelho e o negro*, porque Stendhal, nos seus escritos, trata sempre da realidade com a qual se defronta (AUERBACH, 1971, p. 403).

Além disso, Stendhal aborda classes da sociedade que lhe são próximas segundo os seus ideais de maneira muito crítica, sem demonstrar qualquer traço dos valores sentimentais que o Romantismo associava à palavra povo (AUERBACH, 1971, p. 404).

No entendimento de Auerbach, o Realismo de Stendhal resulta da sua luta pela autoafirmação, ou seja, o seu estilo é diretamente relacionado à sua trajetória biográfica, o que explica o porquê de o nível estilístico dos seus grandes romances realistas ser mais próximo do “antigo conceito grande e heroico do trágico do que aquele da maioria dos realistas posteriores: Julien Sorel é muito mais ‘herói’ do que as figuras de Balzac ou de Flaubert” (AUERBACH, 1971, p. 406).

Entre os escritores da geração romântica, Balzac é o que torna a “representação da vida contemporânea como a tarefa mais própria” (AUERBACH, 1971, p. 409). Da obra de Balzac, Auerbach analisa *O pai Goriot* e toma Mme. Vauquier – a dona da pensão em que grande parte da história é ambientada – como exemplar para analisar o modo balzaquiano de representação do real.

Auerbach chama a atenção para uma descrição muito exata do bairro em que se localiza a hospedaria de Mme. Vauquier, bem como para a ilustração do imóvel em meio a um conjunto de caracteres que emanam a impressão “intensa de desconsolada pobreza, desgaste e rancidez, sendo que, juntamente com a descrição material, sugere-se também a atmosfera moral” (AUERBACH, 1971, p. 409).

De acordo com o pesquisador, em toda a sua obra, Balzac trata os meios como unidades orgânicas e demoníacas, buscando inclusive transmitir essa sensação ao leitor.

Ele não somente localizou os seres cujo destino contava seriamente, na sua moldura histórica e social perfeitamente determinada, como fazia Stendhal, mas também considerou esta relação como necessária: todo espaço vital torna-se para ele uma atmosfera ético-sensível, cuja paisagem, habitação, móveis, acessórios, vestuário, caráter, trato, ideologia, atividade e destino permeiam o ser humano, ao mesmo tempo que a situação histórica geral, aparece, novamente, como atmosfera geral que abrange todos os espaços individuais. (AUERBACH, 1971, p. 413)

Conforme Auerbach, o Realismo atmosférico balzaquiano é produto da sua época, e a simpatia romântica pela chamada totalidade atmosférica dos espaços contribuiu ao desenvolvimento do Realismo moderno, particularmente no que diz respeito à mistura de estilos: “Foi ela que permitiu que personagens de qualquer classe social, com todos os seus entrelaçamentos vitais práticos-quotidianos se tornassem objeto de representação literária séria” (AUERBACH, 1971, p. 413).

Na obra de Balzac, reúnem-se elementos biológicos e historicistas. Segundo Auerbach, o romancista francês considerava a sua atividade inventiva como atividade historicamente interpretativa. Além disso, para o escritor, o presente era história, ou seja: o presente acontecia surgindo da história:

nada semelhantemente consciente nem exato se encontra em parte alguma antes do aparecimento de Stendhal e de Balzac, e este último ultrapassa o primeiro de longe no que se refere à ligação orgânica entre homem e história. Uma tal concepção e uma tal prática são totalmente historicistas. (AUERBACH, 1971, p. 419-420)

Auerbach entende que a invenção de Balzac não é fruto de uma livre força imaginativa, mas da observação da vida real, tal como ela se apresenta em toda parte. O romancista possui “diante desta vida múltipla, embebida de história, com tudo o que tiver quotidiano, prático, feio e comum” (AUERBACH, 1971, p. 420) uma posição semelhante a que assumira Stendhal: “[esta vida múltipla] leva-a a sério e até a considera tragicamente” (AUERBACH, 1971, p. 420).

Segundo Auerbach, apenas com Gustave Flaubert o Realismo moderno torna-se “apartidário, impessoal e objetivo” (AUERBACH, 1971, p. 420). Em *Madame Bovary*, estão presentes duas características fundamentais do Realismo moderno: os acontecimentos quotidianos e reais de uma camada baixa – a burguesia provinciana – levados muito a sério e os acontecimentos históricos contemporâneos.

Além de características semelhantes de narrativas produzidas por escritores que o antecederam (Stendhal e Balzac), a partir da observação de *Madame Bovary*, chama a atenção para uma postura de Flaubert em relação ao seu objeto totalmente diferente à dos seus antecessores:

No caso de Stendhal e de Balzac, ouvimos com frequência, quase sempre, aliás, como o autor pensa acerca das suas personagens e dos acontecimentos; sobretudo Balzac acompanha as suas narrações constantemente com os comentários comovidos, ou irônicos, ou históricos, ou econômicos. Ouvimos também muito amiúde o que as próprias personagens pensam ou sentem, e isto ocorre frequentemente de tal maneira que o autor se identifica com a personagem numa situação dada. Estas duas coisas faltam em Flaubert quase inteiramente. (AUERBACH, 1971, p. 424)

Auerbach afirma que a opinião de Flaubert sobre as situações ou figuras da sua narrativa não são expressas no enredo e, mesmo quando o conteúdo dos textos exprime o

posicionamento das personagens, Flaubert não escreve de forma a fazer com que o leitor se identifique com ela. “Embora ouçamos o autor falar, ele não exprime qualquer opinião e não comenta. O seu papel limita-se a escolher os acontecimentos e a traduzi-los em linguagem” (AUERBACH, 1971, p. 425).

Essa postura de Flaubert é justificada por Auerbach como uma demonstração da seguinte convicção do escritor: qualquer acontecimento, quando expresso de forma limpa e integral, tem a capacidade de interpretar a si e aos seres humanos que deles participam, em suma: “o artista realista deveria imitar os processos de criação e cada objeto conteria tanto a seriedade quanto a dignidade quanto a baixeza” (AUERBACH, 1971, p. 425).

No que diz respeito a Eça de Queirós, entende-se aqui que o escritor foi muito além de usar referenciais de outros escritores, como apontaram Machado de Assis e John Gledson, entre outros. Especialmente no que diz respeito a Balzac e a Flaubert, a evidência de reaproveitamento de episódios de *Eugénie Grandet* e de *Madame Bovary*⁵² em *O Primo Basílio* é incontestável. Todavia, o contato entre essas obras não se limita à camada superficial dos enredos e está subjacente ao método compositivo ao qual o escritor português lançou mão para dar movimento ao seu romance realista.

Da abordagem de Auerbach em “A mansão de La Mole”, entende-se que o desenvolvimento do romance realista moderno se deu mediante um processo iniciado por Stendhal e Balzac, sendo depurado em Flaubert. Os primeiros deram espaço a personagens de classes antes não representadas, tratando-as com seriedade; a partir da obra de Balzac, os meios receberam tratamento de elementos complementares ao caráter das figuras representadas, na medida em que o romancista deu atenção diferenciada à descrição dos ambientes e dos espaços em que seus enredos se passam.

Finalmente, agregando a essas inovações operadas pelos literatos franceses do Oitocentos, Flaubert compôs narrativas em que não se percebe a sua voz enquanto escritor por detrás do discurso do narrador ou da fala das personagens.

Todas essas características – o discurso da História entremeado ao discurso ficcional, o meio como acessório necessário à compreensão do caráter das personagens e um estilo de

⁵² Silviano Santiago (2000, p. 47-65), em “Eça, autor de *Madame Bovary*”, apresenta um cotejo entre Emma Bovary e Luísa, em que postula que o romance flaubertiano de adultério foi fonte de Eça de Queirós para a composição de *O Primo Basílio*.

narração que não conta com personagens enquanto porta-vozes do autor – são verificáveis em *O Primo Basílio*.

A propósito do espaço romanesco na obra de Eça de Queirós, Raquel Trentin Oliveira afirma que esse “aparente supérfluo no texto queirosiano é, isto sim, imprescindível para ampliar e aprofundar os significados da intriga” (OLIVEIRA, 2014, p. 17). Para Oliveira, em Eça de Queirós, o espaço não deve ser tratado “como elemento estático que compromete o avanço temporal da narrativa” (OLIVEIRA, 2014, p. 25), e sim como um motivador da ação, pois há uma interligação fundamental entre as relações temporais e as espaciais (OLIVEIRA, 2014, p. 25).

Em termos de espaço, n’*O Primo Basílio*, três locais ganham evidência no desenvolvimento da intriga: a casa de Jorge (dimensão doméstica da família burguesa), o Passeio (onde a burguesia desfila e se relaciona fora do âmbito privado) e o Paraíso (local da transgressão).

Dentre esses lugares, o que mais comunica sobre Basílio é o Paraíso, sobretudo porque o local foi arranjado por ele para o desfrute do seu plano sedutor. Segundo lembra Mariani, na ocasião do enlace com a prima, Basílio dispõe de condição financeira confortável suficiente para providenciar um ambiente melhor para seus encontros adúlteros, mas não o faz. E essa decisão é apenas mais um reflexo do seu caráter vil, que se torna mais evidente a partir de suas atitudes:

Suas atitudes são guiadas pela ponderação entre o custo e o benefício. E mais: [Basílio] parece gozar um prazer sádico ao rebaixar a amante portuguesa, ludibriando-a, escarnecendo-a, humilhando-a, encantando-a, enfim, com o seu verniz de “homem de fora”. (MARIANI, 2010, p. 103)

Sobre a ponderação entre o custo e o benefício, ou, mais propriamente, sobre a relação de personagens com o dinheiro, Moretti chama a atenção para essa faceta em duas figuras: Doguereau, de *Ilusões Perdidas* (1836) de Balzac, e Brás Cubas, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880) de Machado de Assis.

Doguereau, impressionado com o talento demonstrado no primeiro manuscrito que Lucien lhe submete visando à publicação, vai ao encontro do rapaz, com a intenção inicial de lhe oferecer mil francos pelo trabalho. Ao chegar ao endereço do jovem, observa que ele vive em um lugar simples, deduzindo que ele era gente de gostos modestos. Por isso, resolve dar-lhe oitocentos francos. Quando sabe pela hoteleira que Lucien vive no quarto andar, logo abaixo

do teto, acha melhor ofertar-lhe seiscentos francos. Por fim, assim que observa a pobreza do interior do quarto do aspirante a romancista, oferece-lhe quatrocentos francos (MORETTI, 2014, p. 151).

Passagem com aspecto semelhante é verificada em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Durante uma viagem de Coimbra a Lisboa, o jumento que leva Brás Cubas o arremessa da sela. Acidentalmente, o pé de Brás fica preso ao estribo, ao passo que o animal dispara. Provavelmente, tudo teria acabado muito mal se não fosse a ajuda de um almocreve, que consegue deter o jumento. No calor do momento, Brás Cubas pensa em dar três das cinco moedas que portava, mas, enquanto se recompõe, passa a questionar se a gratificação não seria excessiva, bastando, portanto, duas moedas para que o salvamento estivesse bem pago. Em seguida, sente-se tranquilo de que apenas uma moeda gratificaria a heróica ação do almocreve que, por fim, recebe apenas um cruzado em prata – o que Brás ainda julga quantia exagerada (MORETTI, 2014, p. 151-152).

De acordo com Moretti (2014, p. 152), esses dois episódios tratam de “como remunerar o desempenho de alguém como o menor valor possível”, porém segundo lógicas de naturezas distintas. No caso do francês, não há sentimento envolvido na ação, ele julga o quanto deve dar a Lucien de acordo com uma avaliação objetiva que faz do valor de mercado do rapaz: se uma pessoa vive sob parcas condições, seu valor de mercado cai. No caso de Brás, não há objetividade na sucessão de impulsos que o levaram a decidir o quanto dar ao almocreve, “mas apenas aquela sujeição da realidade burguesa à arbitrariedade pessoal que Roberto Schwarz distingue como o cerne da obra de Machado: uma ‘vitória do capricho’ sem nenhuma ‘continuidade de propósito’” (MORETTI, 2014, p. 152).

A conclusão de Moretti em relação a Brás Cubas é passível de contestação, uma vez que a postura de gratificar alguém com a menor remuneração possível parece não estar necessariamente condicionada a uma classe de pessoas, mas antes a um apego material e, quiçá, à natureza humana.

Na abertura de *Razão e Sensibilidade* (1811), romance de Jane Austen, encontra-se situação que remete aos episódios de *Ilusões Perdidas* e *Memórias Póstumas* tomados aqui como exemplo.

No romance de Austen, a situação centraliza-se na família Dashwood: Henry Dashwood, casado, vive em uma pomposa propriedade chamada Norland Park e tem três filhas da atual esposa, além do filho de um casamento anterior: John Dashwood.

Ciente de portar uma doença que o levaria à morte, Henry chama seu filho – principal herdeiro de Norland Park, e pede-lhe que cuide dos interesses da madrasta e das irmãs, tendo em vista que aquelas mulheres estariam sujeitas a condições financeiras desfavoráveis depois da morte do patriarca.

Com sinceridade, John Dashwood promete ao pai fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para deixar as irmãs e a madrasta livres de privações:

Quando ele fez a promessa ao pai, pensava consigo mesmo em aumentar a fortuna das irmãs com um presente de mil libras para cada uma. Pensava, então, que isso seria justo. A perspectiva de quatro mil por ano, somados à renda que ele já tinha, além do que restava de sua metade da fortuna da mãe, aqueceram-lhe o coração e o tornaram capaz de generosidades. – “Sim, ele ficou de dar três mil libras: que bonito, que magnânimo! Seria o bastante para que vivessem perfeitamente tranquilas. Três mil libras! Ele poderia dispor de considerável quantia com a mínima inconveniência”. – Ele pensou nisso o dia inteiro, e por dias a fio, e não se arrependeu. (AUSTEN, 2012, p. 78)

Contudo, mal havia se passado o funeral de Henry, a esposa de John, Sra. Dashwood, instala-se como proprietária de Norland, “e a madrasta e as irmãs do marido [são] rebaixadas à condição de convidadas” (AUSTEN, 2012, p. 80). Em seguida, a Sra. Dashwood dá início a uma campanha junto ao marido visando dissuadí-lo do projeto de passar três mil libras às irmãs, sob o pretexto de que essa quantia faria falta para o seu filho no futuro, condenando-o “ao grau mais deplorável de pobreza” (AUSTEN, 2013, p. 80).

Diante da argumentação da esposa, John então entende que é justo reduzir a quantia pela metade, reservando quinhentas libras para cada uma de suas irmãs. Em seguida, conclui que as irmãs “não precisarão mesmo de ajuda” (AUSTEN, 2012, p. 82), pois herdarão dez mil libras para dividir entre as três com a morte da mãe. Além disso, imagina que as moças irão se casar bem e, ainda que isso não ocorra, “podem muito bem viver com o conforto dos juros das dez mil libras” (AUSTEN, 2012, p. 82).

Por fim, John conforta-se com a ideia de ajudar as irmãs em situações eventuais, sem cogitar valor estipulado ou qualquer tipo de regularidade:

“o que eu puder lhes dar eventualmente será muito mais útil do que qualquer pensão anual, pois seu estilo de vida se tornaria mais dispendioso se tivessem a certeza de contar com uma renda maior, e não estariam por conta disso nem um centavo mais ricas ao final do ano. Certamente será melhor assim. Um presente de cinquenta libras aqui e outro ali evitará que se aflijam por dinheiro, e creio que me desobrigará amplamente da promessa que fiz a meu pai”. (AUSTEN, 2012, p. 84)

Diferentemente do que se passa com Doguereau e com Brás Cubas, a reviravolta nas intenções de John é estimulada pela influência de um traço de personalidade externo ao seu, nomeadamente o egoísmo de sua esposa. Contudo, em última instância, a decisão de não repassar às irmãs a quantia inicialmente idealizada é sua, demonstrando que a vontade de partilhar parte da sua herança com as irmãs é mais débil do que o apego à totalidade das suas posses, ainda que as três mil libras fossem quantia pequena diante do patrimônio de John e que pudessem ser repassadas a elas, conforme narrado, “com a mínima inconveniência” (AUSTEN, 2012, p. 78).

De *O Mandarim* (1880), conto de Eça de Queirós, pode-se destacar situação de mudança de planos que lembra a postura de John. Porém, a passagem é protagonizada por Teodoro, personagem que, em comparação a Doguereau, Brás Cubas e John, não desfruta de condição financeira inicial confortável.

No início da narrativa, Teodoro apresenta-se na condição de funcionário medíocre em uma repartição pública, morador de um pobre pensionato lisbonense. Em termos financeiros, o burocrata recebe um salário que mal cobre as despesas de uma subexistência parca. Aos domingos, habitualmente Teodoro gasta seu tempo no próprio quarto, onde lê livros usados adquiridos à Feira da Ladra.

Um dia, de dentro de um desses livros, Teodoro vê sair um homem de chapéu e todo vestido de preto, que lhe convence a tocar uma campainha, matando um mandarim – Ti-chin-fú – remotamente. Esse assassinato rende a Teodoro toda a riqueza do chinês em forma de herança.

Depois desse episódio, a vida de Teodoro muda drasticamente. Ele deixa a pensão na Travessa do Carmo e passa a viver em um palácio no Loreto. Além disso, desfruta de todos os prazeres e do luxo que somente uma fortuna infindável seria capaz de pagar. Porém, desde a morte do chinês, ele é perseguido pela imagem do cadáver, a qual surge repousando sobre diversos móveis de sua casa. A recorrência dessas aparições, tira-lhe a paz.

Como forma de se livrar da culpa por ter matado o chinês, Teodoro decide viajar à China, com o projeto de descobrir a família de Ti-chin-fú e com ela partilhar os seus milhões, além disso, ele esbanja a riqueza em diversos atos de filantropia:

imaginava celebrar funerais pomposos ao Mandarin para lhe purificar a sombra errante; desejava ir pelas províncias famintas, fazendo colossais distribuições de arroz; e enfim, substituindo-me à personalidade extinta de Ti-chin-fu, restituir à sua família o conforto, ao seu bairro a tutela caridosa, à sua pátria a prosperidade. (EÇA DE QUEIRÓS in BERRINI, 1992, p. 128)

Todavia, uma vez na China, a figura de Ti-chin-fú não mais aparece para assombrar Teodoro, e a invisibilidade do Mandarin contribui para a extinção da angústia que lhe molestava por ter matado aquele oriental:

o aplacamento do remorso visível diminuía logo o desejo de expiação. Decerto o velho letrado estava fatigado de deixar as regiões além da campa, para se vir estirar sobre os meus móveis. Vira os meus esforços, o meu desejo de ser útil à sua prole, à sua província, à sua raça – e, satisfeito, acomodara-se sossegadamente para o seu sono eterno. E certamente eu nunca mais avistaria a sua pança amarela!... Ansiava por já me achar, tranquilo e livre de mandarins, no pacífico gozo do meu ouro, ao Loreto, dentro do meu palacete; ou no Boulevard, sorvendo o mel às flores da Civilização. (EÇA DE QUEIRÓS in BERRINI, 1992, p. 174)

Conforme é possível constatar, além da culpa, o que move Teodoro nesse projeto é muito mais o desejo de se livrar da “presença odiosa de Ti-chin-fú” (EÇA DE QUEIRÓS in BERRINI, 1992, p. 136) do que um gesto de bondade. Tanto é desta forma que a personagem retorna a Portugal tão logo se percebe livre da assombração de Ti-chin-fú.

Ao retomar Charles Grandet como exemplo, constata-se que a mesma personagem pode assumir posturas distintas diante do dinheiro, de acordo com a conveniência. Inicialmente, antes de o jovem saber do suicídio do pai, não era projeto seu viajar em direção às Índias. Conforme é sabido, o que impulsiona Charles a deixar a Europa é a falência do pai e a desonra que a pobreza agregaria ao seu nome.

Eugénie Grandet fica sabendo dos planos do primo por meio de cartas, e isso a motiva a repassar todas as suas economias ao rapaz. É também por meio das cartas que se pode notar que Charles preocupa-se com a sua imagem, conforme pedido feito a Alphonse em correspondência na qual o jovem providencia a quitação das suas dívidas em Paris: “evite tudo o que poderia comprometer a minha honestidade” (BALZAC, 2011, p. 129).

Particularmente em relação ao tesouro de Eugénie, ao invés de Charles simplesmente aceitá-lo na forma de um empréstimo, ele cede um valioso estojo de ouro à prima como garantia do ressarcimento das moedas da moça.

Em seguida ao retorno à Europa, sete anos desde a partida para as Índias, Charles remete a Eugénie uma carta com um cheque em anexo: “Anexo a esta carta um cheque para a casa Des Grassins de oito mil francos a seu favor, pagável em ouro, incluindo juros e capital da soma que a senhora teve a bondade de emprestar-me” (BALZAC, 2011, p. 198). Esta atitude mostra que Charles é capaz de cumprir um trato firmado, ao menos no que remete à devolução das moedas de ouro da prima.

Porém, no que se refere aos débitos do pai, a postura de Charles não é a mesma. Quando cobrado por Des Grassins, representante dos credores das dívidas paternas, esquiva-se:

– Os negócios de meu pai não são meus. Sou-lhe muito grato, cavalheiro, pelo trabalho que o senhor teve, mas que não será proveitoso para mim. Não amealhei quase dois milhões com o suor de meu rosto para ir despojá-los na cabeça dos credores do meu pai. (BALZAC, 2011, p. 194)

Questionado sobre o que faria em caso de ser declarada a falência do seu pai, Grandet mostra-se irredutível. Na concepção de Charles, diante do título que receberia em poucos dias (conde de Aubiron), a bancarrota do pai lhe seria indiferente: “o senhor sabe melhor do que eu que, quando um homem tem cem mil libras de renda, o pai dele nunca faliu” (BALZAC, 2011, p. 194). Nota-se, portanto, em Charles Grandet, a adoção de título nobiliárquico como estratégia de apagamento de faltas pretéritas, conforme abordado nesta tese, além da adoção de pseudônimo para desassociar o seu nome de práticas ilícitas.

Ao se retomar a observação à atuação de Basílio – especificamente no que diz respeito às motivações que o levaram a investir o mínimo possível em um ambiente para encontros íntimos com a prima, podem ser considerados diferentes fatores: Luísa vive e traja-se de modo vulgar, segundo parâmetros franceses adotados por Basílio.

Neste caso, pode-se admitir que o Paraíso foi eleito o lugar para os encontros conforme uma avaliação objetiva do valor que ele atribui à prima, de forma semelhante à que Moretti ilustrou com o caso de Doguereau. Como apontado por Mariani, Luísa fora vítima do sadismo do amante, que de forma recorrente a rebaixava, a humilhava, como forma de reafirmar a sua presunção de superioridade. Contudo, sua atitude não se resume a essa combinação de

sentimentos e comportamentos, ela é coerente com o caráter mesquinho, vulgar e egoísta que caracteriza a atuação de Brasília no desenrolar narrativo.

CONCLUSÃO

A passagem de Eça de Queirós como cônsul na ilha de Cuba foi breve, em comparação com o período em que o escritor ocupou o cargo no Reino Unido e na França. A intensa demanda de trabalho consular reservou-lhe pouco tempo para se dedicar a produzir literatura⁵³. Todavia, tudo indica que desde a chegada a Havana até pelo menos o ano de 1874 ele voltou suas atenções ao estudo dos meandros da emigração de diferentes povos para a América, provavelmente incentivado pela missão que lhe competia executar na então colônia espanhola.

Eça foi enviado a Cuba pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para averiguar situações de abuso às quais emigrantes chineses estavam sujeitos naquela ilha. Os asiáticos chegavam à América a partir de portos situados em Macau, então possessão portuguesa, e o fato de os chineses desembarcarem na América provenientes de um porto que estava sob gerência lusitana incumbia Portugal de zelar por aquela gente.

Eça de Queirós estudou a emigração de forma abrangente⁵⁴, e os resultados da sua investigação foram compilados e entregues ao ministério ao qual ele era subordinado, em novembro do ano de 1874, em forma de um relatório⁵⁵.

Desse relatório, retiram-se informações válidas para que se compreenda algumas escolhas autorais operadas por Eça de Queirós no que tange ao enredo de *O Primo Basílio*, por isso a pertinência de sua análise para esta tese.

As razões que levaram à colocação de um cônsul de carreira em Havana estavam ligadas à situação deplorável em que se encontravam em Cuba os chineses provindos de Macau que trabalhavam nas fazendas dos empresários espanhóis. Viviam naquela ilha mais de cem mil chineses que tendo emigrado através do porto de Macau, de acordo com o regulamento de emigração daquela nossa possessão, beneficiavam da proteção consular portuguesa. De acordo com a legislação cubana, os emigrantes asiáticos chegados a Cuba antes de 15 de fevereiro de 1861 findo o prazo de 8 anos, ficavam livres de trabalhar onde lhes aprouvesse, podendo solicitar no respectivo consulado a cédula de estrangeiro. (MAGALHÃES, 2000, p. 13)

⁵³ “De 20 de dezembro de 1872 a 30 de maio de 1873, Eça de Queirós está todo entregue aos problemas da emigração china. As cartas de então dizem-nos que foi mínima a sua atividade literária” (RÊGO in EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 12).

⁵⁴ Segundo Eça de Queirós, o relatório entregue ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal compreende apenas generalidades comerciais. No documento, Queirós faz uma apreciação de caracteres mais salientes da emigração anterior ao século XIX, destacando as marcas mais características da emigração a partir do século XIX, integrando ainda ao documento uma “história condensada de emigração” (EÇA DE QUEIRÓS apud RÊGO in EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 9).

⁵⁵ Não se sabia da existência deste relatório até a sua primeira publicação em livro, em 1979, ano em que foi adquirido em um leilão por Raul Rêgo (RÊGO, 1979, p. 7).

Porém, os fazendeiros espanhóis, sem qualquer determinação legal, criaram uma comissão de colonização, a qual se arrogava o direito de conceder informações prévias sobre os pedidos de cédulas de estrangeiros, e, de forma arbitrária, demorava ou se negava a fornecer tais informações. Essa situação submetia os chineses a uma condição delicada: ao fim dos oito anos de contrato de trabalho, restavam-lhes duas alternativas, aceitavam renovar os contratos ou eram obrigados a abandonar a ilha. “Para uns e outros a situação era de quase escravatura pois, findos os contratos, enquanto aguardavam a definição da sua situação, eram colocados em grandes barracões, sendo obrigados a trabalhar nas obras municipais sem qualquer remuneração” (MAGALHÃES, 2000, p. 14). Além do mais, a obtenção de cédulas do consulado português não lhes garantia condições favoráveis, uma vez que as autoridades cubanas, por vezes, caçavam tais documentos sob a acusação de serem falsos (MAGALHÃES, 2000, p. 14).

De acordo com Magalhães (2000, p. 14), durante os primeiros cinco meses em que Eça de Queirós esteve em Cuba, seus esforços para melhorar a condição dos chineses produziram resultados positivos, pois ele conseguiu regularizar a situação de muitos desses asiáticos, sendo inclusive presenteado pela comunidade chinesa com um castão de ouro em agradecimento ao apoio prestado junto ao governo da ilha.

Diante de um estudo detalhado, em seu relatório, Eça de Queirós não se manifesta de forma contrária à emigração. Segundo o escritor, a emigração é um fenômeno social, que aparece em todas as épocas. No Oitocentos, porém, segundo ele, esse fluxo de pessoas teria assumido contornos que o diferenciaram da emigração de épocas anteriores, tornando-se

individual, espontânea, livre, protegida por leis, organizada por associações, com causas puramente econômicas, com um fim meramente agrícola ou industrial, indo procurar nos países novos, – onde é atraída por toda sorte de concessões e de isenções – um destino melhor, é exclusivamente um fato do século XIX. (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 15)

Na abordagem eciana, a emigração do Oitocentos – universal, espontânea e livre – “é uma das forças da civilização contemporânea” (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 15). Para Eça de Queirós, com exceção da forma como os ingleses se estabeleceram na América do Norte, a emigração europeia para a América e Ásia não assumiu vocação civilizadora. Particularmente no caso português, “os que iam à China e à Índia não eram emigrantes, eram comerciantes” (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 20). Ou seja: a finalidade das viagens portuguesas para aqueles

destinos não era colonizar, mas negociar; o objetivo era encontrar o caminho mais rápido para se chegar à Índia e à China, “organizar a navegação até lá, assegurar o comércio produtivo daquelas colonizações, trazer as sedas, as especiarias, as pérolas, ter o monopólio, pela força das armas, desse tráfico opulento” (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 20).

Sobre a emigração para o Brasil, Eça sintetiza:

O mesmo impulso para o Brasil não teve o seu princípio colonizador: procurava-se ali apenas o ouro e as pedras preciosas; como as não encontravam, pensava-se em abandonar aquele vasto território, quando prevaleceu a ideia de o conservar como lugar de deportação para os condenados e para os judeus: a cultura da cana-de-açúcar pelos judeus foi o início da colonização regular. Assim os portugueses não foram nunca emigrantes colonos, foram simples comerciantes: as suas viagens são comerciais; os seus estabelecimentos não são colônias propriamente ditas, são uma espécie de *comptoirs* defendidos por fortalezas; nasceram do instinto comercial, não do trabalho colonizador. (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 21-22)

Referindo-se ao século XIX, a abordagem de Eça aponta para um entendimento que se desalinha dos posicionamentos trazidos ao debate nesta tese, como os de Eduardo Tavares, de Francisco Gomes de Amorim e até de Ramalho Ortigão: na visão queirosiana, no século XIX, a emigração passou a ser espontânea e refletida. Segundo Eça, à época colonial, a emigração não era organizada, o migrante não tinha acesso a informações e aquelas pessoas que chegavam ao destino sozinhas e desamparadas eram assoladas por “todas as misérias” (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 34), mas “hoje a emigração é um ato fácil, seguro, barato, que o emigrante pode preparar tranquilamente como qualquer trabalho” (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 34). Ele completa:

O mundo transatlântico está organizado e policiado: os transportes são acessíveis a todas as bolsas, rápidos e seguros; as viagens para os portos de embarque são perfeitas: as informações profusamente espalhadas, habilitam o emigrante a conhecer os países do seu destino em todas as suas particularidades geográficas, climatéricas, econômicas e industriais, a saber-lhe o custo de vida, a taxa do salário, o preço das terras: associações protetoras, agências de emigração facilitam todos os passos: os governos velam pela legalidade dos contratos, pela perfeição dos transportes: utensílios, mobílias obtêm-nos por preços mínimos e rapidamente: o sistema de hospedagem e de depósito é completo. (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 34-35)

Conforme se pode notar, a descrição de Eça sobre as condições de transporte e de instalação no destino disponíveis aos candidatos à emigração em nada se parecem com os relatos daqueles que se propuseram a denunciar a exploração de colonos portugueses no Brasil, conhecida como escravatura branca.

Quando Queirós se refere às associações protetoras e às agências de emigração como facilitadoras do processo, bem como quando afirma que os governos velavam pela legalidade dos contratos, passa ao largo das denúncias incorporadas às críticas à emigração que se fizeram presentes na imprensa, em crônicas, na política, em relatórios e especialmente na ficção. Sem perder de vista que o referido relatório não foi escrito com fins de publicação, tampouco que Eça de Queirós o redigiu na condição de diplomata, o teor do documento leva a refletir sobre o tratamento dado a Basílio enquanto emigrante em *O Primo Basílio*.

Supondo que Eça de Queirós tivesse aproveitado a passagem de Basílio pelo Brasil para abordar a condição do emigrante de forma mais abrangente, permitindo que o enredo do romance se inserisse entre as obras de ficção que se dispuseram a tratar da escravatura branca, por exemplo, ele assumiria o risco de se enredar em polêmicas que provavelmente repercutiriam na sua ocupação de cônsul.

Ao mesmo tempo, da forma como Queirós se posicionou enquanto romancista – filiado aos ideais realistas, interessado em não ocultar nada do leitor – já não lhe cabia manter postura isenta diante de assuntos nevrálgicos da política portuguesa. Portanto, qualquer que fosse o posicionamento público de Eça de Queirós diante do tema da emigração geraria repercussões na sua tarefa de escritor ou no trabalho consular.

Se, por exemplo, Eça de Queirós se propusesse a entrar no debate ao lado dos denunciantes da escravatura branca – como Gomes de Amorim –, provavelmente sentiria os efeitos perante o governo português, a quem, dada a sua atuação na esfera pública, devia subserviência. Da mesma forma, tudo indica que ele enfrentaria conflitos perante seus pares ficcionistas caso tivesse tirado proveito do seu romance para fazer o contrário: esvaziar as queixas dos colegas em relação à aparente omissão do governo lusitano face às denúncias de exploração.

Não é redundante lembrar que esse relatório foi entregue ao Ministério dos Negócios Estrangeiros no mesmo ano em que as *Farpas* de Ortigão cederam espaço à discussão dessa temática, conforme detalhado no capítulo 4 – e esta *Farpa* integra um debate que estava em andamento na década de 1870, incluindo um texto prévio de Ramalho Ortigão (de 1872), o prefácio de *Aleijões sociais* e a intervenção de Alexandre Herculano sobre o assunto.

Na ótica de Eça de Queirós, em abordagem genérica à emigração, poucos governos europeus abriram mão de usar o incentivo à saída de sua população para territórios estrangeiros

como alternativa para a pobreza. “Para o proletário a emigração é a solução natural da miséria; para o Estado é o remédio do pauperismo”⁵⁶ (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 35).

Na visão eciana, tal artifício empregado pelos Estados com fins de reduzir a pobreza, contudo, era inútil, ineficaz e antipolítico, uma vez que não resolvia as dificuldades da indústria, e só muito indiretamente diminuía o pauperismo, “mas os fatos são estes: todos os governos, ainda os mais hostis à emigração a têm empregado como medida administrativa nas crises de miséria” (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 35).

No referido relatório, Eça de Queirós apresenta um levantamento da saída de populações europeias e leva em conta diferentes povos: ingleses, franceses, alemães, suíços, escandinavos, holandeses, belgas, italianos, russos, espanhóis e portugueses. No que diz respeito a Portugal, o autor se exime de detalhar o assunto, mas nem por isso deixa de fazer uma alusão a particularidades do Brasil:

O estado da emigração em Portugal é um assunto muito interessante para que se possa resumir nesta síntese didática dos emigrantes da Europa; pelas suas proporções, pelas suas consequências e condições, pela sua influência na organização do trabalho nacional, pelas relações comerciais que estabelece com o Brasil, pelos mesmos vícios da sua organização, merece um estudo aplicado, experimental, crítico e econômico, e não uma simples indicação condensada. (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 70-71)

Curioso observar que as palavras de Eça apontam para sua lucidez perante a existência de uma complexidade de facetas envolvendo a emigração portuguesa para o Brasil. A postura de Eça estabelecendo contraste com as críticas à emigração portuguesa para o Brasil, inclusive parecendo responder às questões levantadas por aqueles intelectuais, fica mais evidente conforme o seu relatório se aproxima da conclusão. Para o romancista, a emigração não causava a perda de braços, tampouco a perda de capital: “é pelo contrário um aproveitamento de forças e uma origem de capitalização” (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 90).

⁵⁶ A Itália e a Alemanha, por exemplo, valeram-se desse expediente, antes e depois de suas respectivas unificações. As duas nações incentivaram a saída das suas populações dos seus territórios como uma forma de minimizar dificuldades socioeconômicas enfrentadas. A emigração na Itália, após sua unificação, em 1871, tornou-se um fenômeno social, e o contingente de emigrantes daquele lugar só veio a diminuir no século XX, como um reflexo das Grandes Guerras. Os motivos que levaram os alemães a deixarem sua terra natal não são muito diferentes daqueles que impulsionaram os italianos a seguirem o mesmo caminho, e o movimento também sofreu intensificação na pós-unificação do território germânico. Em ambos os casos, os colonos que deixaram a Europa pertenciam às classes mais humildes que, despossuídos de terra em solo europeu, dedicaram-se ao labor da lavoura nas abundantes zonas rurais dos seus lugares-destino (GOUVEIA, 2011).

A respeito do clima, Queirós defende que o clima sul-americano tem uma reputação exagerada de insalubridade, e atribui a difusão desse estigma às queixas comuns de um determinado tipo de migrante que chegava às Américas: na visão queirosiana, para as agências, em termos financeiros, a lucratividade era a mesma para transportar um emigrante para o Brasil, quer ele fosse robusto ou fraco. Contudo, as agências encontravam mais facilidade para recrutar os fracos, remetendo “geralmente expedições de criaturas débeis ou fatigadas, incapazes de lutar contra os perigos da aclimatação”, o que contribuía para que as colônias americanas se tornassem incapazes de estabelecer prosperidade contínua e segura (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 109).

Mais uma vez tratando do Brasil de forma particular, Eça demonstra certo conhecimento em relação ao clima local, mas a descrição que ele apresenta do quadro político-social brasileiro novamente carrega informações que destoam do ponto de vista de outros comentadores:

No Brasil as condições variam porém: a tranquilidade política tem deixado todo o vagar da paz ao comércio e à agricultura: a segurança individual é maior, a justiça mais imparcial; não há hostilidade contra os estrangeiros, nem contra as diferentes regiões: o clima do sul é temperado e higiênico; – o grande defeito existe na organização do trabalho. Além do trabalho dos negros, que afasta inevitavelmente o trabalho europeu, o sistema de parcerias, – que foi até há pouco o principal sistema de economia rural no Brasil, – era uma contrariedade ao êxito das colonizações, e afastava os elementos emigrantes. (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 109-110)

Para Eça de Queirós, o sistema de parcerias consistia um modelo de exploração da agricultura em que o proprietário de terras fornecia a terra e os instrumentos ao colono. Em troca, o colono concedia a sua força de trabalho e, ao fim, os produtos resultantes do cultivo eram divididos igualmente entre as partes:

E esse contrato – em si excelente, e que convém aos países em que os emigrantes que não têm capital para serem proprietários por conta, – foi sempre no Brasil uma causa de desinteligências, entre os colonos e os proprietários, que embaraçavam toda a propriedade. (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 110)

Os motivos da desavença partiam dos dois lados: da parte dos proprietários, a queixa era de que os colonos portugueses trabalhavam pouco e produziam menos do que se conseguia obter da terra por meio do trabalho dos negros; os colonos, por sua vez, queixavam-se de serem

injustiçados na partilha dos benefícios, pois eram descontadas as despesas caríssimas com a viagem de Portugal para o Brasil e, além disso, esses trabalhadores eram obrigados a consumir produtos dos armazéns das fazendas em que viviam, e tais produtos lhes eram vendidos a preços abusivos⁵⁷ (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 110-111).

Nota-se, portanto, que a abordagem de Eça de Queirós sobre a migração de colonos portugueses para o Brasil é menos combativa do que a dos demais textos comentados nesta tese. Além disso, o escritor não entra na discussão que envolve o transporte dos seus compatriotas para o Brasil, sobretudo nas que tratam das denúncias sobre as supostas irregularidades envolvendo cônsules, agências de viagem, engajadores e proprietários das fazendas diante dos contratos de trabalho disponíveis aos colonos. Essa postura esquivada provavelmente foi a solução encontrada pelo autor visando à autodefesa, conforme ensaiado anteriormente.

Subliminarmente, permite entender que Eça não era contrário às expedições migratórias para o Brasil, inclusive com ele propagandeando o território como uma região tranquila, justa e segura, onde o estrangeiro não era alvo de hostilidades – concepção que também estabelece contradição com o apontado por Ramalho Ortigão nas *Farpas* de dezembro de 1872 e de novembro de 1874⁵⁸.

A propósito de Basílio, entende-se que esta personagem – apesar de ter migrado para o Brasil – não segue o estatuto do emigrante engajado, que ganhou evidência tanto nos debates políticos quanto em textos artísticos da segunda metade do Oitocentos, e isso pode ser encarado também como uma forma de Eça se afastar da representação largamente utilizada pelos escritores românticos, como Camilo Castelo Branco. Conforme postulado aqui, Basílio é uma figura criada em aproximação com Charles Grandet de Balzac, o que significa dizer que ele segue um conjunto de regras diferente do utilizado para ilustrar o migrante minhoto oitocentista que atravessava o oceano em busca de riqueza.

⁵⁷ Em *A Selva*, de Ferreira de Castro, romance de 1930, o endividamento dos seringueiros é bem caracterizado. A narrativa tem muitos pontos de contato com a biografia do autor. Alberto é protagonista da trama, um português monarquista que, aos 26 anos, após a implantação da república em Portugal, vê-se forçado a emigrar, escolhendo o Brasil como destino. Estabelece-se no norte do país, e é engajado para trabalhar nos seringais, às margens do Rio Madeira. Naquele lugar, vive em situação de extrema pobreza e é subjugado pelo seu empregador – Juca Tristão – a quem está preso devido dívidas contraídas na sua casa aviadora e também referentes às custas da viagem que o levou àquele local.

⁵⁸ Em ambos os textos, Ramalho Ortigão aponta para a hostilização do colono português pela comunidade brasileira. Tendo em vista os desdobramentos por causa da sua vinculação com polemistas, como a suposta nomeação para o cargo de cônsul português no Brasil em virtude de ter sido apontado como chefe do Partido Republicano Português, não parece equivocado admitir que a opinião contrastante de Eça – especialmente com o pensamento de Ramalho Ortigão – também tenham sido uma tentativa sua de se desassociar de posicionamentos divergentes aos do governo português.

Em “De cortiço a cortiço”, Antonio Candido postula que *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, foi inspirado em *L'assomoir*, de Émile Zola. Segundo essa premissa, o texto brasileiro seria uma derivação do francês e, portanto, o esforço do autor brasileiro de reproduzir e interpretar a realidade que o cercava. Conforme Candido, sob esse aspecto, o Aluísio de Azevedo “elaborou um texto primeiro” (CANDIDO, 1991, p. 112).

Texto primeiro na medida em que filtrou o meio, texto segundo na medida em que vê o meio com lentes tomadas de empréstimo, *O Cortiço* é um romance bem realizado e se destaca na sua obra, geralmente medíocre, pelo encontro feliz dos dois procedimentos. Se pudermos marcar alguns aspectos desta interação talvez possamos esclarecer como, em um país subdesenvolvido de um mundo ficcional coerente sofre de maneira acentuada o impacto dos textos feitos nos países centrais e, ao mesmo tempo, a solicitação imperiosa da realidade natural e social imediata. (CANDIDO, 1991, p. 112)

Pode-se dizer que, em certa medida, vinculação semelhante está presente em *O Primo Basílio* em relação à observação da realidade de Portugal. Segundo Sérgio Mariani, este romance extrapola aquilo que é tomado como objetivo primordial da escola realista, que é a representação ficcional amparada no real:

Com perspicácia incomum, esta obra abarca questões oitocentistas extremamente complexas, como, por exemplo, os modos e graus de dominação masculina e reação feminina, o embate entre cultura periférica (portuguesa) e cultura central (sobretudo a francesa) e a existência de estruturas sociais de prestígio e poder altamente hierarquizadas; estruturas sociais edificadas a partir de uma rede de valores em relação à qual a burguesia, de um modo geral, mostrava-se não apenas subserviente, como também dependente. (MARIANI, 2010, p. 7)

O embate entre a cultura dominante e a cultura periférica está bem caracterizado em *O Primo Basílio*, da mesma forma que o apontamento de Candido sobre *O Cortiço* ser um romance gerado seguindo um modelo francês de observação, refletindo o impacto causado por textos produzidos em nações centrais.

A admiração de Eça de Queirós aos modelos franceses, como os romances de Balzac e de Flaubert, é evidente e declarada, e foi além do simples aproveitamento de episódios de romances produzidos na França. Da mesma forma que apontado por Candido a propósito da composição de *O Cortiço*, Eça de Queirós filtrou o seu meio com lentes tomadas de empréstimo de autores de nações centrais, imprimindo no enredo do seu romance de adultério uma faceta da realidade econômica portuguesa contemporânea à obra.

Thomas Piketty apoiou-se em escritores oitocentistas como fontes para seu estudo sobre o capital. Metodologicamente, o economista se valeu do panorama ficcional ilustrado em romances de escritores franceses e ingleses como uma das bases para entender a relação estabelecida entre indivíduos e o seu poder financeiro, bem como os seus desdobramentos. Em certa medida, a metodologia de Piketty foi aplicada nesta tese, uma vez que mudanças importantes no destino de Basílio estão diretamente ligadas a questões de ordem monetária: ele migra para o Brasil em consequência da ruína dos negócios do pai (e também para não honrar suas dívidas), volta à Europa após reunir fortuna e as duas aparições suas em retorno a Lisboa no desenrolar do romance são motivadas por jogadas financeiras.

Segundo Piketty, os romances de Jane Austen e de Honoré de Balzac fornecem um retrato da distribuição da riqueza no Reino Unido e na França entre os anos 1790-1830. Para Piketty, esses autores conseguiram retratar essa faceta da sociedade porque conheciam intimamente a hierarquia da riqueza no contexto em que viviam. No que se refere à representação, Austen, Balzac e seus contemporâneos “desnudaram os meandros da desigualdade com um poder evocativo e uma verossimilhança que nenhuma análise estatística seria capaz de alcançar” (PIKETTY, 2014, p. 10).

Na esteira da metodologia de Piketty, admite-se que Eça de Queirós, em *O Primo Basílio*, registrou meandros da acumulação de capital em Portugal de uma forma, ao que tudo indica, inédita, tanto na literatura portuguesa quanto na literatura brasileira.

A propósito da representação de “brasileiros” na literatura portuguesa, nas investigações feitas para a elaboração desta tese, não foram encontrados migrantes com passagem pelo Brasil que pertencessem originalmente à burguesia, residindo nesse aspecto pelo menos um ineditismo.

No que diz respeito à literatura brasileira, Candido concebe que *O Cortiço* narra a ascensão financeira do taverneiro português João Romão que se dá principalmente mediante a exploração do “cortiço, do qual tira o máximo de lucro sob a forma de aluguéis e a venda de gêneros” (CANDIDO, 1991, p. 113). Candido postula que a carreira do taverneiro tem um caráter de paradigma, inclusive por causa da reação que a constituição de sua fortuna causa nos brasileiros àquela época, importando a esta tese o pioneirismo para o qual o crítico brasileiro chama a atenção:

Aliás, Aluísio foi, salvo erro meu o primeiro dos nossos romancistas a descrever minuciosamente o mecanismo de formação da riqueza individual. Basta comparar o seu livro com as descrições sumárias de Macedo, Alencar ou Machado de Assis, nos quais o dinheiro aparece com frequência, mas adquirido por herança, dote ou outra coisa fortuita. (CANDIDO, 1991, p. 115-116)

Observando as personagens oitocentistas da literatura portuguesa que compõem a argumentação desta tese – considerando as que se tornaram ricas em passagem pelo Brasil –, nota-se que a explicação para o seu acúmulo de capital enquadra-se em pelo menos uma das seguintes justificativas: tráfico humano, exploração do trabalho escravo, mediante negócios obscuros (não esclarecidos), por meio de uma combinação de vários crimes (como falsificação de moeda, estelionato, apropriação indevida de bens) ou por dote. Com exceção desta última, as demais podem ser classificadas como ilegais. O ineditismo da composição de Basílio, portanto, reside também em ele ter viajado para o Brasil e ter amealhado fortuna na América a partir de uma prática legal, ainda que envolta em uma aura de polêmica e com cariz de jogo: a especulação financeira do mercado de ações.

Conforme Piketty, nas narrativas dos séculos XVIII e XIX, o dinheiro estava por toda parte, não apenas enquanto uma força abstrata, mas como uma grandeza palpável e concreta. A presença das fortunas nesses romances é uma forma usada pelos autores para possibilitar que os leitores percebessem o nível social das personagens (PIKETTY, 2014, p. 109). Além disso, tanto na França do início do século XIX quanto no tempo da *Belle Époque*

o trabalho e os estudos não permitiam que se chegasse ao mesmo nível de vida que a herança e as rendas do patrimônio. Essa realidade é bastante evidente para qualquer um, tanto que Balzac não precisa convencer o leitor com estatísticas representativas, com décimos ou centésimos de distribuição de renda cuidadosamente definidos. (PIKETTY, 2014, p. 236)

Em outras palavras, bastava aos autores oitocentistas descreverem as fortunas de suas personagens para que uma série de inferências de leitura fosse agregada ao texto, por exemplo: era suficiente que uma personagem fosse caracterizada como abastada para que se compreendesse que o seu patrimônio era proveniente de sua renda ou de herança, não do trabalho.

No que tange ao enredo de *O Primo Basílio*, a falência de João de Brito e o envio do filho ao Brasil são informações que remetem automaticamente ao imaginário de Brasil como terra de oportunidades. E a nação destino aponta para a quase obrigatoriedade de um retorno de

Basílio obedecendo a uma destas duas condições: “brasileiro” ou “abrasileirado” (mão-furada). Basílio voltou do Brasil afortunado: portanto, é um “brasileiro”. No contexto da publicação do romance, é coerente pensar que a personagem não poderia ter amealhado riqueza na América do Sul mediante o trabalho. Conforme exemplos do enredo de *O Primo Basílio*, as figuras que estudaram e que trabalham – como Jorge e Julião – não atingem opulência financeira, ao contrário, vivem em condições medíocres.

Voltando a um ponto do entendimento de Eça de Queirós sobre a emigração, chamou-se a atenção para o fato de ele entender esse processo migratório como uma “força de capitalização” (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 90). Além disso, Eça afirma que a “emigração hoje não é encarada como recurso extremo, desgraçado, que é necessário aceitar resignadamente quando todos os outros meios de melhorar a existência são ineficazes: a emigração é olhada como um meio de fortuna igual aos outros” (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 37). Em seguida, o romancista aponta: “A emigração hoje, – e em Portugal vemos esse exemplo, – é um fim para o qual desde o colégio se preparam educações” (EÇA DE QUEIRÓS, 1979, p. 38).

Sempre com abordagem voltada a explicar o funcionamento da economia da Inglaterra e da França, Piketty aponta para a importância do capital externo àquelas nações. Segundo ele, o capital externo seguiu uma evolução bastante singular naqueles locais, acompanhando a história do colonialismo tanto inglês quanto francês. A importância das posses externas tornou-se maior a partir dos anos 1750-1800, o que está ilustrado nas propriedades que Sir Thomas – de *Mansfield Park* – mantinha nas Antilhas (PIKETTY, 2014, p. 121).

No século XIX, a acumulação de ativos britânicos atingiu níveis que não foram ultrapassados até os dias atuais, sendo a forma encontrada pelos governos do Reino Unido e da França para sustentar o déficit comercial estrutural no fim do século XIX e início do século XX. “Entre 1880 e 1914, esses dois países recebiam do resto do mundo bens e serviços cujo valor era bem superior ao dos que eles próprios exportavam” (PIKETTY, 2014, p. 122).

Refletindo sobre as afirmações de Piketty e tendo em vista a condição econômica de Portugal, compreende-se que o quadro financeiro da nação lusitana era ainda mais crítico do que o do Reino Unido e da França. Portugal sequer possuía uma indústria com poder para concorrer no mercado externo. Além disso, não contava com possessões em território exterior que lhe fossem tão produtivas ao ponto de capitalizar, conforme ocorria na França e na Inglaterra.

Restava à nação lusa aproveitar-se do elo que seu povo ainda mantinha com o Brasil e daqui retirar os recursos financeiros que aliviariam a crise econômica em que o território estava submerso. E tal solução abasteceu sobretudo o norte português (núcleo financeiro nacional) de capitais durante várias décadas.

Nesse contexto, Basílio teria participado de forma ativa caso tivesse seguido a trajetória de diversos migrantes portugueses, tanto da ficção quanto da história lusitana, que investiram seus vultosos capitais na sua terra natal tão logo regressaram à Europa. Porém, a personagem faz chacota dos lisboetas, ecoando o discurso de Eça de Queirós publicado nas *Farpas*, quando comenta a reação do lisbonense que não migrou perante os “brasileiros”:

Quando vês o brasileiro chegar dos Brasis, estalas em pilhérias: – e se ele nunca de lá voltasse com o seu bom dinheiro, morrerias de fome! Por isso tu – que em conversas, entre amigos, no café, és inesgotável a troçar o brasileiro – no jornal, no discurso ou no sermão, és inexaurível a glorificar o brasileiro. Em cavaqueira é o *macaco*; na imprensa é o nosso *irmão de além-mar*.

Brasileiro amigo, queres tu por teu turno rir do lisboeta? A esse colete verde, que tanto te escarnecem, fecha bem as algibeiras. (RAMALHO ORTIGÃO; EÇA DE QUEIRÓS, 2008, p. 117-118)

A atitude de Basílio, portanto, estabelece nexos com o perfil calhorda que Eça de Queirós desejou imprimir na personagem. A sua canalhice não estava em vir ao Brasil a fim de juntar fortuna a qualquer preço, mas sim em não investi-la em Portugal. E, como se não bastasse, ele ainda submete compatriotas à sua rapinagem, uma vez que a sua volta a Lisboa é movida pelo interesse de se livrar das ações, as quais classifica como empecilho, pois eram uma forma de capital em vias de desvalorização.

No que tange à passagem de Basílio pelo Brasil, entende-se que Eça de Queirós, ao compor o romance, precisava lançar mão de um destino que possibilitasse à personagem enriquecer a partir de uma estratégia compatível com o seu caráter – o que significa dizer que a mudança de *status* econômico de Basílio não poderia se dar por meio do trabalho⁵⁹.

Sendo assim, partindo dos exemplos trazidos a esta tese sobre as formas de acumulação, nota-se que existia no Brasil uma estrutura de funcionamento na qual grandes fortunas eram formadas a partir de práticas ilegais, prioritariamente. No caso de atividades que eram realizadas sob os ditames da lei, como o cultivo do tabaco, a acumulação de capital não

⁵⁹ A calça branca de Basílio na fotografia enviada do Brasil à prima é detalhe que reforça a hipótese de Basílio não ter sido trabalhador no Brasil.

se dava com a plantação em si, mas por meio da combinação da venda do fumo refugado na Europa com práticas ilícitas, como a burla ao sistema fiscal e o emprego do produto na condição de moeda financiadora do tráfico ilegal de escravos em diferentes portos atlânticos.

Por fim, quando, por meio de um anúncio de jornal, anuncia-se a chegada de Basílio a Lisboa, portando fortuna resultante de um honrado trabalho, constatam-se tanto a hipocrisia da imprensa portuguesa diante do “brasileiro” – assinalada nas *Farpas* – quanto a ironia eciana em relação ao Brasil. Por fim, lembrando a correspondência de Eça a Teófilo Braga, em que Queirós admite estranhar o entendimento de que a ascensão econômica de Basílio deveria tê-lo moralizado, o romancista afirma: “era um pulha antes [de ir para o Brasil], um pulha pobre – depois tornou-se um pulha rico” (EÇA DE QUEIRÓS, 1997, p. 303). Logo, a estada no Brasil não corrompe o caráter de Basílio, ele não se desmoraliza em virtude de ter migrado para o território brasileiro, visto que ele era imoral antes. Ademais, dado o imaginário inaudito de o Brasil ser o lugar da contravenção, não é o ambiente brasileiro que faz com que Basílio se torne um mau caráter, é o fato de ele ser mau caráter que determina a sua escolha de migrar para este local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Luís Alberto Marques. “O Brasileiro: Ausência e Presença no Portugal Oitocentista”, in PORTUGAL, Comissão para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os Brasileiros de Torna-Viagem*, Lisboa, 2000, p. 41-55.

ALVES, Jorge Fernandes; FERREIRA, M. Fernanda V.; MONTEIRO, M. do Rosário C. “Imigração galega na cidade do Porto (2ª metade do século XIX). In *Revista da Faculdade de Letras-História*, II série, vol. IX, Porto, p. 215-236.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Tese (Doutorado). Universidade do Porto, 1994.

_____. “O ‘brasileiro’ oitocentista: representações de um tipo social. In VIEIRA, Banedicta Maria Duque (org.). *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no Século XIX*. Lisboa: ISCTE (C.E.H.C.P.), 2004, p. 193-199.

_____. *Brasil, terra de esperanças: utopia e realidade na emigração portuguesa*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi, 2007.

_____. *História do Porto: o progresso material, da Regeneração aos sinais de crise*. Matosinhos: QN, 2010.

_____. “Percurso de um brasileiro do Porto – O Conde de Ferreira”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, Universidade do Porto, II série, vol. 9 (1992), p. 199-214.

AMORIM, Francisco Gomes de. *Aleijões Sociais*. Lisboa: Tipografia Universal, 1870.

_____. *Ódio de Raça/O Cedro Vermelho*. Braga: Angelus Novus, 2000.

ANDRADE, Anselmo de. *Portugal econômico, theorias e factos*, Tomo I. Coimbra: França Amado, 1918.

_____. *Portugal econômico*. Lisboa: Manuel Gomes Editor, 1902.

ANDRADE, Manoel Pereira de. *Amazônia, seringueiros, recursos, mercado e direitos*. Tese de doutorado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

ANTUNES, João Carlos da Silva Jorge. *A bolsa de valores de Lisboa e a crise bancária de 1876*. Dissertação de Mestrado. Lisboa School of Economics & Management, Lisboa, 2013.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. *A emigração portuguesa, suas origens e distribuição*. Amadora: Biblioteca Breve, 1983.

_____. *A emigração portuguesa: características e perspectivas recentes*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1986.

_____. “O ‘brasileiro’ oitocentista: representação de um tipo social”, in Vieira, Benedicta Maria Duque (org). *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*. Lisboa: ISCTE (C.E.H.C.P), 2004, 2004, p. 193-199.

AUERBACH, Erich. *Mimesis*. Trad. Equipe da Perspectiva. São Paulo: Perspectiva, 1971.

AUSTEN, Jane. *Mansfield Park*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Penguin, 2014.

_____. *Razão e sensibilidade*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Penguin, 2012.

BALZAC, Honoré de. Trad. Ivone C. Benedetti. *Eugénie Grandet*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

_____. *O Pai Goriot*. Trad. Celina Portocarrero e Ilana Heineberg. Porto Alegre: L&PM, ano.

BAPTISTA, Abel Barros. *Futilidade da novela*. São Paulo: Unicamp, 2012.

BARATA, José Oliveira. *História do teatro português*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

BERRINI, Beatriz. *O mandarim*. Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

_____. (org.). *Eça e Machado*. São Paulo: Educ, 2005.

_____. “Eça de Queirós: precursor da realidade”. In BERRINI, Beatriz (org.). *Eça e Machado*. São Paulo: Educ, 2005.

BRAGA, F. J. Da Costa. *Paulo e Maria ou A escravatura branca*. Poço do Borratem: Tipografia de Leal & Cia, 1859.

BRONTË, Charlotte. *Jane Eyre*. Trad. Heloisa Seixas. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém – 1870-1920)*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2006.

CAPELA, José. *Conde de Ferreira & C^a: traficantes de escravos*. Porto: Afrontamento, 2012.

CARVALHO, José Rodrigo da Costa. *O Brasil na vida e na obra de Francisco Gomes de Amorim*. Dissertação (Mestrado). Universidade do Porto, 1998.

CARVALHO Jr., José Joaquim de. *Estranguladores no Pará*. Porto: Tipografia de Bartolomeu H. de Moraes, 1876.

_____. *Os engajadores*. Porto: Tipografia de António José da Silva, 1877.

CASARIN, Rosália. *Caracterização dos principais vetores de degradação ambiental da bacia hidrográfica Paraguai/Diamantino*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Onde está a felicidade?* Porto: Cruz Coutinho, 1860.

_____. *Um homem de brios*. Porto: Cruz Coutinho, 1869.

_____. *Memórias de Guilherme do Amaral*. Lisboa: Manoel Antonio de Campos Jr., 1863.

_____. *Maria, não me mates que sou tua mãe!/O Cego de Landim*. São Paulo: Giordano, 1991.

CASTRO, Armando de. *O pensamento econômico no Portugal moderno*. Amadora: Instituto da Cultura Portuguesa, 1980.

CASTRO, Tiago. *Reconstituição histórica da Escola Conde de Ferreira de Espinho*. Espinho: Espinho, 2006.

CASTRO ALVES, Dário Moreira de. “O cego de Landim e a falsificação do dinheiro brasileiro”. In *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo CXIII, n. 113, p. 233-235, 1999.

CATANI, Afrânio Mendes. *O Que é Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAVALCANTI, Paulo. *Eça de Queiroz agitador no Brasil*. Lisboa: Livros do Brasil, 1972.

CESAR, Guilhermino. *O brasileiro na ficção portuguesa: o direito e o avesso de uma personagem-tipo*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, Ltda., 1969.

CERVO, Amado Luiz. *Depois das caravelas, as relações entre Portugal e o Brasil: 1808-2000*. Brasília: UnB, 2000.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Francisco Félix de Sousa, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

CRUZ, Duarte Ivo. *História do Teatro Português: o ciclo do Romantismo (do Judeu ao Camilo)*. Lisboa: Guimarães Editores, 1899.

CUNHA, Maria do Rosário. *A inscrição do livro e da leitura na ficção de Eça de Queirós*. Coimbra: Almedina, 2004.

DEFOE, Daniel. *As aventuras de Robinson Crusóé*. Trad. Albino Poli Jr. Porto Alegre: L&PM, 2008.

DINIS, Júlio. *Uma Família Inglesa*. Lisboa: Europa-América, 1977.

_____. *A Morgadinha dos Canaviais*. Lisboa: Europa-América, 1977.

_____. *O Espólio do Sr. Cipriano*. In *Serões da província*, vol. II, pdf, s/e, s/a.

EÇA DE QUEIRÓS, José Maria Eça de. *O primo Basílio*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

_____. *O Primo Basílio*. São Paulo: Moderna, 1995.

_____. *O Crime do Padre Amaro*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

_____. *Os Maias*. Lisboa: Livros do Brasil, 2013.

_____. *A Ilustre Casa de Ramires*. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. Trad. MF. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Polisystem Studies. In Poetics Today. Disponível em www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/ez-pss1990.pdf. Acesso em 15/03/2014.

_____. *Teoria dos polissistemas*. Trad. Luís Fernando Marozo; Carlos Rizzon; Yanna Karlla Cunha. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/translatio/article/viewFile/42899/27134>. Acesso em 10/03/2015.

FARO, Arnaldo. *Eça e o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

FERREIRA, Joaquim. *O conde de S. Bento*. Porto: Livraria Infante de Sagres, 1964.

FRANCHETTI, Paulo. “O primo Basílio e a batalha do Realismo no Brasil”. In BERRINI, Beatriz (org.). *Eça e Machado*. São Paulo: Educ, 2005.

FREELAND, Alan. *O leitor e a verdade oculta: Ensaio sobre Os Maias*. Trad. José Moura Carvalho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

GASPAR, Sofia. *La novela como conocimiento social: El primo Basilio de Eça de Queirós*. Tese de doutorado. Universidade Complutense de Madrid, 2005.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GLEDSON, John. Machado de Assis e Eça de Queiroz: a crítica de 1878 e a internacionalização do romance. In BERRINI, Beatriz (org.). *Eça e Machado*. São Paulo: Educ, 2005.

GOMES, Amanda Barlavento; CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. “Tráfico de escravos e política pernambucana, 1817-1831”. In *Anais do XIX Simpósio Nacional de História: História e cidadania*, Belo Horizonte, 1997.

GOMES, Horieste. “América: desenvolvimento ou exploração colonial e neocolonial”, in *Boletim Goiano de Geografia*, vol. 14, nº 1, jan./dez. 1994.

GONÇALVES, Paulo Cesar. “À sombra da lei. Notas sobre a política de emigração em Portugal (1850-1920). In SOUSA, Fernando de, e cols. *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: Fronteira do Caos, 2011, p. 469-491.

GRAÇA, Mario Quantin. “Eça de Queirós em Havana”, in *70 anos de Cultura*. Disponível em: <http://e-cultura.blogs.sapo.pt/170399.html>. Acesso em 10/10/2015.

HENRIQUES, Isabel Castro. “Revisão da Escravatura e do Tráfico Negreiro em Moçambique na Obra de José Capela”. In *Africana Studia*, nº 5, 2012.

HERCULANO, Alexandre. “A emigração para o Brasil”. In *Opúsculos*, vol. II. Lisboa: Presença, 1983.

INGARDEN, Roman. *A obra de arte literária*. 2ª ed. Trad. Albin E. Beau, Maria da Conceição Puga e João F. Barrento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Trad. Johannes Kreschmer. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. La estructura apelativa de los textos. In WARNING, Rainer. *Estética de la recepción*. Trad. Ricardo Sánchez Ortiz de Urbina. Madrid: Visor, 1979.

_____. El proceso de lectura. In WARNING, Rainer. *Estética de la recepción*. Trad. Ricardo Sánchez Ortiz de Urbina. Madrid: Visor, 1979.

_____. La realidade de la ficción. In WARNING, Rainer. *Estética de la recepción*. Trad. Ricardo Sánchez Ortiz de Urbina. Madrid: Visor, 1979.

JESUS, Maria Saraiva de. “Caricatura e crítica social n’ *Os brilhantes do Brasileiro*”. In *Revista da Universidade de Aveiro*, nº 3, 1986, p. 171-201.

JUSTINO, David. *História da bolsa de Lisboa*. Lisboa: Bolsa de valores de Lisboa, 1994.

LAET, Carlos de. “Folhetim sem malícia”. In NASCIMENTO, José Leonardo do. *O Primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX*. São Paulo, Unesp, 2007, pp 164-168.

LEAL Jr., José da Silva Mendes. *O tio André que vem do Brazil*. Lisboa: Livraria da Viúva Marques & Filha, 1857.

LEFEBVE, Maurice-Jean. *Estrutura do discurso da poesia e da narrativa*. Trad. José Carlos Seabra Pereira. Coimbra: Almedina, 1975.

LEITE, Joaquim da Costa. “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”. In FAUSTO, Bóris. *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. “A viagem”. In PORTUGAL, Comissão para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os Brasileiros de Torna-Viagem*, Lisboa, 2000, p. 27-39.

_____. “Atividades econômicas”. In PORTUGAL, Comissão para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os Brasileiros de Torna-Viagem*, Lisboa, 2000, p. 81.89.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo* (6ª ed.). São Paulo: Ática, 2006.

LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 1996.

LISBOA, Wellington Teixeira. *O Brasil no imaginário português contemporâneo: Mitos coloniais e reactualizações mediáticas*. Dissertação de mestrado: Universidade de Coimbra, 2007.

LOPES, António da Costa. *Agrolongo: o topónimo e o conde benemérito*. Braga: Lar do Conde de Agrolongo, 2008.

LOPES, Gustavo Acioli. “Caminhos e descaminhos do tabaco na economia colonial”. In *Revista de Humanidades*, dossiê Cultura e Sociedade na América Portuguesa Colonial. Vol. 5, nº 12, out./nov. 2004, p. 1-16.

_____. “A ascensão do primo pobre: o tabaco na economia colonial da América portuguesa, um balanço historiográfico”. In *Saeculum*, Revista de História, nº 12, jan./jun. 2005, João Pessoa.

LYRA, Heitor. *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*. São Paulo: LBL, 1964.

LUKÁCS, Georgy. “Narrar ou descrever?”. In *Ensaio sobre estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MACHADO, Igor José de Renó. “O ‘brasileiro de torna-viagens’ e o lugar do Brasil em Portugal”. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 35, janeiro-junho de 2005, p. 47-67.

MACHADO, Julio Cesar. “Crítica literária”. In TAVARES (I), Eduardo. *Ouro e Crime! Mistérios de uma Fortuna Ganha no Brasil*. Typographia Lisbonense de Aguiar Viana, 1855, p. I-X.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Crítica literária*. São Paulo: Mérito, 1959.

_____. “O primo Basílio por Eça de Queirós”, in NASCIMENTO, José Leonardo do. *O Primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX*. São Paulo, Unesp, 2007, pp 186-195.

_____. “O Primo Basílio”, in NASCIMENTO, José Leonardo do. *O Primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX*. São Paulo, Unesp, 2007, pp 234-239.

MAIA, Fernanda Paula Sousa; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. “Os Brasileiros Empresários e Investidores”. In PORTUGAL, Comissão para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses. *Os Brasileiros de Torna-Viagem*, Lisboa, 2000, p. 311-317.

MARCONDES, Renato Leite. “O mercado brasileiro no século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem”. In *Brazilian Journal of Political Economy* 31 (1) 2002.

MARIANI, Sérgio Luís Soares. *Duelos invisíveis de um aprendiz de feiticeiro: A experiência burguesa masculina no romance O Primo Basílio, de Eça de Queirós*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2010.

MARINHO, Maria de Fátima. “A intromissão da história na ficção de Eça de Queirós”. In BERRINI, Beatriz (org). *Eça e Machado*. São Paulo: Educ, 2005.

MARWICK, Arthur. *The Nature of History*. 3ª ed. Londres: Macmillan Press, 1989.

MEDINA, João. *Eça de Queirós antibrasileiro?* Bauru: EDUSC, 2000.

MINÉ, Elsa. “Posições de leitura: textos de imprensa de Eça de Queirós para a Gazeta de Notícias”. In *Queirosiana*. Bolhão, nº 5/6, p. 69-80, dez./jul. 1993/1994.

MÓNICA, Maria Filomena. *O Tabaco e o Poder: 100 anos da companhia dos tabacos de Portugal (COTAPO)*. Lisboa: Quetzal, 1992.

_____. “Negócios e política: os tabacos (1800-1890)”. In *Análise Social*, vol. XXVII, 1992, p. 461-479.

MONTEIRO, Miguel. “Marcas Arquitetônicas do Brasileiro na Paisagem do Minho”. In PORTUGAL, Comissão para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os Brasileiros de Torna-Viagem*, Lisboa, 2000, p. 61-79.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa. “Os passaportes – do enquadramento legal à prática (1855-1926)”, In *Remessas*, 2011, pp-117-136.

MOREIRA, Joaquim Baptista. *A escravatura branca e o cônsul português em Pernambuco*. Lisboa: Tipografia do Jornal do Comércio, 1854.

MORETTI, Franco. “O século sério”. In *Novos estudos Cebrap*. São Paulo: CEBRAP, nº 65, p.3-33, mar. 2003.

_____. *O burguês: entre a história e a literatura*. Trad. Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MOOG, Viana. *Eça de Queirós e o século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MUÑIZ, Jose Rivero. *Tabaco, su historia en Cuba*. La Havana: Academia de Ciencias de la Republica de Cuba, 1965.

NARDI, Jean-Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial: agricultura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NASCIMENTO, José Leonardo do. *O Primo Basílio na Imprensa Brasileira do Século XIX*. São Paulo: Unesp, 2007.

OLEIRO, Feliciano; BARRADAS, Luís. *Escola Conde de Ferreira: um pouco da sua história*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2008.

OLIVEIRA, Maria Teresa Vilela de. *A mulher e o adultério nos romances Effi Briest e Primo Bazilio*. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.

OLIVEIRA, Paulo. “Negociando identidades: portugueses, brasileiros e outros emigrados no romance oitocentista”. In SILVA et. al. *Anais X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: sociedades desiguais e paradigmas em confronto*. Universidade do Minho, 2009, p. 25.

OLIVEIRA, Raquel Trentin. *Eça de Queirós e o espaço romanesco*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014.

_____. *O Brasil e as colónias portuguesas*. Lisboa: Guimarães & Cia Editores, 1953.

OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro. *Economia e finanças*. Lisboa: Guimarães & Cia Editores, 1956.

PEIXOTO, Afrânio. *O “Brasileiro” ou o Equívoco Português*. Lisboa: Brotéria, 1938.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. “Os Brasileiros Notáveis e... os Outros”. In PORTUGAL. *Os Brasileiros de Torna-Viagem*. Comissão para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses: Lisboa, 2000, p. 359-369.

_____. “Entre Portugal e o Brasil: Ficções e Realidades”. In PORTUGAL, Comissão para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os Brasileiros de Torna-Viagem*. Comissão para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses: Lisboa, 2000, p. 213-217.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Livro do centenário de Eça de Queirós*. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945.

PERES, Damião. *Albino Souza Cruz: uma vida – uma obra – um exemplo*. Lisboa: Companhia Editora do Minho, 1961.

PRADO Jr. Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RAMALHO ORTIGÃO, José Duarte Ramalho; QUEIRÓS, José Maria Eça de. *As Farpas: crônica mensal da política das letras e dos costumes*, vol. II. Porto: Lello & Irmão, 1943.

RAMALHO ORTIGÃO, Ramalho. “Cartas Portuguesas”. In NASCIMENTO, José Leonardo do. *O Primo Basílio na Imprensa Brasileira do Século XIX*. São Paulo: Unesp, 2007.

RAZERA, Gisélle. “A novidade realista-naturalista e a solução para o impasse camiliano: estudo de uma Novela do Minho”. In *Revista XIX*, nº 2, 2015, 36p.

REID, Mayne. *Os Negreiros da Jamaica*. Trad. Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

REIS, Carlos; MILHEIRO, Maria do Rosário. *A construção da narrativa queirosiana: o espólio de Eça de Queirós*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

REIS, Carlos. “Eça de Queirós e o discurso da história”. In *Queirosiana*, Dez. 1994/Jul. 1995, nº 7/8, p. 45-60.

_____. “Leitores brasileiros de Eça de Queirós: algumas reflexões”. In ABDALA Jr. (org). *Ecos do Brasil: Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas*, 2000, p. 147.

RIBEIRO, Maria Aparecida. *História crítica da literatura portuguesa: Realismo e Naturalismo* (vol. VI). Lisboa: Verbo, 1994.

_____. “O brasileiro e o problema da importação cultural na obra de Eça”. In *Queirosiana* Dez. 1994/Jul. 1995, nº 7/8, p. 135-159.

RIBEIRO, Maria Aparecida de; OLIVEIRA, Fernando Matos. “De escravo branco a escritor europeu”, p. IX-LVIII. In AMORIM, Francisco Gomes de. *Ódio de Raça/O Cedro Vermelho*. Braga: Angelus Novus, 2000.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Machado de Assis: por uma poética da emulação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. “Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil. In *Análise social*, vol. XXII (90), 1986, 1986, p. 139-156.

RODRIGUES DE FREITAS, J. J. *Crise monetária e política de 1876: causas e remédios*. Porto: Livraria Moré, 1876.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

_____. *Humanismo e crítica democrática*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTANA, Francisco; LEITÃO, Maria Ilda. *Dicionário dos personagens de Eça de Queirós*. Lisboa: Editorial do Livro, 1987.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, Eugénio. “Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal”. In PORTUGAL. *Os Brasileiros de Torna-Viagem*. Comissão para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses: Lisboa, 2000, p. 15-25.

SANTOS, Nilson. *Seringueiros da Amazônia: sobreviventes da fartura*. Tese (Doutorado). USP, 2002.

SANTOS, Octávio Tarquínio. “Amigos brasileiros de Eça de Queirós”. In PEREIRA, Lúcia Miguel. *Livro do centenário de Eça de Queirós*. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945.

SANTOS, Raul Esteves dos. *Os tabacos: sua influência na vida da nação*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1986.

SCOTT, Ana Silvia. *Os portugueses*. São Paulo: Contexto, 2010.

SOUSA, Fernando de. *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2009.

SOUSA, Fernando de e cols. *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.

_____. *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: Fronteira do Caos, 2011.

SOUSA, Fernando de; FERRARIA, Maria José. “A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu”. In SOUSA, Fernando de e cols. *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009, p. 13-32.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isilda. *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007, p. 117-135.

TAVARES, Eduardo. *Ouro e crime! Mystérios de uma fortuna ganha no Brazil*, tomo I. Lisboa: Typographia Lisbonense de Aguiar Viana, 1855a.

_____. *Ouro e crime! Mystérios de uma fortuna ganha no Brazil*, tomo II. Lisboa: Typographia Lisbonense de Aguiar Viana, 1855b.

TOLOMEI, Cristiane Navarrete. *Eça de Queirós e os brasileiros*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2010.

TUTIKIAN, Jane. “A identidade pelo avesso”. In *Navegações*, v. 2, n. 2, p. 136-140, jul./dez., 2009.

VASCONCELOS, Ana Isabel Pereira Teixeira de. *O Drama Histórico Português no Século XIX ou Ficções da Representação Histórica no Tempo de Almeida Garrett (1836-56)*, volume I. Tese (Doutoramento). Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

_____. *O Drama Histórico Português no Século XIX ou Ficções da Representação Histórica no Tempo de Almeida Garrett (1836-56)*, volume II. Tese (Doutoramento). Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

VENANCIO, Renato Pinto. *Os cativos do reino*. São Paulo: Alameda, 2012.

VILHENA, J. E. D’Almeida. “Eduardo Tavares”. In TAVARES, Eduardo. *Ouro e crime! Mystérios de uma fortuna ganha no Brazil*. Lisboa: Typographia Lisbonense de Aguiar Viana, 1855b, p. I-XIX.

WARNING, Rainer. *Estética de la recepción*. Trad. Ricardo Sánchez Ortiz de Urbina. Madrid: Visor, 1979.

ZILBERMAN, Regina. *A terra em que nasceste: imagens do Brasil na literatura*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

ZOLA, Émile. *Do Romance*. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Edusp, 1995.